

O FUTURO ERA AGORA

O movimento popular do 25 de Abril



DINOSSAURO
edições

O FUTURO ERA AGORA

O movimento popular do 25 de Abril



Colaboraram na recolha e tratamento dos textos:

Ana Barradas

Ângelo Novo

António Barata

António Castela

Beatriz Tavares

Filipe Gomes

Rogério Dias Sousa

Título: O futuro era agora

O movimento popular do 25 de Abril

Coordenador: Francisco Martins Rodrigues

Capa: António Barata

Execução gráfica: Neograf, Artes Gráficas Ld^a

R. dos Douradores, 202 - 4.º Dtº

1100 LISBOA

© Edições Dinossauro

Apartado 1483

1013 Lisboa Codex

Depósito legal: 77538/94

ISBN: 972-8165-00-5

PREFÁCIO

Nesta passagem do 20º aniversário da queda do fascismo não é a conquista da liberdade que está no centro das atenções. Políticos e comunicadores ocupam-se com problemas de outra ordem, como por exemplo: a descolonização foi "vergonhosa" ou "criminosa"? Os membros do Conselho da Revolução devem ou não ser classificados como facínoras? Marcelo terá sido um democrata vacilante? A PIDE cometeu excessos? A culpa pelo desatar da bagunça cabe ao COPCON, ao PCP, à extrema-esquerda, ou a todos? Quem teve mais méritos no restabelecimento da ordem - o PS ou o ELP?

Por outras palavras, a discussão foi virada de pernas para o ar e gira agora em volta de saber quem deve ser culpado pelo 25 de Abril. Isto é evidentemente caricato, baixo, odioso, mas não deixa de ter a sua lógica. O campo da ordem faz o seu exame de consciência e procura torturado as causas dessa surpresa dolorosa que foi ver um golpe militar "regenerador" abrir as portas a um sobressalto revolucionário. A burguesia, com estas coisas, não brinca: se durante dezanove meses os centros "legítimos" de decisão ficaram à mercê da rua, alguém tem contas a dar.

Posta a polémica nestes termos, é óbvio que os adeptos do antigo regime levam vantagem. Eles podem sempre demonstrar que não vacilaram perante a "indisciplina social" e que foi a contemporização dos seus opositores democratas que permitiu o achincalhamento da autoridade do Estado.

Resulta daqui, como se tem visto, um ascendente cada vez mais explícito da herança salazarista na ideologia e na política nacional. Aviso sombrio mas que tem, pelo menos, uma vantagem. Os contra-revolucionários começam a assumir finalmente, sem complexos, as suas façanhas bombistas e a revelar a implicação nelas de quase todas as figuras gradas do regime. Com o recuo histórico que permitem os vinte anos decorridos, está a emergir na sua real dimensão o anti-PREC - essa monumental conspiração que uniu, contra os direitos e aspirações populares, capitalistas, latifundiários e padres, salazaristas e "democratas", mercenários e serviços secretos estrangeiros.

Ora, o anti-PREC traz agarrado consigo o PREC. É inevitável. Com a sua troca de acusações e de confissões, reaccionários e democratas estão a chamar de novo à ribalta o movimento que se têm esforçado por enterrar como uma chaga vergonhosa: as ocupações, os saneamentos, as manifestações, a autogestão, a contestação da ordem estabelecida - tudo aquilo que se convencionou desde há vinte anos rotular rancorosamente como o "terror anarcopopulista".

É disso que trata este volume. Se o 25 de Abril das ruas está mais uma vez em julgamento, é de elementar justiça dar voz à parte acusada. O que levou afinal essas dezenas de milhares de activistas a deixarem-se contagiar pela febre da crítica, da transformação, da proclamação de novos princípios, da auto-organização, envolvendo no seu entusiasmo milhões de pessoas? Foi só um acesso colectivo de "impaciência irresponsável" e de "infantilismo esquerdista", como pretendem alguns? Terão sido instrumento de "provocação reaccionária, a mando da CIA" ou dos "projectos expansionistas do bloco soviético", como deduziram outros?

Com esta recolha de depoimentos de activistas envolvidos em acções populares entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, visámos restituir o direito à palavra a uma corrente de opinião desde há muitos anos silenciada na comunicação social, e assim contribuir para uma reavaliação desse movimento tão caluniado.

Não poderiam, em nossa opinião, as edições Dinosaurio ter melhor estreia. A meia centena de testemunhos despreziosos que compõem parte deste livro são uma amostra limitada, que não cobre muitos dos aspectos vitais desse movimento (nomeadamente nos meios rurais), mas chegam para reconstituir a sua tremenda força, a sua raiz popular autêntica, a razão de ser das suas reivindicações, ainda mais chocante quando posta em contraste com a "apagada e vil tristeza" actual. São experiências que não podem ser perdidas porque fazem parte da nossa maturação colectiva.

Mesmo para os que viveram essas jornadas é por vezes surpreendente redescobri-las agora, tal tem sido o trabalho obstinado de supressão da memória colectiva. É um outro 25 de Abril que emerge destes testemunhos, vivo, audacioso, criador, que não tem nada a ver com a caricatura que nos é servida como versão oficial: a estafada "gesta dos capitães", os planos do general Spínola para o nosso futuro, os malfadados três D - toda essa "revolução" de opereta que a jovem geração com razão rejeita, porque lhe tresanda a hipocrisia paternalista.

Para a nova geração, sobretudo, será importante tomar conhecimento de um passado que há vinte anos lhe escondem, redescobrir a palpitação dessas jornadas de insatisfação e rebeldia, em que tudo parecia possível e cada um sentia que o rumo do país estava também nas suas mãos. Não é por acaso que, ao fim de tanto tempo, operários, estudantes, donas de casa, escritores, soldados, encontram expressões semelhantes para descrever esses dias: "tempo inesquecível", "não voltei a ser o mesmo", "a vida tinha um sentido", "era a alegria"...

Necessário se torna esclarecer que não foi nossa intenção pôr este trabalho ao serviço de quaisquer ajustes de contas retrospectivos entre grupos ou partidos da área da esquerda. Disso dá testemunho a variedade de filiações ideológicas reflectida nos depoimentos e, mais expressamente, nos artigos que formam a segunda parte do volume. Tratou-se, sim, de fazer ressaltar a justeza da tendência - não exclusiva de qualquer grupo em particular porque

os atravessava a todos - para rejeitar a ordem estabelecida, condenar as relações capitalistas como estranhas à democracia do trabalho, procurar, mesmo que às apalpadelas e com erros, novas formas de viver. E isso explica também um critério que, à partida, poderá ser chocante para alguns leitores: a fraca representação de testemunhos de activistas do PCP. A postura "democrática ordeira" que o PCP exigia dos seus militantes cavou um fosso, que pode hoje estar obscurecido por anos de propaganda mas que era perfeitamente nítido para os que então andavam envolvidos no movimento. Quanto ao papel desempenhado nos acontecimentos pelo PS e restantes partidos "democráticos", julgamos que ressalta com suficiente clareza para dispensar mais comentários.

Como plano de trabalho que melhor restituísse o clima da época, entrelaçámos numa primeira parte os depoimentos orais com recortes de imprensa, o todo acompanhado por uma cronologia do movimento popular. Como critério de ordenação dos testemunhos, optámos por alternar as experiências, segundo a origem social, o sexo, as regiões, as idades. Na segunda parte arrumámos alguns textos de reflexão, os poucos que nos foi possível obter no prazo demasiado curto em que o volume foi preparado. A completar o quadro, uma bibliografia sumária e um índice de siglas, que esperamos sejam úteis como material de consulta.

A todos os que quiseram contribuir para esta edição das formas mais variadas, exprimimos um caloroso agradecimento. A nossa ambição é que este volume desperte o interesse pelos memoráveis 580 dias de "poder popular" e suscite outras iniciativas que o completem e corrijam, restituindo à opinião pública o conhecimento de um dos períodos mais férteis da história moderna do nosso país.

O Editor

OS 580 DIAS
DEPOIMENTOS ORAIS
CRONOLOGIA
CITAÇÕES

1974

Molotovs no Palácio de Cristal

Rogério Dias de Sousa,

pintor da construção civil, 43 anos



25 Abril

Uma enorme multidão cerca o quartel do Carmo, onde se refugiaram Marcelo Caetano e Américo Tomás.

Confraternização entre a população e os soldados. Os pides cercados na R. António Maria Cardoso disparam, causando 4 mortos e dezenas de feridos. A multidão insiste para que os fuzileiros assaltem o edifício. No Porto a concentração envolve dezenas de milhar de pessoas. A polícia, apedrejada, entrincheira-se no edifício da Câmara e faz fogo sobre os populares.

A primeira imagem que tenho do 25 de Abril é um bocado caricata. Vinha eu a descer a Rua da Fábrica e deparo com dois polícias a correr. A primeira reacção foi tentar ver quem é que fugia à frente deles, que era o costume. Mas não havia ninguém: eram eles que fugiam! Percebi tudo quando, chegado à praça, deparo com uma multidão enorme, uma coisa incrível, toda a gente excitadíssima a falar de política. Parecia um sonho. Foi assim que tomei conhecimento do 25 de Abril.

Nessa altura eu era simpatizante da OCMLP, que nessa noite reuniu uma espécie de “quartel general” de rapazes meus conhecidos para formarmos uma célula. Ninguém percebia nada do que se estava a passar e o que era o golpe. Estávamos todos com medo que fosse um golpe da extrema-direita. O responsável da célula ordenou que preparássemos uns *cocktails-molotov*, umas bandeiras vermelhas, e que ficassemos atentos e preparados para a eventualidade de os ultras tomarem posse da situação.

No dia 1º de Maio, com uma multidão imensa – nunca vi a praça tão cheia – lá aparecemos nós, feitos parolos, de saquinhos de plástico com os *cocktails-molotov*, prontos para o que desse e viesse... Logo percebemos que estávamos desfasados.

Os *molotovs* acabaram por ser usados muitos meses mais tarde, em 25 de Janeiro de 1975, no boicote ao congresso do CDS. Aí, sim, tínhamos a extrema-direita diante de nós. Não se tem falado muito desse dia, mas foi uma manifestação de ódio ao fascismo como nunca vi. A concentração começou por volta das três da tarde, juntando gente do PS, do PC, da extrema-esquerda, da meia-esquerda... tudo! Fomos todos lá para cima, para o Palácio de Cristal, boicotar o congresso. Injuriávamos os gajos que entravam, a polícia que os defendia, e por aí fora. Durante toda a noite houve cargas da polícia, a que nós respondíamos à pedrada. Foi aí que os *cocktails-molotov* foram

estoirados. Foi um mimo. Isto durou até às três da manhã, com carros incendiados, polícias em fuga, etc., até que veio a tropa evacuar os *fachos*. No dia seguinte, o PC, pela voz do Octávio Pato, disse que o boicote tinha sido uma provocação ao serviço da CIA. O costume...

O 25 de Abril mudou completamente o rumo da minha vida. Nunca mais voltei a ser o mesmo indivíduo. A aprendizagem política provocou uma revolução dentro de mim. Tinha ficado desempregado em Março de 74. Depois do fascismo cair, pior ainda: os empregos começaram a escassear, pois os patrões estavam cheios de cagaço. Diziam que aquilo era tudo comunismo. Arranjar emprego na construção civil era quase impossível. Durante muito tempo fiquei sem emprego certo. Mas isso não me afligiu nada. Trabalhei quatro meses na Sacor. Volta, não volta, havia greve por melhores salários e melhores condições. Enquanto lá estive houve mais de meia dúzia. Parava-se e não se voltava a trabalhar enquanto não viessem os aumentos.

Também estive em Lisboa, numa empresa de electricidade. Os empreiteiros, que eram franceses, queriam obrigar-nos a trabalhar e nós dizíamos que sem mais dinheiro não trabalhávamos e se não se sentissem bem, que regressassem à sua terra. Que tivessem calma e para “baixarem a bolinha” porque quem mandava éramos nós.

Para quem nunca tinha vivido a política, foi uma experiência única. Eu sentia-me nos píncaros da lua. Convivíamos com trabalhadores estrangeiros que vinham cá ver o que se estava a passar. Foi o maior processo de educação política que houve no nosso país. Toda a gente discutia. Lembro-me de sair do trabalho e ver a praça cheia de gente a discutir; grupos de pcs, de esquerdistas, etc., tudo a discutir política. Nós, os maoístas, víamo-nos às vezes atrapalhados para explicar a política externa da China, mas nas questões políticas de cá ficávamos por cima dos pcs. Tínhamos convicções e ideais fortes e mais certezas e confiança que eles porque defendíamos o avanço dos trabalhadores sem peias, enquanto eles punham-se a mastigar. Percebia-se que principalmente os funcionários não tinham aquela fome de aprender e divulgar que nós tínhamos.

26 Abril

Uma multidão rodeia e acompanha, descendo a avenida da República, a coluna de militares que assalta a sede da PSP. Da parte da tarde, são libertados os primeiros presos políticos, em Caxias; Em Lisboa, grupos de populares e militantes de esquerda começam a perseguir membros da Pide, que a tropa põe a salvo. Populares atacam as sedes da ANP, do jornal *A Época* e dos Serviços de Censura. Grupos de jovens andam pelas ruas com bandeiras vermelhas, dando vivas ao socialismo e apelando a um 1º de Maio vermelho. A CDE organiza uma grande manifestação e distribui um comunicado: “A hora é de festa, de acção, de luta e de amplas conquistas”. Generaliza-se a confraternização entre a população e os soldados.

27 Abril

Dirigentes das organizações de esquerda e extrema-esquerda são recebidos por Spínola. Libertação dos últimos presos políticos do forte de Peniche. Continuam as manifestações no Porto. Rendem-se os pides de Coimbra. Reunião da Intersindical Nacional saúda o MFA e apresenta um caderno reivindicativo de 14 pontos.



28 Abril

Os moradores de barracas da Boavista, em Lisboa, ocupam casas vagas dum bairro social e recusam-se a sair, apesar de intimados pela polícia e pela tropa. É a primeira ocupação colectiva de casas.

29 Abril

Multiplicam-se os grupos de esquerda, que exigem o saneamento dos sindicatos e das juntas de freguesia. Os empregados de escritório ocupam o sindicato e expulsam a direcção. O Sindicato dos Trabalhadores Bancários controla as saídas de capitais nos bancos. No Porto, é saqueada a sede de um movimento estudantil de extrema-direita. Prossegue e alarga-se a confraternização com os soldados. Spínola autoriza a manifestação do 1º de Maio mas previne que, depois, há que pôr termo à agitação.

Penso que o movimento revolucionário de 74/75 se pode dividir em duas fases:

- A primeira foi a do entusiasmo. Toda a gente queria saber coisas, o pessoal estava a despertar. Pela primeira vez o povo e o operariado tinham a possibilidade de se expressar e vir para a rua discutir os seus problemas. Quem passou pelo fascismo e viu como aquilo era, como a malta pobre era tratada abaixo de cão, ir trabalhar sem direitos e muitas vezes levar no focinho... Todas estas coisas rebentaram com o 25 de Abril. Só apanha a grandeza do 25 de Abril quem viveu anos sob o fascismo, sujeito a todas as humilhações, à repressão e à fome.

- A segunda foi ter começado a aparecer uma certa decepção com o rumo dos acontecimentos e a não se ver saídas. A falta de um partido operário sólido reflectiu-se na ausência de ideias claras sobre o que se queria e devia fazer.

Por isso, a partir de Agosto de 75, pelo menos aqui no Porto, a fase de acumulação de forças acabou e a coisa começou a esvaziar. O 25 de Novembro já apanhou o movimento revolucionário em queda.

Por que teve que ser assim? Talvez porque não houve dirigentes políticos como na Rússia, em Outubro de 1917, capazes de aglutinarem, unirem o povo e levá-lo adiante. Não tenho boas recordações dos dirigentes que conheci. Sempre me pareceram mais preocupados em dar nas vistas que em dirigir. Sempre gostei mais das pessoas dos organismos intermédios, que tinham mais vontade e ideais. E não percebia como é que gente que tinha qualidades e já havia dado provas durante a ditadura não era promovida à direcção. Gente modesta, com espírito de sacrifício e capacidade política. Mas este mal não era só dos "m-l". A chamada "esquerda marginal" também sofria do mesmo. E também não tinham nenhuma percepção do futuro.

Apesar de já terem passado 20 anos e de estar tudo a correr mal, hoje já não existe aquela reverência dos pobres face aos doutores, patrões e autoridades. As feridas não foram todas saradas. Por isso, o 25 de Abril continua a incomodar a burguesia.

“17.45h – Um dos portões do Palácio de Cristal é forçado pelos manifestantes convocados pelos GAAFs (Grupos de Acção Antifascista). Cerca de 70 elementos da PSP respondem com os cassetetes, granadas de gás lacrimogéneo e de fumo e carregam sobre a multidão, disparando.

17.55h – Chegam soldados que são recebidos com aplausos. Os agentes da PSP refugiam-se nos jardins do Palácio, só voltando a sair de manhã, depois de evacuados os congressistas do CDS. No exterior, verifica-se, entretanto, uma verdadeira aliança entre o povo e os soldados. Trocam-se sandes e cigarros.

2.00h – A GNR investe a cavalo contra a multidão, distribuindo golpes de sabre e fazendo feridos. Os manifestantes respondem com pedras. Chega a haver recontros entre soldados e GNRs. Um soldado é ferido. São disparadas rajadas de metralhadora. A multidão não arreda pé.

6.00h – Os pára-quedistas acabados de chegar, vindos do aeroporto de Pedras Rubras, põem em prática o sistema de evacuação dos congressistas do CDS”.

(Comércio do Funchal, 6/2/75)

30 Abril

Sindicatos ocupam o Ministério das Corporações e Segurança Social, que se passa a chamar Ministério do Trabalho. São libertados presos políticos do Tarrafal e da cadeia de Machava, em Moçambique. Plenário de estudantes no IST reúne perto de 10.000 estudantes. Forma-se o MLM (Movimento de Libertação da Mulher), que apresenta como reivindicação imediata a contracepção e o aborto livres e gratuitos. Na Mague, os trabalhadores vêm satisfeitas as suas reivindicações depois de paralisações nos dias 25 e 26. Greve na empresa de transportes Transul.

VIVA O 1.º DE MAIO

DIA DE LUTA DOS TRABALHADORES



1 Maio

Manifestação gigantesca em Lisboa, convocada por inúmeras organizações, com serviço de ordem pelos militares; manifestação separada do MRPP. Comício e festejos, que se prolongam pela noite, dominados pela confraternização entre soldados e população e palavras de ordem contra a pide e os fascistas. Retoma as emissões a Rádio Renascença, após uma curta greve contra a censura a uma reportagem; após intervenção de delegados do MFA são nomeados dois administradores pelos trabalhadores. Mário Soares afirma no seu discurso no estádio 1º de Maio: "O núcleo principal da coligação teria de ser formado pelos dois partidos mais representativos da classe operária: o Partido Socialista e o Partido Comunista". Libertação de 500 presos políticos em Moçambique.

O mestre disse que a Pide tinha fugido

Maria Luísa Ernesto,

conserveira, 64 anos

No dia 25 de Abril, juntou-se um grupo de pescadores para impedir que fosse descarregado peixe que vinha de fora. O patrão, como queria o pessoal a trabalhar, disse ao mestre que telefonasse à PIDE, e o mestre é que lhe disse que a PIDE estava escondida porque tinha havido um golpe. Já ninguém trabalhou. Depois de vir para casa vejo um grande alvoroço no liceu, algazarra e barulheira com altifalantes, fiquei completamente eufórica. Foi organizada uma grande manifestação que partiu do liceu, passou pelas fábricas, pelo largo da Câmara até Ferragudo.

Logo depois começámos a luta por um horário fixo, já que antes do 25 de Abril nós não tínhamos horário semanal e tanto trabalhávamos 2 ou 3 horas como dias e noites seguidas. Peixe congelado era só o que vinha do Norte, o resto era na altura e enquanto estava fresco. Era bem duro.

O ponto alto da luta foi no final de 1974, quando estivemos paradas mais de 30 dias, com piquetes dia e noite para impedir a entrada de peixe e a saída das conservas. Foram noites seguidas à volta das fogueiras. Mas conseguimos. Deixámos de fazer serões, acabámos com os prémios e os registos do peixe trabalhado. Obrigámos os patrões a montar câmaras frigoríficas nas fábricas para podermos ter peixe para se trabalhar e lutámos pelas 32 horas de trabalho fixo por semana. Também conseguimos luvas de borracha para quem trabalhava o peixe. Ainda em 1974 entrei no PCP e depois, em 1975, fui eleita para o sindicato, onde estive até 1985.

A LUTA DAS CONSERVEIRAS

*Muita gente nesta terra
Nos fala em socialismo
São cantigas p'ra esconder
O avanço do fascismo*

*E as operárias conserveiras
com o apoio do povo
travam uma justa luta
p'ra ter um contrato novo.*

Refrão:

*Ó patrão arruma as botas
que a gente não vergará
nós estamos vigilantes
a conserva não sairá*

*Trinta dias já passaram
Daqui não vamos embora
Nós qu'remos ver d' uma vez
O contrato cá p'ra fora*

*Camaradas conserveiras
Não podemos desarmar
Continuemos na luta
Que o patrão vai arrear.*

Refrão

*Andam uns certos senhores
Em bailes e diversões
Enquanto os trabalhadores
Estão de pé contra os patrões*

*Há quem passe por aqui
P'ra ver como as coisas vão
Qu'é p'ra no dia seguinte
Meter no cu do patrão*

Refrão

*Continuemos na luta
Para ter melhores salários
Não há patrão que resista
à força dos operários*

*A luta pelo contrato
É a luta contra o fascismo
Não queremos mais roubalheira
Em nome do socialismo.*

Refrão



2 Maio

Autorizado o regresso dos exilados, desertores e refractários e decretada a amnistia para os que se apresentem dentro de 15 dias. Demissão ou substituição das direcções de diversos jornais de Lisboa e do Porto. Ocupação em massa das casas vagas do bairro da Fundação Salazar, que passa a chamar-se Bairro 2 de Maio. Na MESSA os operários discutem o caderno reivindicativo e o fundo de greve.

As perdizes

Cândido Ferreira, actor, 45 anos

Estávamos na Primavera de 75 e a chuva e o frio ainda se faziam sentir. Alguém nos tinha convidado a realizar uma digressão à zona de São Pedro do Sul. Nesse dia fomos parar a uma aldeia desconhecida, perdida num planalto. A professora recebeu-nos com frieza, moderada.

Montámos o cenário e vestimo-nos. Aos poucos, os miúdos e as miúdas foram chegando. À entrada era obrigatório descalçarem-se, “para não acarretarem lama para a sala”, justificou a professora, o que implicava um penetrante cheiro a chulé.

À hora de principiar o espectáculo, respirava-se uma atmosfera de grande mal-estar e de tensão. Através das janelas vislumbrava-se um ou outro homem de espingarda em riste, a “controlar” a situação. O mais presente e atrevido assomava-se por vezes a uma das janelas com a arma bem à mostra.

Nós procurávamos desbloquear a situação e estabelecer diálogos com os miúdos, que sistematicamente se fechavam em copas. A peça que íamos representar contava a história de um tal Migalhães, senhor de muitas migalhas, que não tinha no passado permitido que os velhos fossem à escola e que agora impedia que os jovens se realizassem. Ele era o dono de tudo e de todos e não estava disposto a abdicar dos seus privilégios. Era pois um cacique à maneira.

Estávamos acostumados a que, numa certa cena, os espectadores desatasse a chamar fascista ao Migalhães. Nós não o fazíamos abertamente, mas abríamos o jogo de forma que tal acontecia com aparente espontaneidade. É bom recordar que nessa época, nas zonas das grandes cidades, os miúdos haviam deixado de brincar aos polícias e ladrões e agora jogavam aos pides e copcons.

Devagar, a frieza inicial foi-se desvanecendo, o mau cheiro ignorado e o homem da espingarda continuava a vigiar a nossa actuação, agora já escancarado numa das janelas. Com o desempenho, os miúdos foram-se

descontraíndo e, no momento de apreciarem o comportamento do sr. Migalhães, chamaram-lhe comunista. O espectáculo terminou em delírio, com o coro acusatório de “comunista” audível a muitos metros em redor. No final de tudo, procurámos saber porque tinham considerado ser comunista o sr. Migalhães. E a resposta surgiu pronta: “porque queria tudo para ele e só pensava no dinheiro e nos lucros”.

O homem da espingarda continuava cá fora, vigilante, de cara fechada. Então, refeito da explicação dada, tomei a iniciativa de me dirigir ao nosso guardião e de lhe perguntar se andava a caçar perdizes. “Não, respondeu ele, “a época da caça às perdizes já terminou. Agora estamos é a caçar comunistas, que andam por estas bandas a raptar crianças”. Despedimo-nos e prometemos voltar.

“Faz de conta que agora estamos no paraíso. Antes ganhávamos 64\$00 por dia e agora 125\$00. Era uma exploração, chegávamos ao fim da semana e não tínhamos dinheiro para comprar as couves. Agora já temos carrinhas que nos levam até casa e nos vão buscar. Antes fazíamos todos os caminhos a pé, com os filhos atrás. O reumático, ao fim do dia, muitas vezes nem nos deixava quase pôr-nos direitas. O dinheiro que ganhamos agora, mais o do nosso homem, que também anda nos ranchos, já dá para deixarmos os filhos com alguém. Antes era a gente a trazê-los atrás, à chuva e ao frio. Ficavam por aí; quando a gente vinha para almoçar já eles nos tinham comido o comerzito todo, que era pouco o que podíamos trazer. Chorávamos”. (Mulheres de um rancho trabalhando na Quinta de Alorna, em Almeirim, A Capital, 17/1/75).

3 Maio

Generaliza-se a ocupação de casas na cintura de Lisboa, com apoio de militantes de extrema-esquerda. Militantes do MRPP impedem o embarque de uma unidade militar para África. Reunião de vários milhares de trabalhadores da Siderurgia Nacional exige: readmissão imediata de todos os despedidos desde 1 de Janeiro, salário igual para todos; se estas reivindicações não forem satisfeitas até dia 6, a produção será paralisada. Trabalhadores do *Diário de Notícias* ocupam as instalações e impedem entrada de administradores. 3000 trabalhadores dos TLP ocupam instalações administrativas mas são evacuados pela tropa. Trabalhadores da Cidla exigem saneamentos. Libertados em Angola 1200 presos políticos.

4 Maio

Confrontos entre a tropa e militantes de extrema-esquerda que impedem o embarque de 12 militares para as colónias, no aeroporto militar de Figo Maduro. O major Sanches Osório, homem de confiança do general Spínola, considera inoportuno debater a eventual participação dos comunistas no governo. Exigido o congelamento das contas bancárias dos governantes do antigo regime e a abertura de inquéritos sobre a morte de Humberto Delgado e os massacres em Moçambique.



5 Maio

Trabalhadores reúnem-se para exigir a demissão das administrações nos TLP, Caixa de Previdência de Faro, Hospital do Porto. No distrito de Évora, os trabalhadores transformam as Casas do Povo em Sindicato de Trabalhadores Agrícolas.

Libertação dos presos políticos na Guiné-Bissau. Manifestação anticolonialista da Estrela até ao Rossio: "Nem mais um embarque para as colónias", vivas ao PAIGC, MPLA e FRELIMO.

Manifestação em Alcácer do Sal, reclamando a prisão de latifundiários. 10000

funcionários dos CTT reúnem-se sob a presidência de um carteiro para criar o seu sindicato.

Trabalhadores da Alfândega do Porto exigem a demissão do director-geral como contra-revolucionário. O general Costa Gomes afirma que a luta contra os guerrilheiros continuará enquanto estes não depuserem as armas. "Os comerciantes fazem parte do povo trabalhador", declara o Grémio do Comércio.

No Brasil, o industrial Champalimaud faz o elogio da Junta de Salvação Nacional e em particular do general Spínola.

Durante três dias mandámos no quartel

Manuel Figueira, emigrado na Suíça, 40 anos

Quando foi do 25 de Abril, trabalhava eu numa empresa de construção em Tróia. Apanhámos um dos primeiros barcos para Setúbal e viemos encontrar Lisboa em grande ebulição, na caça aos pides. "Além vai mais um", gritava alguém, e tudo corria. "Eu não sou pide", gaguejava o indivíduo. "Sou pintor da construção civil". Ei-lo entregue aos destacamentos da Marinha e a festa continuava. Fomos até ao Jardim do Regedor: "Entrou um pide para aquele prédio, conheço-o muito bem", afiançava um homem dos seus 50 anos que dizia ter saído da cadeia de Caxias, e lá corria tudo pela escada acima. Fomos ao quartel dos legionários, não estava lá ninguém, só deu para atirar umas fardas e uns capacetes pela janela.

Depois foi o 1º de Maio e o grande desfile da Alameda até ao estádio; uns cantavam, outros gritavam, quem é que não chorou?

Em Dezembro, estava eu a prestar serviço militar em Cavalaria 6, no Porto, vi-me metido na primeira grande luta pela democracia na unidade, que era considerada uma das mais "disciplinadas". Levámos de vencida as ameaças e truques do comandante e durante três dias fomos nós que mandámos no quartel, até os reaccionários serem saneados e serem abolidas as praxes militaristas.

Dali fui para Infantaria 16, em Évora, onde conheci os "grandes" da altura. Começava-se a pôr de pé as comissões de soldados, as ADUs, as ADRs, as Inter-comissões. Vim a ser eleito para o GDR, o Gabinete de Dinamização Regional, que teve intervenção directa em todo o processo da Reforma Agrária: reorganização agrária, passagem de mandados de captura, inventário das herdades ocupadas, etc. Era ao GDR que as pessoas se vinham queixar de todos os males: do patrão que não pagava, do agrário que levava o gado para Espanha, dos atentados e ameaças, etc.; às vezes também tínhamos que dar uma "lição de moral" ao pedreiro que gastava o salário do mês na discoteca.

Com o 25 de Novembro, o Gabinete foi extinto e os seus membros expulsos das Forças Armadas. Fui expulso por uma ordem de 27 de Novembro assinada por Ramalho Eanes. Assim terminava uma etapa da minha vida e uma etapa na luta do nosso povo por uma sociedade mais justa e mais humana.

CONVERSA DO BRIGADEIRO

*Saneamento à esquerda?
Não era a minha intenção
mas apenas transferi-los
para outra região*

*Já pedi mais instruções
ao nosso chefe general
não vejo que transferências
possam trazer algum mal*

*Conheço bem os soldados
porque já fui coronel
lá fora que mandem eles
mando eu no meu quartel*

*Deixem-se de plenários
e haja disciplina
eles que cumpram as ordens
que lhes mando cá de cima*

*Vou dar cabo da anarquia
que grassa pelo país
isto vai com autoridade
corta-se o mal pela raiz.*

*(da peça Ofensiva popular, representada pelo
Grupo de Teatro de Mem Martins)*

6 Maio

Um comunicado da Junta condena as reuniões nas empresas durante as horas de trabalho, a expulsão de pessoas com responsabilidades oficiais e os atentados à hierarquia. O PCP defende em comunicado a sua entrada no Governo Provisório, a par de outras forças democráticas. Apela à união do povo com o MFA, condena o oportunismo de direita e o aventureirismo esquerdista, e as ocupações das juntas de freguesia e câmaras municipais. Uma manifestação do MRPP junta 500 pessoas em Lisboa. Na TAP, uma assembleia-geral de trabalhadores nomeia três delegados seus para participar na direcção da empresa com outros três nomeados pela Junta e exige a abertura de um processo que conduza à autogestão. Assembleia-geral dos trabalhadores metalúrgicos no Porto e em Matosinhos. Os operários da Siderurgia ameaçam com a greve, a direcção e funcionários oferecem-se como intermediários junto de Champalimaud. Início do processo de luta na Timex e eleição da CT. Assembleias da Carris e Sacor exigem saneamentos. Assembleias gerais de mineiros, trabalhadores dos hospitais de Coimbra, da rádio e televisão do Porto, do gás e electricidade do Porto, dos TLP de Lisboa e de Bragança, etc. Pescadores de Matosinhos voltam ao mar depois de 4 dias de greve. Assembleia de 3000 ferroviários decide destituir a administração e exigir saneamentos.



8 Maio

Manifestação em Belém dos moradores do Bairro da Boavista, de apoio à Junta de Salvação Nacional. Operárias da Timex apresentam ultimato à administração até dia 9.

9 Maio

Ocupação da Timex devido à ausência de resposta por parte da administração. Na Lisnave, os trabalhadores destituem a "comissão interna da empresa" e elegem a comissão de delegados, formada por 42 trabalhadores. Na Messa os trabalhadores apresentam o caderno reivindicativo. Greve de 4000 trabalhadores da construção civil da Torralta, em Tróia, por aumentos salariais e semana de 40 horas. Enfermeiros do Hospital do Ultramar denunciam o regime de "terror" que vigorava.

Toda a gente empenhada em mudar a vida

Jorge Falcato Simões, arquitecto, 40 anos

Tinha vinte anos e estava em Arquitectura. O primeiro episódio de que me lembro foi na Vitor Cordon. A malta da escola estava toda na rua e havia um cordão de fuzileiros a aguentar a multidão, num dos acessos à Pide. Foi quando o capitão Maltês aparece a pôr-se à disposição do MFA, com duas carrinhas de choques. Quando vimos as carrinhas, começa tudo a gritar "Assassinos". O que me surpreendeu foi que, quando o Maltês sai da carrinha para ir conferenciar com o MFA, pensava eu que só era conhecido no meio estudantil. Mas os populares começam a gritar: "Olha o capitão Maltês, aquele cabrão, aquele assassino!"

Viu-se logo ali que havia dois poderes: o povo queria chegar a roupa ao pêlo ao capitão Maltês, e os fuzileiros protegiam-no. No Largo Camões ainda houve pedrada contra as carrinhas de choque, de onde saíram uns tiros, mas as coisas ficaram por ali, porque eles viram que o ambiente não era propício para andarem na rua e foram-se embora.

Estive na manifestação do 1º de Maio que andou às voltas por Lisboa toda. A recordação que tenho desses tempos é de que as pessoas tinham qualquer coisa a dizer sobre o seu destino, intervir e modificar o futuro. Ias a um bairro de lata e havia pessoas organizadas, comissão de moradores, grupo de teatro, toda a gente estava empenhada em construir qualquer coisa, o seu próprio futuro. As pessoas convenceram-se que conseguiam mudar a vida. Agora é esta apatia!

Para mim, uma das cenas mais bonitas por essa altura foi a ocupação do Bairro 2 de Maio. Foi uma grande manifestação de pessoal das barracas, que sobe a calçada da Ajuda em direcção ao bairro da Fundação Oliveira Salazar, onde havia uma série de prédios acabados e desocupados. Foi inesquecível ver a manifestação entrar no bairro e cinco minutos depois as janelas todas abertas, com toda a gente à janela a gritar: "Já tenho uma casa! Já tenho uma casa!" Era uma coisa indescritível, o poder

daquele pessoal a entrar por ali dentro, a ocupar, e depois a felicidade que sentiram, ao apropriarem-se de uma casa.

O pior é que nos primeiros cinco minutos foi “Eu tenho uma casa”, mas nos cinco minutos seguintes foi “Não queremos cá os ciganos”. Eu que pensava que o povo fazia sempre as coisas bem feitas, vi ali o reverso da medalha. Também havia ali contradições para resolver. E lá passámos não sei quanto tempo a convencer o pessoal que os ciganos não iam fazer mal a ninguém e tinham tanto direito à casa como eles.

Naquela altura nós íamos a todas. Eu estava organizado em termos associativos na escola, mas era bastante independente em relação aos grupos políticos. Havia um grupo de esquerda com quem eu me dava e andávamos, num estilo de franco-atiradores, a colar recortes da *Voz do Povo* em jornais murais. Íamos para os bairros de lata colar aquilo, fazer pichagens, comunicados, etc. No fundo, éramos um grupo de agitação e propaganda a trabalhar por conta própria. Era a característica daqueles tempos: quem sentia a época que se vivia, avançava, nem que fosse com um grupo de amigos.

Víamos a integrar-nos todos na UDP quando ela se formou. Surgiu naturalmente: um de nós anunciou que ia formar-se um partido assim e assado e que íamos todos alinhar. E assim foi. Montámos o NIC (Núcleo de Iniciativas Centrais), que produzia cartazes, painéis, etc. Era um núcleo com piada, que foi agregando cada vez mais gente, formou brigadas de agitprop que iam para sítios onde a UDP não tinha organização nenhuma. Passavam lá o dia, afixavam um jornal mural e apareciam logo pessoas que paravam, queriam discutir, dar opiniões; iam para a tasca com o pessoal, e muitas vezes formavam núcleos.

Depois fui trabalhar para o SAAL, que projectava e acompanhava a construção de bairros sociais, mas com uma equipa técnica que ia para o local, com o próprio *atelier* a funcionar na zona, para se ir elaborando o projecto com a participação das populações. Os arquitectos eram confrontados com os problemas que as pessoas levantavam a respeito da habitação e procuravam as melhores soluções.

10 Maio

Início da greve na Timex. Os trabalhadores dos supermercados A.C. Santos ocupam as instalações e expulsam a administração para pôr termo aos despedimentos sem justa causa. Até 14 de Maio, a edição do *Século* é interrompida por desacordo entre a CT e os proprietários do jornal. Paralisação espontânea na Lisnave começa no sector de construção, com o objectivo de sanear a administração. Sem força para paralisar toda a empresa, voltam ao trabalho.

11 Maio

A Junta condena a ocupação de casas vazias pelos habitantes dos bairros de lata. Na Lisnave é apresentado o caderno reivindicativo. Assembleia nacional de ferroviários no Coliseu dos Recreios. Assembleia dos caixeiros reclama semana inglesa, enquanto no Porto reclamam saneamentos. Pessoal das oficinas das Forças Armadas pede aumentos salariais.

12 Maio

Dissolvida a polícia de choque. Greve dos pescadores da Nazaré. Na Covilhã, os operários de lanifícios iniciam greve intermitente em apoio da exigência de um aumento de 1000\$00.



13 Maio

Entram em greve os 1600 trabalhadores das Minas da Panasqueira. Manifestação dos moradores dos bairros pobres no Porto. Libertação dos presos políticos do campo de S. Nicolau em Angola. Operários da Lisnave dão um ultimato à administração para responder ao caderno reivindicativo até dia 15.

Assembleia com 6000 motoristas em Lisboa exige nova tabela salarial, 8 horas diárias, 13º mês e subsídio de férias.

Trabalhadores da Firestone ocupam as instalações de Lisboa, Porto, Coimbra e Alcochete, exigindo o saneamento de um director estrangeiro.

14 Maio

Sargentos da Marinha apresentam caderno reivindicativo e elegem uma comissão representativa. Greve de 500 mineiros das minas da Borralha.

Com o 25 de Novembro, chegou uma altura em que o poder disse: já chega, já brincaram o suficiente, vamos pôr ordem na bagunça. Se houvesse outro 25 de Abril agora, com o nível de consciência que eu tinha então, fazia exactamente o que fiz. Hoje, com outra consciência, continuo a prezar valores que defendi. Só que a maneira de os atingir se me apresenta confusa. Uma coisa é certa: não cairíamos nas mesmas armadilhas.

Jorge Falcato foi gravemente ferido a tiro pela PSP em 10 de Junho de 1978, quando protestava contra uma manifestação de extrema-direita, tendo ficado paraplégico. Em consequência dos disparos da policia, morreu na mesma ocasião o estudante José Jorge Morais.

"Nós ocupámos as casas. Agora temos que organizar a sua ocupação e ver o que há a fazer. São os mais necessitados que precisam de maior ajuda. Devemos ajudar-nos uns aos outros e trabalhar para a unidade. Organizaremos uma lista dos que vão para as casas já acabadas e, uma vez aprovada por nós, tem que ser levada à prática, haja o que houver. O povo é que tem que fazer isto com as suas próprias mãos.

Em relação às casas ainda não acabadas nós devemos ocupá-las também e exigir que o empreiteiro as acabe. Ele já recebeu dinheiro e por isso tem que as acabar. Enquanto as não acabar ninguém lhe paga renda! As casas são do povo! O povo vencerá! Em frente na luta pelo pão!"

(Comunicado dos moradores do bairro do Casalinho sobre a ocupação das casas da Fundação Salazar, Maio de 74)

Obrigámos o Jaime Neves a recuar

Manuel Monteiro, comerciante, 46 anos

Eu trabalhava na Cergal, em Belas, tinha vindo há pouco tempo da guerra colonial e colaborava com o grupo dos católicos do Luís Moita. A Cergal era uma empresa de gente nova, sem influência do PC, e isso facilitou a rápida formação da comissão de trabalhadores, visto que o PC nessa fase inicial queria era comissões sindicais. Convocámos um plenário em Sintra um bocado a medo, pensando que ia aparecer pouca gente, mas afinal caiu lá a fábrica em peso. Até os administradores e os directores, todos muito amáveis. Um dos patrões disse: "Vocês podem começar a falar, que eu tomo apontamento das reclamações". O pessoal a princípio estava um bocado medroso, até que às tantas o Lopes, que era o mais aguerrido, meio anarca, grita "Alto!", chama-me a mim e a alguns outros operários para a mesa e começa-se a discutir. Daí convocámos outro plenário para dentro da fábrica, na semana seguinte. Aí é que foi eleita a CT. E, como não havia sindicato do sector, arrancámos para a sua formação e aí tivemos os primeiros confrontos com o PC, que se opunha sempre que não conseguia controlar as iniciativas.

Entretanto dá-se o processo normal de radicalização. A CT, que tinha começado com preponderância de empregados e técnicos e com um director lá dentro, sobrinho do conde de Caria, à medida que o pessoal se foi politizando, cortou com as conversas social-democratas de "trabalhar em conjunto pelo bem da empresa" e começámos a dar no duro: exigimos aumentos dos salários, de 1.400\$ para 6.000\$; os tipos até caíram de cu! Também reclamámos e conseguimos que os salários das mulheres tinham que ser iguais aos dos homens.

As mulheres, tanto as da linha de produção como as da limpeza, foram ali a nossa grande base de apoio. Porque entretanto rebentou a bronca dos abusos sexuais, que eram corriqueiros da parte dos chefes. Só passados uns meses é que as raparigas ganharam coragem e vieram à

15 Maio

Assembleia geral dos trabalhadores da Timex aceita a proposta da Junta de demissão dos dirigentes a sanear, com levantamento de inquérito, e põe termo à greve. Os trabalhadores da Singer expulsam da empresa os dois principais dirigentes, estrangeiros, com o apoio da Junta de Salvação Nacional. Greve nos lanifícios, transportes públicos (em que os grevistas não cobram bilhete aos passageiros), produtos farmacêuticos e construção civil. Tomada de posse de Spínola como presidente da República. No seu discurso afirma: "Em África, como aqui, evitaremos por todas as formas que a força de minorias, sejam elas quais forem, possa afectar o livre desenvolvimento do processo democrático". Início da greve da Lisnave, com sequestro da administração. O cerco dura até ao dia seguinte.

Trabalhadores da Sociedade Estoril fazem greve à cobrança de bilhetes, exigindo saneamentos. Pessoal da ITT em greve exige saneamentos. Continua a greve nas Minas da Panasqueira e na Firestone.



16 Maio

Greve nas Refinarias, ITT, indústria vidreira, bancos, indústrias alimentares, Philips, seguros. Prossegue em alguns sectores dos estaleiros da Lisnave a greve para obter 7800 escudos de salário e 40 horas de trabalho. Início da greve com ocupação na Messa, com a participação massiva dos trabalhadores e que dura 12 dias. Na posse do 1º Governo Provisório Spínola afirma: "Atentados à democracia serão reprimidos, venham donde vierem". O Comandante da Região Militar de Coimbra avisa em comunicado que "actuará com firmeza na repressão aos abusos, reuniões sem autorização legal, decisões ultrapassando as vias hierárquicas". 20.000 operários dos lanifícios paralisados. Vários laboratórios suspendem a actividade.

comissão contar os casos. Exigimos logo que os chefes fossem transferidos para fora das secções das mulheres. Depois entrámos mesmo pelo saneamento: corremos com as chefias, inclusive o chefe de pessoal e o director que tinha feito parte da primeira comissão! Passou-se tudo no meio de uma certa confusão, com conflitos pessoais, e quando os mais politizados saíram, em 75, o ambiente decaiu um bocado. Mas o pessoal não ficou com nenhuma má recordação desse período; as mulheres, sobretudo, viram a sua situação melhorar muito.

O PC e os grupos m-l iam-se lá infiltrando e, como havia competição, a CT decidiu fazer reuniões de informação com os partidos políticos; fizemos uma com o PC e outra com a UDP, que tinha acabado de se formar. Mas eu estava mais interessado na organização de base dos trabalhadores.

Em paralelo com a criação da CT da Cergal, tínhamos arrancado com a comissão Interempresas. Entrámos em contacto com os CTT, que já estavam em luta e, pouco a pouco, com pessoal de várias empresas da região de Lisboa - Lisnave, TAP, Melka, Efacec - assim como trabalhadores individuais. A Interempresas deu apoio aos processos de luta da TAP e dos CTT, editava a sua folha e teve um papel de coordenação interessante. Teve o seu ponto alto na manifestação de 7 de Fevereiro, que foi também o seu fim, porque os activistas foram todos para os partidos.

O 7 de Fevereiro foi, para mim, uma jornada histórica. Resolvemos protestar contra o desemprego e contra a entrada no Tejo numa esquadra da NATO. A rádio começou logo de manhã a avisar que a manifestação estava proibida pelo MFA, o Octávio Pato a fazer avisos que ninguém fosse, que havia o perigo de provocação, que os marinheiros americanos deviam ser recebidos com recordações do Portugal democrático, etc. Não ligámos. Tínhamos quatro pontos de concentração e convergimos para o Marquês de Pombal. Era gente que nunca mais acabava, tudo em fato-macaco, a gritar "Fora a NATO, fora a CIA, Independência Nacional". Os tipos ficaram acagaçados e à última hora lançam um comunicado a dizer que estava autorizada. Veio um oficial do COPCON pôr-se à dispo-

sição para manter a ordem mas nós dissemos que não fazia falta, que a manifestação sabia tomar conta de si.

O Jaime Neves estava na Duque de Loulé com a tropa e com os chaimites, para não nos deixar passar junto à embaixada americana. Fomos ao pé dele, ele teimava que ali não passava ninguém. Nós dissemos: “Vamos consultar os nossos camaradas, e se eles decidirem que é de avançar, passamos mesmo”. A malta gritou toda “em frente!” e o tipo quando viu a multidão a avançar para os cordões teve que mandar os soldados recuar, foi-se pôr em torno do edifício da embaixada e nós passámos.

Por fim, chegámos à praça de Londres, estavam lá os soldados do Ralis a proteger o Ministério do Trabalho. Começou tudo a gritar “os soldados ao lado do povo”, eles viraram as armas para baixo e começaram a saudar com o punho cerrado. Foi a primeira grande união de trabalhadores e soldados.

Para nós, que em grande parte ainda não estávamos filiados em nenhum grupo nem partido, a Interempresas era vista como um esboço de soviets, órgãos apartidários mais combativos que os sindicatos. Depois desta manifestação já não quis nada com o PC e liguei-me à UDP. Muitos operários como eu que estavam nesse processo aderiram nessa altura.

Outro episódio que tem sido muito caluniado foi o assalto à embaixada de Espanha. Foi uma reacção espontânea de indignação quando se soube do crime do governo franquista. Agora é apresentado como vandalismo porque não temos voz para fazer ver a nossa razão. Perante a barbaridade dos cinco jovens garrotados, a destruição realizada tem pouca importância. Só um protesto violento estava à altura; se tivéssemos ido para uma grevezinha de fome ou uma manifestação simbólica eles riam-se de nós. Tinha que ser a doer. Já se sabe que, em actos destes, há sempre tipos marginais que aproveitam para pilhar, mas é um risco que se tem que correr.

Fazem essa gritaria toda porque não querem que se espalhem os “maus exemplos”. Já anteriormente, quando foi do 28 de Setembro, entrámos na sede da CIP e rebentámos-lhe com as instalações e a mobília, porque

20 Maio

Fim da greve nas minas da Panasqueira, sem obtenção das 40 horas. Prossegue a greve da indústria têxtil, que exige o pagamento dos dias de greve. Concentração dos operários têxteis e dos lanifícios junto ao Ministério do Trabalho. Alastra o movimento de ocupação de casas. A população protesta contra a decisão da Junta de Salvação de embarcar Américo Tomás e Marcelo Caetano para o Brasil. Trabalhadores da Companhias das Aguas ocupam a sede da empresa.

21 Maio

Protestos de várias organizações de esquerda contra a libertação de Caetano e Tomás. 20000 metalúrgicos manifestam-se no Porto, exigindo assinatura do contrato. Os trabalhadores do Hospital de Santa Maria de Lisboa discutem em assembleia geral uma proposta de salários iguais para todos. Continuam as greves e os movimentos reivindicativos nos seguros, TAP, construção civil, indústria automóvel, produtos farmacêuticos, pescadores, Standard Eléctrica, químicos, hotelaria, ensino secundário. Os assalariados agrícolas reúnem-se para constituírem um sindicato. Empregadas domésticas lançam as bases de um sindicato.



22 Maio

Apresentação de um caderno reivindicativo com 23 pontos pelos trabalhadores da Timex, com um prazo limite de resposta até 27 de Maio. Nos seguros, primeiros alertas dos sindicalistas membros do PCP contra a "anarquia económica". Início da greve na Renault. 6000 operários têxteis prosseguem a luta. Greve no maior supermercado de Lisboa.

eles estavam implicados na "maioria silenciosa"; e é interessante que dessa vez os jornais pouco falaram no assunto. Como combatente antifascista e operário radical, não fiz mais que a minha obrigação e assumo-o sem reservas.

"Os trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas decidiram proibir a entrada dos administradores e tomar nas suas mãos a produção até serem satisfeitas as suas reivindicações: suspensão imediata das promoções, fim de todos os privilégios de alguns grupos, redução do número de administradores, exigência de não distribuição de lucros aos accionistas nem gratificações aos administradores, libertando fundos para autofinanciamento".

(Comércio do Funchal, 13/2/75)

"Em muitas empresas a luta contra o desemprego e os despedimentos tem passado pela recusa de horas extraordinárias. É também fácil verificar que, se houver uma redução de horário de trabalho, mais trabalhadores terão emprego. Por exemplo, se dois milhões fizerem menos uma hora por dia, podem-se criar 250.000 novos empregos. Camarada, é preciso seguir o exemplo dos trabalhadores que têm lutado com determinação. Chova ou faça vento, é preciso vir para a rua lutar com firmeza contra o desemprego e o sistema capitalista que o origina".
(Trabalhadores em luta, folha das reuniões de trabalhadores Interempresas, Fevereiro de 1975)

Da JUC para a fábrica

Berta Macias, professora do secundário, 47 anos

Para falar na minha participação no 25 de Abril, tenho de ir um bocado atrás. Em Coimbra, em 69, toda aquela malta que tinha tomado consciência com o processo das eleições começou a procurar outras coisas. Eu era católica e vinha da JUC, com outros. Metemo-nos na Associação, num curso de Economia Política. Às tantas, apercebi-me que havia ali dois grupos diferentes, um trotskista e outro maoísta, uns e outros a querer-me puxar. Fui para o grupo trotskista. Fazíamos formação a ler “O Capital” e a estudar; os outros eram do *Grito do Povo*, eram mais práticos, só queriam acção. Diziam que o que era preciso era ir para a fábrica.

Na altura não fui, mas ficou-me aquilo na cabeça. Vim para Lisboa e em Maio de 72 liguei-me a um grupo que trabalhava numa cooperativa cultural da Amadora, a Vis; fui para lá dar aulas aos operários. Aí também estava metida gente de várias tendências: pcs e maoístas de vários grupos. Todas as noites saía do emprego e ia para a Amadora, havia sempre actividades na cooperativa, reuniões, canto livre. Às vezes ajudava a distribuir o *Grito do Povo* nas escolas, cheguei a ir buscar os jornais ao Porto e a Aveiro; mas nunca aderi e esfriei com eles porque tinham a mania de se intitular promotores de todas as acções que havia. Acabei por me ligar a um dos grupos que estava metido na cooperativa, o Luta Comunista. Foi aí que me decidi mesmo a ir trabalhar para a fábrica. Vimos que o mais fácil para entrar era na indústria alimentar, pois os patrões não faziam perguntas nenhuma. Em Setembro de 73 fui para a Heller, na zona dos Cabos Ávila.

Entrávamos às sete da manhã, fazíamos nove horas por dia, mais os sábados, ganhava-se trinta a trinta e cinco escudos por dia, fora os descontos. Passava-se mesmo fome. Eu estava na embalagem, e como despachava bem o serviço fui aconselhada pelos camaradas do meu grupo a propor que ajudássemos as que produziam menos, para todas termos direito ao prémio de produção que a fábrica

23 Maio

Greve na Melka, fábrica de confecções de capitais suecos. A Intersindical chama a atenção dos trabalhadores para as greves inoportunas “encorajadas pela reacção”. Greve dos estudantes do secundário até serem atendidas as suas reivindicações contra os exames. Fim da greve na Lisnave

24 Maio

Assinatura do acordo trabalho-capital que fixa o salário mínimo em 3300 escudos. Greve de 5 horas no Metro acaba em acordo entre a administração e os trabalhadores.

25 Maio

Os empregados da Rádio Renascença declaram-se “em autogestão”. A tropa é chamada, a pretexto de que os estúdios desta emissora católica estão ocupados pela extrema-esquerda. Descontentamento na base no sindicato metalúrgico, cuja direcção aceita um salário mínimo de 4500 escudos, quando os operários exigem 6000 escudos. Greve com ocupação na Berliet, contra os despedimentos colectivos. Cunhal avisa: “A greve generalizada pode levar ao caos”. Manifestação anticolonial da extrema-esquerda no Largo da Estrela, exigindo a libertação do capitão cubano Pedro Peralta, dispersada pela GNR e PSP, com carros de assalto e gases lacrimogéneos. Manifestação de rua de vários milhares de alunos do secundário exigindo a revogação imediata dos exames.



26 Maio

Fim da greve nos têxteis com um acordo entre o sindicato, o patronato e o Ministério do Trabalho. Vários milhares de operários manifestam-se diante do edifício do ministério onde se desenrolam as negociações, gritando “viva a classe operária, viva a nossa greve” e ameaçam invadir o edifício se não se concluir o acordo. A direcção do sindicato pede calma e é acusada de proceder a “manobras estranhas”. A polícia vem proteger o edifício; duas horas e meia depois o acordo é assinado: 1000\$ de aumento para todos. Manifestação de 20.000 metalúrgicos no Porto, diante da sede da associação patronal que negoceia com o sindicato. Greve num estaleiro naval a norte do Porto para salários de 6000\$, um mês de férias pagas, 45 horas por semana e 13º mês. Os pequenos empresários reunidos em Lisboa apoiam a Intersindical no seu esforço para moderar os aumentos de salários. Greve dos estudantes do Ensino secundário.

pagava. Não foi fácil e resultou pouco porque a maior parte das mulheres não queria saber de solidariedades. Viviam no bairro da Boavista, muitas eram mulheres de estivadores que só trabalhavam às vezes, eram elas que tinham que aguentar a casa e os filhos. Havia as que arranjavam esquemas com os chefes, havia de tudo. Tive crises de desânimo porque aquilo não condizia nada com a imagem que eu tinha da classe operária, toda consciente e revolucionária.

De qualquer modo, fizemos uma concentração que foi importante. Os patrões não queriam dar férias às que tinham entrado nesse ano. Como no sindicato não nos davam saída, resolvemos parar, cinquenta mulheres. Parámos o serviço e os tipos vieram mesmo falar connosco. Passados dois dias, reconheceram que tínhamos razão. Foi uma alegria, as colegas passavam por mim no serviço e faziam-me o V da vitória. A partir daí, corri as secções todas por castigo de ter sido “cabecilha”, mas nunca me sentia isolada.

No 25 de Abril, saí de casa às seis da manhã para ir para a fábrica. Na paragem do autocarro comecei a ouvir conversas esquisitas, uns diziam que andava a polícia contra o exército, outros que era o Tomás contra o Marcelo, uma confusão. Cheguei à fábrica, ninguém sabia ao certo o que era, começou-se a falar em sairmos todos do trabalho para ir saber. Aparece o patrão, que estivessemos calmas, que não havia nada de grave e que não se podia abandonar o trabalho. Fomos almoçar e voltámos a pegar ao serviço, quando as fábricas da zona já estavam todas vazias. Mas as mulheres estavam com medo de perder o emprego e eu achei que não as devia abandonar. O que me custou a passar aquele dia!

No dia seguinte, claro, já não fui trabalhar. Fui para Coimbra, ver os pides saírem da sede. Estavam barricados lá dentro e não se rendiam, com o povo todo cá fora. Foram dos últimos a render-se. Passei lá a noite toda de sexta-feira. Na segunda-feira voltei para a fábrica. Já tudo falava à vontade e os do PC apareciam às claras. Decidimos ir ocupar o sindicato, que era em Alcântara. Juntou-se lá pessoal das indústrias alimentares, vindos de Leiria e de

outros sítios. Desmascarou-se em comunicados os nomes dos “amarelos” que nos tinham andado a vender, na minha fábrica era a chefe de pessoal que fazia parte da direcção do sindicato.

A 10 de Maio fui para a rua. O patrão chamou-me e disse-me de caras: “Você vai-se embora por ser comunista”. Respondi-lhe que ele tinha era medo do momento histórico que se vivia em Portugal e vim-me embora. Meteram-me logo na organização da ORPC que se estava formar nessa altura. Eram reuniões atrás de reuniões, vinha de lá com a cabeça em fogo, queria fazer tudo. Ofereci-me para ir para a linha de Cascais alargar a organização: os núcleos dos vários grupos estavam a juntar-se. Em Carcavelos, ocupámos um prédio de gente rica que estava desabitado, foram para lá morar as pessoas que viviam num bairro de lata ali ao lado. Também ocupámos casas para sedes: Algés, Linda-a-Velha, Paço de Arcos, Carcavelos, Cascais... Os moradores diziam-nos quais eram as casas vazias e nós íamos lá ocupar.

Em Paço de Arcos, na Quinta do Mocho, criámos um núcleo forte de assalariados da Câmara de Oeiras, principalmente cantoneiros (eram os mais revoltados e mais activos). Isto deve ter sido desde o 28 de Setembro até princípios de 75. Foi quando se formaram mais Grupos de Vigilância Antifascista. Fazíamos comícios em colectividades, para esclarecimento e para angariar pessoas. Esta gente depois veio toda para a UDP.

Veio o 11 de Março e fui logo para a sede. Estava lá o João Pulido Valente a dizer: “É preciso limpar as sedes e preparar já a resistência”. Eu só dizia: “Resistência com quê, se não temos uma arma?”. Depois da manifestação ao Ralis, formou-se um grupo que foi dali atacar a casa do Spínola, partiram-lhe para lá uma data de coisas, tiraram livros e papéis. Ainda fiquei umas noites nos turnos que estavam de guarda à sede da UDP, no Campo de Santana.

Em Setembro, quando chegou a notícia de que o Franco tinha garrotado os seis antifascistas, fui para o consulado de Espanha na Avenida da Liberdade. Vi a malta a escalar a parede e a entrar pelas janelas. O Manuel Monteiro saltou para cima numa caixa da electricidade e

27 Maio

Face ao atraso na resposta da administração, as operárias da Timex iniciam greve de zelo, com ocupação, imposição das 40 horas semanais, retenção de *stocks* de relógios e piquetes de greve. Manifestação desde o Feijó até Cacilhas, com distribuição de comunicados. Greve de 5000 trabalhadores da Carris em Lisboa, para exigir paridade com o Metro, apesar do parecer desfavorável dos sindicatos. Fim da greve na Messa. No Norte, prossegue a greve dos pescadores. Trabalhadores da panificação, contrariando o sindicato, entram em greve. Lisboa sem autocarros, nem eléctricos, nem pão. Fim das greves nos têxteis e lanifícios. Contra a comissão pró-sindicato, greve dos CTT no Terreiro do Paço. Em Bragança, o PC declara: “As greves selvagens não podem servir a causa dos trabalhadores”. O general Galvão de Melo lê na televisão o desabafo de um anónimo entristecido com a democracia: “Libertarem-se terroristas [guerrilheiros dos movimentos de libertação] e transformá-los em heróis nacionais!”



VIVA LA CONVENCIÓN
REPUBLICANA!

28 Maio

Fim da greve na Messa; prossegue a dos transportes. Início da greve dos operários das padarias. Greve dos CTT em Lisboa. São ocupadas casa no bairro de S. João de Deus, no Porto. O MDP critica as “greves irresponsáveis”.

29 Maio

Fim da greve dos pescadores. Na greve dos trabalhadores da ponte 25 de Abril, não são cobradas portagens. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação considera que os operários das padarias “são manipulados pelos agentes dos patrões”; o patronato, por seu lado, atribui a greve a “elementos políticos da extrema-esquerda”. Spínola afirma no Porto: “Eis a primeira grande opção que o povo português tem de fazer: a liberdade democrática ou o anarquismo, aquele anarquismo que em todos os tempos foi o cancro demolidor das sociedades democráticas”. Abolidos os exames para todos os alunos com médias superiores a 10 valores. Na Lisnave são despedidos 600 trabalhadores das empresas associadas, por falta de navios.

pôs-se a discursar, estava tudo muito excitado. Fomos dali para a Praça de Espanha. Assisti a uma parte do assalto, mas entretanto chamaram-me e fui com um grupo pintar o comboio que saía para Espanha, em Santa Apolónia, “Franco assassino”, “Franco assassino”, por dentro e por fora, em letras garrafais. Enquanto uns pintavam, eu e outros tirámos um banco da estação e sentámo-nos na linha para o comboio não poder sair. Apareceu a polícia e como a gente não saía mesmo tiraram-nos à força, mas o comboio lá foi. Não sei se chegou assim a Espanha, todo pintado.

No 25 de Novembro, fomos para a porta do quartel de Oeiras, porque uns tipos da Lisnave disseram que iam distribuir armas para resistir ao golpe de direita. Estivemos lá até às três da manhã, até que nos vieram dizer que não havia nada para ninguém. Nos dois ou três dias seguintes foi um sofrimento terrível, meteu-se tudo em casa, não se sabia o que se estava a passar. Foi uma desilusão completa, caiu-nos em cima toda a esperança anterior.

Enquanto o movimento durou, andava sempre tão contente! Mesmo sabendo que aquilo ainda não era o que a gente queria, íamos sempre avançando, ganhando posições. Foi uma época que, quando hoje a recordo, me aparece como extraordinária. Foi um tempo diferente. Havia luta, por isso mesmo quando aparecia a tropa ou a polícia a gente não tinha medo.

“Nós, operários da A. Caetano, pedimos ao Ministério das Finanças o mais urgentemente possível uma peritagem à firma para descoberta de possíveis falcatruas e uma revista geral ao escritório da sua residência, à garagem onde tem documentos e se possível à casa dele em Francelos”. (De uma entrevista ao jornal Combate, Outubro 1974)

O assalto à esquadra das Antas

José Carretas, encenador, 40 anos

Estava eu no Viaduto de Gonçalo Cristóvão, a ver cair máquinas de escrever dum quinto andar do CDS, quando ouvimos uma voz: “Camaradas, há uma sede do PDC na Praça Velasquez!” “Embora lá!” E lá fomos por ali acima, talvez uns trezentos putos, com dois megafones que nasceram não sei donde. Pelo caminho, fomos enchendo os bolsos de pedras e engrossando a voz com palavras de ordem. Ao chegar à Praça Velasquez, ouviram-se tiros. Três, quatro, talvez cinco.

Gritei para a minha irmã: “Aqui, atrás da árvore!”

E enquanto nos abrigávamos, fomos percebendo que os tiros vinham todos do mesmo sítio; surgiu na nossa direcção, vindo do lado dos tiros, um miúdo, para aí duns treze anos, com um chapéu de polícia na mão, como se fosse um troféu, excitadíssimo, a gritar :

“Foi a ‘bófia’! Eu sei quem eles são, são da esquadra das Antas!”

E logo a seguir, outro puto, atrás dele, abria o casaco: “Olha, olha! Olha aqui!”. E mostrava um buraco de bala. Um redondíssimo buraco de bala, perfeitinho e queimadinho a toda a volta do buraco. Quer dizer, enquanto nós fugíamos para trás das árvores da Praça Velasquez, estes dois putos, em vez de fugirem, correram contra os polícias que disparavam contra nós.

Tornámo-nos a juntar e a voz colectiva que saiu agora foi de revolta legítima :

“Polícia, fascista, a-ssa-ssina!” “Vamos assaltar a Esquadra das Antas!” “Vamos!”

Parece que foi milagre: logo a seguir, aparece uma Berliet a correr, salta lá de dentro um tenente do exército, vem cá para trás, onde acaba a Berliet e começa o toldo, põe um pé em cima da “varanda” do camião, pega no megafone e atira :

“O povo istá cuémiéfiá! O povo istá cuémiéfiá!”

Reacção do pessoal :

“Ó,ó,ó,ó, olha-meste, vai mas é p’ra casa! Ó muoço, vai p’á tua terra! Mas o que é que ele quer?”

30 Maio

Regresso ao trabalho nos transportes públicos, na Electrolux (em “solidariedade com o governo”) e nas padarias (onde as reivindicações não foram atendidas). Uma lista de oposição de esquerda apresenta-se às eleições do Sindicato de Empregados de Escritório, tradicionalmente influenciado pelo PC.

31 Maio

O pré dos soldados passa de 30\$ para 250\$ por mês e o rancho passa a ser igual para todas as patentes. Começam a aparecer as primeiras comissões de soldados. Criação do sindicato de vendedores de jornais. O Sindicato dos Ferroviários (próximo do PC) declara não querer “participar em aventuras perigosas para a consolidação da liberdade”. A Comissão de Trabalhadores do Metro contesta a decisão do governo de demitir a administração, por esta ter feito demasiadas cedências laborais. Os sindicatos dos ferroviários declaram que já não querem a greve. Fim das greves das padarias, da Carris e dos pescadores.



1 Junho

Manifestação da Intersindical contra "a greve pela greve"; uma delegação é recebida pelo ministro (comunista) do Trabalho. Criação de comissões de apoio à greve da Timex. PS defende o controlo das greves pelos sindicatos. É nomeada uma comissão para elaborar uma lei da greve.

2 Junho

Manifestação violenta de soldados do contingente de Macau, contra o comando militar; segundo os jornais, o motim, que se tornou quase incontrolável, era dirigido contra os militares acusados de corrupção e desvio de fundos. Empregadas domésticas constituem o seu sindicato.

Reacção do tenente, perante a reacção do pessoal:

"Então, (ao megafone) se o Povo está com o MFA, o MFA está com o Povo. Se o Povo quer ir assaltar a esquadra das Antas, o MFA também vai! O MFA vai evacuar a esquadra das Antas!"

E o Éméfiá foi à frente.

A Esquadra das Antas funcionava numa moradia, estilo anos sessenta, com um jardimzeco e um portão de grades a dar para uma rua paralela à avenida do Estádio do "Glorioso". Uma rua estreita de um só sentido.

Quando lá chegámos, já havia um cordão de soldados sempre, sempre ao lado do povo, defronte do jardim da esquadra.

E ficámos à espera. E esperámos. E tornámos a esperar.

Só que, em vez de desesperar, o povo foi engrossando. Ia chegando gente e a perguntar: "O que é que há aqui? Ai, sim? Ai dispararam? Então deixa-me ficar."

E os talvez trezentos putos do princípio eram agora com certeza uns seiscentos.

Passaram-se duas horas. Lá dentro, nada. Cá fora, íamos nuns setecentos.

De repente, sem avisar, abre-se o portão e sai, a romper o cordão de soldados, uma Berliet carregadinha de polícias.

Só deu tempo de perceber o que se estava a passar e de atirar meia-dúzia de calhaus ao toldo de lona que já ia a drapejar no fundo da rua.

Tenho a impressão que houve um polícia que chegou a levar com uma pedrada na cabeça, mas mais nada.

Apupos, assobios e frustração.

Mas o dia, afinal, ainda não tinha acabado. Novamente sem avisar, sai um Austin Cambridge com seis graduados da PSP, três à frente e três atrás, a tentar furar por entre a massa. O condutor hesitou por um só segundo. Foi o suficiente. Quando um carro pára, é curioso, por mais potente que seja o motor, não tem mais força que setecentas pessoas. O fulano meteu a segunda, tornou a meter a primeira, o carro pareceu plissar, mas praticamente já não saiu do sítio.

Primeiro, foi o pára-brisas da frente que ficou em migalhas, depois foram os vidros do lado.

E a malta – eu vi – encavalitada em cima do *capot*, a meter varapaus lá para dentro, com murros à mistura, descarregava um ódio de séculos.

Os polícias conseguiram sair do carro e foram fugindo, às cegas, dos sopapos e dos pontapés. Eu fiquei entre o arrepio e a comoção, a vê-los desaparecer à esquina da rua. Sangravam um bocadinho.

Mas o que mais me marcou nesse fim de tarde foi talvez, já no caminho de regresso, em frente à Igreja das Antas, a confissão daquele miúdo:

“É pá, eu estava parado no passeio e ouvi ‘Olha o bófia, olha o bófia! Agarra o gaijo!’ Só tive tempo de olhar e ver o polícia a fugir. Meti-lhe a biqueira, o gaijo espalhou-se ao comprido e pôs-se a gemer, de joelhos p’ra mim: ‘Misericórdia! Misericórdia!’ É pá, até fiquei cheio de peninha do polícia! Peguei no pau e pus-me a bater. Eu a bater, eu a bater e o bófia a chorar : ‘ Misericórdia!’... Aquilo até metia nojo!”

Era um relato sincero, sem cinismo nem ironia. Ele tinha de facto pena do homem. Mas o ódio que tinha ao polícia era muito maior.

Ainda hoje estou para saber se existia alguma sede do PDC na Praça Velasquez.

“A prevista e não concretizada intervenção das forças militares nos CTT não se destinava a ‘reprimir uma luta dirigida por trabalhadores’, como tendenciosamente tem sido propalado, mas precisamente a defender esses trabalhadores, e o povo em geral, contra manobras dissimuladas de agentes perturbadores que estão a actuar em flagrante oposição aos objectivos do programa do MFA.”
(De um comunicado do Estado-Maior do Exército)

3 Junho

O Serviço de Informação Pública das Forças Armadas informa que no teatro de guerra da Guiné as tropas portuguesas sofreram dezasseis feridos. Aprovados em Conselho de Ministros diplomas de amnistia para crimes comuns. Início da greve total da Timex. O MES afirma em comício: “A haver algumas ameaças fascistas, será muito mais provável que sejam promovidas pelos sectores da burguesia em decadência do que pelo capital financeiro”.

4 Junho

A Assembleia de Delegados das empresas de construção civil do Distrito de Lisboa deliberou, por unanimidade, que o Sindicato dos Operários da Construção Civil não deve filiar-se na Intersindical porque esta “não se mostrava interessada em reconhecer a comissão eleita pelos trabalhadores, dando mostras de partidarismo”. Trabalhadores das carnes exigem semana das 44 horas. Vitória da greve das trabalhadoras da Simões & Cia, em Benfica, por aumentos salariais e saneamento da administração. Greve de empregadas de limpeza. Várias centenas de donas de casa reúnem-se numa associação ligada ao Movimento de Libertação das Mulheres. É lançada a campanha para “Um dia de trabalho pela nação”, iniciativa do PC, que afirma: “Este apelo patriótico desperta uma adesão entusiástica”. Os trabalhadores da Applied Magnetics instituem a semana de 40 horas.



KARL MARX

5 Junho

Distribuído no Funchal um manifesto que defende a independência para a Madeira. Dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto expulsos das instalações da empresa Salvador Caetano. Notícia-se que Barbieri Cardoso, antigo subdirector da DGS, prepara golpe em Paris.

6 Junho

Manifestação do MES em Cabo Ruivo, de apoio aos movimentos de libertação das colónias. Greve de 8000 empregadas de limpeza, decretada pelo Sindicato dos Contínuos e Porteiros de Lisboa. Ocupação das instalações da Edil, contra o despedimento colectivo de 14 trabalhadores e a ameaça de mudança da sede da empresa. Mário Soares encontra-se com Samora Machel em Lusaca. Ao regressar, afirma: “É imoral haver negociações enquanto morre gente”. A LCI promove uma manifestação contra Pinochet.

Sindicalismos em conflito

Custódio Lourenço, operário reformado, 62 anos

No dia 25 de Abril, eram umas sete da manhã, ia eu para a fábrica, ao atravessar a Praça do Comércio vi um cordão de soldados a impedir a passagem. Fiquei surpreendido porque não tinha ouvido notícias nenhuma no rádio, não sabia nada. A primeira ideia que me ocorreu foi que seriam manobras. Perguntei-lhes o que havia, disseram que não sabiam, estavam ali a cumprir ordens. Quando cheguei à fábrica, a empresa metalúrgica J.B. Cardoso, em Santo Amaro, é que soube: era gente de todo o lado a dizer que tinha havido um golpe militar, a queda do fascismo. Foi uma alegria.

Eu tinha voltado de Paris em 71, a salto, e depois de andar um ano escondido, resolvi ir trabalhar, mas sempre de pedra no sapato, não fosse a PIDE deitar-me a mão. Estava ligado ao PCP(M-L) - fui um dos fundadores do partido, na emigração - e a minha acção na fábrica era principalmente fazer propaganda contra a guerra colonial. Não havia problemas porque os operários eram bastante receptivos a essa propaganda.

Durante aqueles meses a seguir ao 25 de Abril, andei nas manifestações todas e fui eleito para delegado sindical e para a comissão de trabalhadores, que chegou a ter 50 membros. A fábrica tinha na altura uns 500 trabalhadores. Conseguimos aumentos de salários, um refeitório com almoços a preço baixo, complemento de reforma, salário completo a partir dos 21 dias de baixa, água quente no balneário, autorização para trabalhar sentados em algumas secções. E, principalmente, ganhámos a liberdade de palavra, de reunião, de fazer ouvir a nossa voz.

Os patrões tornaram-se todos “democratas”, não queriam sarilhos. A única *bronca* que houve foi quando não aceitaram uma reivindicação salarial. Fizemos uma greve que deu estardalhaço lá na zona: trabalhávamos 45 minutos; tocava a sirene, parava tudo por um quarto de hora; tocava outra vez a sirene, voltava tudo ao trabalho;

daí a 45 minutos tocava a sirene, parava tudo outra vez... Bastou um dia e meio desta música para os patrões cederem.

Ao fim de um ano de mandato, não aceitei recandidatar-me para a CT e CS. Foi assim: veio um papel para as quotas do sindicato passarem a ser descontadas pela entidade patronal. Não concordei, disse que isso ia contra a independência do sindicato perante o patronato. A princípio, ainda houve uns oito que me acompanharam nesta posição; uma semana depois já estava sozinho, mas pus os pés à parede, não aceitei. Nunca mais me contactaram, fiquei fora do sindicato, passaram a isolar-me junto dos companheiros de trabalho, chegaram a rotular-me de “fascista”.

Na origem disto já havia divergências anteriores. Quando foi do “dia de trabalho para a Nação”, disse que não admitia descontos obrigatórios, cada um devia decidir se queria ou não oferecer o dinheiro e que eu, pela minha parte, não estava disposto a dar dinheiro nenhum, porque não havia socialismo nenhum, nem tinha confiança no que iam fazer com esse dinheiro. Tiveram que dar-me razão e o resultado foi que lá na empresa só conseguiram cinco contos.

Fiquei marcado e a partir daí foi sempre a pior. Eu não aceitava o domínio dos elementos afectos ao PC, que levavam tudo para o reformismo. A unicidade sindical, à partida, parecia positiva, mas a classe operária não tinha nenhuma independência, ficava envolvida nos sectores da aristocracia, parecia-me tudo aquilo uma grande caldeirada de classes. Devido a essas posições, passei a ser bastante assediado por operários afectos ao PS mas recusei liminarmente: eram ainda mais reformistas.

Aconteceu, portanto, que quando chegou o 25 de Novembro, eu estava bastante isolado. Tinha abandonado o CMLP quando se decidiu a fusão com os outros grupos, por achar tudo aquilo muito confuso; mantinha contactos com alguns rapazes de outras empresas, como a ENI, que defendiam a necessidade dum sindicalismo independente, mas daí também não saiu nada.

7 Junho

Álvaro Cunhal comenta com militantes do seu partido que “o fim da guerra colonial não será fácil”. Saldanha Sanches, director do jornal do MRPP, é preso. O PCP, condenando os grupos de extrema-esquerda, afirma que eles “servem claramente não os interesses dos trabalhadores, mas os da reacção”. A URML propõe uma revolução radical.

8 Junho

Anúncio do debate da lei eleitoral. Manifestação em Lisboa, promovida por cabo-verdianos, de apoio aos movimentos de libertação.

9 Junho

Estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e a Jugoslávia.

10 Junho

Manifestação fascista em Lisboa de apoio ao “federalismo” com as colónias. Manifestação, da Avenida da Liberdade a Belém, de apoio ao MFA. Interrupção da emissão de TV, por parte da Junta de Salvação Nacional, por considerar a farsa teatral transmitida (representada no contexto das comemorações do dia de Portugal), ofensiva dos sentimentos católicos.



11 Junho

Nomeação de dezasseis secretários e subsecretários para Angola e Moçambique.

12 Junho

As Forças Armadas comunicam a morte em combate de três militares. Anunciada nova classificação para a visualização do "Couraçado Potemkine" de Eisenstein: "Não aconselhável a menores de 13 anos - Pode ser visto por menores de 13 anos quando acompanhados por pais ou professores". Reunião do Conselho de Ministros para analisar a criação de uma comissão de controle *ad hoc* da Informação, e aprovação de diplomas sobre restrições ao uso de greve, ocupação pelos trabalhadores, saneamentos, etc. Salário mínimo de 4500\$00 para metalúrgicos assinado entre Sindicato e Ministério do Trabalho. Prisão de Ramiro Valadão. Manifestação de vários milhares de pessoas para reclamar a libertação do director do jornal do MRPP. As operárias da Sogantal ocupam a empresa e decidem passar a vender a produção. Os pides presos na Penitenciária de Lisboa iniciam greve da fome.

"Estavam catorze operários de vigilância à obra quando foram surpreendidos por um bando de cerca de cem polícias que, chicotando e insultando os nossos camaradas, os enfiaram dentro de carrinhas sem sequer dar tempo a que se vestissem. Alguns descalços, outros sem roupa, foram espancados mais uma vez dentro dos carros por estes assassinos da PSP. Os fascistas, levando-nos para a prisão enquanto nos batiam, diziam: "Então vocês julgam que a polícia morreu? Mas a polícia está pior do que antes do 25 de Abril!", "O 25 de Abril fez-vos mal, agora somos nós que mandamos!"

Dentro da esquadra destes bandidos, os nossos camaradas foram enfiados, descalços e sem roupa, às 7 horas da manhã em celas húmidas e terraços de cimento, sendo interrogados: "Então quem são os cabecilhas?", "Diz-me lá a que partido é que pertences? Quem é que está por trás disto?" "Quem é que leva lá os jornais Voz do Povo, que nós depois tratamos deles?"

(Jornal da greve dos operários da Soares da Costa, 11 de Outubro de 1974)

Foi a minha universidade

Maria de Lurdes Torres, empregada, 42 anos

Quando foi do 25 de Abril, eu e mais dois, lá no Casal Ventoso, estávamos num grupo de propaganda. Distribuíamos panfletos e fazíamos pinturas de madrugada por todo o bairro de Campo de Ourique, contra o fascismo, a guerra colonial, a exploração. Chegou a ir a PIDE lá a minha casa. O mais engraçado é que não sabíamos a que grupo pertencíamos. Só depois viemos a saber que era trotskista.

Logo a seguir, apareceu um grupo de jovens muito porreiro que nos apoiou e fiquei ligada a eles, era o CCR. Ocupámos o centro social e corremos com o padre que lá estava a gerir aquilo. Começou a aparecer gente para colaborar, fazíamos sessões de esclarecimento, para as pessoas se organizarem para cuidar dos idosos e das crianças que andavam por ali ao deus-dará. É verdade que o nosso trabalho nesse campo não foi muito bom, tínhamos falta de direcção política.

Mas aí começaram as ocupações. Em Campo de Ourique havia muita casa desabitada, casas boas, e fechadas. Formámos um grupo de trabalho ali no Casal Ventoso e começámos a ocupar, isto no Verão de 74. Fizemos uma lista das casas desocupadas e um inquérito aos vizinhos com mais necessidades. Levávamos para lá a família, para a sua nova casa, e formávamos piquete à porta do prédio, porque em muitos casos aparecia a polícia, chamada pelos senhorios, a querer-nos desalojar. Tivemos montes de problemas. Com a Polícia Militar não, mas a PSP mandava brigadas com carros cheios de tipos armados até aos dentes, agrediam os piquetes, conseguiram expulsar alguns, mas muitos outros ficaram. Uma vez comprámos quilos de pimenta e cada um do piquete atirava a pimenta para cima dos polícias. Muitos desses moradores conseguiram depois fazer contratos e ainda hoje habitam nessas casas. Quando lá passo lembro-me disso.

Falei em muitos comícios e sessões de esclarecimento, alguns camaradas até brincavam comigo, chamavam-me a

13 Junho

Manifestação unitária da extrema-esquerda (CBS, LCI, LUAR, PRP, GAPS) contra a prisão de Saldanha Sanches. O Secretário-Geral da OUA acusa: "É a falta de nitidez e a confusão que ainda caracterizam a política portuguesa. Será isto deliberado ou accidental? Creio que é deliberado". Encontro da Junta de Salvação Nacional com o MFA para análise da situação. Trabalhadores da Citroën de Mangualde ocupam a fábrica, contra o *lock-out* da administração.

14 Junho

Mário Castrim apela a "dizer não à greve sem razão". Costa Gomes representa Portugal em reunião da NATO. Amnistia de mais de mil presos por delitos comuns. Nomeação de Silvério Marques para governador de Angola. Cinco mil manifestantes, operários e patrões de pequenas e médias empresas, da Margem Sul gritam: "Não às greves!", "Os empresários são filhos do povo", "Não à anarquia, não ao desemprego, não à fome!"

15 Junho

Pescadores de Matosinhos entram em greve por melhores salários.

UNIDADE DO POVO CONTRA O FASCISMO



O FASCISMO NÃO PASSARÁ

17 Junho

Greve de 35000 trabalhadores dos CTT por aumentos salariais. Spínola, nos Açores em conversações com Nixon, exige a mobilização militar para acabar com a greve. Face à iminência da intervenção militar, a greve termina derrotada. Despedidos mais de vinte empregados da fábrica de confecções Liscosa de Corroios, que encerrou. Manifestação dos trabalhadores dos Laboratórios JABA contra o despedimento arbitrário de 7 trabalhadores. O exército atira sobre presos que tentam fugir da penitenciária de Lisboa. Há feridos.

“casas sim, barracas não”. O que fizemos foi bem feito, era tudo religiosamente respeitado. Dizíamos que a solução não era a autoconstrução, não era cada um a resolver o seu problema, o que interessava era dar um espírito colectivo às pessoas. Vim a pertencer à Intercomissões de Bairros de Lisboa, que abrangia todos os bairros de lata: da Curraleira, da Quinta dos Peixinhos, da Quinta da Calçada... Havia gente de todos os grupos de esquerda nestas comissões e havia muita rivalidade. Nós, no Casal Ventoso, dizíamos que aquilo ali era dos CCR; ainda lá tentaram entrar rapazes do MRPP e do CMLP mas não deixámos. Com o MRPP chegou a haver lutas físicas. Fora disso, fazíamos trabalho cultural, exposições, actuação de grupos musicais, para as pessoas saberem o que tinha sido o fascismo, a necessidade de se organizarem e consciencializarem. A AEPPA fez lá uma exposição sobre o Chile, foi um sucesso, as pessoas ficaram impressionadas.

Eu não parava. Todos os dias havia comícios, sessões, trabalhos. No emprego, fui eleita para a comissão de saneamento, com um elemento de cada sector, e organizámos os processos de várias pessoas que foram dali retiradas.

No congresso de fundação da UDP fui eleita para o Conselho Nacional, fiquei a pertencer até deixar a organização. Trabalhámos muito para a legalização da UDP, mobilizámos aquele bairro todo. Nas primeiras eleições, em 75, no Casal Ventoso houve uma votação muito grande na UDP porque nós estávamos ali reconhecidos.

No 11 de Março, formámos piquetes no viaduto Duarte Pacheco, bloqueámos aquela zona toda e fiscalizávamos quem vinha para dentro da cidade. Não era só gente da UDP, eram outros moradores que se juntavam a nós nas alturas em que havia luta. Dali foi uma data de gente para a casa do Spínola, espatifaram por lá o que apanharam à mão.

Quando foi do assalto à embaixada de Espanha, vem um soldado ter comigo: “Ó camarada, então isto é para protestar ou é para levar para casa?” “Porquê?” disse eu. “Então, vai ali um pela avenida abaixo com uma máquina

de escrever!” Meti-me no jipe com ele e fomos ter com o indivíduo, ele ficou um bocado atrapalhado, tirei-lhe a máquina de escrever e pu-la no molho. Demos cabo daquilo tudo, mas não interessa, estávamos ali para protestar contra o fascismo, não era para roubar.

Entretanto, como a situação estava a aquecer no Norte, fui mandada pelos camaradas para o Porto, apesar de nessa altura já estar grávida. Quando foi da defesa da sede da UDP contra os *fachos* que a queriam assaltar, fui eu que fui à cadeia buscar os camaradas que a polícia tinha prendido. Dali fui para Braga, onde também incendiaram a sede da UDP, e apresentei um protesto em tribunal contra o vandalismo da direita.

Mas já não estávamos a aguentar a força da reacção. Veio o 25 de Novembro e tive que entrar na clandestinidade, porque não se sabia o que viria a seguir. Fui depois para Trás-os-Montes, onde vivi outras experiências naquelas aldeias, na altura em que mataram o padre Max.

O 25 de Abril foi a minha universidade, deu-me um enriquecimento muito grande. Foi o tempo mais importante da minha vida. Se deu para o torto, só temos que nos queixar do mau trabalho da esquerda, porque chegámos a ter quase tudo na mão, o povo estava connosco.

18 Junho

Despedimento de dezasseis operárias da fábrica de ferragens Urfic de Tondela. O Secretário de Estado do Trabalho Carlos Carvalhas, em reunião pública com dirigentes sindicais do distrito de Santarém, manifesta-se contra os “que agora procuram semear a confusão, que defendem a greve pela greve e o caos económico”, afirmando que “Roma e Pavia não se fizeram num dia, nem Portugal será obra de alguns, mas a construção da maioria...O que não se compadece com a impaciência, ou com a doença infantil de queimar etapas.”. Tipógrafos da gráfica Carlos Marques, de Beja, entram em greve. Revolta em várias prisões de delito comum. Protestos contra a greve dos carteiros, que prossegue apesar de já ter conseguido o 13º mês e um dia de folga semanal.

CASAS SIM! BARRACAS NÃO!

Refrão:

*Casas sim! Barracas não!
As casas são do povo!
Abaixo a exploração!*

*Vim do campo pr'á cidade
terra alheia é maldição
é morrer de sol a sol
por uma côdea de pão
que metade da colheita
vai p'rós bolsos do patrão*

*Estava farto de miséria
Ver os filhos a chorar
larguei tudo e vim-me embora
p'rá cidade trabalhar
sem dinheiro e sem ter casa
fui pr'ás barracas morar*

Refrão

*Dizem que quem nasce pobre
e sem dinheiro p'ra estudar
tem de andar sempre de canga
e tem que se sujeitar
ao que a sorte lhe trouxer
e às migalhas que apanhar*

*Essa sorte eu a renego
que só dá sorte ao patrão
é conversa de quem quer
continuar a exploração
vou lutar que a minha sorte
há-de sair da minha mão*

*Sou operário sou pedreiro
trabalho na construção
sou eu quem constrói as casas
p'rós burgueses p'ró patrão
dou palácios aos senhores
e vivo num barracão*

*A canalha que me explora
tem tudo o que quer à farta
chalés no campo e na praia
para a amante e para a gata
tudo à minha custa e enquanto
eu vivo num bairro da lata*

Refrão

*Mas já basta de miséria
isto agora vai ser diferente
não haja gente sem casa
enquanto houver casas sem gente
pelo fim da exploração
marchemos todos em frente*

*Todos bem organizados
partiremos à conquista
esmagaremos para sempre
a opressão capitalista
Liberdade para o Povo
numa pátria socialista*

Refrão

A “revolução” no Estado Maior

António S.,

professor do ensino secundário, 48 anos

No dia 19 ou 20 de Abril, era eu alferes miliciano da 2ª Repartição de Informação e Contra-Informação, em Santa Apolónia, fui encarregado pelo meu chefe, um coronel, de preparar uma reunião de chefes militares no anfiteatro, com a recomendação de que não poderia haver microfones nem gravadores.

Entretanto, sou chamado à 4ª Repartição do Estado-Maior (de estratégia) por uns senhores capitães que me disseram que a reunião era de generais da “brigada do reumático” que se preparavam para organizar uma revolta militar de resposta à tentativa do golpe das Caldas. Portanto pediam-me que me infiltrasse na reunião para saber o que lá se passasse. Ainda tentei convencer o coronel a deixar-me estar presente, nem que fosse para servir chá, mas ele não consentiu.

Então lembrei-me de comprar blocos de papel muito fino, com lápis muito duros, para o que eles escrevessem ficar gravado por baixo. Pus à frente de cada lugar o nome do oficial que devia aí sentar-se. Ao fim da tarde, quando eles saíram, fui a correr buscar os blocos e tirar as folhas de baixo para mandar para a 4ª Repartição. Fiquei alarmado, na convicção de que estava iminente um golpe de extrema-direita.

Na noite de 24, ao passar perto do parque Eduardo VII, fui cair numa barragem de militares que não me deixaram passar. Identifiquei-me e pedi para falar com o capitão. Explicou-me que algo se estava a passar mas que não me preocupasse, porque era coisa interessante. Relacionei logo com a reunião dos generais e concluí que eram eles a tomar posições em Lisboa. Fui dar uma volta e ao chegar ao Campo Pequeno vejo a parada dos tanques que vinham de Santarém. Fiquei assustadíssimo, pensei que era mesmo o golpe fascista. Achei que o melhor era ir para o Estado-Maior, porque aí estaria em segurança e não me acusariam de estar a avisar inimigos.

19 Junho

Comunicados de apoio à luta dos CTT, do MES, LUAR e LCI. A União dos Sindicatos do Porto considera que a greve dos CTT foi precipitada, que “a população pode virar-se contra os trabalhadores” e sugere que alguns delegados sindicais poderão ser “pides ou legionários”. Manifestação de protesto frente ao edifício dos CTT na Praça da Batalha, Porto, com agressões aos trabalhadores e tentativa de assalto do edifício; seguiu posteriormente para o Regimento de Infantaria 14, manifestando a sua indignação. Magistrados da Covilhã expressam “a sua repulsa pela greve” dos CTT. Entraram em greve 600 trabalhadores da Ormis de Santa Iria e de Alcochete, contra a suspensão de um membro da CT. Os operários da Electomecânica de Automóveis manifestam-se contra o despedimento de 6 colegas.

20 Junho

Despedimento de 42 operários da Salvador Caetano de Ovar, por acordo entre a administração e o INTP, com base em critérios de assiduidade, rendimento, zelo e antiguidade dos trabalhadores. Fim da greve dos carteiros. Primeiros encerramentos de empresas têxteis.

SOLIDARIEDADE



POVO SAHARAUI

21 Junho

Contactos entre o exército e MPLA. Agentes da PIDE/DGS libertados em Moçambique. Palma Carlos afirma ao *Arriba*, jornal falangista espanhol, que “o Pacto Ibérico mantém-se sem alterações e não se põe o problema da sua reforma”. Mário Soares ao *Le Monde* reafirma: “Somos fiéis à Aliança Atlântica”. Octávio Pato reclama contra a luta dos trabalhadores dos CTT, “que, entre outras reivindicações, exigem um horário de trabalho de 35 horas”, demonstrando com tal “que o que estava em causa era uma acção contra o Governo Provisório e contra a democratização do País. (...) O processo revolucionário não tem prazos...”. O Governo anuncia ter preparado a intervenção militar na greve dos CTT, a qual foi cancelada apenas porque a greve foi suspensa. Professores obtêm vitória ao obter do MEC o pagamento das férias. Manifestação de dois milhares de pessoas que exigem alterações do

Entrei e vi uma grande agitação, um pelotão de 30 homens a fazer a segurança à porta, armados, os coronéis a correr para baixo e para cima. Então ocorreu-me que, sendo apanhado ali de madrugada, desfardado, sem me mandarem chamar, podiam pensar que estava a dar a minha solidariedade àquele golpe fascista e o melhor era pôr-me a andar. Insisti com o coronel (“isto é uma coisa entre os senhores coronéis, eu não tenho nada a ver com isto, quero ir dormir que ainda não me deitei”). Tanto o xinguei que o homem deixou-me sair. Já deviam ser seis e meia da manhã. Mandou-me apresentar ao meio-dia, fardado.

Assim fiz. Quando cheguei, o coronel manda-me chamar para saber o que tinha visto nas ruas. Apercebi-me então que eles não estavam a controlar a situação. Deilhe os sinais todos trocados, e apesar de ter visto os tanques no Terreiro do Paço, disse que estava tudo calmo e não tinha visto nada. Mas logo me arrependi porque, se me descobrissem, então é que ia preso mesmo.

Apercebo-me que o pelotão, que estava lá para fazer a segurança do general D. João de Paiva Brandão, já não tinha o mesmo comandante, deixara de fazer a segurança ao general e estava agora a fazer a segurança aos revolucionários, os tais da 4ª Repartição que me tinham contactado dias antes. O general, que tinha chegado de Mercedes, de motorista e com batedores, saiu num Mini-Minor, levado para casa pelo Sanches Osório. Já se tinha dado como derrotado.

Por volta das duas da tarde, fomos chamados, os alferes e aspirantes, por outro major, para uma sala. Ali, em nome do movimento dos capitães, disse-nos que estava em curso um golpe contra o regime e perguntou quem estava a favor e quem estava contra. Surgiram logo discrepâncias: um (hoje comentador político conhecido, de direita) perguntou se podia dar a resposta no dia seguinte; outro queria saber primeiro quem é que estava a ganhar; outros, se não se podia pôr uma urna para fazer voto secreto. Passados uns minutos de confusão, já estávamos todos a favor do golpe do 25 de Abril, mesmo aqueles que só queriam votar no dia seguinte. Ele congratulou-se com isso, recomendou que estivéssemos calmos, que nos

desfardássemos, fôssemos todos para casa e aguardássemos instruções. Estive a ver as movimentações de rua pela televisão, com uns amigos, em casa, como me mandaram.

Passados dias, fui incumbido de ir a outro edifício do Estado-Maior, onde havia uma tipografia que fazia todas as publicações do exército, dirigida por um civil, homem altamente fascista, que não deixava sequer os soldados irem à casa-de-banho nas horas de serviço. Fui mandado lá dar uma explicação a esses soldados sobre o que se estava a passar, porque ele não lhes tinha explicado nada. Quando cheguei, o homem proibiu-me a entrada. Eu impus-me, para grande espanto dos soldados. Mandei-os formar e expliquei-lhes tudo. Perguntei o que pensavam, mas estavam muito confusos, não sabiam o que responder. Só um disse que era a favor. Disse-lhes que não cumprissem mais ordens daquele senhor e mais tarde ele foi saneado. Hoje está muitíssimo bem na vida, abriu várias tipografias e veio a trabalhar muito para o Estado-Maior democrático. Ficou muito melhor que dantes, economicamente.

Continuei mais uns meses na tropa, até Janeiro de 1975. No 28 de Setembro, estava em Paris, num curso de jornalismo, com outros portugueses; foi uma angústia terrível, porque não tínhamos informações. Entre os meus colegas do curso, uns eram a favor do Spínola, outros contra, e geraram-se tensões muito fortes e atitudes muito duras de uns contra os outros. O que dirigia o curso, que era pró-spinolista, tomou atitudes de controlo da informação, para nós não sabermos o que se passava. Ao fim de um ou dois dias viemos a saber. Nós ficámos muito triunfantes, e os que tinham sido a favor do golpe puseram logo muito MFAs outra vez e tudo correu como dantes.

Código Civil para poderem divorciar-se. Comício no Pavilhão dos Desportos promovido pelo Movimento Nacional Pró-Divórcio. Primeiras restrições do governo à liberdade de imprensa.

22 Junho

O Ministério do Trabalho apela em comunicado de imprensa “a todos os trabalhadores, a toda a população portuguesa para que compreenda a luta dos trabalhadores dos CTT” pois “as condições de trabalho e remunerações destes são difíceis e baixas, e por isso é justo que eles lutem por melhores condições de vida...” e termina afirmando que “o que houve de errado na sua luta foi não atenderem ao momento extremamente importante e complexo que o País e a economia portuguesa atravessam, e lançarem-se imediata e abertamente em greve, pondo assim em perigo as conquistas democráticas já alcançadas...”. Trabalhadores da Companhia das Águas, que querem nacionalizações sem indemnização do capital privado, ocupam os serviços administrativos da empresa com o apoio de uma força de Lanceiros 2 (Policia Militar). Criada a Comissão *ad-hoc* para Controle dos Meios de Informação, na dependência da Junta de Salvação Nacional: incitamentos a greves, paralisações ou manifestações não autorizadas pela legislação em vigor e agressões ideológicas que contrariem a execução do Programa do Movimento da Forças Armadas são duas das

REBOLEIRA SUL

COMISSÃO DE MORADORES



RECOLHA DE FUNDOS
PARQUE INFANTIL
CENTRO CULTURAL

infracções consideradas.

Movimento para a criação de sindicatos de assalariados agrícolas no Sul e exigência de assistência médica e férias igual à dos operários da indústria.

Grande reunião no Porto: discurso de Álvaro Cunhal, que apela para as pequenas empresas e para o sentido do dever das grandes empresas em relação ao país. Extinção do Movimento Nacional Feminino.

23 Junho

Requisição de cinco navios da companhia de petróleos Saponata, na sequência da greve de zelo do pessoal da marinha mercante. Formada a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), calculados em 30.000, com declarações contrárias à guerra.

“Noite de 25 de Novembro, diálogo telefónico entre Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa, e Campos Andrada, comandante do Regimento da Polícia Militar da Ajuda:

V.L. – Tenho notícias que há muita gente à frente do palácio de Belém e do RPM, fá-los dispersar.

C.A. – Como? Queres que os leve em caixões, como os comandos? Olha que são trabalhadores.

V.L. – Desenrasca-te.

C.A. – Como?

V.L. – A tiro.

C.A. – Vai...”

(A Luta Continua, boletim do comité Albertino Bagagem, Novembro 75)

Autogestão na Sogantal

José Maria Carvalho Ferreira, professor, 48 anos

Cheguei de Paris em Junho de 74, convencido de que vinha encontrar uma revolução democrático-burguesa clássica, controlada pelos militares, mas logo comecei a aperceber-me de que algo muito mais importante estava a acontecer.

Foi para mim uma grande experiência ter entrado em contacto com a luta da fábrica de confecções Sogantal, pertencente a patrões franceses, situada no Samouco (Montijo). Tinha umas 50 operárias, que ocuparam a empresa em Junho de 74, quando o gerente tentou responder com represálias às suas reivindicações de maiores salários, férias pagas e 13^º mês.

Casos semelhantes estavam a dar-se noutras empresas mas aqui a ocupação assumiu uma radicalidade invulgar: supressão das cadências e dos horários obrigatórios; abolição das hierarquias; igualização dos salários; rotação das tarefas, inclusive de direcção; e, mais subversivo ainda, a decisão de encetar a venda directa da produção.

Estas decisões foram tomadas em assembleias gerais que se reuniam regularmente e às quais podiam assistir pessoas estranhas à fábrica. A comissão de trabalhadores era também de composição rotativa.

Tudo isto teve uma outra consequência da maior importância: as mulheres começaram a libertar-se da autoridade do marido e da família, dos valores patriarcais vigentes. Até aí, passavam o dia a trabalhar e a obedecer passivamente a ordens, tanto na fábrica como em casa, e não podiam deslocar-se sozinhas para lado nenhum. A partir daí, raparigas, na maioria de dezoito, vinte anos, passavam do trabalho na produção à discussão nas assembleias, faziam as contas da empresa, participavam nos piquetes de vigilância nocturna, deslocavam-se a vários pontos do país para vender a mercadoria, davam opinião sobre tudo. Claro que surgiram conflitos familiares e houve mesmo alguns divórcios.

A audácia sem paralelo deste grupo de operárias pode

24 Junho

Proibida a divulgação em Luanda de um manifesto pela independência de Angola subscrito por militantes do MPLA. Formação dos CIC, que apelam à luta pela independência imediata e incondicional das colónias, em solidariedade total com os movimentos de libertação. Greve de 300 operárias têxteis da fábrica de camisas Mafalda, de capital norte-americano, contra o encerramento da empresa. A comissão directiva do Sindicato da Construção Civil de Lisboa divulga comunicado contra incitamentos à greve e apela à denúncia dos agitadores às Forças Armadas. Manifestação de famílias de soldados exigindo o fim da guerra. Manifestação de 1000 operários da Siderurgia, em apoio do caderno reivindicativo.

25 Junho

Anúncio do debate da lei do saneamento. Presos dois oficiais milicianos que se recusaram a reprimir a greve dos CTT. O governo toma conta da Companhia das Águas de Lisboa.

26 Junho

Manifestação em Lisboa, pelo 12^º aniversário da Frelimo. Quatro mil despedimentos na construção civil.



27 Junho

Declaração do PCP anunciando que se verificam posições "aventureiristas" entre os trabalhadores dos Correios e denunciando a greve de zelo por eles organizada. A assembleia nacional dos delegados dos CTT solidariza-se com os dois militares presos por se terem recusado a intervir contra a greve dos carteiros.

29 Junho

Comício do PCP em Lisboa com 20.000 pessoas.

compreender-se se tivermos em conta que partidos e sindicatos tinham nessa altura muito pouca influência na empresa. Entretanto, os problemas acumulavam-se. Foi primeiro a incursão dum grupo de mercenários, armados de pistolas, granadas, matracas, gases lacrimogéneos e com cães, que se introduziram na fábrica de madrugada. Dado o alerta por uma operária, uma parte da população do Montijo cercou as instalações e travou-se luta de que resultou um incêndio. Os sabotadores só foram retirados a salvo graças ao socorro da GNR e do COPCON.

Mas o principal problema era a dificuldade em vender a produção. A venda das roupas pelas próprias operárias era mal vista, mesmo pelos habitantes na zona, assustados por este atentado directo à sagrada e intocável propriedade privada. No Verão, com o apoio da solidariedade externa, ainda foi possível entrar em contacto com empresas em luta, como a Timex e sobretudo a TAP, que era na altura um cadinho revolucionário, e cujos operários passaram a absorver boa parte da produção da Sogantal. Quando se desencadeia a greve na TAP e as oficinas são invadidas pela tropa, havia já um conjunto de empresas, creio que eram 36, com CTs que não estavam subordinadas ao PC, embora estivessem a ser infiltradas por grupos esquerdistas. A CT da TAP convocou uma reunião no Clube Atlético de Campo de Ourique (CACO), onde se formou a Interempresas e se apelou à greve geral de solidariedade contra a repressão militar. O apelo foi para ser impresso no sindicato dos têxteis mas o Agostinho Roseta, que viu, achou aquilo altamente incendiário e sabotou a impressão do manifesto.

Entretanto, na Sogantal, as dificuldades em escoar a produção foram-se acumulando. As diligências junto do Ministério do Trabalho e do Sindicato dos Têxteis, com vista à nacionalização da empresa ou à sua transformação em cooperativa, ficaram sem efeito. As operárias chegaram à conclusão de que a sua experiência fora muito além das das outras empresas. Tiveram que assentar os pés na terra e parar de sonhar. Enquanto isto, o Sindicato, a troco do apoio prestado à luta, começou a imiscuir-se nas decisões internas e a fomentar divisões. Por fim, depois duma longa

agonia em que já não havia meios para subsistir, cada uma foi para seu lado. Isto foi já em 1976.

Apesar deste epílogo negativo - inevitável nas condições de isolamento em que este punhado de operárias se encontrou - a luta da Sogantal ficou como uma das mais avançadas experiências de autogestão operária em Portugal.

“Com a nossa luta mostrámos que o capitalista Abreu fez uma falência fraudulenta. Provámos que a fábrica pode produzir. Quando a ocupámos havia sete teares a trabalhar, hoje há 25; o salário era de 1500\$-1700\$, hoje é de 3300\$ para todos. Também aprendemos que os patrões não servem para nada, a não ser para nos explorar e ficar com o produto do nosso trabalho. Também sabemos que para continuar a produzir, a nossa luta tem de ser constante. E que não vai durar sempre. A autogestão é um perigo demasiado grande para todos os patrões para que estes a deixem continuar.”

(Comunicado dos operários da Sousabreu, Guimarães, 4/2/75)

2 Julho

Fim da greve na Martins e Rebelo, em que os operários venderam directamente produtos leiteiros ao público.

3 Julho

Inicia-se a paralisação da frota de pesca de arrasto por os armadores não aceitarem os aumentos salariais pedidos pelos pescadores. O governo e o Ministério do Trabalho condenam a greve nas agências de turismo, cujos trabalhadores se concentram diante deste ministério.

5 Julho

As instalações fabris da Socel, na Mitrena, são ocupadas pelos trabalhadores devido à administração ter recusado a lista de saneamentos exigidos pelo pessoal. Despedimento de quatro jornalistas de esquerda da Rádio Renascença. Dois jornais são processados por terem noticiado a manifestação pela libertação dos dois militares que se recusaram a intervir na greve dos carteiros. Os trabalhadores quozizam-se para pagar as multas. Primeira reunião unitária dos partidos da direita. Comunicado dos trabalhadores dos Correios contra o PCP. Um comunicado da Comissão de Extinção da PIDE/DGS informa que estão presos mil indivíduos daquela organização.



6 Julho

Início da greve da Efacec-Inel - Lisboa.

8 Julho

Manifestação em Lisboa de vinte mil funcionários públicos, indignados com a publicação de um decreto que alarga grandemente o leque salarial. O Secretariado Provisório reclama a redução do leque salarial, saneamento imediato da Administração Pública e direito à livre sindicalização. Ficam concentrados em S. Bento, com grande participação de mulheres, até o governo comunicar a suspensão do decreto.

Manifestações do funcionalismo também no Porto e em Setúbal. No Porto, paralisam durante algumas horas o Matadouro e as oficinas municipais, também em protesto contra a tabela de vencimentos. Plenário da União de Sindicatos do Porto reclama medidas do governo contra os despedimentos em massa. Os trabalhadores de seguros

Assobiámos o Spínola no 25 de Abril

Amílcar Sequeira, topógrafo, 45 anos

No 25 de Abril, eu estava em casa, chumbado no curso de capitães, e com uma guia de marcha para Tancos para tirar um curso de minas e armadilhas. Como estava organizado politicamente, ia tendo conhecimento, mesmo antes do 25 de Abril, de comunicados e informações sobre reuniões e movimentações na tropa. Na Amadora, o PC estava organizado e eu tinha contacto com militantes deles, pelas tascas e zonas de trabalhadores. Pois nesse dia, às 5 e tal da manhã, telefonou um amigo a dizer que ligássemos o rádio e estivéssemos atentos, porque estava a haver qualquer coisa. Juntou-se um grupo lá em casa (foi assim que na Sorefame não se trabalhou) e viemos todos para o largo do Carmo. Aguentámos a pé firme até à rendição dos gajos. Lembro-me de batermos no chaimite que levava o Marcelo Caetano. Depois apareceu o Spínola num Mercedes e a malta começa a assobiar o tipo. Aí o povo começa a dizer "já não estou a perceber nada disto. Então estes também estão contra o Spínola?" Daí, a gente desceu a calçada do Carmo, atravessámos o Rossio e metemos para a Almirante Reis acima, um grupo grande. Ainda antes disso, um dos nossos tinha querido tirar uma G-3 a um soldado, para avançarmos para a António Maria Cardoso onde estavam os pides.

Fomos em manifestação pela Almirante Reis acima. Na zona do Intendente, começámos a atirar pedras a um banco. Estavam polícias a guardá-lo, um à porta e outro mais acima. Responderam a tiro. Um tipo perto de mim cai no chão junto ao chafariz do Desterro. Fui lá, vi que se mexia, mas os tiros continuavam. Pisguei-me e tentei meter-me na oficina de automóveis, ali ao lado, mas, coisa inédita, o tipo lá dentro fecha-me o portão na cara. Fiquei do lado de fora. Foi uma surpresa: antes do 25 de Abril nunca me aconteceu ficar na rua, sempre nos abriam a porta quando fugíamos da polícia!

Apresentei-me em Tancos a 27 ou 28 de Abril mas, com aquela confusão toda, mandaram-nos para casa uma

semana. Calhou bem porque ainda deu para ir na manifestação do 1º de Maio. Gerou-se lá em Tancos um movimento para se acabar com o curso de minas e armadilhas, ligado à guerra colonial que nós rejeitávamos. Isso deu uma confusão séria que levou o então ainda desconhecido Vasco Gonçalves a ir lá para nos acalmar.

Depois disso fui colocado no batalhão dos Açores. Era para ir para a Guiné, mas como estava em curso o processo de independência, mandaram-nos para casa à espera de novas ordens. Fiquei aqui com licença paga. Resultado: era funcionário político com ordenado pago pela tropa; fui responsável pela organização de um núcleo do CARP em Santarém e Carregado. Começámos por fazer um VAF (grupo de vigilância antifascista) por alturas do 28 de Setembro, onde procurávamos juntar gente dos outros grupos. Também ia ao Alentejo organizar umas "pontas". Havia ali malta toda *prá-frentex*; colavam cartazes de caçadeira a tiracolo.

Em Dezembro mandaram-nos para Angola render uns tipos que tinham acabado o tempo. Verifiquei que dentro da tropa de lá também havia a luta dos moderados contra os radicais. O capitão era pelo Grupo dos Nove, nós tomámos partido pelos grupos mais radicais. Criámos assembleias de soldados porque queríamos vir embora. Saí da tropa em princípio de Novembro de 1975, pouco antes da independência de Angola, e fomos rendidos por uma companhia de pára-quedistas no sul. Cheguei aqui na fase final antes do 25 de Novembro. Embora já desmobilizado, ainda fui a uma reunião de militares, mas já não deu para fazer nada.

manifestam-se no Porto e na Seguros Douro entram em greve, com ocupação das instalações. Plenários de católicos de Braga contestam o arcebispo, ligado ao antigo regime. Uma companhia teatral inicia espectáculos em fábricas.

9 Julho

Demissão de Palma Carlos, chefe do I Governo Provisório, por não lhe serem dados pelo Conselho de Estado maiores poderes. Uma manifestação no Marquês de Pombal em apoio de dois oficiais milicianos presos por se recusarem a reprimir a greve dos CTT é impedida por um cordão militar; o EMGFA acusa a convocatória da LCI e do MES de "fazer o jogo da reacção". A manifestação desce a avenida e atravessa a Baixa. Representantes dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa reclamam subsídio de férias, 13º mês e diuturnidades. Reunião geral dos trabalhadores do LNEC reclama: cumprimento cabal e imediato das medidas de saneamento; actualização dos vencimentos com congelamento dos mais altos; semana de 40 horas a entrar imediatamente em vigor; direito de sindicalização para os trabalhadores da Função Pública. Mantém-se a greve dos professores da Faculdade de Direito, que recusam o saneamento, decretado pelos alunos, de Paulo Cunha, Marcelo Caetano, Soares Martinez e outros, ligados ao antigo regime. O MES condena a anunciada regulamentação do direito à greve. Continuam a fechar fábricas, sobretudo no Norte. Os

SOLDADOS AO LADO DO POVO

*Quando a burguesia lança
Os seus cães de fila contra o povo
Que se levanta e luta
Contra a exploração*

*Os generais da burguesia
Mandam batalhões de soldados
Trabalhadores fardados
P'ra massacrar a revolta
E então...*

Refrão:

*Que as armas empunhadas pelos soldados
Sejam armas para o povo
Que na luta que se forja dia a dia
Sejam armas contra a burguesia
Os soldados sempre, sempre ao lado do povo*

*Os soldados são operários e camponeses
E não se voltam contra camaradas
São p'ra servir o Povo
As suas mãos armadas*

*Se nos mandarem lutar contra aqueles
que são nossos irmãos
Em qualquer parte do mundo
Sabemos dizer não!*

Refrão

*Dentro dos quartéis como na rua
Com a farda ou sem ela lutaremos
Marinheiros e soldados
São também explorados!*

*E contra aqueles que nos roubam
Não poremos cravos na espingarda
Contra esses faremos fogo
E será vermelha a nossa farda!*

Refrão

*E as armas empunhadas pelos soldados
Serão armas para o povo
Na luta que se forja dia a dia
Serão armas contra a burguesia
Os soldados sempre, sempre ao lado do povo*

Um jornal diferente

Júlio Henriques, tradutor, 48 anos

A minha acção no 25 de Abril deu-se no seio do colectivo Combate (do jornal do mesmo nome). A experiência deste colectivo, que nunca quis ser uma organização, está hoje soterrada, tanto quanto o está a experiência do movimento autónomico dos trabalhadores, cujas realizações práticas e teóricas tiveram lugar entre Abril de 74 e Novembro de 75. Foi formado, na Primavera de 1974, por ex-militantes de organizações marxistas-leninistas que já antes haviam posto em causa o leninismo e se encontravam num processo de reflexão aberto a tudo quanto fora ocorrendo, desde meados dos anos 60, no capitalismo e nas lutas sociais que nele têm origem. As suas posições políticas aproximavam-nos dos anarquistas, sem no entanto se definirem como tais. Rejeitavam, em todo o caso, qualquer organização política centralizadora e dirigente que se substituísse aos órgãos directamente forjados na luta de classe, sustentando que o mais importante consistia em apoiar o protagonismo social proletário na ruptura que ia desfazendo as instituições normalizadoras do capitalismo e, nesse processo, criando outras, a ele antagónicas - no caso, as Comissões de Trabalhadores e de Moradores. O jornal *Combate* (que retomou o lema "a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores") tornou-se assim, desde o início e espontaneamente, porta-voz do movimento autónomico, não com quaisquer pretensões a "dirigir" esse movimento proletário, mas no sentido em que dava uma expressão sistemática e mais alargada aos comunicados, análises e formulações emanados das comissões de trabalhadores e de moradores.

Recusando liminarmente o papel de especialista político, de "condutor de massas", o colectivo Combate (que abriu duas livrarias, uma no Porto e outra em Lisboa, e editava opúsculos de análise, nomeadamente sobre a situação económica) era entretanto, no contexto da época, uma iniciativa minoritária. A sua actividade, ao mesmo

sindicatos pedem a intervenção do governo. Formação do COPCON (Comando Operacional do Continente), para "manter e restabelecer a ordem pública".

10 Julho

Trabalhadoras da Applied Magnetics reunidas em plenário impedem o despedimento de 116 camaradas e decidem quotizar-se para assegurar o seu salário enquanto a administração não as readmitir. Os funcionários públicos, que desde a manifestação de dia 8 se mantinham em piquetes em S. Bento, abandonam o local. Numa reunião de 33 sindicatos que constituem a União de Sindicatos do Sul exige-se ao governo que impeça os despedimentos, proíba o *lockout* e reconheça a independência das colónias. Os dirigentes do Sindicato das Conserveiras do Algarve vêm a Lisboa queixar-se de que os patrões não respeitam o salário mínimo e fecham as empresas. Cerca de mil empregadas de limpeza foram despedidas na sequência de lhes ter sido fixado salário mínimo e pagamento do dia de folga. Assembleia de professores do IST pede o saneamento do Ministério da Educação.



CONSTRUIR O PARQUE INFANTIL
LIGAR-SE AOS MORADORES
CONSOLIDAR A COMISSÃO

11 Julho

Discursando aos fuzileiros, o general Spínola glorifica os combatentes do Ultramar e os valores da Pátria. Os trabalhadores da Efacec-Inel em Lisboa decidem em plenário prosseguir a greve com ocupação das instalações, denunciando as manobras de intimidação da administração. A comissão de moradores do bairro camarário da Quinta da Calçada queixa-se da situação degradante. Reuniões de trabalhadores rurais em Casas do Povo no Ribatejo, em que homens e mulheres, pela primeira vez, denunciam as condições de miséria em que vivem.

Assalariados de Aljustrel conseguem nova tabela salarial e direito de transporte para o local de trabalho. Os trabalhadores teatrais do PCP afirmam-se "participantes activos da luta da classe operária pela Democracia e pela construção do Socialismo e do Comunismo". Comício anticolonialista na Amadora, promovido pelo MDP. Continuam a afluir ao governo donativos

tempo que se mostrava popular, por se integrar na alargada tendência apartidária, era manifestamente impopular junto das organizações de esquerda e extrema-esquerda, na medida em que nelas criticava o que já eram ou o que poderiam vir a ser: meios não dinamizadores da auto-organização política da classe proletária, ou até obviamente impeditivos desse autogoverno em gestação.

O que de mais importante e decisivo ocorreu nesse curto período de menos de dois anos que designamos pelo nome de 25 de Abril foi a emergência das classes trabalhadoras no protagonismo da luta de classes e a respectiva constituição *de facto* de um movimento social proletário não controlável pelos partidos políticos e que pôde pôr em causa os próprios fundamentos do capitalismo; que não se limitou a uma acção antifascista, atacando as bases mesmas da exploração do trabalho, fazendo-o com frequência através duma formulação ideológica que não deixava margem para dúvidas.

Foi aquele movimento autónomo de classe que alertou as classes capitalistas internacionalmente e as mobilizou com vista ao bloqueio da "experiência portuguesa"; foi ele, também, e por razões opostas, que tão grande interesse suscitou junto dos trabalhadores de muitos outros países, em particular na Europa, incluindo a de Leste. E é este movimento que, bem entendido, hoje ficará silenciado no chorrilho interminável que há-de irromper dos aparelhos ideológicos de Estado a propósito dessa data fatídica na história social portuguesa. Porque o discurso do capitalismo em Portugal, após ter sido eliminada a irrupção das classes *de baixo* na direcção histórica, pôde entretanto tornar-se, sob a adequada capa democrática, claramente mais despótico, assente agora num consenso que faz da alienação do trabalho uma virtude, e podendo proclamar *urbi et orbi*, através do leque mediático em que se apoia e das credences que pôde promover, este notabilíssimo axioma *de guerra*: a moderna democracia (heterónimo do velho capitalismo renovado) é mesmo o único sistema que.

“Tínhamos aqui uma mestra até 15 de Maio, era carrasca para nós, má, chamava-nos muitos nomes e nós, claro, viva o 25 de Abril e pusemo-la fora. Os patrões queriam que ela ficasse. A gente não quis. De maneira que desde aí começou: nós vimos que era injusto e parámos. Dá-se o caso de no dia em que a gente parou, nós chegámos, estavam quatro polícias aqui à porta e tudo fechado. De maneira que fomos às Forças Armadas, fomos ao sindicato e estivemos a expor o nosso caso até que se resolvesse.

Durante a greve ficámos de noite aqui a dormir no chão, enquanto os patrões estavam lá em cima, que nós também não os deixávamos sair. Nós ficámos aqui a dormir nestas pedras mas eles ficaram prisioneiros três dias, sem comer. Ou nos davam as chaves, ou então morriam de fome”.

(de uma entrevista às operárias da Texmalhas, Porto, no semanário Combate, 13/9/74)

provenientes da oferta de um dia de trabalho de diversas empresas. Seguindo o exemplo de outras localidades, a população da Damaia organiza a limpeza das ruas, para manifestar às autoridades o desagrado pelos serviços oficiais.

12 Julho

Os sindicatos de metalúrgicos de todo o país denunciam que, logo após a assinatura do acordo trabalho-capital, “deu-se início a uma vaga de despedimentos sem precedentes” e exigem do governo “que sejam usados os meios necessários para fazer respeitar os seus direitos”. O sindicato dos operários da construção civil de Lisboa propõe ao governo medidas legislativas contra os despedimentos sem justa causa. Assinada em Moura uma convenção de trabalho entre os assalariados e os empresários agrícolas, estabelecendo salários mínimos, semana de 44 horas, pagamento de horas extraordinárias, etc. Empregadas domésticas de Aveiro, organizadas em comissão pró-sindical, reclamam uma lei do trabalho com direito a descanso semanal, férias, salário mínimo, etc. O Partido Liberal e o PDC reclamam que o governo “acabe com o clima de insegurança e incerteza criado pela agitação de Maio e Junho” e “o clima de ódio que se instalou nas relações de trabalho”. O MDM do Barreiro promove a criação de creches e jardins infantis no concelho.

13 Julho

Polícia de choque ocupa a TAP em greve.



BRASIL

**LIBERDADE PARA TODOS
OS PRISIONEIRO POLITICOS
AMNISTIA GERAL**

AEPPA

14 Julho

Mil e duzentos pescadores continuam a greve, que dura há um mês. Desembarque de um carregamento de sardinha vinda da URSS.

19 Julho

Ocupação das instalações da Gulbenkian para exigir o saneamento da administração. Esta aceita as reivindicações salariais mas “nega aos trabalhadores o direito de intervir nos problemas da administração”.

22 Julho

Fim da greve da Efacec-Inel.

23 Julho

Administrador da Applied Magnetics comunica a dissolução da empresa aos 600 trabalhadores em greve.

Sem o 25 de Abril, seria uma patetinha

Helena Faria, funcionária pública, 42 anos

Na noite de 24 para 25 de Abril, estive em casa de uns amigos, éramos todos de Mangualde. De vez em quando, um deles, que andava ligado a uns tipos da tropa, dizia «hoje vai haver um golpe». Nessa noite ele disse: «Vai ser uma coisa!..» Nós rimo-nos e cada um foi para sua casa. No dia seguinte, entra-me o Alcino de repente casa dentro, «há um golpe, há um golpe, abre o rádio!» E fui para a rua, como fizeram milhares de portugueses. Fui para o Carmo, fiz a viagem «turística»...

Andámos por ali a observar, assistimos aos tiros na PIDE, de longe... Depois juntámo-nos ao grupo de teatro – pertencíamos a um grupo que ia às colectividades (clandestinamente, claro. Nós chamávamo-nos «Orfeão»). Um dos elementos tinha estado preso antes do 25 de Abril: o Pedro Barroso era o responsável pela direcção cénica. Para nós, o 25 de Abril foi sobretudo importante pelas características do nosso trabalho, cujo objectivo era contribuir para libertar as pessoas da repressão.

Juntámo-nos, discutimos se devíamos continuar ou não, perspectivámos o que se poderia fazer... E continuámos a fazer teatro, sempre na zona de Lisboa, porque não tínhamos meios para mais. Aliás, foi num desses espectáculos posteriores ao 25 de Abril que fui levada em ombros. Era um texto do Sttau Monteiro, «Sua Excelência», que nós adaptámos à situação nas colónias – o que na altura nos trouxe alguns problemas. Mas ainda fiz mais umas peças – uma delas tinha que ver com a ocupação de casas.

O importante não era tanto a representação, mas o que vinha depois: acabado o espectáculo, e dado que não trabalhávamos com um público intelectual, discutíamos com as pessoas. Era essa a parte mais interessante e rica, o objectivo de tudo o resto.

Uma vez, numa colectividade do Casal Ventoso, houve uma rusga no andar por baixo daquele em que nos encontrávamos, mas avisaram-nos. Recolhemos tudo e

passámos a fazer parte dos frequentadores habituais do local. Quando saímos, ainda fomos perseguidos pela PIDE – lembro-me de ter corrido com os projectores às costas desde o Casal Ventoso até ao Terreiro do Paço.

Mas isso foi antes. Depois, passámos a integrar-nos nos outros espectáculos, éramos um grupo entre muitos. No teatro havia pessoas ligadas aos grupos políticos, outras não, mas a minha ligação aos políticos faz-se na faculdade.

Já com a UDP formada, vou trabalhar para o núcleo da Buraca – onde fico anos –, em tarefas de agitação nos bairros das proximidades. Deixou de haver teatro, toda a gente tinha agora uma vida completamente diferente.

No 28 de Setembro, lembro-me de vir de férias e de saber que havia barreiras e que não podíamos entrar em Lisboa. No 11 de Março é que andei pelos quartéis e no 25 de Novembro estive na Ajuda: um amigo meu estava dentro do quartel com o Tomé.

O 25 de Abril e os acontecimentos que se lhe seguiram representam muito para mim. Talvez porque antes eu sentia a repressão, queria fazer qualquer coisa e não conseguia senão através da «clandestinidade». Tudo aquilo que fiz, fi-lo por acreditar, por convicção, e por isso fui feliz. Por exemplo, quando ia para a Musgueira, eu estava a tentar convencer as pessoas de uma coisa que para mim era fundamental – que tinham direito a viver bem, a serem iguais aos que viviam bem...

Hoje, penso que isso se perdeu: primeiro, as pessoas não lutam; depois, tudo o que fazem é numa perspectiva de ganho pessoal. Quando falo nisto, normalmente chamam-me idealista...

O 25 de Abril foi fundamental. Deu-me objectivos, marcou, talvez, toda a minha posição na vida. Sem ele, se calhar não seria o que sou... Porque eu tinha todas as condições para ser uma patetinha. Ter-me-ia, quem sabe, formado, feito uma linda doutora... Por causa dele, há coisas na sociedade actual com as quais não consigo estar em paz, que são para mim inaceitáveis: corrupção, pobreza, miséria, analfabetismo, a própria repressão...

É verdade que muita gente que viveu o mesmo processo está completamente adaptada. Talvez porque a

24 Julho

Um grupo de mercenários invade a Sogantal de madrugada mas são cercados pela população e rendem-se ao MFA. Apresentação pública do CDS.

25 Julho

Manifestações em Lisboa e no Porto pelo fim da guerra colonial.

27 Julho

Spínola afirma a intenção de transferência de poderes para os representantes dos povos africanos. Greve na Mabor.

28 Julho

Um plenário de 4000 trabalhadores da TAP vota a continuação da greve, cercado por comandos e pára-quedistas com carros de combate.

31 Julho

Spínola suspende o *Diário de Lisboa* e *A Capital*, alegando que estes jornais dão demasiado destaque às manifestações da extrema-esquerda pelo fim dos embarques para as colónias.



1 Agosto

Campanha de alfabetização no Norte, organizada pela UEC com o apoio do governo.

2 Agosto

Anulada a suspensão dos jornais. A Comissão de Extinção da PIDE informa que o aparelho repressivo do regime fascista integrava 2160 funcionários, cerca de 20.000 informadores, 80.000 legionários, com 600 informadores e 200 elementos da Força Automóvel de Choque.

4 Agosto

Ocorrem novos tumultos em Luanda.

5 Agosto

Manifestação promovida pelo MRPP é impedida pela intervenção de forças militares.

cultura que adquiriram durante esse tempo não foi solidificada de modo a permitir-lhes continuar. O poder... o poder é também um factor muito importante, e o conformismo... Olhe-se para os funcionários públicos: levam 1,5 por cento de aumento e ainda acham que dez escudos é melhor que nada. Mas o que mais me impressiona é a perda de valores, a competição, o facto de as pessoas só pensarem em si mesmas...

Não, não me sinto frustrada. A minha frustração é que gostava de viver noutra sociedade.

"A Junta de Salvação Nacional não considerou as reivindicações apresentadas pelo Movimento de Libertação das Mulheres: direito a uma sede e extinção do Movimento Nacional Feminino. 'Este passo legal era necessário para confirmarmos o que pensávamos. Passaremos a lutar por outros meios para conseguirmos os nossos objectivos', disse uma das delegadas".

(Diário de Lisboa, 15/5/74)

Revistar os carros da polícia

Luis Chambel, jornalista, 40 anos

Há vinte anos, eu era, quanto muito, um aprendiz de militante. Antes do 25 de Abril, tinha participado numa greve na Faculdade de Economia, vendia o *Comércio do Funchal*, andava num círculo de teatro onde se discutiam textos políticos. Era ainda um pré-militante, que não teve tempo de chegar bem lá.

Depois do 25 de Abril, participei num grupo de vigilância antifascista de Ermesinde. Fizemos umas vigilâncias, tirámos uns comunicados, borrámos as paredes... Também estive em algumas das acções mais marcantes deste período, mas com um papel muito pouco protagonista. Estive no boicote ao congresso do CDS, a 25 de Janeiro, no assalto à sede do CDS, no Partido do Progresso, no assalto à embaixada de Espanha, etc. mas sempre com muito pouca informação. Havia malta que me dizia que vai haver isto, aparece, e eu lá ia, mas muitas vezes cheio de medo. No 28 de Setembro, estive numa barricada, na Areosa. Lembro-me que a certa altura passa um carro um pouco diferente - um carro da PSP. A malta decide mandar parar. Eles param, são revistados e seguem depois sem protestar.

Entretanto, eu começo a fazer umas coisas para a UCML mas, à medida que me empenho mais e mais na vida militante, noto que me vou afastando do movimento popular. As organizações em que militei, a UCML e, depois, a UCRP (m-l) defendiam posições baseadas na teoria dos três mundos. Com medo do contágio do PC, afastaram-se do movimento popular e meteram-se num beco sem saída. Eu estava de acordo com esta posição anti-soviética, que não julgava suficientemente vincada em organizações como a OCMLP ou a UDP, mas lastimava o isolamento a que ela conduzia. Lembro-me de que a posição tomada no 25 de Novembro foi de apoio ao golpe, por se considerar que ele barrava definitivamente o caminho ao social-fascismo. Por causa desta orientação, não chego a ir ao RASP nem ao CICAP. Só muito mais tarde, já eu trabalhava

10 Agosto

Ex-pides amotinam-se na Penitenciária de Lisboa, com o apoio de Galvão de Melo. Controlada a situação, regressam às celas, sendo vaiados pela população que se concentra no exterior.

13 Agosto

Manifestação dos grupos marxistas-leninistas no Porto é atacada por militantes do PC com barras de ferro. Reunião autorizada de várias centenas de membros da ex-ANP, o partido único do regime fascista, numa quinta ao sul de Lisboa.

14 Agosto

Manifestação de solidariedade com o MPLA no Rossio. A polícia dispara e provoca um morto e vários feridos. O PC protesta contra a repressão e condena as acções dos fascistas e dos esquerdistas contra as forças armadas.

16 Agosto

Comício do MRPP em Braga acaba em desordem.

20 Agosto

MPLA cessa as hostilidades.

21 Agosto

Greve na empresa de construções Soares da Costa, no Porto. Comício do MES, sobre a crise económica, a descolonização, a Pide e a escalada da reacção. O *Jornal do Comércio* exige a demissão do director, conotado com o regime fascista.



22 Agosto

Encerramento do *Jornal do Comércio* devido à publicação pelos trabalhadores de um jornal de greve.

24 Agosto

Explode uma bomba no Porto, impedindo uma reunião do MDP/CDE.

27 Agosto

Início da greve do pessoal da TAP, depois de expirado o prazo para a aceitação das reivindicações. Os sindicatos são surpreendidos pela declaração de greve, marcada à sua revelia; formam-se comissões e piquetes de greve. O exército cerca em Lisboa o *Jornal do Comércio*, ocupado pelos trabalhadores que se preparavam para imprimir um jornal de greve nas máquinas da empresa. Aprovada a lei da greve, proibindo as greves políticas e interprofissionais e impondo o pré-aviso de 37 dias, senão o *lock-out* é permitido. O PCP pede para se respeitar a lei, mas as greves continuam sem a ter em conta.

na fábrica – a Sepsa – e participava aí no movimento operário, é que fui militante a sério. Redigi então um documento que deu azo a uma grande discussão interna e até foi um bom contributo para rebentar com aquela tendência.

“Os milhares de antifascistas reunidos hoje na cidade do Porto na manifestação promovida pelos GAAF’s vêm exigir a rápida satisfação das seguintes reivindicações:

1ª Dissolução imediata dos partidos fascistas PDC e CDS.

2ª Prisão imediata dos membros dos bandos fascistas armados do CDS.

3ª Publicação imediata das provas que comprometem inapelavelmente numerosos membros activos do CDS em acções terroristas.

4ª Cessação imediata das prisões e outras formas de repressão que se têm abatido sobre trabalhadores”.

(Comunicado das GAAF’s do Porto, 22/4/75)

Meu saudoso PREC

João Azevedo, actor, 48 anos

Eu tinha despertado para a política quase por acaso, nos grupos de teatro amador, por causa do Brecht e da influência de malta de esquerda que por lá andava. Não ia muito à bola com o PCP por causa da questão colonial – tinha feito a guerra em Angola e achava o PCP muito frouxo. Mas também não me agradava a dispersão dos grupos de esquerda, pareciam-me coisas de estudantes. Só aderi já em 75, quando alguns grupos criaram uma plataforma de entendimento.

Logo no 25 de Abril, quando ouvi o comunicado do Spínola na rádio, pensei que aquilo não dava certo com o entusiasmo popular que eu tinha visto nas ruas. O povo, é certo, obrigou a que se cumprisse o 25 de Abril muito para além do que pretendia o Spínola, mas não conseguiu levar a coisa até onde era preciso.

Fiz parte das comissões de moradores na Ajuda, ajudei a ocupar muitas casas. Fazíamos uma lista das pessoas necessitadas, dávamos-lhe a casa e depois tratávamos de legalizar a situação. Uma vez, ocupámos um prédio na calçada da Boa Hora, o dono era major da Força Aérea, mandou a polícia para nos desalojar. Mas nós tínhamos o apoio da Polícia Militar: mandámos os polícias para trás, nem o senhorio tinha ordem para lá entrar. Ainda cheguei a ir a tribunal, anos mais tarde, por causa disso. Mas fizemos bem. Como nós dizíamos, “não pode haver casas sem gente enquanto houver gente sem casa”. Olha hoje: há mais casas devolutas em Lisboa do que gente à procura de casa. Se calhar estava a fazer falta um movimento semelhante ao de há vinte anos, é pena que não haja agora condições para isso.

Entretanto eu fazia as minhas coisas no teatro da Ajuda. O teatro nessa altura não se queixava de crise, tinha público, porque não era hermético, mexia com a vida das pessoas. Foi uma grande experiência. No fim do espectáculo, havia sempre um debate em que as pessoas passavam da peça para os seus problemas.

28 Agosto

Requisição civil, sob disciplina militar, do pessoal em greve na TAP e posterior ocupação militar. O PCP critica a greve e as “manobras aventureiristas”. Ao longo do dia, os trabalhadores mantêm-se em plenário no refeitório; compelidos a abandonarem as instalações, reúnem-se à noite no exterior. Grande parte dos administrativos afasta-se da luta.

29 Agosto

Regressado ao trabalho, o pessoal dos serviços de manutenção da TAP mantém a greve de braços caídos, enquanto chovem comunicados contra a ocupação militar e são detidos de alguns trabalhadores.

30 Agosto

Greve com ocupação da Litografia Ideal, do Porto.



4 Setembro

Greve geral de todos os jornais para apoiar a greve do *Jornal do Comércio*, que se mantém desde 25 de Agosto. O jornalista de *O Século*, muitos dos quais do PCP, decidem fazer sair o jornal, apesar da decisão tomada em Assembleia Geral dos trabalhadores da informação. Os grevistas dos outros jornais reúnem-se diante de *O Século* para impedir a saída; o governo envia uma força militar. Diante da vontade dos trabalhadores, a comissão de trabalhadores, próxima do PC, decide não fazer sair o jornal, apesar de já impresso, para evitar o choque com os que se encontram no exterior e a eventualidade de um confronto entre as forças armadas e os "aventureiristas, os extremistas e os reaccionários".

5 Setembro

Início de uma semana de homenagens à resistência chilena contra Pinochet.

No 25 de Novembro eu estava na calçada da Ajuda, junto ao Regimento da PM, e vi como o PC mandou ordem para os seus militantes se retirarem; a maioria saiu de má vontade. Mas o que me custou mais foi que depois veio ordem também da UDP para nós sairmos. Diziam que era para evitar uma guerra civil mas penso que houve um certo pânico com o golpe, eles afinal talvez não tivessem assim tanta força como aparentavam. Eu só via que ali íamos deixar perder tudo. E foi o que aconteceu.

Parece que algumas pessoas já se esqueceram de como foi importante o que se conquistou nesse tempo. Eu chamo-lhe sempre "o meu saudoso PREC". Excessos? Não houve excessos nenhuns, se calhar houve mas foi falta de autoridade e firmeza dos revolucionários. Por isso chegámos a esta desgraça. O 25 de Abril qualquer dia é como o 5 de Outubro: flores ao cemitério e ninguém liga nenhuma.

"Exigimos::

1ª Que os novos bairros sejam construídos nas mesmas zonas em que actualmente vivemos;

2ª A expropriação dos terrenos livres e ocupados nas zonas dos actuais bairros;

3ª Uma resposta sobre a data de início da construção;

4ª Que os moradores possam decidir sobre o tipo de casa a construir;

5ª Que o financiamento dos moradores ou bairros organizados em cooperativas seja um empréstimo sem juro ou com juro máximo de 2%;

6ª Que a renda a atribuir não exceda 10% do rendimento do chefe de família;"

(...)

(Inter-Comissões de Moradores dos Bairros de Lata e Bairros Pobres de Lisboa, 15/2/75)

Despertar dum sindicato

Vitor Hugo Marcela,

trabalhador em carnes, 48 anos

Em 74-75 vivi uma grande experiência na organização sindical dos trabalhadores da indústria de carnes do distrito de Lisboa. Logo após o 25 de Abril, o sindicato, nas mãos de elementos do PC, era um organismo completamente adormecido que não dava qualquer assistência a milhares de trabalhadores. Eu e um grupo de camaradas entrevistamos quando, em fábricas de tripas de Sacavém, como a Cesbom e Tripalex, os proprietários fogem com o dinheiro deixando os salários por pagar. Às operárias não restava outra alternativa senão ocupar as instalações para garantir, tanto quanto possível, o ganha-pão. Ajudámo-las nas ocupações e a organizar turnos que ali permaneciam dia e noite. Estas operárias eram bastante combativas devido à influência dos maridos, também operários, e às tradições de luta da zona de Sacavém e tornaram-se a grande força do sindicato renovado por nós.

Até aí, era frequente, nos plenários dos trabalhadores do comércio de carnes, estarem presentes mais pequenos patrões do que operários. Tivemos que actualizar ficheiros e sanear todos os que não eram assalariados. Criámos um serviço de contencioso para apoiar os sócios, a que deu óptima colaboração um grupo de advogados.

Entrevistamos também nos matadouros de aves (Freixial, etc.), onde a repressão era enorme, com horários desumanos, assédio sexual e até agressões às operárias. Começámos a sindicalizar as mulheres e fazíamos eleições directas nos locais de trabalho de delegadas sindicais e comissões de trabalhadores. Após longas lutas de desgaste, foi negociado pela primeira vez o contrato colectivo de trabalho para ambos os sectores. Outro campo de intervenção foi nos trabalhadores de carnes dos supermercados, já libertos do vínculo de dependência face ao patrão, próprio das pequenas empresas tradicionais, e que se estavam a juntar à luta geral dos proletários pelos seus

7 Setembro

Ameaça de greve dos assalariados agrícolas do Baixo Alentejo, depois da ruptura das negociações entre o novo sindicato e o patronato, relativamente aos salários e à semana de 44 horas.

9 Setembro

Forma-se a comissão organizadora da manifestação da “maioria silenciosa”, proposta para 28 de Setembro e apoiada pelos jornais *Tempo Novo*, *Tribuna Popular* e *Bandarra*.

10 Setembro

Estão em greve os trabalhadores de Salvaterra de Magos, decorrendo negociações com os proprietários rurais.

12 Setembro

Manifestação de milhares de operários dos estaleiros navais, que atravessam Lisboa até ao Ministério do Trabalho, para exigir o saneamento da administração, afecta ao antigo regime, o direito à greve e a recusa do *lock-out*, previsto na lei. Entre as palavras de ordem: “Estamos com o MFA sempre que o MFA estiver connosco”. Proibida pelo governo, a manifestação tinha sido bloqueada pelos militares à porta da Lisnave mas, diante da sua amplitude, a tropa retira-se. Os operários do *Jornal do Comércio* lançam um livro sobre a sua greve.

16 Setembro

Greve dos trabalhadores rurais da Chamusca. É obtido acordo com o patronato.



17 Setembro

Em assembleia geral, os trabalhadores do *Jornal do Comércio* recusam as propostas dos sindicatos e do PCP para terminarem a greve. Na TAP, os operários, forçados ao trabalho pelas forças militares que ocupam a empresa, decidem em plenário iniciar nova greve dentro de dez dias, se não forem retiradas de imediato das tropas e se não houver resposta da administração às reivindicações apresentadas.

19 Setembro

Manifestação dos trabalhadores da TAP.

23 Setembro

Sindicatos criticam a luta da TAP, pondo em causa a representatividade do plenário que decidiu a greve para dia 27.

25 Setembro

Despedimento de 300 operários da manutenção da TAP, em consequência da greve de zelo iniciada depois da requisição

direitos. Perante a sabotagem económica e as ameaças de encerramento, muitos assumiram a gestão das suas empresas.

Com tudo isto, sei que nunca passámos duma fase incipiente porque o movimento operário, como um todo, nunca passou à luta política para deitar abaixo o poder burguês e a ordem dos capitalistas. Assim, puderam os “salvadores da Pátria”, meter tudo outra vez sob controle, à custa de métodos brutais de que agora ninguém fala: destruição de sedes de partidos de esquerda e de sindicatos; estado de sítio e recolher obrigatório no 25 de Novembro; prisões arbitrárias de militares de Abril, enquanto se davam cartões de livre trânsito, de acesso aos quartéis, a dirigentes da extrema-direita; saneamento dos delegados sindicais quando não se deixavam comprar a troco de promoção; integração maciça de retornados nas empresas, em detrimento dos operários com experiência de luta; isenção do serviço militar para os jovens das incorporações de 74... Foi tal a onda de medo e de derrotismo, que, até nas organizações de esquerda, os que tinham estado à frente dos interesses dos trabalhadores foram escorraçados, alcunhados de anarco-sindicalistas, guevaristas, populistas.

"Tanto podemos trabalhar duas ou três horas como sete ou oito. O patrão diz que este trabalho tem de ser assim porque é conforme as encomendas. Nós achamos que temos direito a um horário fixo, porque queremos ter tempo para tratar dos nossos filhos, não os queremos na rua até que horas da noite! Queremos comer com as nossas famílias, não somos escravas!"

(Entrevista com operária do matadouro de aves do Carregado, Voz do Povo, 4/11/75)

Ambição era tomar o poder

Joaquim Martins, vendedor, 51 anos

No dia 25 de Abril estava em França. Trabalhava em Montreuil, numa empresa metalúrgica. Tinha desertado no 1º de Maio de 1964, quando era ainda militante do PCP, mas deixei o partido quando foi da Revolução Cultural na China. Regresso a Portugal no 1º de Maio de 1974, no mesmo comboio em que vieram o Zé Mário Branco, o Luís Cília e outros, exactamente dez anos depois de desertar.

Quando cheguei, quis ir fazer a tropa, para regularizar a minha situação. Em Julho entro para tropa em Tavira, quatro meses como soldado raso; depois de promovido a furriel, fui para Évora mais seis meses. Foi um período indescritível, nunca me hei-de esquecer. O PC tinha um certo número de quadros nos quartéis e aquilo estava dividido por correntes. O comando eram três oficiais superiores: um era mais ou menos ligado ao MFA, outro era um *facho*, e o terceiro era um borra-botas que para ali andava. Havia sempre uma grande perseguição aos revolucionários. Muito pouca coisa tinha mudado, e entre os oficiais vivia-se um ambiente muito reaccionário.

Formámos uma comissão de soldados, que exigia a revogação do RDM (Regulamento de Disciplina Militar) e que se acabasse com a noção de "In" [o inimigo, referido aos guerrilheiros dos movimentos de libertação] visto que as guerras coloniais haviam acabado. Eu tinha uma diferença de dez anos em relação ao pessoal que estava no pelotão e, juntamente com a outra malta política que por ali apareceu, sobretudo da FEC-ml e do MRPP, ainda chegámos a fazer unidade com PCs de base e acabámos por ter um certo ascendente.

Em Évora também fui encontrar o mesmo ambiente. Havia uma comissão revolucionária, aí mais alargada a um ou dois alferes. No 25 de Novembro houve uma luta interna e a comissão chegou a dar ordem de prisão ao comando, quando vimos que a situação estava muito confusa. A massa dos soldados queria mesmo "fazer mal"

26 Setembro

Manifestação da TAP, protestando contra os despedimentos, com confrontos com a tropa e o COPCON. Cartazes nas paredes de Lisboa apelam a uma manifestação da "maioria silenciosa" a 28 de Setembro, com o apoio do general Spínola e das forças de direita. Recontros entre elementos da direita e militantes de esquerda que se manifestam junto ao Campo Pequeno, onde decorre uma tourada com a presença do general Spínola.

27 Setembro

Militantes do PCP e da extrema-esquerda levantam barricadas à entrada de Lisboa para impedir a passagem dos manifestantes de direita que vêm de fora. Os soldados juntam-se espontaneamente às barricadas. Os VAFs distribuem comunicados apelando à população para que saia à rua a impedir a manifestação. Em Lisboa e no Porto são saqueadas as instalações do Partido Liberal e Partido do Progresso e do semanário *Bandarra*, onde é descoberta propaganda fascista.



28 Setembro

Prosseguem as barricadas em Lisboa e Porto. Destacamentos civis e militares revistam os veículos, prendendo os ocupantes quando encontram armas. Frustrada a realização da manifestação da “maioria silenciosa”, são detidos cerca de 150 elementos suspeitos de actividades conspirativas. Oteló afirma ter chegado a estar detido em Belém pelos conspiradores. Realizam-se manifestações de esquerda.

29 Setembro

Spínola demite-se, criticando o “caos” e a “anarquia”. Oteló Saraiva de Carvalho pede na rádio “às forças democráticas que colaboraram com o MFA que retirem os piquetes das barricadas” e que confiem totalmente nas forças armadas.

aos oficiais superiores, que procuravam alinhar o quartel do lado da contra-revolução. Tomámos medidas para que aquilo não fosse avante e dissemos à tropa que saísse para a rua para acompanhar a situação. Em Dezembro saio da tropa contra vontade e sou posto fora do quartel, sob a alegação de que era amparo de filhos.

O que valorizo mais desse período é o pensarmos que tínhamos força para nos lançarmos em todas as lutas e tomarmos o poder. Era essa a nossa ambição. E ao mesmo tempo sentíamos também uma grande alegria com todos os movimentos que havia. Vimos as massas trabalhadoras avançarem até ao limite em que a burguesia disse basta e não tivemos força para dar o salto.

“Na lancha da Base Aérea nº 6, assim como nas viaturas militares, é dado aos senhores oficiais e sargentos o privilégio de ocuparem os lugares de melhor comodidade, enquanto que a classe de praças usufrui de um pequeno cubículo (porão), onde até o arejamento não é suficientemente saudável. Será que não é justo que a classe dos praças usufrua das mesmas regalias sociais que as outras classes? Será justo, após o 25 de Abril, o 28 de Setembro, o 11 de Março, continuar-se a manter toda esta discriminação? Digamos não, camaradas.”

(Praças da Base Aérea nº 6, Montijo, Abril de 1975)

Alegria e candura

José Manuel Rodrigues da Silva,

jornalista, 54 anos

Telefonaram-me a dizer que havia um golpe e lá fui para o jornal a correr. Pensei: “Mais uma macacada de oficiais descontentes”. Quando vi o Spínola metido naquilo, ainda mais me convenci de que era uma daquelas mudanças para ficar tudo na mesma. Onde me apercebi que as coisas tinham mudado de facto foi naquele rio de gente do 1º de Maio. Impressionou-me imenso a multidão.

No dia seguinte, no *Diário Popular*, que era o meu local de trabalho, vi-me em cima duma mesa a pedir a expulsão do director. Se me tivessem dito uma semana antes que isso iria acontecer, teria achado anedota. Jornalistas e tipógrafos (estes de forma nada espontânea, pois estavam organizados pelo PCP) uniram-se para sanear o director e o administrador, que eram o rosto visível da censura e da repressão internas. Ninguém se lembrou de propor a expulsão do dono do jornal, o banqueiro Quina, e isto mostra a enorme carga de candura e de espontaneidade daquilo tudo.

Nesse primeiro plenário, introduzi, de forma espontânea, guiado pelo instinto, esta ideia de que me honro bastante: “O que é preciso mudar são as estruturas do jornal, não as caras. Não vamos instituir uma nova repressão”. Devido a isso, não se sanearam colegas de trabalho, fossem quais fossem as suas tendências, o que contribuiu para a unidade interna com que o *Popular* conseguiu resistir à ofensiva da direita e manter a direcção colegial até 79.

Ali mesmo, criámos uma comissão de trabalhadores eleita pelo pessoal todo. E o primeiro conselho de redacção, por anedótico que pareça, também foi eleito ali por todos, inclusive pelos tipógrafos, serventes, mulheres de limpeza e motoristas...

Os meus contactos na altura eram com malta das colónias, estudantes de Moçambique sobretudo. Nesse primeiro período, quem liderava as manifestações radicais

2 Outubro

Libertação de Saldanha Sanches, membro do comité central do MRPP e director do jornal maoísta *Luta Popular*, preso desde Julho. Um grupo de populares queima na rua os jornais *Bandarra e Tribuna Popular*, da extrema-direita.

3 Outubro

Vasco Gonçalves propõe a realização de um domingo de trabalho. O COPCON assalta a sede nacional do Partido do Progresso, ligado aos acontecimentos do 28 de Setembro, e encontra cinco mil granadas e cocktails Molotov, capacetes, matracas, *walkie-talkies* e uma sofisticada aparelhagem de impressão.

5 Outubro

“Dia de trabalho para a nação”, cujo principal organizador foi o PCP. Costa Gomes em Lisboa e Vasco Gonçalves no Porto negam que exista anarquia.

6 Outubro

Fim da greve do *Jornal do Comércio*, após o afastamento do director. Paralisação na Tabopan, de Amarante, para a readmissão de dois operários despedidos.



7 Outubro

Um grupo do MRPP protesta contra a presença do iate "Apolo" na Madeira, acusando os seus tripulantes de serem da CIA. São lançados ao mar automóveis e motorizadas pertencentes aos tripulantes. A desordem termina com a intervenção dos fuzileiros, exército e polícia. O iate fundeia ao largo. Duas centenas de sinistrados por acidentes de trabalho reúnem-se na Praça Humberto Delgado para apresentarem um caderno reivindicativo (revisão das pensões, indemnizações, assistência médica, etc.).

11 Outubro

A polícia do Porto prende e espanca 28 operários de uma obra da construtora Soares da Costa que há oito semanas se mantêm em greve com ocupação e fica a proteger os fura-greves que são trazidos de fora.

era o MRPP, e eu ia a todas. Assim que apareceu a palavra de ordem "Nem mais um só soldado para as colónias", aderi de imediato. Hoje acredito que teria sido do interesse dos próprios países uma transição mais serena, que talvez lhes tivesse poupado as guerras civis que vieram depois. Mas na altura, depois de treze anos de guerra, era impossível ponderar isso; a vanguarda queria provas dum corte radical com o passado.

Durante meses, não entrei em partido nenhum; custava-me mesmo ver as divisões entre os trabalhadores por causa das opções políticas. Mas na manifestação de 7 de Fevereiro aderi à UDP. Estava a ver passar toda aquela gente e achei piada ao ar das pessoas – jovens e velhos, operários e estudantes, um radicalismo alegre que me agradou. Aderi. E como não disse que era jornalista, nos primeiros dois meses a minha tarefa era ir alcear a *Voz do Povo*; quando descobriram, passaram-me para outras tarefas.

Foi uma revolução que se viveu com uma enorme alegria. Não se estava naquilo por dever ou só pela razão, era pelo coração, pelos sentidos, de corpo inteiro. Foram meses de alegria colectiva, os únicos que tive na minha vida, depois da greve universitária de 1962. Lutava-se por uma causa, acreditava-se em poder mudar as coisas.

Nunca me esquece do episódio das costureiras. Foi convocado para fazer a notícia de mais uma ocupação. Era um *atelier* com meia dúzia de mulheres. Quando me viram chegar puseram-se em cima das mesas a gritar "As costureiras unidas jamais serão vencidas". Aquilo era ridículo mas também comovente; estava ali retratada a ingenuidade e fragilidade do movimento. Essa fragilidade enorme, só mais tarde a pudemos medir. As massas confiaram cegamente no poder militar, e quando veio o 25 de Novembro e a tropa se virou, toda a esperança foi aniquilada.

O 25 de Novembro foi o dia mais triste da minha vida. Fartei-me de chorar. Não por temer ser preso – não acreditava nisso – mas porque soube que a festa tinha acabado e a partir daí ia tudo "entrar nos eixos". Hoje,

vinte anos passados, aqueles meses aparecem-me como uma série de vitórias ilusórias - ganhámos as batalhas mas perdemos a guerra. Agora é tudo muito mais triste ainda, porque ninguém tem uma saída para o buraco a que chegámos. Não falo só do governo mas de todo o sistema, das desigualdades crescentes, da corrupção, do cinismo. Comemorar? Só se for o 25 de Abril do ano 2014. Já cá não estarei.

“O único veículo da liberdade de expressão dos trabalhadores é a sua imprensa própria, facto novo surgido após o 25 de Abril, que a burguesia não pôde até agora recuperar. É esta imprensa a única, realmente, que consegue fugir ao controlo do poder económico, o qual, com a entrada em vigor deste projecto, surge sancionado, protegido e reforçado.

É em torno, pois, da Imprensa popular e dos trabalhadores que estes terão de mobilizar todos os esforços no sentido do seu reforço e consolidação.”

(Declaração de 43 jornalistas a propósito do projecto de lei de imprensa, Outubro de 1974)

12 Outubro

A AEPPA leva a efeito um grande comício em Lisboa sob o slogan “Guerra total à fera fascista”, de protesto contra a benevolência com que são tratados os pides e legionários. Mário Soares declara em entrevista ao *Expresso*: “Existe em Portugal a possibilidade de uma via original para o socialismo e para a democracia”.

13 Outubro

Primeiro comício da LCI no Porto: “Uma só solução, esmagar a reacção”. É sugerida a criação de uma frente única da classe operária.

20 Outubro

Congresso do PCP em Lisboa, pela concentração de esforços na Aliança Povo-MFA. Suprimida a referência à “ditadura do proletariado”, “que poderia causar uma incompreensão sobre a orientação política” do partido, segundo Álvaro Cunhal.

22 Outubro

É assinado o cessar fogo entre o governo português e o MPI.A, no Leste de Angola.



4 Novembro

É impedida a realização de um comício do CDS em Lisboa. Manifestação de grupos “esquerdistas” e assalto à sede do CDS. A AEPPA critica a benevolência do governo ao permitir a reunião da Juventude Centrista a pouco mais de um mês da primeira tentativa fascista. O boicote é condenado pelo PS, PPD e PCP, que acusam os grupos esquerdistas de “iludir alguns jovens e servir a reacção”.

5 Novembro

Homenagem ao revolucionário brasileiro Carlos Marighella, promovida pelo MES, LUAR e Juventude Socialista.

6 Novembro

O MPLA não aceita o plano português de descolonização.

Tudo era tratado na comissão

*Maria da Graça Duarte Silva,
assistente social, 43 anos*

Antes do 25 de Abril, já tinha alguma ligação à política. O meu pai tinha sido preso político, ligado ao MDP/CDE, e eu, apesar de muito nova, fazia propaganda, actividades culturais e grupos de discussão. Particpei na grande luta que rodeou o assassinato do Ribeiro dos Santos na Faculdade de Direito, foi o meu grande empurrão para a política.

Depois do 25 de Abril envolvi-me profundamente, quando me mudei para a zona dos Olivais. Aí juntei-me a um núcleo da UDP que vivia numa espécie de república e que tinha sido eleito para dirigir a comissão de moradores. Foi um trabalho muito desgastante, mas muito gratificante. Trabalhávamos na ocupação de tempos livres, levantamentos de carências sociais, ocupação de casas, saúde pública, vigilância popular, etc. Tínhamos uma listagem de pessoas sem casa e ocupávamos as casas devolutas dos bairros sociais para dar às pessoas mais carenciadas e às famílias mais numerosas. Tivemos grandes discussões com a polícia mas nunca tiveram campo para a repressão porque a população estava connosco em peso.

As pessoas confiavam e recorriam a nós para todos os assuntos. Não iam à polícia ou à junta, discutiam connosco: desde as ocupações, assuntos locais, públicos, conjugais, etc. Era uma nova forma de resolver os problemas

O impacto do trabalho da comissão dos Olivais era tal que constantemente sofríamos ameaças dos fascistas: ameaças anónimas deixadas na comissão, pichagens nas paredes e todo o tipo de intimidações. Inclusive houve um nosso camarada que foi baleado quando ia a entrar para o metro. A partir de certa altura tivemos que começar a criar grupos de vigilância antifascista e diariamente vigiávamos os cabecilhas dos fascistas lá do bairro.

No 28 de Setembro houve uma grande mobilização de pessoal. Fomos fazer barricadas para a zona do aeroporto, mandávamos os carros parar e revistávamos as pessoas e os carros. Era um ambiente de cortar à faca, mas foi assim que se abortou os planos da “maioria silenciosa”. A seguir assaltámos a sede do PDC, onde encontramos armas e material de propaganda fascista. Estava a decorrer a destruição do material quando chegou uma coluna de blindados. Dirigi-me a eles para saber o que estavam a fazer ali; qual não foi o meu alívio quando me disseram “que estavam ao lado do povo”.

No 11 de Março fomos para o Ralis para impedir a acção das forças fascistas. Juntámo-nos em massa, porque estando ali toda a população concentrada eram mais difíceis novas investidas. Depois fiz o estágio de fim de curso na CT da Lisnave e aí acompanhei todo o processo de luta da empresa, contra os despedimentos, as ameaças de encerramento e a situação económica difícil.

Ainda hoje tenho grata memória da profunda solidariedade que nesses tempos existia, mesmo entre os militantes das diversas organizações. Tive na altura a minha primeira filha e os apoios, ajudas, roupas, brinquedos e tudo o mais me foi dado por muita gente e muitos moradores.

“A Comissão de Moradores para Habitação e Anomalias da Freguesia da Encarnação, considerando que certos proprietários têm danificado propositadamente os seus prédios com o objectivo de impedir que sejam utilizados, pede a colaboração de técnicos de engenharia militar para verificarem as condições de habitabilidade dos fogos e a origem dos estragos, e que os fogos naquelas condições sejam entregues à jurisdição da freguesia que, com o recurso ao crédito, poderá torná-los habitáveis.
(Diário Popular, 4/8/75)

8 Novembro

O jornalista Manuel Geraldo, que faz campanha contra a exploração dos assalariados alentejanos, escapa ileso de um atentado a tiro em Beja. Os trabalhadores da Celulose do Tejo protestam contra o despedimento de um colega e avisam que “responderão à dureza com dureza”. O presidente da CIP pede aos homens de negócios europeus que tenham confiança no futuro democrático de Portugal: “Não haverá caos económico se a Europa mostrar compreensão pela nossa situação.” Mário Soares negocia com Holden Roberto a independência de Angola. A LUAR realiza um comício na Cova da Piedade.

11 Novembro

Os trabalhadores da Federação dos Municípios do Ribatejo entram em greve com ocupação, por não serem aceites as suas reivindicações: 40 horas semanais, 6.000\$00 de ordenado mínimo, saneamento dos reaccionários, creche, cantina e supermercado no local de trabalho, assistência médica gratuita, passagem imediata dos eventuais ao quadro, 26 dias úteis de férias, subsídio de férias e de Natal iguais à média ponderada dos salários.

23 Novembro

Congresso do PPD.

27 Novembro

Congresso do MES.



28 Novembro

Violentos confrontos nas faculdades entre MRPPs e UECs e membros do MJT, com intervenção do COPCON.

29 de Novembro

O ministro da Educação e Cultura, prof. Vitorino Magalhães Godinho, pede a demissão.

30 Novembro

Criado grupo de trabalho para negociar a passagem das minas de Aljustrel para o domínio do Estado. 230 metalúrgicos da F. Mocho, de Matosinhos, denunciam a falência fraudulenta da empresa. Incidentes num comício do PPD em Viana do Castelo.

O “Che” a falar na praça, pendurado num eléctrico

Paulo Esperança, funcionário público, 39 anos

A rapaziada a que eu estava ligado na altura, do *Grito do Povo*, estava a preparar uma série de coisas para o 1º de Maio de 74. Como era o meu primeiro grande 1º de Maio no fascismo, confesso que foi frustrante, entre aspas, ter andado a ajudar a preparar aquela coisa toda e, de um momento para o outro, cai-te a democracia em cima!

Eu era estudante e tinha feito 19 anos no dia anterior. Vindo da festa do meu aniversário, nessa madrugada, apercebi-me, pela rádio, que alguma coisa se passava. Às 7 da manhã, fui para o liceu, que na altura se chamava D. Manuel II. Aí, era a grande confusão. A rapaziada tinha aí uma estrutura organizada, simpatizante do *Grito do Povo* – os grupos sindicais – e tratou logo de ocupar as salas. “Não há aulas para ninguém”. Nesses oito dias até ao fim do mês de Abril, passaram-se algumas coisas engraçadas. Pendurámos as bandeiras dos movimentos de libertação africanos na fachada do liceu. Mudámos o nome do liceu não sei quantas vezes. Quando de lá saí, chamava-se Liceu Amílcar Cabral, creio. Antes disso, chamou-se também Samora Machel. Entretanto, no fim do mês de Abril, fizemos a primeira grande assembleia lá no ginásio. Houve discussão política, obviamente, e foi decidida a re-integração moral de uma série de professores e alunos expulsos pelo anterior regime.

Entretanto, saio do liceu e vou para o ISCAP mas mantenho os contactos que tinha e quando em Outubro é criada a FEC (m-l), eu faço trabalho de zona, em Cedofeita. No Porto, as freguesias de Cedofeita e Paranhos foram aquelas em que houve maior movimento de ocupação de casas.

Havia muita participação popular em todo o processo, que começava com reuniões na sede e seguia depois, em autênticas manifestações, pela Rua de Cedofeita, pela Rua dos Bragas, pela Rua da Boavista, etc.. Depois, acompanhávamos também um pouco os casos, na perspectiva

da legalização. Na altura, havia uns editais da Câmara com as casas devolutas. Aquelas que eram para demolição, tentávamos evitá-las. Numa ocasião, gloriosamente, abalançámo-nos até ao coração do capitalismo e ocupámos um prédio de quatro andares, novinho em folha, na Rua Álvares Cabral. Deu prisão.

Em termos da estudantada, eu estava organizado na UJEC (m-l), a organização da juventude da OCMLP que editava um jornal chamado *Viva a Revolução*. Na altura havia coisas com piada nas lutas estudantis, nomeadamente a ligação às lutas operárias. No Porto, o sector mais avançado a nível reivindicativo era o STCP [Serviço de Transportes Colectivos do Porto] que tinha como figura principal o “Che”, regressado de França após o 25 de Abril e dirigente da OCMLP. Eles faziam manifestações que desembocavam na Praça da Liberdade e nós tentávamos fazer com que as lutas estudantis ali desembocassem também. Não imaginam as saudades que tenho dos tempos em que o “Che” falava na Praça, pendurado num “eléctrico”, e os operários e a malta estudante gritava o seu ódio ao capitalismo!

Entretanto, a OCMLP criou então um outro tipo de estruturas, os GAF. Eu pertenci ao secretariado do GAF de Cedofeita. Aí, acompanhei a planificação do boicote ao congresso do CDS. A malta, nos GAF, dedicava-se fundamentalmente a acompanhar manifestações fascistas e da Igreja que culminavam de um modo geral com atentados às sedes do PC e da UDP. Mais do PC, até. Recordo-me de ir a Viseu e Coimbra. Não houve assalto nenhum nesses sítios. Em Braga houve, violentíssimo.

Antes disso, houve o 28 de Setembro, claro. A malta com quem eu estava organizado foi para a Ponte da Arrábida. O que nós fazíamos aí era avaliar a olho. Víamos um carro mais imponente e, pronto, este gajo é fascista. O que me recordo bem é da questão da sede do Partido do Progresso ou do Partido Liberal. Já não sei qual delas era, naquela casinha na esquina da Rua da Restauração. Aí sim, sacámos enorme quantidade de propaganda fascista. Livros, montes de coisas da “maioria silenciosa”, uma brochura recente dedicada ao Salazar. Enfim, de-

2 Dezembro

Na Algot, empresa têxtil sueca, as 1200 operárias exigem o saneamento da encarregada geral, que acusam de castigos e agressões, e reclamam melhores condições sanitárias.

3 Dezembro

Multiplicam-se as reuniões de trabalhadores por todo o país para apoiar o princípio da unicidade sindical na lei.

4 Dezembro

No Bairro de Chelas, cerca de 3000 pessoas recusam-se a abandonar as casas que ocuparam.

5 Dezembro

Plenário da Torralta com mais de 9000 trabalhadores, onde foi exposta a necessidade de intervenção estatal face aos graves problemas existentes, entre os quais a falta de pagamento de salários.

7 Dezembro

A multinacional Spelber tenta reduzir horário de trabalho, mas os 600 trabalhadores da fábrica de Águeda recusam-se a cumprir a determinação e apresentam as suas reivindicações à gerência.

8 Dezembro

Eleita comissão pró-sindicato dos pescadores de Sesimbra. O Ministro do Trabalho afirma que “é altura de os pescadores deixarem de ser explorados”.



9 Dezembro

Uma militante do MRPP presa na cadeia das Mónicas devido a incidentes durante um colóquio promovido pela Juventude Centrista entra em greve de fome como protesto contra as condições da detenção. Inicia-se o processo de recenseamento eleitoral.

11 Dezembro

O COPCON faz rusgas em todo o país, "para combater a criminalidade e os marginais".

13 Dezembro

O COPCON prende onze capitalistas, ou seus agentes, acusados de graves delitos contra a economia nacional. Dias depois, apenas um deles continua detido. Ao longo do mês são saneadas dos serviços públicos dezenas de pessoas devido às suas ligações à PIDE ou à Legião.

lapidámos-lhes suficientemente o património para não terem veleidades de continuarem com essa sede.

Aquando da ocupação do RASP, enquanto estávamos lá a distribuir comunicados à população, a gente do PPD passou por nós pela ponte de baixo e foi atacar a sede do *Grito do Povo*, no antigo edifício do *Jornal de Notícias*. Saquearam a sede, que estava muito mal defendida, e agrediram alguns companheiros nossos. Depois tentaram assaltar a sede da UDP na Praça D. João I, mas esta foi brilhantemente defendida, pois até às 6 da manhã ninguém lá entrou. Entrou depois a polícia para evacuar o local. Lembro-me também de nos termos mobilizado para defender uma sede da FEC de uma manifestação de apoio ao Pires Veloso junto ao Quartel-General. A manifestação acabou por passar sem nos incomodar. Nós tínhamos feito uns *cocktails-molotov* à pressa e, no dia seguinte, à noite, fomos experimentá-los para a praia do castelo do Queijo. Nenhum funcionou.

"Pode-se ter calma e paciência quando se vive tantos anos nesta miséria, quando estamos à beira de ficar sem tecto para nos abrigar? Nós achamos que não. Só tem calma quem não tem destes problemas. Nós temos direito à habitação, porque somos trabalhadores, produzimos a riqueza da sociedade, e são os trabalhadores que constroem os prédios. Mas para alcançarmos esse direito temos de lutar muito pois esse direito é-nos negado.

Isto não é democracia, é fascismo porque as leis não nos protegem. Sendo assim, fazemos a nossa lei e impomos o nosso direito".

(A Voz da Lapa, Porto, Novembro de 1974)

Alegria nos arrabaldes

Fernando Dias Martins, empregado, 34 anos

Lembro-me como se fosse hoje. Eu tinha 14 anos, andava no ciclo preparatório da Escola Delfim Santos. Nesse dia levantei-me mais cedo mas não fui às aulas. Perto de minha casa, no bairro Padre Cruz, ficava o Regimento de Engenharia 1, que atravessou dois camiões na estrada da Pontinha. Junto deles estavam soldados com G-3 e capacetes, como se fossem para uma guerra. Os moradores do meu bairro iam comprar comida para os soldados, que não comiam havia muitas horas. As mulheres ofereciam o que cozinhavam, apesar de não terem muitas posses.

Os autocarros que deviam levar os trabalhadores para os seus empregos já não conseguiram passar para o centro. Nesse dia ninguém trabalhou, foi um dia de greve geral contra o regime e de apoio ao 25 de Abril. Passados poucos dias, o povo começou a ocupar as casas que se encontravam devolutas no bairro camarário.

“Exigimos que saia a lei que considera superlotado todo o prédio em que haja menos de 11 metros quadrados por pessoa, não podendo esses prédios ser subalugados. A nossa luta é para acabar com as colmeias humanas. Temos direito a boas casas.

A lei das rendas de casa publicada pelo Governo Provisório veio tornar ainda mais difícil encontrar casa. É cada vez maior o número de casas particulares que estão de vago, a apodrecer. As casas fazem-se para habitar, não se pode permitir que sirvam para fazer negócio. Os trabalhadores têm direito à habitação, como tal exigem que as casas disponíveis sejam distribuídas como deve ser.”
(Comissão de moradores da rua D. João IV, 402, Porto, 22/1/75)

14 Dezembro

As Forças Armadas prendem militantes de alguns grupos de esquerda. A maior parte desses militantes é libertada uma ou duas semanas depois. Hospitalização da militante do MRPP em greve de fome na cadeia.

16 Dezembro

É criada a UDP.

17 Dezembro

Trabalhadores da Siderurgia rejeitam a distribuição de gratificações especiais aos quadros e, como a administração mantém essas gratificações, os quadros que não se solidarizam com os trabalhadores são afastados num plenário e substituídos por técnicos que ocupam as funções imediatamente a seguir. A empresa fica a funcionar 4 dias inteiramente por conta dos trabalhadores.

22 Dezembro

Os quadros superiores da Siderurgia são readmitidos ao trabalho, sob a condição de doarem as gratificações a um fundo social criado para o efeito.

26 Dezembro

O Estado intervém na CIFA, Valongo, para evitar o encerramento e a entrada em crise de todo o sector têxtil. Ultimato dos trabalhadores do *Jornal do Comércio* para a nomeação até 31 de Dezembro de um novo director e para a retoma da edição do jornal.



27 Dezembro

Ministro da Educação revela, em comunicação feita à RTP, a decisão do governo de encerrar as vagas para os 28.000 candidatos ao ensino superior.

28 Dezembro

Continua por todo o país a entrega de contribuições dos trabalhadores para "reforçar a unidade entre o governo provisório e o MFA".

30 Dezembro

Um grupo de recrutas protesta em comunicado contra a vaga de prisões que se seguiram a reuniões por eles realizadas em Mafra, em fim de Novembro, sobre as suas reivindicações. No início de Dezembro, 500 recrutas tinham sido mandados para casa.

A LUTA DOS BAIRROS CAMARÁRIOS

*Os fascistas cá do Porto
fazem bairros camarários
escondem nossa miséria
nas costas dos seus palácios
E a opressão aos moradores
nas costas do alvará*

*A opressão tem mil caras
tudo rouba e nada dá*

*A opressão tem mil caras
tudo rouba e nada dá
Em Portugal libertado
tudo isso acabará
Moradores, povo unido
tudo junto lutará*

*Moradores povo unido
tudo junto lutará*

*Atiremos para a lixeira
a camioneta e o fiscal
Ajudaremos assim
a libertar Portugal
E gritemos todos juntos
p'rá ajudar o movimento
Abaixo o Abel Monteiro
Mais o seu regulamento!*

Confrontos nas ruas do Porto

Alberto Gonçalves, professor, 37 anos

No 25 de Abril tinha 17 anos, trabalhava num escritório e estudava à noite. Já tinha uma certa consciência anticolonial e simpatias de extrema-esquerda. Nesse dia não fui trabalhar. Passei-o todo na rua, principalmente na Praça da Liberdade, em perseguição dos pides e dos bufos, e nos confrontos com os polícias barricados na Câmara do Porto, de onde disparavam sobre quem se encontrava na praça. Mais tarde, aí pelas seis horas já andávamos empoleirados nos carros do MFA. Nessa noite houve grande confusão junto à esquadra da Rua do Paraíso, com vários feridos. Um grupo considerável de manifestantes exigia a libertação imediata dos presos políticos. Mais tarde foi-se para a sede da PIDE, porque se supunha que ainda lá se encontrassem alguns pides.

O 25 de Abril mudou a minha vida. Rapidamente decido integrar-me num partido de extrema-esquerda, o PCP(m-l), mais tarde PUP. Decido igualmente abandonar os estudos e a família. Principalmente porque na altura havia a ideia, comum a todos os grupos maoistas, de que era necessário manter a clandestinidade, pois havia o perigo de a situação regredir. Durante algum tempo andei a colar cartazes e a fazer pichagens às escondidas. Passado esse receio inicial, passei a andar permanentemente em comícios, a fazer agitação e propaganda e fui despedido.

Um dos acontecimentos mais marcantes, dos muitos em que estive envolvido, foi o do CICAP/RASP. A decisão dos comandos militares de encerrarem o CICAP devido às reivindicações dos soldados, fortemente influenciados pelos SUV, provocou uma enorme crise. Quando os soldados do CICAP chegaram do fim-de-semana encontraram o quartel encerrado. Convocam uma manifestação a que aderem milhares de soldados, que desfiliam fardados, gritam palavras de ordem contra os altos comandos do MFA e recebem forte apoio popular. Por solidariedade, o RASP recebe-os nas suas instalações, provocando uma tremenda crise na Região Militar Norte.

Os militares não sabiam como lidar com uma situação destas. Nunca depois do 25 de Abril se vira tantos soldados

1975

3 Janeiro

Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários em Lisboa aprova moção propondo ao Governo Provisório a nacionalização da banca, para defender os interesses do povo português contra o imperialismo, os monopólios e os latifundiários.

4 Janeiro

Primeira reunião da Inter-Comissões de Lisboa, com a presença de 18 comissões de moradores.

6 Janeiro

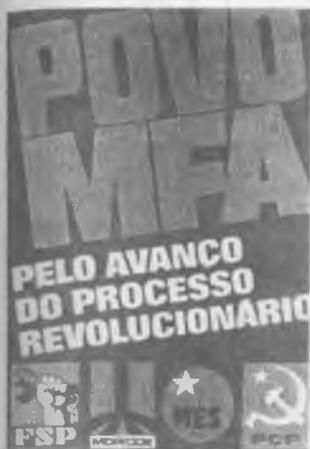
Plenário de trabalhadores da Tinturaria Portugália reclama a nacionalização imediata e sem indemnização da empresa. Os alunos do IADE no Porto ocupam a escola. Primeiro comunicado do ELP.

7 Janeiro

Salgado Zenha inicia campanha contra a unicidade sindical, defendida pelo PCP.

8 Janeiro

No Casal Ventoso, 600 pára-quedistas procedem a uma rusga geral. Mário Dionísio demite-se da comissão de saneamento do MEC por discordar da permanência em cargos de responsabilidade de indivíduos manifestamente afectos ao antigo regime.



9 Janeiro

Uma centena de trabalhadores dos supermercados Nutripol manifesta-se contra a ameaça de falência da empresa. Plenário da UTIC em Gaia denuncia a sabotagem económica e defende que “a opção da via socialista se deve tornar realidade”. Sessão tumultuosa na Câmara Municipal do Porto, por o presidente da Comissão Administrativa, do PS, impedir a intervenção dos representantes das juntas de freguesia. Restabelece-se a normalidade nos Serviços Municipalizados da Câmara depois de ser reconhecido à comissão de trabalhadores o direito a eleger os seus representantes junto da direcção de serviços.

na rua, em manifestação, com grande apoio popular e ainda por cima contra a cúpula do MFA. Na prática, a unidade conseguida entre os militares e o povo passava por cima das divisões partidárias. Havia gente do PS, PCP, extrema-esquerda, etc.

As pessoas estiveram concentradas cerca de uma semana junto ao quartel. Em face desta situação anormal, a esquerda e a direita militar chegaram a acordo para acabar com esta luta dos soldados. O quartel general mandou tropas da PM para cercar o RASP e normalizar a situação. Houve troca de tiros, com os civis deitados no chão sob o fogo cruzado. Os prédios defronte do quartel ficaram crivados e os seus moradores tiveram de fugir. O RASP fez sair um tanque, obrigando a PM a retirar. Mas uma manifestação do PPD, de apoio ao quartel general, tinha vindo atrás da PM e houve uma enorme batalha campal, mesmo ali, com feridos e tiros à mistura.

Mais tarde, uma manifestação do MRPP, aproveitando um comício do PS para arregimentar pessoas, tentou assaltar a sede da UDP na Praça D. João V, com bombas incendiárias e tiros.

Nos militantes maoístas daquela época havia uma dedicação e um empenho de corpo e alma, que derivava da convicção de estarmos perante uma oportunidade excepcional para se transformarem as mentalidades, transformação essa que acarretaria profundas alterações revolucionárias na sociedade portuguesa. Era sobretudo gente muito nova, vinda das escolas e do movimento estudantil, a que começaram a associar-se outros sectores populares, principalmente trabalhadores. Todos eles tinham perdido ou cortado com as suas ligações habituais, dedicando-se intensamente à actividade política. Era uma militância vista com espírito de missão, movida por uma crença ideológica muito forte. Mesmo as pessoas sem partido andavam igualmente numa agitação frenética, porque tinham uma grande expectativa em relação às mudanças e transformações das suas vidas. Acreditavam que o 25 de Abril lhes traria uma vida melhor. Só não sabiam quem iria comandar essas transformações; se os chefes militares, os líderes políticos, as personalidades, ou outros. Não tinham consciência que o futuro estava nas suas mãos, que as transformações teriam de sair delas.

“Muitos soldados, para não deixarem a família na miséria, abandonam o quartel e regressam a casa, para trabalhar na fábrica, no campo, na construção civil ou na arte. Pois aí somos dados como desertores e metem-nos na cadeia. O que é importante para os capitalistas é que a gente ‘coma e cale’. Já assim pensava da gente o Salazar, Marcelo, Spínola e agora os “democratas” do 25 de Abril.

(Soldados em luta, jornal dos soldados em luta no RASP, nº 1, 15/10/75)

10 Janeiro

Cem trabalhadores da Sirgaria Ribeiro, em Lisboa, ameaçada de falência pela descapitalização e fuga para o estrangeiro de um dos patrões, decidem passar a fiscalizar a produção e a comercialização. Desertores e refractários reúnem-se em Lisboa. Aprovado o decreto sobre a gestão democrática do ensino. Numa sessão de esclarecimento promovida pela célula comunista da televisão é afirmado que “o partido mais representado na RTP é ainda a ANP fascista”. Na apresentação pública da FSP por Manuel Serra, afirma-se que no congresso do PS “triunfaram os representantes da burguesia enroupados de bandeiras vermelhas”; a FSP considera “inevitável o confronto entre a burguesia e a classe trabalhadora”, está contra a via reformista e defende a auto-organização dos trabalhadores para a “edificação e defesa armada do socialismo”. Iniciam-se as conversações no Alvor para o processo de descolonização de Angola.

UNIDADE CAMPONESA



jornal popular de apoio à
reforma agrária

11 Janeiro

Paralisação na refinaria da Sacor, em Matosinhos. Termina o conflito nos Supermercados Invictos, com a readmissão dos despedidos. Continua a greve dos pescadores de Caxinas, Vila do Conde. Vitória da lista de esquerda na eleição para o Secretariado Nacional dos Trabalhadores dos CTT. Comícios, da UDP, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, e do MRPP no Palácio de Cristal, no Porto. A Comissão de Extinção da PIDE/DGE e LP denuncia as dificuldades em levar a cabo a sua tarefa por “estarem ainda largamente por definir as implicações ao mais alto nível a ter em conta no actual processo de saneamento”.

Os partidos não me diziam grande coisa

Maria Amélia da Silva,

operária reformada, 50 anos

Tive uma grande esperança no 25 de Abril. Pensei: “Vou ter melhores condições de vida, vou deixar de ser espezinhada no trabalho, os meus filhos vão ter um futuro diferente, boas escolas”. Por todos os trabalhos onde tinha andado, desde os dez anos, fui maltratada, pagavam mal, exigiam mais do que as nossas possibilidades. Na Messa, os salários foram sempre superiores aos das outras empresas metalomecânicas mas a repressão era muito grande. Éramos tratadas como escravas, não se podia ir à casa de banho – havia um painel no fundo de uma secção de 300 mulheres e uma chapa para se ir à casa de banho... Havia os polícias de secção, chefes de departamento e de grupo, de mãos atrás das costas, a passearem-se pela secção, e à mais pequenina coisa era-se logo sancionado. Às vezes chegava a casa tonta de tanto trabalhar, porque na altura tinha uma produção de 90 máquinas diárias e passava o dia quase sem poder levantar os olhos do trabalho... Nove horas, com um intervalo de almoço de uma hora, dez minutos para o pequeno-almoço e outros dez para o lanche. Nem sequer podíamos ir lavar as mãos.

Quando chegou o 25 de Abril, foram abolidas as chapas, foram saneados os directores, os chefes passaram a ter medo e deixaram de policiar. A questão dos salários melhorou bastante, mas «o salário igual para trabalho igual» nunca se pôs em prática, era treta, só se falava cá fora. É preciso que se diga que na Messa não houve afirmação nenhuma da mulher. Produziam muito mais do que os homens mas continuaram a ganhar menos e apesar de serem 85% do pessoal só houve uma mulher na comissão de trabalhadores.

A nossa greve foi uma das primeiras após o 25 de Abril, durou uma semana até sanarmos os indivíduos que lá estavam. Também, saíram dali mas deram-lhes outros bons tachos.

Quem organizou a luta foi um grupo de extrema-esquerda, que já lá estava organizado antes do 25 de Abril. Cheguei a passar panfletos para dentro da fábrica na barriga, porque como grávida não era revistada; uma vez tive a casa invadida pela PIDE de armas em punho. Entretanto, começou a haver grande rivalidade política lá dentro e desinteressei-me daquilo. Nunca embaixei em arco, nunca andei em grandes manifestações de punho no ar, os partidos não me diziam grande coisa. Eu era mais pelo trabalho prático. Era eu que escrevia os jornais de parede.

Sobretudo fui sempre activa no grupo de teatro. Com «As Espingardas da Mãe Carrar», de Brecht, corremos o país durante um ano, representávamos nos quartéis, nas colectividades, em aldeias... As populações mais fechadas não as encontrei no Norte, mas sim no Alentejo. Apesar de o nosso grupo ser composto por pessoas de várias ideologias, a extrema-esquerda estava em maioria e por isso éramos muito combatidos pelo PCP. Desmobilizavam as pessoas, criavam imensas dificuldades. Também nos aconteceu representarmos sob ameaça de matracas. O espectáculo era seguido de debate e aí sofremos várias ameaças, inclusive de jovens que se identificavam como do CDS, mandados pelos próprios padres. Mas como a população estava em superioridade, acabávamos por vencer a situação. Penso que o trabalho de dinamização cultural foi óptimo e que devia ter continuado. Fizemos 155 espectáculos, depois parámos. Eu já não aguentava, fiz uma dilatação nas cordas vocais, porque eram 45 minutos em palco a falar e a gritar.

E fiz isto sem largar o trabalho. A firma tinha sido aconselhada a conceder-me tolerância de ponto, mas eu nunca me quis valer disso; às oito eu estava a picar o cartão. Inclusive durante um período de oito dias de ocupação da fábrica em que nem eu nem as outras pessoas que estavam nesse trabalho dormimos. Para que os patrões nunca tivessem pé para dizer «vens falar da política, mas no fim não queres é trabalhar». Nessa altura tinha três filhos pequenos – o mais velho com 11, 12 anos de idade, e o mais novo com meses –, que levava comigo. Só quando os espectáculos eram próximo pedia a alguma vizinha que ficasse com eles.

13 Janeiro

Militantes do Movimento de Libertação da Mulher que pretendiam fazer um “auto-de-fé” dos símbolos da opressão feminina no Parque Eduardo VII foram atacadas por milhares de pessoas, sobretudo homens. Os 150 trabalhadores da empresa de plásticos CETAP, de Espinho, declaram-se em greve por não serem atendidas as suas reivindicações salariais. No Porto, cerca de 200 pedreiros ocuparam a instalações do Grémio, em apoio às suas reivindicações: 13^º mês, semana de 45 horas, subsídio de férias e revisão do contrato de trabalho. Continua também ocupada pelos trabalhadores a sede do Grémio dos Industriais Têxteis do Norte, apesar de os dirigentes sindicais terem aceite em negociações com o patronato o principio da desocupação como primeiro passo para um acordo. Os trabalhadores da firma John W. Nolte impõem, em reunião com um representante dos patrões no Ministério do Trabalho, que as gratificações de fim de ano passem a ser distribuídas a todos, percentualmente, em função do salário. Os trabalhadores de carnes do distrito de Leiria, reunidos no seu sindicato, condenam as ameaças de alguns patrões de despedimento dos que comparecem a reuniões sindicais. No boletim do MFA: “A Administração Pública não poderá ser dirigida nos escalões de decisão por homens que transigiram com sistemas anteriores. Não basta dizer-se democrata, é preciso ser revolucionário”. Compareceu e



foi ouvido no Serviço de Extinção o banqueiro Miguel Quina, dono do grupo Borges. "O PS não contribuirá para a instauração de uma democracia burguesa", asseguram dirigentes socialistas em conferência de imprensa, em que comentam a cisão que deu origem à FSP.

14 Janeiro

Grande manifestação em Lisboa, promovida pela Intersindical, a favor da unicidade sindical na lei, com apoio do PCP, MDP, MES e FSP.

Quando começou a haver salários em atraso, chegou-se a um consenso e toda a gente veio em manifestação a pé para Lisboa, porque estavam a tocar-nos no bolso. A fábrica nunca parou, mas trabalhava a meio gás. Foram-se acumulando milhares de máquinas, que não saíam devido ao boicote. A maior fatia ia para os Estados Unidos - mandavam o material para trás. "Vêm de Portugal? Então não estão em boas condições."

Tentou-se transformar a empresa, até fizemos termoventiladores para o mercado interno. E houve negociações com a Suécia para a máquina eléctrica... Mas o final seria infeliz, por culpa da administração, uns indivíduos vindos de Moçambique; enquanto estiveram na administração, compraram moradias e passaram a viver muitíssimo bem. Depois puseram lá o Rocha de Matos, um homem que empresa onde entre é para fechar. No meio disto, a comissão de trabalhadores andava dum lado para o outro à espera de soluções oficiais. Acabou em derrota.

“Disciplina:

1ª Denunciar e desde já tomar posição contra todas as medidas de repressão, policiamento e vexames que os operários e operárias da Messa têm sofrido por parte de certos chefes e hierarquia superior (...) como proibição de ir à casa de banho ou sair do local de trabalho, proibição de ler propaganda do sindicato e colocação de chapas nas bancadas dizendo “Improdutivo” ou “Posto sob observação” (...).

2ª Aproveitamento por parte de certos chefes do seu lugar privilegiado para se dirigirem especialmente às operárias em termos vexatórios e muito pouco adequados a quem tem de ganhar o pão durante um dia de trabalho intenso.

Parágrafo único – Os operários e operárias da Messa declaram que estas coisas têm de acabar e que passarão imediatamente à acção, quer arrancando as chapas, quer não tolerando as prepotências dos chefes, quer indo à casa de banho ou a outro lugar qualquer quando disso tiverem necessidade. (...)

Subsídios:

1ª Os operários e operárias da Messa não consideram justo que:

a) Uma operária que tenha tido um filho fique privada no ano seguinte de ter subsidio de férias!

b) 139 horas de faltas ou 60 dias de baixa resultam no corte de subsidio de Natal!”

(Extractos da “Proposta dos operários da Messa”, 9 de Abril de 1974)

15 Janeiro

Plenário dos trabalhadores do hospital de Ovar critica as limitações na assistência aos trabalhadores pobres e decide pôr-se em contacto com outros hospitais do distrito para uma acção comum. Detidos para averiguações dois antigos ministros do Interior, general Arnaldo Schultz e Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior, assim como o coronel Homero de Matos, penúltimo director da PIDE, e um agente. Acordo de Alvor entre o governo português e os três movimentos angolanos.

16 Janeiro

Cortejo de trabalhadores da Plessey, de Cabo Ruivo, vem ao Ministério do Trabalho pedir garantias contra a ameaça de 400 despedimentos pretendidos pelos administradores ingleses como retaliação contra os aumentos de salários. Grande enchente no comício do PS no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, sob o lema “socialismo, sim, ditadura, não”, em que se reclama um inquérito ao modo como foi elaborado o projecto de lei da unicidade sindical e que termina com vivas ao MFA e à classe operária. A AOC, convidada ao comício, denuncia o “social-fascismo” como inimigo dos trabalhadores. Os professores de Religião e Moral não poderão fazer parte do conselho directivo das escolas oficiais, por não serem nomeados pelo MEC, determina um decreto. Respondendo a críticas sobre a lentidão do saneamento no seu ministério, o ministro da Justiça, Salgado Zenha, argumenta que o

VIGILÂNCIA POPULAR MORTE AO FASCISMO



processo se desenrola de acordo com a lei e contra-ataca que no Ministério do Trabalho “continua a exercer funções um membro do governo fascista”. O ministro da Educação comunica aos estudantes que foi saneado o Conselho Escolar da Faculdade de Direito, que envolve todos os professores catedráticos (entre os quais Freitas do Amaral).

17 Janeiro

Num julgamento no Tribunal do Trabalho no Porto, a decisão do juiz, desfavorável a uma operária que se queixava de não ter recebido o devido durante dois anos, provoca protestos dos trabalhadores presentes, que exigem a anulação da sentença; a polícia tem que ajudar o patrão a sair da sala. Nas eleições do Sindicato dos Bancários do Porto, vitória por grande maioria da lista afecta ao PS. Protestos do PS, do PPD e do episcopado contra o projecto de lei da unicidade sindical. O governo manda encerrar o liceu Rodrigues de Freitas, no Porto,

Passámos de caçados a caçadores

António José Vinhas, professor, 42 anos

Na altura do 25 de Abril, andava eu a ver como escapar à PIDE. Eu era então membro dos Comitês 1º de Maio Vermelho, ligados ao MRPP, e tínhamos andado a fazer propaganda para o 1º de Maio em Coimbra, o que deu origem à prisão do José Lamego e do Horácio Crespo. Como viemos depois a saber, a PIDE estava a preparar uma onda de prisões. O levantamento do 25 de Abril interrompeu-lhes os planos: em poucos dias, passámos nós de caçados a caçadores e os pides, que nos preparavam o cerco, viram-se cercados na sua sede da rua Antero de Quental. Com a protecção da polícia e dos pára-quedaistas, lá escaparam sem dano de maior, a não ser alguns carros destruídos pela multidão.

Passado pouco tempo, em Junho, fui cumprir o serviço militar nas Caldas da Rainha e integrei-me na RPAC - Resistência Popular à Guerra Colonial, também ligada ao MRPP. Dominavam nas Caldas os oficiais spinolistas; o 25 de Abril ainda não tinha lá chegado. Pouco a pouco, apercebi-me de que havia na unidade núcleos clandestinos de quase todos os grupos “esquerdistas” - além do MRPP, havia o PRP, LCI, PUP, ORPC, FEC... Estava lá também o PC, claro, mas do lado dos oficiais, da Unidade com o MFA, e portanto, contra qualquer movimento para o regresso dos soldados das colónias ou para maiores direitos dos soldados. Nos três meses que lá estive houve um levantamento de rancho, com greve a todo o serviço (formaturas, faxinas, etc.). Passei depois para Coimbra. Denunciado por elementos do PC, fui chamado ao comando acusado de distribuir propaganda do *Grito do Povo*, o que até era falso, pois eu só distribuía propaganda do RPAC.

Em 1 de Maio de 75 fui transferido para o Hospital Militar Principal, em Lisboa. Aí já começámos a mudar algumas coisas: elegemos uma comissão de soldados e uma comissão de trabalhadores civis, ambas com elementos ligados à esquerda. Passavam-se filmes chineses,

na sala dos soldados havia posters de Marx, Mao, Che Guevara, distribuíam-se livremente comunicados de todas as organizações revolucionárias, fazíamos reuniões com comissões de soldados de outros quartéis (Polícia Militar, Ralis, Trem-Auto, Administração Militar, etc.).

No 25 de Novembro, fomos apanhados de surpresa pelos acontecimentos. Lembro-me de os comandos rebentarem os portões das urgências para levarem dois mortos que lá estavam, um oficial e um furriel, caídos durante a luta.

“O Regimento de Polícia Militar era uma espécie de tribunal onde tudo se decidia. A mulher que o marido tinha abandonado, com um filho que tinha ido à polícia e a quem a polícia dissera que não tinha nada a ver com isso ia parar à PM. E era a PM que averiguava, falava com as duas partes, discutia o assunto; se fosse caso de resolução difícil, ia à ADU [Assembleia Democrática de Unidade] para ser discutido. A repressão da criminalidade também era feita pela PM, já não era feita pela polícia”.

(A revolução num regimento – A PM em 75, Armazém das Letras, 1977, Lisboa)

paralisado desde Dezembro por uma greve promovida por um grupo de alunos que pretendiam o direito de sanear professores em assembleia da escola. Durante um desfile de centenas de estudantes, a intervenção da polícia provoca alguns feridos ligeiros. O COPCON decide libertar o soldado Etelvino de Jesus, do MRPP, em greve da fome desde 17 de Dezembro. Chega a Lisboa o novo embaixador americano, Frank Carlucci. Trabalhadores do Ministério da Educação e Cultura defendem que o saneamento “deve ser levado às suas últimas consequências”. Trabalhadores do Fundo de Fomento da Habitação criticam a demora do governo em ordenar um inquérito a irregularidades e apelam à população para contribuir com informações para o saneamento de responsáveis por fraudes naquele organismo. Sargentos da Força Aérea, há dois dias reunidos em plenário na BA1 (Sintra), discutem a sua situação profissional.

18 Janeiro

Plenário de 800 oficiais da Armada preconiza que o MFA elabore “legislação revolucionária destinada a consolidar o avanço do processo democrático”. Num comício comemorativo do 18 de Janeiro, na Marinha Grande, Álvaro Cunhal defende a unicidade sindical e afirma que “a reacção trama um golpe”, apelando ao “redobrar da vigilância”. Mais tarde, fala no 1º Encontro Nacional dos Pequenos e Médios Comerciantes, em Lisboa.



19 Janeiro

Convocados pelo Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, reúnem naquela cidade cerca de mil trabalhadores rurais para discutir a reforma agrária, os contratos colectivos e os despedimentos. Plenários dos electricistas de Coimbra e dos trabalhadores da Pfizer. Assembleias de estudantes em Lisboa e Coimbra reclamam a eliminação do exame de aptidão à Universidade e repudiam a obrigatoriedade do serviço cívico, como "antidemocrática e profundamente antipopular", criticando a UEC, UNEP e Intersindical pelo seu apoio a essa lei e contraopondo-lhe a "formação de cursos livres, embriões da escola nova, científica e de massas". O MRPP reúne a I Conferência Nacional sobre o Trabalho de Propaganda na Cidade Universitária, com 200 delegados. Rejeita tanto a unicidade como o pluralismo sindical, reivindicando o "direito da classe operária se organizar

Não soubemos explorar a crise de poder

Mariano Castro, vendedor, 40 anos

O 25 de Abril apanhou-me na clandestinidade, em Loures. Eu militava nos CCR e, para não ser preso, havia quase dois anos que andava com nome falso, a saltar de casa em casa. Por azar, nessa altura tinha perdido os contactos. Apesar das notícias na rádio, achei mais prudente não aparecer de imediato. O golpe militar era há muito esperado, mas nada nos garantia que não redundasse a breve prazo num novo fôlego da ditadura. Só quando soube da manifestação do 1º de Maio é que não tive mais dúvida que se estava a dar uma grande reviravolta.

Entrei logo nos contactos entre os grupos marxistas-leninistas, com vista à formação dum novo partido comunista, revolucionário, porque sabíamos que aí estava a grande desvantagem da esquerda. Não tínhamos dúvida de que o PCP iria fazer malograr as potencialidades da queda do fascismo. A unificação dos grupos não foi fácil; as desconfianças eram grandes e foi só a força do movimento de massas que a tornou inevitável. Sobretudo a seguir ao 28 de Setembro, as ocupações de casas, a formação dos Grupos de Vigilância Antifascista e a criação da *Voz do Povo* contribuíram muito para derrubar as barreiras e pôr os militantes a trabalhar juntos. Em fins de 74, formou-se a UDP e a minha actividade passou a centrar-se aí, primeiro em Lisboa, mais tarde no Porto e, já depois do 25 de Novembro, em Trás-os-Montes.

Valerá a pena analisar um dia as ambiguidades dessa frente que tinha o emblema da foice e do martelo, acabando por criar uma grande confusão entre partido comunista e frente popular. Por outro lado, a implantação inicial dos marxistas-leninistas, muito mais nos bairros do que nas empresas, e a "vocaçào" que daí lhes veio para chefiarem o movimento de ocupações de casas deixou marcas em toda a sua actividade posterior, uma certa marginalidade em relação à corrente principal. As ocupações de terras, os saneamentos, as comissões e plenários

de trabalhadores – esses é que foram sem dúvida os pontos mais avançados do movimento operário, com tal peso que caíam governos por se lhes tentarem opor. Ora, aí, a hegemonia coube sempre ao PCP.

Não esqueço que os grupos foram adquirindo posições fortes em algumas das maiores empresas. Com a grande manifestação da Lisnave, em Agosto de 74 e com a manifestação de 7 de Fevereiro [de 75], da comissão Interempresas, denunciada pelo PCP como “manobra da CIA”, os marxistas-leninistas começaram mesmo a minar a influência do PC em certos sectores operários e a marcar pontos na luta para arrancar a vanguarda operária à influência reformista. Do mesmo modo, no Alentejo começava a dar-se uma lenta penetração das nossas palavras de ordem. Mas os grupos nunca ganharam raízes no movimento sindical; a pouca intervenção que fizeram era muito sectária e, devido a isso, a sua influência ficou sempre muito fragilizada. Isso explica o esboroar tão rápido da corrente marxista-leninista depois do 25 de Novembro, quando a contra-revolução começou a ganhar terreno. Foi, claro, consequência da crise internacional desta corrente (o afundamento da China e da Albânia) mas foi também, e muito, devido à debilidade das suas raízes na classe operária e em particular nos sindicatos.

De qualquer modo, é altura de sublinhar que, com as manifestações conduzidas pelos revolucionários, pela primeira vez se exprimiram em Portugal, com amplitude de massa, posições frontalmente anti-imperialistas, anti-NATO, anti-americanas. Neste aspecto, a corrente marxista-leninista fez uma ruptura histórica com a prática vacilante, ambígua e conciliatória do PCP. O assalto à embaixada de Espanha, ainda hoje condenado por todas as forças políticas como acto de “aventureirismo” e “provocatório”, foi uma grande acção de solidariedade internacional.

Mas nesta como noutras acções avançadas, não podemos esquecer que a polícia não interveio porque o COPCON não o permitia. Grande parte da audácia do movimento popular vinha de as pessoas saberem que tinham um “guarda-chuva” que as protegia da repressão e nunca terem que encarar a necessidade de se preparar para uma luta frontal, violenta. Se o inimigo, em vez de

autonomamente a todos os níveis”. A FSP afirma em comunicado que, com a polémica contra a unicidade, os “partidos burgueses pretendem recuperar o 25 de Abril para o capitalismo, vestido agora de roupagens social-democratas ou socialistas” e atribui aos dirigentes do PS “um projecto aventureirista de direita” visando lançar uma parte das Forças Armadas contra a outra parte.

20 Janeiro

O Conselho de Ministros aprova o decreto da unicidade sindical, com os votos contrários dos ministros do PPD e PS. O PS anuncia uma manifestação para dia 31, o PCP e os sindicatos programam uma manifestação para o mesmo dia em defesa da unicidade sindical. Voltaram ao mar os 900 pescadores de Caxinas, depois de uma greve de 20 dias que lhes permitiu obter condições semelhantes às dos outros portos. Plenário dos trabalhadores da TAP ameaça com a ocupação da empresa se a administração levar por diante a venda de dois aviões. Prossegue a luta dos trabalhadores da Tinturaria Cambournac, no Cacém, e das Confecções Algot, no Porto, contra a ameaça de despedimentos. Operárias das Confecções Alpis, no Porto, ocupam a empresa que o patrão tentava encerrar. Operários têxteis do Porto obtêm pagamento do 13º mês depois de ocuparem por dez dias a sede da Associação dos Industriais. Demitidos três altos funcionários da Direcção de Transportes Terrestres, antigos oficiais da



Legião. A Secção Regional Sul do Sindicato dos Médicos intervém no debate sobre o futuro Serviço Nacional de Saúde, afirmando que a opção está na “via socialista”. A LCI defende em conferência de imprensa que “a burguesia está tão interessada nas eleições porque foi derrotada no terreno da luta de massas” e que “a hora não é de eleições para uma Constituinte burguesa, mas de avançar decisivamente no ataque ao poder do capital”. O PCP de Portalegre acusa em comunicado os latifundiários de sabotaram a produção e de ameaçarem os trabalhadores com as eleições: “Depois das eleições vocês vão ver...” A Base-FUT protesta em comunicado contra o decreto que legaliza os despedimentos colectivos e afirma que o desemprego vai a caminho dos 200 mil.

ser quase invisível, tivesse aparecido e se tivessem travado combates parcelares, etapa a etapa, talvez os trabalhadores não tivessem ficado paralisados, como ficaram, perante o golpe de 25 de Novembro. Isto quer dizer que o COPCON, apoiando as acções populares, retirou-lhes sempre o protagonismo, pôs os fascistas e pides ao abrigo do castigo dos trabalhadores e evitou que estes atingissem a maioridade política.

Para se legitimar o 25 de Novembro, invoca-se habitualmente a necessidade de atalhar um “golpe de esquerda” que estaria em marcha. Pura mentira. No que respeita ao PCP, a revolução estava inteiramente fora da sua estratégia, embora não pudesse dizê-lo na cara dos trabalhadores; pretendia somente estabilizar uma democracia burguesa que lhe garantisse um lugar confortável nas instituições. A chamada “esquerda militar” não sabia o que fazer. E a extrema-esquerda estava muito longe de poder constituir-se num autêntico partido operário e revolucionário.

Só o prolongamento da crise de poder teria permitido que o movimento de massas viesse a produzir um pólo revolucionário. As forças burguesas compreenderam-no. Direita, PS, “moderados” e salazaristas viram que havia um perigo iminente de o poder “cair na rua” e não hesitaram em aliar-se. A figura de proa foi o Ramalho Eanes, mas o golpe foi do Jaime Neves e dos bombistas, com o beneplácito do Mário Soares.

“O PCP não organizou, não participou e não apoiou as manifestações contra o congresso do CDS”.

(Organização Regional do Norte do PCP)

“O boicote ao comício do CDS foi obra de grupos radicais desligados do processo da luta de classes (...). Esses manifestantes substituíram a análise da situação de classes e da relação de forças pela heroicidade aventureirista”.

(Comunicado do MES)

O único perigo era para a direita

Vitorino Santos, desenhador, 50 anos

Antes do 25 de Abril, eu estava ligado ao MDP/CDE e ao PCP. Passava o *Avante*, distribuía propaganda. Mesmo na noite de 24 para 25, eu e outro camarada tínhamos estado a distribuir propaganda aqui na Póvoa.

Na manhã do 25 de Abril, pronto! Arranquei logo para Lisboa. Nem sequer fui ao trabalho. E andei lá no Carmo ao pé dos tanques do Salgueiro Maia. Recordo-me dos gnrs a ser vaiados pela malta que não os queria ali. Às vezes caíam umas pedras, eles mexiam nas armas, puxavam a culatra, a gente recuava e os tanques começavam a apontar para os gajos. Era um jogo do gato e do rato.

Da parte da tarde, um tipo disse: “Como é, pessoal? Estamos aqui todos parados? Vamos lá abaixo à António Maria Cardoso, aqueles gajos estão lá dentro...”, e lá fomos por ali abaixo. Vaiou-se os pides e lançaram-se umas pedras. Em determinada altura, eles começam a disparar, cai gente. Desci as escadinhas de S. Francisco, que nem sabia quantos degraus eram.

Às vezes pergunto-me donde é que surgiu aquela adesão tão grande, tão imediata. Acho que as pessoas, sem saber como, tinham acumulado uma enorme ânsia de mudança que passou muito para além dos projectos do MFA.

Recordo-me de uma vez, ali no Palácio Foz, o Otelu ser empurrado para a frente de uma manifestação da Lisnave que ia para S. Bento: “Vais à frente!” e foi mesmo. Aquela malta da Lisnave, quando se movimentava, metia medo aos tipos do MFA e do PCP: “Meus amigos, cuidado, vocês cansam-se e estão a dar cabo da nossa precaríssima economia”.

Aquela espontaneidade era pura e verdadeira, ao contrário do que os reaccionários dizem, na tentativa de a esvaziar do conteúdo popular. Aliás, os soldados, os soldados guevaristas, de bóina e barbudos, que juraram bandeira de punho cerrado, não o eram por acaso. Um

22 Janeiro

Mil trabalhadores do Entrepasto Comercial de Automóveis, reunidos em plenário, decidem impedir o pagamento dos aumentos concedidos pela administração aos quadros de chefia. Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Porto conseguem o acordo do governo para o saneamento do Conselho de Gerência. Advogados pedem o julgamento de ex-ministros fascistas. Trabalhadores ocupam a fábrica de limas Duarte Feteira; impedem a entrada do patrão e propõem-se passar à venda directa da produção. Está em funcionamento na Companhia Portuguesa de Electricidade a comissão de inquérito para saneamentos.

25 Janeiro

Milhares de manifestantes, convocados pelos grupos anti-fascistas, cercam o congresso do CDS que se realiza no Palácio de Cristal, no Porto, e entram em confrontos com a polícia. Os participantes ficam retidos 24 horas, até ser evacuados pelo COPCON.

26 Janeiro

Assembleia nacional dos trabalhadores de lanifícios exige contrato colectivo., em que sejam proibidos os despedimentos sem justa causa, estabelecida semana de 40 horas, 30 dias de férias pagas, 13^º mês e salário mínimo de 4500\$00.



30 Janeiro

O Conselho dos Vinte proíbe a manifestação e contramanifestação convocadas para 31 de Janeiro, em torno da questão da unicidade sindical. O MRPP, MES e outros grupos de extrema-esquerda mantêm as suas convocatórias, em protesto contra a visita da esquadra da NATO. Continua a greve de solidariedade dos cantoneiros da limpeza da Câmara Municipal de Lisboa, que se manifestam na rua protestando contra as condições de trabalho e os salários baixos. Lutas e plenários contra o desemprego na IBM, Messa e Applied Magnetics. Reunião geral de alunos da Faculdade de Direito vota a contratação de novos professores. Assembleia de estudantes no liceu Pedro Nunes discute a proposta de saneamento de 8 estudantes do CDS. Em conferência de imprensa, a LCI reclama a dissolução do CDS e o desarmamento imediato da PSP e GNR, critica o plano económico

gajo não andava assim para armar, andava porque sentia que aquilo simbolizava uma relação pura e verdadeira entre as pessoas e a sociedade.

Não faltou o medo dos excessos. Mas afinal nunca houve esse perigo, que depois pintaram, da guerra civil à porta, que a esquerda fazia e acontecia. Foi antes um grande movimento popular que levou por diante o 25 de Abril, ultrapassando as próprias linhas de demarcação do MFA. Depois apareceram organizações partidárias que agarraram e muitas vezes manietaram o movimento, para o moldar às suas próprias necessidades. Provavelmente aí já estávamos a recuar.

A dada altura rompi com os compromissos que tinha com o PCP. Já não estava a ver aquilo bem e pensei: “Não posso continuar aqui, estou a ver coisas que não via antes”. Sentia que o caminho para a revolução não era o que passava pelo PCP.

A minha actividade desenvolveu-se mais a nível das Comissões de Trabalhadores. Estive então ligado ao movimento das CUPs (Comissões de Unidade Popular) do PUP e do *Grito do Povo*. Fiz parte da CUP da Póvoa.

Houve um grande comício das CUPs, que fez faísca. Era a primeira vez que aqui na Póvoa se fazia qualquer coisa para desmontar a hegemonia do PCP e abrir caminhos de defesa da revolução.

Na manhã do 11 de Março tinha ido para o Algarve em serviço, até fomos revistados por aí abaixo. Quando regresso, sou contactado. “É pá, tu és delegado sindical. A empresa foi ocupada pelos trabalhadores. O patrão deixou de aparecer, ninguém sabe dele. De maneira que tu ficastes na Comissão Central de Trabalhadores”. Aceitei. A Comissão Intersindical (eram várias empresas associadas) surge a 14 de Março. Antes disso não havia nenhum organismo de trabalhadores a não ser os delegados sindicais.

Formou-se então uma Comissão Central e em cada empresa do grupo uma Comissão de Trabalhadores. Uma coisa interessante foi a redução do leque salarial. Houve pessoas que passaram a ganhar menos, a ficar com menos dois, três contos. Isto foi feito em Plenário de Tra-

balhadores, com a adesão plena dos indivíduos em causa, quadros e pessoal da órbita da administração que reconheceram ser tempo de se fazer justiça. Não se sabia do patrão, paz à sua alma, tinha que se avançar e a malta não podia esperar. A empresa ficou então numa situação de autogestão.

Acabámos com o relógio de ponto: “As pessoas fazem o horário que entendem, mas naturalmente em defesa da autogestão”. Recordo-me de termos ido ao Ministério do Trabalho por diversas vezes, por razões de pagamentos de ordenados e coisas do género. A comissão não tinha meios legais para o fazer, mas tínhamos de receber o dinheiro. Disseram-nos: “Meus amigos, o que o plenário de trabalhadores decidir é o que se faz. Há dinheiro na empresa, não há? Então pague-se os salários.” Pagámos!

Fizeram-se reuniões entre Comissões de Trabalhadores de diversas empresas com problemas comuns, à procura de uma saída. Houve propostas para as empresas se associarem de forma cooperativa, que se organizasse a rotação da atribuição de projectos, em função dos mercados e da dimensão das empresas. Não se conseguiu levar por diante, porque o projecto era um pouco megalómano.

Recordo-me também, por exemplo, de ter aparecido por aí um decreto que pretendia acabar com as caixas privadas e integrar tudo na Caixa de Previdência. Era demagógico, porque baseando-se em ideias ditas igualitaristas, ia minar a situação melhor que os trabalhadores de algumas empresas tinham. Aqui a Soda Póvoa (actual Solvay) era um desses casos, tinham uma Caixa própria. Eles sentiam que deviam lutar por essa vantagem. Então o meu grupo político decidiu apoiar a luta, mobilizou-se a população e os trabalhadores de outras empresas e organizou-se uma manifestação a Lisboa, frente ao ministério. E assim conseguiram manter a sua Caixa.

Aqui na Póvoa, sempre se esteve um pouco desligado do movimento político de Lisboa, aqui era muito operário, muito pouco intelectualizado. Lá tinha outras características. No primeiro 1º de Maio a malta daqui foi a pé até Vila Franca, a manifestação foi engrossando pelo caminho, mas foram 15 quilómetros a pé.

de emergência do Governo Provisório, “que nada tem a ver com a classe operária”, aplaude a ocupação de terras no Alentejo e condena as manobras da NATO.

31 Janeiro

Reunião da Comissão Coordenadora da Inter-Comissões de Lisboa, com aprovação do caderno reivindicativo e definição do processo de luta dos moradores.

APOIO À COOPERATIVA MULHERES EM LUTA-



CONTRA O DESEMPREGO!

1 Fevereiro

Impedida a reunião do congresso do PDC, dirigido pelo spinolista Sanches Osório.

2 Fevereiro

Entrada da esquadra da NATO no Tejo. Apesar da proibição de manifestações pelo governo, a Reunião Inter-Empresas convoca uma manifestação para dia 7, a que aderem os CTT, TAP, Cergal, Efacec, Applied, Setenave, Messa e muitas outras empresas em luta e que é apoiada pelo MES, LCI, UDP e FEC. O PCP condena a iniciativa como provocatória.

A autogestão também tem os seus problemas. Desapareceu a contradição entre capital e trabalho mas surgiram problemas entre a Comissão de Trabalhadores e os trabalhadores. Houve quem se arvorasse, ou tentasse arvorar-se, em patrão. É o trabalhador envolvido, por acidente, naquilo que não lhe compete. O que é que deveria ter sido? Era o Estado de todo o Povo, centralizado, um partido que organizasse, não podia ser pequenas células a administrar o capital, como o patrão. É uma área extremamente perigosa que queima o espírito e adultera as regras, cria contradições inevitáveis. Eu assisti na prática a situações deste tipo. E a tendência era em geral de se burocratizarem as relações entre as pessoas.

Aquele período foi no entanto muito rico. A liberdade, a solidariedade e a poesia estavam na rua. E não por decreto, não havia as agendas culturais de hoje, mas um projecto novo de sociedade. Não havia medo de andar na rua, havia uma sociedade menos egoísta. O único perigo era para a direita e para os do antigo regime.

“Tendo em conta que os patrões chegam ao cúmulo de nos impedirem de vender a única coisa que possuímos — a força do trabalho; Tendo em conta que só a luta organizada da classe operária é capaz de fazer recuar a burguesia;

Nós, trabalhadores da Esmaltal, ocupámos as instalações com piquetes permanentes, sem paralisar o trabalho, como medida para defender os nossos legítimos direitos.

Reivindicamos a intervenção governamental na empresa e a sua nacionalização”.

(Comunicado dos trabalhadores da Fábrica de Produtos Esmaltados do Norte, na Ponte da Pedra, S. Mamede de Infesta, 14/2/75)

Primeiros passos da Reforma Agrária

(O relato que se segue é de trabalhadores que viveram os acontecimentos mas cujos nomes se omitem por uma questão de protecção).

Aguiar é uma aldeia situada a 20 quilómetros de Évora. A terra é o único recurso dos seus 500 trabalhadores. Antes do 25 de Abril, homens e mulheres partiam, durante largos meses, para Moura e para o Ribatejo, procurando sustento na apanha da azeitona e na tiragem da cortiça. Muitos viram-se obrigados a radicarem-se em Lisboa e arredores ou a demandar terras de França, porque os agrários pouco cultivavam, limitando-se a dar trabalho regular a escassas dezenas de trabalhadores.

O povo de Aguiar saudou calorosamente o 25 de Abril. Experimentados pelas lutas travadas durante o fascismo, como a das 8 horas em 1961, os trabalhadores foram dos primeiros a lançar-se na ocupação das terras abandonadas pelos agrários, formando uma cooperativa que chegou a atingir 14.000 hectares e que passou a dar trabalho a toda a população da aldeia. Obrigados, pelas tropas da GNR, a desocupar as terras em 1979, várias vezes as reocuparam, no meio de confrontos violentos.

Hoje o desemprego em Aguiar é maior do que no tempo do fascismo, em virtude da crise que também fechou a porta da emigração. Saídas para a situação não se vêem.

A princípio só pedem trabalho

“A luta é de vida ou de morte: os lobos dos grandes agrários temem um levantamento geral camponês. Por isso andam a manobrar com a ALA, seu quartel-general, disfarçando-se de cordeiros. Cordeiros, não! Canalha fascista que, apregoando democracia, colocou o distrito nesta miserável situação. É verdade que os trabalhadores e os pequenos agricultores são capazes de explorar as herdades e até fazê-las produzir mais, sem precisão dos agrários”.

(Comité Alentejo Vermelho, 1/2/75)

7 Fevereiro

Manifestação da Interempresas, com dezenas de milhares de pessoas, essencialmente operários, exige: “Não ao desemprego, direito ao trabalho”, “Sim à greve, não ao lock-out”, “Fora a NATO, fora a CIA, independência nacional”. A tropa recusa-se a reprimir a manifestação frente à embaixada dos EUA e, no Ministério do Trabalho, solidariza-se com os operários, gritando as mesmas palavras de ordem e virando as espingardas contra o edifício que guardava.

9 Fevereiro

Primeira Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul sob a palavra de ordem “Liquidação dos latifúndios, a terra a quem a trabalha”.

12 Fevereiro

Os trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas exigem a nacionalização da empresa para salvaguardarem o emprego. Os operários dos Iogurtes Bom Dia ocupam a fábrica e mantêm a produção em autogestão. 40 trabalhadores no desemprego criam uma comissão de melhoramentos e ocupam um latifúndio em Vale de Ouro de Cima (Valdágua).

13 Fevereiro

Greve dos transportes públicos de Coimbra; os veículos circulam gratuitamente. Os trabalhadores das confecções Eicorte, ao saber da falência fraudulenta da sociedade, ocupam a fábrica e mantêm-na em funcionamento.



15 Fevereiro

Greve dos pescadores do Algarve, com paralisação de todos os portos. Os 700 operários da vidreira Pereira Roldão, da Marinha Grande, ocupam a fábrica e assumem a direcção da produção, fixando um salário máximo. É elaborado um “caderno reivindicativo dos Bairros de Lata e Pobres de Lisboa”. Inicia-se uma nova vaga de ocupações de casas nas regiões de Lisboa e Porto e noutras localidades.

17 Fevereiro

Trabalhadores de Coima formam a cooperativa Estrela Vermelha nos terrenos de uma quinta ocupada. É decapitada a estátua de Salazar em Santa Comba Dão.

19 Fevereiro

Greve dos trabalhadores da Rádio Renascença. Os trabalhadores do Vaquinhas & Gertrudes, estaleiro de reparação e construção de navios, decidem constituir uma cooperativa operária para terem garantias de emprego.

A primeira batalha, logo após o 25 de Abril, é pelo aumento dos salários e por trabalho. Os trabalhadores começam a reunir-se para formarem uma Comissão Pró-Sindicato, que viesse depois a dar lugar a um Sindicato dos Trabalhadores Rurais. As assembleias depressa alastram às terras vizinhas. Entretanto, muitos dos emigrados em Lisboa voltam para o campo, fortalecendo o movimento e engrossando as fileiras dos que querem trabalhar a terra, pretensão que é contrariada pelos agrários.

“Vivemos longos anos a querer cultivar. Nunca o podíamos exigir pois éramos presos. A azeitona estragava-se nos campos mas se aparecia um trabalhador a apanhar meia dúzia de azeitonas, era preso. Aqueles que a deixavam estragar, esses, não eram presos. Hoje que Portugal é um país em que há liberdade, o povo vê e exige que se cultive a fim de se aumentar a produção, pois o país bem precisa” – dizia-se no nº 1 do jornal *A Foice*, editado pela Comissão Pró-Sindicato, constituída em unidade com os trabalhadores de Viana do Alentejo, sede do concelho, e de que saem dois números, em Junho e Agosto de 74. O jornal é feito a partir de depoimentos orais, registados em gravador na sede da Comissão, uma vez que quase ninguém sabe escrever. É entusiasticamente recebido pelos trabalhadores das outras terras. Para obrigar os patrões a dar trabalho, a Comissão elabora uma estratégia que consiste em distribuir as propriedades abandonadas pelos agrários: “dezenas e dezenas de hectares com azinheiras e sobreiros, no meio de matagais até à copa das árvores”. Sem autorização dos patrões, os trabalhadores começam a tratar as terras, arrancando matos e estevas, limpando os sobreiros. Mas a grande maioria dos agrários recusa-se a pagar as jornas, que se acumulam assim durante semanas e semanas.

Os conflitos sucedem-se, com concentrações nos montes para exigir os salários e alguns patrões a terem de pedir o auxílio do exército para se porem a salvo. Os agrários despedem, mas no outro dia os despedidos retomam o trabalho. É uma luta renhida, que se desenvolve dia após dia.

Nas assembleias e reuniões logo após o 25 de Abril,

os trabalhadores diziam que a terra era dos agrários e que não a queriam para si: só reivindicavam trabalho, melhores salários e certas regalias, como o pagamento dos feriados. Pouco a pouco, vão verificando que os agrários não estão dispostos a aceitar qualquer mudança, nem alteram o comportamento, porque o ódio é muito forte. “Os trabalhadores têm sofrido muito debaixo dos pés de quem tem mandado. E agora ainda não estamos certos. Ainda continuam a acalçar” (*A Foice*, nº 2). Alguns começam a antever uma radicalização da luta: “ Os fascistas grandes capitalistas estão a organizar-se no escuro e a querer desorientar o povo. Despedem pessoal, não querem cultivar as terras. Nós não temos medo deles. Nós, os produtores, sabemos fazer tudo. Somos nós que tiramos da terra o seu valor. Os capitalistas não podem viver sem a gente, mas nós podemos viver sem eles. Eles que tomem tento com as suas sabotagens porque o povo está atento.” (*A Foice*, nº 1).

As ocupações

“Se essas terras não dão produção, por que é que não as entregam aos camponeses que as sabem trabalhar? Que fará o sindicato? Manda-os gritar o povo unido e viva o PCP? Quem é que lhes dá de comer? É esperar que os grandes latifundiários, essa cambada fascista, digam: venham cá agora, que me fazem falta? Porquê?”

(Carta de um trabalhador do Alentejo, Janeiro de 1975)

É assim que começam as ocupações, em Maio de 75, depois de um ano de luta diária contra os patrões. Ao contrário do que o PCP gosta de dar a entender nas alturas em que lhe convém fazer-se de esquerda, as primeiras ocupações no Alentejo foram feitas à sua revelia. No tempo do fascismo, o PC fizera propaganda pela reforma agrária mas agora receava que o momento fosse “pouco oportuno” e criasse clivagens dentro do MFA, pelo que ia ganhando tempo. A prova foi que as ocupações começaram nas zonas

21 Fevereiro

Os alunos de vários liceus entram em greve contra as medidas governamentais que prevêem uma maior selecção, passando depois a pôr em causa o conteúdo reaccionário dos programas, a hierarquia nos estabelecimentos de ensino, etc. No fim do mês, a greve é seguida praticamente por todo o país.

22 Fevereiro

O Estado assume a maioria do capital da Companhia Portuguesa das Pescas; continua a greve dos pescadores em todos os portos do Sul, alguns portos do Norte e entre os pescadores do bacalhau.

28 Fevereiro

A LUAR ocupa palacete para uma clínica popular na Cova da Piedade. O MLM realiza uma manifestação exigindo a revogação do Código Penal no que se refere ao aborto.



1 Março

Encerramento definitivo do jornal *Novidades*.

3 Março

Ocupação duma vivenda para centro popular no Barreiro. Uma revista alemã revela que a CIA prepara golpe em Portugal antes do final de Março.

4 Março

O ministro da Educação lança um ultimato para os estudantes retomarem as aulas dentro de dois dias, condenando as "profissões de fé revolucionárias" e apelando ao estudo.

do Alto Alentejo que ainda estavam fora do seu controlo. Só depois o movimento alastrou a toda a região.

Na primeira herdade a ser ocupada, a da Casqueira, os trabalhadores apoderam-se da cortiça, que vendem para pagar os salários que lhes são devidos e ocupam a propriedade. Esta primeira acção aumenta a determinação de todos, agora dispostos a pôr em prática a palavra de ordem "a terra a quem a trabalha". Como os trabalhadores que foram distribuídos pelos vários patrões têm todos salários por liquidar, as ocupações sucedem-se em grande ritmo: quando se dá o 25 de Novembro, todas as terras dos agrários em redor de Aguiar estão ocupadas. Se uma propriedade pertence a mais de uma povoação, como é o caso dos Ruivos, situada entre Aguiar e Viana, a ocupação é feita em conjunto. Desorientados, sem o apoio da fiel GNR, temporariamente desactivada, com o país em reboição a gritar pelo MFA, os agrários, mesmo os mais arrogantes, pouca resistência oferecem no momento da ocupação.

Por vezes, quando o patrão se resigna e entra em diálogo, os trabalhadores permitem-lhe que fique com alguma máquina e mesmo gado, como aconteceu na Freira. Os pequenos agricultores não são tocados. "Nós distinguimos o latifundiário do pequeno agricultor", dizia-se em *A Foice*. "Nós, trabalhadores rurais, sabemos diferenciar o pequeno agricultor que trabalha a terra como nós do grande proprietário que vive dos rendimentos. Nós sabemos que o pequeno agricultor pode não ter posses para pagar jornas mais altas. Mas sabemos também que 70\$00 por dia a uma mulher não é de mais, com a vida como ela está. Perguntamos: porque é que os pequenos agricultores nunca tiveram crédito dos bancos como os grandes? Porque é que têm de comprar as sementes, os adubos, o trigo, a pronto? Porque o grande capitalista o quer afogar a ele também".

A organização

"Os patrões despediram o pessoal da ceifa e da monda do cártamo por estes terem pedido aumento das jornas. Para os patrões era muito

fácil manter os tractoristas e despedir o resto do pessoal. Desde que as ceifeiras-debuidoras colhessem a seara, eles não se importavam de aumentar a jorna dos tractoristas. Mas os patrões enganam-se quando pensam que enganam o povo. Perante estas manobras sujas, os trabalhadores todos uniram-se e decidiram entregar aos patrões um caderno de reivindicações. Em cada aldeia vamos formar comités de trabalhadores".
(Comunicado distribuído no Baixo Alentejo em Junho de 1974)

À medida que vão ocupando as terras, os trabalhadores vêm-se na necessidade de montar uma organização para as gerir. Nunca nenhum tinha tido uma responsabilidade desse tipo, porque nunca tinham possuído nada que não fosse a própria força de trabalho. Encontrar uma forma de organização que não lhes fuja do controlo não é tarefa fácil. Por exemplo, sendo a imensa maioria analfabeta, é grande a desconfiança em admitir uma pessoa para a escrita, porque os pode vir a enganar, a exemplo dos patrões. Depois de muito debate, decide-se pela criação de uma Comissão de 18 elementos, eleitos pelos membros da cooperativa, segundo as competências de serviço de cada um: fiscalização geral, nomeadamente da escrita, da cooperativa; vendas e compras; organização da agricultura; organização da pecuária; organização da floresta; gestão das máquinas. Este tipo de organização só se encontra em Aguiar. Nas outras cooperativas alentejanas, mesmo naquelas em que a intervenção directa do PCP se faz menos sentir, a gestão é muito mais centralizada. Em Aguiar, esta forma de gestão participada foi sendo destruída à medida que a democracia popular dos primeiros tempos de Abril foi perecendo, primeiro, às mãos dos caciques do PCP, e depois, às mãos da democracia burguesa parlamentar.

Esta comissão orientava a Cooperativa mas os seus elementos não podiam desleixar o trabalho do campo. Em determinada altura, apareceu um cartaz com um dos

6 Março

PDC organiza comício no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, boicotado por grupos de esquerda, sendo necessária a intervenção dos militares para evitar os confrontos. Plenário da Lisnave na Margueira com mais de 3 mil trabalhadores demite a Comissão para a Redução do Leque Salarial por as suas propostas envolverem verbas que "poriam em risco a situação económica da empresa".

7 Março

Grupos de populares e militantes da extrema-esquerda boicotam um comício do PPD em Setúbal, travando-se confrontos violentos. A intervenção da polícia provoca um morto e duas dezenas de feridos entre os manifestantes, quando estes cercavam uma esquadra. Intervenção do COPCON, que evacua os polícias. Os motins prolongam-se pelo dia seguinte. O PC e o PS pedem a protecção das suas sedes, assim como a do PPD. Ocupados vários edifícios para sedes de partidos. Ocupação do hotel Muxito, no Seixal, por elementos de diversos partidos de esquerda e por comissões de moradores.

8 Março

Desfile e comício com centenas de pessoas no centro de Lisboa em comemoração do Dia Internacional da Mulher, organizado pelo MDM e Intersindical. No Porto, a FEC enche o Palácio de Cristal para debater os problemas da mulher e a "luta pela reconstrução do comunismo".

MULHER



9 de Março

9 Março

Apesar de proibida pelo Governo Civil, realiza-se no Porto uma manifestação contra a carestia e os despedimentos, com milhares de pessoas que corresponderam à convocação da FEC, MES, PRP e LCI. Um orador afirma que "as ilusões dos trabalhadores após o 25 de Abril se estão a desvanecer, porque o grande capital continua a ser quem manda no país" e apela à instauração de um governo popular. O cortejo detém-se diante do consulado norte-americano gritando palavras de ordem contra o imperialismo e protesta no comando da PSP pela prisão, por "propaganda ilegal", de dois jovens, entretanto libertados. Mais de um milhar de empregados de comércio concentram-se frente ao Ministério do Trabalho reivindicando a generalização do contrato colectivo a toda a classe e gritando palavras de ordem: "Os trabalhadores não podem esperar mais!", "Abaixo os

dirigentes que reparava pela floresta a passear-se de machado às costas. Era uma crítica: o trabalho era para todos e os dirigentes não eram diferentes dos demais. Este aspecto era muito importante para os membros da cooperativa que queriam evitar o regresso a novos patrões, pois havia sempre o risco de os dirigentes virem a tomar os vícios do agrário, único exemplo que conheciam (como veio de facto a acontecer).

Com o produto da venda da produção, os trabalhadores foram ficando com os salários em dia e a Cooperativa começou a ter dinheiro. As jornas aumentaram e foram conquistadas regalias até então desconhecidas, como o pagamento de feriados, férias com subsídio, 13º mês. Criou-se também uma cooperativa de consumo com preços mais acessíveis, que vendia os produtos da cooperativa e mercearias. Quando se deu o 25 de Novembro, havia em Aguiar uma estabilidade económica e social *como nunca se conhecera até então*.

A Alentejana

*Dizem p'rá'i que chegou
a liberdade apressada
e eu qu'inda não dei por nada
continuo sendo o que sou.
Olho aberto e mão na foice
tenho a mesma dor nas costas
mas eles já dão respostas
se lhes pomos a questão:
tanta seara, tanto pão
e um só dono a mandar
e lá por melhor pagar
continua sem razão
continua sem razão*

*Se foi aqui que eu nasci
se foi aqui que eu aprendi
a cansar-me e a suar
se esta terra já conhece
as minhas mãos e os meus passos
que lhe dou alegre ou triste
e o cabrão não desiste
de dizer que é tudo dele
de dizer que é tudo dele.*

*Agora fia mais fino
já não há tanto assassino
à solta por esses campos
juntamos os nossos ódios
as nossas foices e braços
nossos destinos e vamos
a gritar a essa canalha:
A terra a quem trabalha!
A terra a quem trabalha!*

latifúndios!”, “Vigilância popular!”, “Abaixo a reacção!” e “O povo está com o MFA!”. A Comissão para a Redução do Leque Salarial na Lisnave/ Setenave, que preconiza a redução do número de categorias e a elevação do salário mínimo de 7 para 8,5 contos, realiza uma reunião de trabalhadores em que denuncia o “boicote à luta da classe operária por parte do pessoal administrativo e chefes de sector”. Entretanto, a célula do PCP acusa elementos daquela comissão de irrealismo e de “consciente ou inconscientemente, servirem o capital e a reacção através de provocações”. Terminou a greve dos ferrageiros do Porto por terem conseguido aumentos de salários. Permanecem em greve há oito dias os descarregadores do porto de Leixões, reivindicando condições iguais às de Lisboa. “Queremos que nos considerem homens e não animais de carga”. O Sindicato dos Rodoviários de Lisboa emite um comunicado apelando à “Vigilância contra a CIA” e denunciando o auxilio e donativos da social-democracia alemã “a determinado partido em Portugal”. Plenário de moradores do 2º Bairro de Lisboa pede o desmantelamento dos monopólios, nacionalização da banca e do comércio externo e saneamento do aparelho de Estado. Plenário das comissões de moradores do concelho de Sintra reúne 600 delegados que debatem melhoramentos locais. Congresso da UDP no Montijo, na presença de 450 delegados de todo o país. A UDP afirma não



pretender confundir-se com o “partido comunista cuja reconstrução é actualmente preparada pelas organizações marxistas-leninistas” e apresenta como objectivo a instauração de uma República Popular por via revolucionária. Constituição da UJC. Álvaro Cunhal denuncia “acções de carácter provocatório visando agudizar conflitos para instaurar um governo reaccionário”. Comunicado do MES: “Compete aos trabalhadores e às forças políticas que se reclamam da democracia proletária tomar audaciosamente a iniciativa em ordem a conquistar o poder, destruir o aparelho do Estado burguês e realizar a revolução socialista”. Comunicado do MDP/CDE declara “aceitar a necessidade de sacrificios para a reconstrução do País” desde que haja uma vontade firme de resolver os problemas. Comunicado do PS afirma compreender a inevitabilidade dos últimos aumentos de preços

Fazer frente aos pcs não era pêra doce

José Paiva, assistente social, 42 anos

Um dia, chego à fábrica, estava toda a gente a discutir - era o 25 de Abril. A organização a que eu estava ligado, a UCML, manteve-se ainda durante algum tempo na clandestinidade. Um pouco à revelia da minha organização, comecei a contactar o pessoal que conhecia: uns operários de uma fábrica na Avenida de França, outros de Ermesinde, e decidimos integrar-nos numa manifestação dos metalúrgicos, organizada pelo sindicato do Porto, cuja direcção era dominada pelo PCP desde 71. O objectivo da manifestação era tomar a delegação do Ministério do Trabalho e transformá-la na sede da secção do Porto do Sindicato dos Metalúrgicos. Levávamos umas faixas a dizer “Viva a classe operária, abaixo o capitalismo” mas fomos logo cercados por gajos do PC que me diziam “aqui não tens oportunidade, estás isolado, esquerdistas!”.

Apesar de o Álvaro Cunhal ter entrado para o primeiro governo, não tínhamos segurança nenhuma, tanto mais que víamos os pcs a reprimir os maoístas e a dizerem que quem fazia greve era reaccionário. Num plenário do Sindicato dos Metalúrgicos, eles perguntaram a uma assembleia de cerca de 15 mil operários se queriam os 6 contos de salário mínimo e as quarenta horas semanais reivindicadas pelos maoístas, ou os 4.500\$ e a liberdade. Gerou-se uma grande confusão, com os grupos de ordem do PC a isolarem o pessoal ligado ao *Grito do Povo*, à Sepsa, Efacec e Mabor. Na Baixa, gritava cada um para seu lado. Nós, “contra o imperialismo e o social-imperialismo”. Os do *Avante*, “abaixo os agentes da CIA, os maoístas” e por aí fora. As relações com os do PC não eram pêra doce.

Aqui, no Porto, tivemos durante os primeiros meses um tipo de intervenção social criativo que depois se perdeu. Como éramos estudantes, vimos que o mais indicado seria fazer trabalho cultural com a juventude operária. Ensinávamos jovens operários a fazer contas, fazíamos exposições sobre as ocupações de casas, etc.

Havia um grande sectarismo entre os grupos esquerdistas, mas desaparecia sempre que se envolviam em grandes acções de massas. Nessas alturas ultrapassavam-se os limites dos grupos e criava-se uma relação de confiança entre pessoas de grupos diversos. Recordo a manifestação de 25 de Janeiro, que foi carregada pela polícia e pela GNR a cavalo, em que obrigámos os gajos do CDS a estarem fechados todo o dia dentro do Palácio de Cristal. Eu fui à pressa a Ermesinde fazer um comunicado conjunto da minha organização com o Grito do Povo. Também no 11 de Março houve grande colaboração entre os grupos.

Recentemente, uns jovens autónomos e estudantes da Soares dos Reis ocuparam uma casa aqui no Porto, para fazerem actividades sociais. Ficaram surpreendidos quando lhes disse que há 20 anos bairros inteiros tinham sido ocupados. Julgavam-se pioneiros deste tipo de acções no nosso país. Temos que impedir esta perda da memória.

“O que falta são leis revolucionárias que obriguem os patrões a funcionar ou então a fábrica passaria para o Estado sob a direcção dos seus operários. É este objectivo por que os operários e o povo têm de lutar. Isto é que se chama lutar pelo socialismo. Mas, na ausência destas leis, os operários vão cruzar os braços? A experiência de um ano e pico de luta de todo o povo indica o caminho: vamos para a frente, a lei somos nós que a fazemos. Legalidade popular”.

(Comissão de Trabalhadores da Fábrica de Botões, Porto, Junho 1975)

e assegura que não se entrará “numa escalada inflacionista como resultado de um funcionamento desordenado da economia capitalista”. Ocupação de uma casa para comuna popular em Aveiras de Cima. Primeira reunião conjunta das CMs dos arredores de Lisboa e Setúbal.

11 Março

Tentativa de golpe militar spinolista, com participação da GNR. O RAL1 é bombardeado e cercado por unidades de pára-quedistas, sendo morto um soldado. Dominado o golpe, o general Spínola e outros oficiais fogem para Espanha; prisão de militares de direita. Ao fim do dia, por convocação de vários partidos, grande manifestação no centro de Lisboa. Em várias cidades do país, as sedes do PDC e do CDS são assaltadas. A partir daqui, muitas empresas são ocupadas pelos trabalhadores. Além disso, estende-se ainda mais o movimento de ocupação dos prédios vazios e das grandes mansões abandonadas, transformadas em creches e locais de habitação.

13 Março

Sob pressão dos trabalhadores bancários, em greve desde o 11 de Março, o Conselho da Revolução, criado na véspera, decreta a nacionalização dos sete grupos bancários mais importantes, golpeando profundamente os interesses monopolistas ligados ao fascismo.



Lisboa - Luanda

Orlando Sérgio, actor, 34 anos

Tinha 14 anos quando se deu o 25 de Abril – estava a morar em Lisboa – e não tive a percepção imediata do que estava a passar. Mas em breve me apercebi: tinha uns primos a estudar na universidade que iam com frequência lá a casa. Rapidamente se começou a falar em política como eu nunca na vida tinha ouvido. Entretanto, tudo começou a acontecer muito depressa. Um dos acontecimentos de que ainda conservo uma imagem muito nítida foi o 1º de Maio, logo a seguir. Acho que nunca participei em manifestação tão grande, tão grande... Apesar de miúdo, fui tocado pelo momento político. Na escola, o D. Pedro V, tudo mudou, de repente. Deixámos de ir às aulas e começámos a perseguir pides, dentro e fora do liceu. Lembro-me de termos perseguido um contínuo que acusavam de pertencer à PIDE. E de participarmos muito em reuniões. Só passados uns tempos me apercebi de que as pessoas com quem lidava eram quase todas de extrema-esquerda e por isso rapidamente fui encaminhado para as ideias maoístas. Até que fui para Angola. Quando cheguei a Luanda, os grandes conflitos com os brancos já se tinham esbatido – os brancos tinham saltado para o “asfalto” e pareciam já se ter conformado com a ideia de que tinham de partir. As pessoas de extrema-esquerda ligadas ao MPLA estavam nos Comitês Amílcar Cabral (CAC), onde comecei a militar. Os CAC tinham forte implantação no ensino secundário e superior – foram estudantes que fizeram a primeira greve em Angola, dirigida pelos Comitês – e também exerciam um certo controlo sobre as chamadas organizações de poder popular, nos bairros, pois toda a acção, na altura, se virava para as massas populares.

Não é aqui o lugar para falar disso mas, apesar dos anos da repressão e da ida para a cadeia aos 17 anos, não lamento nada. E se voltasse atrás fazia tudo igual. Foi um período positivo da minha vida. Não havia aspiração ávida pelo poder, antes uma grande generosidade. Do ponto de

14 Março

É garantida a manutenção dos interesses das multinacionais instaladas em Portugal.

15 Março

Nacionalização das companhias de seguros, que passam a ser geridas por comissões administrativas. Prisão de militantes do MRPP, que anuncia uma manifestação.

18 Março

Anunciando para 25 de Abril as eleições para a Assembleia Constituinte, o Conselho da Revolução proíbe a participação do PDC, do MRPP e da AOC.

20 Março

Manifestação em Lisboa de 5000 operários metalúrgicos, agrupados em Comissões de Trabalhadores, contra a direcção do sindicato.

vista pessoal, obtive conhecimentos que de outro modo nunca teria adquirido. E há um factor de que ainda hoje me orgulho muito: era justo o sentimento de independência que procurávamos incutir. Percebeu-se que a guerra, que hoje continua, era manipulada por fora. Só tenho pena de que todo o nosso trabalho tenha acabado por aproveitar àqueles que, de forma tão dura, nos combateram, e que não conseguíssemos retirar dividendos para nós.

21 Março

Reunião promovida em Setúbal pela 5ª Divisão condenando as ocupações selvagens e avisando que a desocupação tem de ser feita até 24 de Março. Prosseguem todavia as ocupações de casas, que se prolongam pelo mês de Abril.

31 Março

Começam a alastrar as ocupações de terras no Alentejo e Ribatejo.

“O Partido Liberal atacava o processo de descolonização, o saneamento das autarquias, a falta de liberdade para os fascistas, chegando a defender que “um comunista não é mais democrata que um fascista.” A cobertura dada pelo seu jornal Tempo Novo, dirigido pelo latifundário José Hipólito Raposo, à manifestação de cabo-verdianos contrários ao PAIGC, realizada em Lisboa em 18 de Agosto, veio chamar a atenção dos militantes de esquerda para as ligações do partido com os grupos reaccionários das colónias. A manifestação da União Democrática de Cabo Verde transformara-se numa batalha campal em pleno Rossio, entre esta organização e militantes do PAIGC, MPLA e Frelimo, apoiados por militantes portugueses do PC; PRP e MRPP.”

(Portugal depois de Abril, Ed. Intervoz, 1976, Lisboa)



Foi uma descoberta

Bárbara Guerra, reformada, 49 anos

Tenho uma irmã que esteve presa em Caxias, de onde saiu três meses antes do 25 de Abril, com quem eu me tinha proposto ir viver, dada a sua situação especial. Eram sete da manhã quando recebemos o telefonema de alguém a dizer-nos o que se tinha passado. Depois, foi um dia de excitação, a procurar ouvir todas as notícias! Mais tarde, a minha irmã quis ir ver a saída dos presos de Caxias, pôs-se em contacto com as pessoas que conhecia...

Eu era sensível ao antifascismo, embora um tanto distanciada. Estava ligada a um grupo católico, e cheguei a ajudar militares que queriam fugir à tropa a passar a fronteira, a nado, no Guadiana.

Após os primeiros tempos de grande agitação e de superemoção, retomei a minha vida. Era funcionária pública e no meu local de trabalho tinha sido eleita uma comissão de trabalhadores. Uma das suas medidas foi o saneamento de dois dos elementos da direcção que ditavam ordens sobre o que devíamos ou não fazer mas que só lá punham os pés, quando muito, de mês a mês. Ali, a importância do 25 de Abril não se traduziu tanto em medidas adoptadas e concretizadas, mas pelo facto de as pessoas terem posto tudo em causa. Por exemplo, antes, quando se saía em trabalho de campo – enquanto no Instituto [IPPC], trabalhei em restauro de fresco e ia sempre para o Alentejo – e se chegava a uma localidade, punha-se e dispunha-se, pintava-se e despintava-se, sem falar com as populações; depois, essa atitude mudou radicalmente: íamos ter com as pessoas, promovíamos reuniões com elas, explicávamos-lhes o que pretendíamos fazer e a sua opinião contava. Enquanto trabalhadores, conseguimos abrir um refeitório, uma das nossas melhores conquistas, sempre com o apoio da comissão de trabalhadores, que só recentemente se dissolveu. Cá fora, começámos todos a mexer-nos, a ir às manifestações, a ver o que se fazia. Eu continuava à procura daquilo com que sentisse mais afinidades, mas sem carácter de filiação partidária (só mais tarde, não sei precisar, me liguei

1 Abril

Início da campanha eleitoral.

4 Abril

Vasco Gonçalves tenta plataforma de acordo com a Igreja no caso da Rádio Renascença.

5 Abril

Salgado Zenha publica na *República* um artigo favorável à Igreja no conflito da Rádio Renascença,

7 Abril

A Inter-Comissões de Lisboa entrega um caderno reivindicado ao governo, dando um prazo de 20 dias para resposta. O Cardeal Patriarca de Lisboa em entrevista a um jornal estrangeiro afirma que o "governo não controla o País".

11 Abril

A propaganda da FEC(ML) é suspensa.

ao Contra a Corrente). Foi tudo uma descoberta de tal maneira intensa que não consigo destacar nada em particular... No 28 de Setembro, no entanto, recordo-me de uma cena cómica.

Tínhamos ido trabalhar para Ponte da Barca, no Minho, e como não tínhamos carrinha, fomos de comboio, com a tralha toda atrás: andaimes, baldes, a cal e a areia... Quando chegámos ao Porto, na viagem de regresso, vemos entrar o pessoal da «maioria silenciosa»... Bastou olharmos para as caras para percebermos de quem se tratava. O 25 de Abril foi a coisa mais importante da minha vida, pela libertação que representou da sociedade em geral, mas também pelas conquistas que me permitiu a nível pessoal. É certo que não satisfiz as minhas expectativas, mas nunca tive a perspectiva daqueles que dizem «ah! eu vi logo que aquilo ia tudo por água abaixo».

12 Abril

PRP-BR convoca um plenário de trabalhadores onde é proposta a formação de Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros.

15 Abril

A Inter-Comissões de Moradores dos concelhos de Loures, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira entrega um caderno reivindicativo ao representante do primeiro-ministro.

19 Abril

Realiza-se o Congresso dos CRTSM, afectos ao PRP, com representantes de 165 empresas e 26 unidades militares.

22 Abril

Manifestação em Lisboa contra o decreto que regulamenta a legalização das ocupações.

23 Abril

Ocupação de uma quinta para a Cooperativa de Torre Bela.

25 Abril

Eleições para a Assembleia Constituinte, as primeiras eleições livres nos últimos 50 anos. O PS é o partido mais votado, seguido do PPD e PCP. O CDS, MDP e UDP conseguem representação parlamentar.

MEMORIALÁRIO

POPULAR

EN
P
D
E
P
R
O
L



C. MORADORES

30 Abril

Imprensa revela que o ELP conspira em Espanha, nomeadamente em Badajoz, onde é nitido o movimento de conhecidos reaccionários portugueses. É promulgada a lei da unicidade sindical.

“Depois de uma ampla mobilização em torno das justas reivindicações dos trabalhadores da Função Pública e da sua entrega ao Governo Provisório, este resolveu: 1ª) pôr de pé o estatuto fascista do funcionalismo público, reforçando o poder e o controlo por parte das hierarquias; 2ª) definir, em termos demagógicamente vagos, o que seria o saneamento de uma das máquinas mais bem montadas para servir uma política que foi sempre contrária aos interesses dos trabalhadores; 3ª) anunciar um aumento de vencimentos onde apenas se favorecia de facto as categorias com ordenados superiores, ou seja, beneficiando as hierarquias estabelecidas, a quem previamente se reforçara o poder.

Após dois meses de espera, apenas interrompida pela implantação de medidas antidemocráticas, mesmo repressivas, os trabalhadores, apesar do estado ainda embrionário da sua organização, sentiram-se a tal ponto traídos que vinte mil trabalhadores vieram para a rua, no dia 8, manifestar o seu descontentamento.

É muito perigoso iludir os trabalhadores ou, pelo menos, tentar ganhar tempo à custa da esperança de centenas de milhares de pessoas que querem justiça nas relações de trabalho, seja qual for a entidade patronal”.

(Do Diário de Lisboa de 12/7/74).

Reunião de prédio

Pedro Alves, funcionário público, 34 anos

Eu morava em Sacavém, tinha 14 anos, e ia para o ciclo preparatório. Tinha a mania de andar a apanhar papéis do chão para ler, talvez por não haver livros em casa. Uma vez apanhei um saco cheio de papéis que tinham uma foice e martelo. Quando cheguei a casa, a minha mãe ficou num estado de terror: “Vamos todos presos!”. Eu, na minha inocência, cheguei à janela e despejei o saco para me “libertar daquela sarna”. Não aconteceu nada.

Em Abril estava doente em casa e soube pela rádio que havia um golpe de Estado. Lembro-me do 1º de Maio e dos primeiros cartazes que aparecem em Sacavém. Houve então uma alegria colectiva.

Começou a catadupa das ocupações de casas. Em Chelas as paredes apareceram cobertas de “As casas são do povo – O povo ocupa as casas”. Eu morava numa casa modesta, pequena. A família era de quatro pessoas e não tínhamos sequer um quarto para o casal e outro para os filhos. Os meus pais foram ocupar casas também, no bairro social de Chelas-Cabo Ruivo, que estava destinado para a Pide, Guarda Fiscal, Serviços Sociais do Exército, etc. Algumas casas estavam na fase terminal, outras estavam só com as estruturas, sem paredes. Lembro-me de termos ido para lá morar, só com os cobertores. A água pertencia à construção e era distribuída com uma mangueira pelo prédio todo.

Estabeleceu-se uma grande fraternidade, vinham pessoas de todos os lados: do Bairro da Liberdade, de barracas, de zonas degradadas, de partes de casa, etc. Também havia oportunistas que ocupavam duas, três casas para depois alugar, mas o que caracterizava as ocupações era um sentimento de união, de solidariedade.

Havia Comissões de Moradores e Comissões de Prédio. Tudo estava estruturado. Havia reuniões de prédio, de rua, de bairro, conforme o assunto. Lembro-me de reuniões nas escadas do prédio onde toda a gente participava e

1 Maio

Manifestações por todo o país. No estádio 1º de Maio registam-se incidentes com manifestantes do PS. Vasco Gonçalves discursa e Mário Soares é impedido de chegar à tribuna. Os grupos marxistas-leninistas convocam uma manifestação independente do Terreiro do Paço à Alameda.

2 Maio

Manifestações do PS em Lisboa e Porto como protesto contra os incidentes do dia anterior no estádio 1º de Maio.

5 Maio

Nasce o MDLP, depois de o major Sanches Osório ter entregue uma declaração da denominada Frente de Salvação Nacional ao General Spínola, o qual lhe introduz alterações.

17 Maio

Manifestações pelo direito à habitação e pela revogação do decreto anti-ocupação, dos moradores dos bairros de lata de Lisboa e Porto.

19 Maio

Tipógrafos do *República*, afectos à esquerda, expulsam a direcção que acusam de ter transformado o jornal num órgão do PS. As instalações ficam ocupadas pelos trabalhadores. Manifestações do PS e de toda a direita contra a ocupação.



23 Maio

As instalações das minas de S. Pedro da Cova, encerradas desde 1969, são ocupadas pelos moradores da freguesia e antigos mineiros.

26 Maio

Manobras da NATO, que motivam manifestações hostis à ingerência imperialista.

27 Maio

Os trabalhadores da Rádio Renascença ocupam os estúdios e do centro emissor da Buraca. É abandonada a designação de "emissora católica" e são afastados os padres do serviço radiofónico dos estúdios de Lisboa. Oficiais do COPCON entregam ao CR o "Documento dos operacionais do COPCON".

dava opiniões: os chamados chefes de família, mulheres de filhos ao colo a dar de mamar, velhotes, putos como eu. As fronteiras das idades estavam esbatidas. Depois de discutido no prédio, o assunto ia para a Comissão de Moradores.

Posteriormente houve uma terceira vaga de ocupações em Chelas, estas já consideradas fora-da-lei. O governo de Vasco Gonçalves tinha decretado que só considerava legais as ocupações até determinado período.

No ano lectivo de 74/75 entro no Liceu D. Dinis, uma escola muito politizada. Adiro à FEML. Dá-se uma greve dos estudantes do secundário contra os exames nacionais, pela avaliação contínua e eu fui eleito para a direcção do comité de greve. Esta dura cerca de um mês, com ocupação permanente. Havia reuniões de alunos, assembleias gerais de escola, jornal de greve, debates, cursos livres (sexualidade, contracepção, sindicalismo, ecologia, etc.). Realizavam-se exposições e colóquios sobre os países considerados socialistas, pelos quais havia uma grande curiosidade.

A greve tem no entanto um final infeliz. Sectores considerados de esquerda, ligados ao PC e ao PS, eram contra por acharem que "desestabilizava o socialismo".

Havia também moções e proclamações de apoio às lutas dos moradores, ocupantes e trabalhadores. Promoveram-se jornadas de apoio à Reforma Agrária em que o pessoal se deslocava ao Alentejo para ajudar na apanha da azeitona. Às vezes, faziam-se recolhas de fundos de porta em porta, para os ocupantes e moradores pobres ou para os operários em greve nas fábricas à volta do liceu, como os Sabões, em Marvila. Quando foi da greve dos operários da construção civil, nós também fomos para S. Bento para apoiar.

A discussão política era uma coisa muito viva. Na sala de convívio do D. Dinis chegava a haver dez bancas de propaganda. Nos intervalos era frequente verem-se três ou quatro organizações políticas a distribuir propaganda para o 1º de Maio, para a manifestação, contra isto, de apoio àquilo, etc...

“A Srª Drª de Português propôs uma ordem de trabalhos.... O D... propôs que o problema das faltas devia ser o primeiro a abordar. Isto foi recusado e portanto aprovou-se a proposta da professora (....) Como é já do conhecimento geral, as faltas são de tipo informativo. Quando houve RGA, aquela tal que foi muito confusa e não era legal - cerca de 18 alunos faltaram à aula de Geografia e o professor marcou as respectivas ausências. Mais tarde as faltas apareceram um pouco riscadas por giz no livro. Quando há RGA e RGE é preciso comparecer nela e não aproveitar a ocasião para ir brincar ou passear (...) C.N. tem preguiça de estar nas aulas ; vergonha de comparecer por não fazer os trabalhos de casa; perturba constantemente os colegas e mete-se com estes. Diz que vai tentar fazer os trabalhos de casa, não faltar às aulas e estar quieto nas mesmas. É preciso que os colegas contribuam não lhe ligando (...)”
(Da acta de uma reunião de turma, de Fevereiro de 75, redigida por um aluno de 12 anos, cit. por Eduarda Dionísio).

28 Maio

Ocupação das sedes do MRPP pelo COPCON, com a prisão de 400 militantes, por o *Luta Popular* ter acusado Jaime Neves e Salgueiro Maia de estarem implicados num golpe de direita em preparação.

30 Maio

Decreto institui o Serviço Cívico para os estudantes.

31 Maio

Alastra a guerra no Norte de Angola entre a FNLA e o MPLA.

UNIDADE E ORGANIZAÇÃO POPULAR



6 Junho

Manifestação em Ponta Delgada exige a demissão do governador, do MDP/CDE. Pouco depois inicia-se a perseguição aos partidos de esquerda. CR determina a reabertura do *República* com entrega do jornal à administração.

10 Junho

Fracasso completo da jornada suplementar pela "batalha da produção" organizada pela Intersindical.

14 Junho

Roubo de armas de Santa Margarida, que origina uma operação *stop* em todo o país.

16 Junho

Por falta de acordo com a administração, não é cumprida a determinação de reabertura do *República*, continuando a entrar apenas os trabalhadores nas instalações.

O Pires Veloso dormia na cave

José Guedes Mendes, livreiro, 45 anos

No 25 de Abril eu era trotskista. Pertencia a uma organização chamada União Operária Revolucionária - Liga Operária Revolucionária (UOR-LOR). Estava na tropa em Mafra, como cadete, e tinham-me encarregado de criar uma organização lá. Enquanto pudesse aguentar, ia ficando e fazendo o meu trabalho político dentro do exército. Mal fosse mobilizado, desertava.

A nossa era uma companhia com pessoal consciencializado, malta com formação universitária que estava ali de castigo por actividades políticas. Alguns já tinham estado presos. Havia já nessa altura em todas as incorporações lutas significativas. Eram bastantes os que estavam organizados politicamente e era relativamente fácil pormo-nos de acordo e mobilizarmo-nos rapidamente. Lembro-me que, quando da minha recruta, deu-se a morte de dois cadetes. Houve um movimento de solidariedade e decidimos todos formar sem armas.

No 25 de Abril, a primeira ordem que recebemos foi de ninguém sair da caserna. Exigimos ao oficial de dia saber o que tinha acontecido. Disse-nos que tinha havido um golpe. Quase logo de imediato, decidimos exigir participar naquilo e ir para a rua armados. O nosso comando era favorável ao movimento e aceitou. Fomos para Lisboa montar guarda ao Quartel-Mestre-General de S. João de Pedreira. Fizemos depois um assalto a um posto da Legião Portuguesa no Largo do Rato. Não havia lá quase nada. Entretanto, a situação militar estava controlada e nós regressámos a Mafra.

Aí, começámos a perguntar porque é que a hierarquia não mudava e o regime disciplinar se mantinha na mesma: não queríamos aquele tipo de instrução, não queríamos fazer exercícios perigosos e de preparação para a guerra. Conseguimos algumas vitórias aí. Houve ainda um movimento de contestação ao juramento de bandeira que deixou a hierarquia estarecida.

Depois da especialidade, sou colocado numa unidade

em Castelo Branco - o Batalhão de Caçadores 6 - para dar instrução a soldados. Encontro aquele quartel totalmente inalterado pela revolução. Era tudo malta do interior, sem preparação política. O que se notava era algum descontentamento pelas condições de vida, (sobretudo a alimentação) que eram muito más. Havia lá um delegado do MFA mas nenhum outro sinal do 25 de Abril. Na hierarquia, ao nível superior, pululavam os elementos reaccionários que haveriam de se notabilizar no 28 de Setembro e no 11 de Março.

Com as novas incorporações, as coisas começaram a alterar-se. Havia discussões políticas, reuniões, levantamentos de rancho. Esta unidade haveria mesmo de vir a participar nas campanhas de dinamização cultural do MFA, que tiveram uma grande importância no interior, no combate às estruturas de poder caciquistas e obscurantistas. Eu mesmo participei, enquanto militar, nestas campanhas e recordo-me bem da grande mobilização que se conseguia em seu torno por todo aquele interior. Houve também confrontos, naturalmente. Lembro-me de um episódio, creio que passado em Proença-a-Nova, quando um colégio religioso reaccionário foi ocupado pelas forças progressistas lá da terra e se tornou sede dum grupo da famosa 5ª Divisão do MFA, com o capitão Calvino.

Faziam-se reuniões nocturnas, um bocado tuteladas por nós, é verdade, mas onde se registava uma enorme mobilização. Eram lá discutidas as questões todas da terra, com nomes, situações concretas apontadas a dedo, etc. As pessoas punham-nos ali os seus problemas locais, quer ao nível do desenvolvimento regional, quer ao nível das forças opressoras que aí imperavam e não as deixavam fazer nada. Havia uma enorme franqueza e entusiasmo populares.

Entretanto, na minha unidade, as coisas foram começando a mexer um pouco. Começaram a aparecer as assembleias da unidade, os soldados criaram estruturas democráticas para discutir com o comando e assim por diante. Deu-se então o 11 de Março, cujas ramificações chegaram inclusive à nossa unidade. Nos dias que o precedem, começa a notar-se uma agitação especial na

17 Junho

Manifestação dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores.

18 Junho

Manifestações e contramanifestações frente ao Patriarcado devido à situação do Rádio Renascença, com incidentes graves. O PS apoia a Igreja. O COPCON apoia os trabalhadores do *República* no conflito com a administração.

19 Junho

Manifestação dos trabalhadores da Rádio Renascença. O MFA aprova o Plano de Acção Política, de influência meloantunista.

20 Junho

Comunicados de vários partidos face aos acontecimentos frente ao Patriarcado.

23 Junho

Os trabalhadores da CUF em plenário decidem exigir nacionalização e saneamentos. Trabalhadores da SAPEC de Setúbal (capital belga) ocupam as instalações. O administrador tem liberdade para andar dentro da fábrica mas não pode sair. Pedem intervenção do Estado, saneamento da administração, não transferência de 11 mil contos de dividendos, etc. Os trabalhadores ocupam a fábrica Salmar no Lavradio e formam a cooperativa Coopsal.

24 Junho

Manifestação do PS contra a ocupação pelos trabalhadores do jornal *República*.



28 Junho

Definição das características de autonomia e apartidarismo da Intercomissões de Lisboa.

29 Junho

Primeira Assembleia Popular na Pontinha. Fuga de 88 pides da prisão de Alcoentre.

30 Junho

Trabalhadores da Bronzes
Cetóbriga de Setúbal em luta.
Novos combates em Luanda.

messe dos oficiais, há uma grande onda de boatos e, na véspera do golpe, um major reaccionário que lá tínhamos aparece todo eufórico. Às 11 da manhã, ouço na BBC a notícia de um golpe em Lisboa. Reunimos logo um grupo de oficiais democratas e, com o tal capitão do MFA, dirigimo-nos ao comandante a exigir tomada de medidas. O comandante cede-nos de imediato o controlo da unidade. Assumimos o comando do quartel e montámos a sua defesa, nomeadamente a nível de anti-aéreas. Temíamos um ataque aéreo e também um ataque de cavalaria, que era uma arma muito fiel ao Spínola.

Não chegou a haver nada porque o COPCON dominou a situação. A nossa unidade, como unidade fiel, foi encarregada de fazer vigilância da fronteira. Vou para Monfortinho e estou para lá uns dez dias. Não prendemos ninguém, mas constou que parte dos implicados no golpe até fugiu por lá. Era uma fronteira muito vasta e nós tínhamos uma força pequeníssima. Tínhamos que andar a correr de um lado para o outro num jipe muito velho. A GNR no aeródromo não fazia puto e a Guarda Fiscal na fronteira idem aspas. Os implicados tinham vastíssimos apoios naquelas bandas e, com identidades falsas, até era fácilimo passarem por lá.

A seguir a este período, virámo-nos para o saneamento da nossa unidade. Havia lá muitos elementos reaccionários e, então, a força dos soldados começou a vir ao de cima. Fizemos uma assembleia, de que eu fui um dos elementos da mesa, onde estava toda a gente, todos com direito a voto em situação de igualdade. Saneámos dois majores. Esse gajo reaccionário e um outro contra o qual não tínhamos provas nenhumas, mas que era conhecido por não fazer nada. Treinava lá no cavalo e andava por ali a mamar um ordenado chorudo. Os soldados entenderam, e bem, que era um parasita. Os dois foram para a rua, imediatamente. As sentinelas tiveram ordens para não os deixar entrar mais.

Esses oficiais vão para casa e lá recebem ordem para se apresentarem no Estado-Maior do Exército. Nós queríamos que eles fossem expulsos do exército mas eles ficaram por lá, até, suponho, ao 25 de Novembro. Lá conspiraram com certeza, como puderam, mas não

comandaram mais tropa. Depois foram reintegrados e até no comando da unidade, suponho.

Estranhamente, é depois destes episódios todos, quando eu já estava bem integrado, que vem a ordem da minha transferência para Lisboa, para o RIOQ, em Queluz, que era uma das unidades operacionais do COPCON. Era uma unidade com quatro companhias operacionais (uma força importante, portanto) e ficava a escassos metros dos Comandos, que sempre foram a tropa com que os contra-revolucionários contaram. Cheguei lá, apresentei-me na unidade e fui logo visitar o Dinis de Almeida no RALIS, dizer-lhe para contar comigo para o que fosse preciso. Mas passa-se um mês e eu ando ali sem fazer nada, sem ser integrado em nenhuma estrutura dentro da unidade. Fui ter com o capitão que era lá o delegado do MFA, perguntar o que é que se passava e o tipo, para me calar, põe-me numa coisa que é a secção de Justiça. Aí já não tinha dúvida de que estava na prateleira. O descontentamento na unidade era grande porque os gajos do MFA, muito moderados, esquisitos, travavam tudo o que a malta de esquerda, da UDP, LCI, etc., tentava fazer.

Um dia, estava eu a dormir - eu dormia com a minha G3 carregada e uma Mauser - aparece-me um tenente das minhas relações a dizer-me que fulano, fulano e fulano (tudo malta de esquerda) têm ordem de se apresentar no Quartel-General. Convocamos então uma assembleia em que aparece todo o pessoal de esquerda e um número reduzido de soldados. Exigimos que o Otelo venha ali explicar o que se passa. No dia seguinte, todos os que falaram nessa assembleia recebem também ordem para se apresentarem no Quartel-General. A unidade estava a ser depurada para o 25 de Novembro. Conseguimos que um jornalista do *Expresso*, o Benjamim Formigo, entrevistasse o Otelo sobre o que é que se passava no RIOQ. O Otelo, candidamente como sempre, responde que havia lá uns elementos esquerdistas, perturbadores da ordem, que tiveram que ser afastados.

Passado algum tempo, sou colocado no Hospital Militar, secção de transportes. A minha carreira militar, por assim dizer, terminou aqui, embora eu continuasse

2 Julho

Manifestação organizada por comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa desfila frente à Rádio Renascença em apoio da CT. Governo e Vasco Gonçalves são insultados, porque defendem a entrega da emissora à Igreja.

3 Julho

Conselho da Revolução decide a nacionalização da Rádio Renascença.

4 Julho

Manifestações em Lisboa de apoio ao Poder Popular contra os boatos de mais um golpe militar. Trabalhadores da Junta Autónoma do Porto de Setúbal elegem Conselho Revolucionário de Trabalhadores. Criação do Conselho Municipal do Porto, que reúne a Comissão Administrativa da Câmara com representantes das associações de moradores, dos bairros camarários, das juntas de freguesia e da comissão de trabalhadores da Câmara.

5 Julho

Independência de Cabo Verde.

8 Julho

Assembleia do MFA aprova o Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, de tendência gonçalvista..

9 Julho

Moradores de Setúbal vêm manifestar-se a Lisboa, em apoio da reivindicação dos 500\$ por assoalhada.



10 Julho

Manifestações populares de apoio ao Documento-Guia do MFA, fortemente atacado pelo PS, PPD e CDS. O jornal *República* reaparece sob direcção da comissão de trabalhadores. Em protesto, o PS abandona o IV governo.

12 Julho

Independência de São Tomé e Príncipe.

13 Julho

Em Rio Maior são assaltadas as sedes do PCP e da FSP. É o início de uma série de acções violentas contra organizações de esquerda, arregimentadas pelos caciques do PSD, MDLP e ELP e contando com o apoio da Igreja. Manifestações em Aveiro de apoio ao Episcopado na questão da Rádio Renascença.

na tropa ainda até ao 25 de Novembro. Militarmente, não fazia nada já. Embrenhei-me na vida política; nesta altura era já militante do PRP. Como militar do MFA, participei em várias assembleias de trabalhadores de fábrica, no âmbito da tentativa do PRP de criar os conselhos revolucionários.

Fiz depois uma digressão pelos Estados Unidos e Canadá para esclarecer sobre o 25 de Abril e angariar fundos que entreguei ao partido. Tive várias reuniões com tipos americanos e com emigrantes portugueses. Havia uma boa adesão de muitos emigrantes ao processo revolucionário. Cruzei-me lá com o José de Almeida da FLA, que tinha lá também uma grande implantação. Gajos da CIA seguiam-me todos os passos. Foram quinze dias que eu lá passei muito interessantes.

Entretanto, fiz também parte do secretariado dos SUV, formados pela convergência de diversas forças políticas revolucionárias. Quando os SUV aqui do Porto decidem promover a ocupação do RASP, é convidada uma delegação de Lisboa. A coisa começou com uma enorme manifestação de soldados e trabalhadores junto ao CICAP, ali perto do palácio de Cristal. Eles estavam barricados lá dentro, os sargentos e a malta deles. A situação tornou-se tensa e então a direcção dessa luta, que pertencia aos SUV do Porto, decidi desloca o pessoal para o RASP. Foi tudo por aí fora, numa enorme manifestação pela ponte de D. Luís e a tropa acolheu-se toda no RASP. Depois deu-se o que foi para mim um dos momentos mais decisivos da revolução, ao nível do confronto de forças. É a história da ocupação do RASP, que está aliás bem documentada no jornal da luta editado pelo padre Mário de Oliveira, na altura jornalista do *República*.

Todas as forças empenhadas na revolução participavam nos SUV, à excepção do PC que tentou boicotar e criou umas estruturas paralelas, aliás sem qualquer êxito. Tínhamos malta muito interessante, ao nível de soldados e oficiais subalternos, em unidades de Norte a Sul do país. Acabámos por nos reunir todos aqui no RASP. Criou-se ali uma grande força que meteu um medo enorme a quem, nesse mesmo momento, preparava

já o 25 de Novembro. Eu estou convencido que o Pires Veloso teve medo que lhe caíssem umas bombas no Quartel-General. Sei que ele dormia na cave, lá nos fundos do quartel.

Reuniu-se pois ali no RASP uma força de respeito. Eles lá não tinham alimentos para toda a gente, mas vinham tractores de Arouca e outros sítios com comida oferecida pelos camponeses. Não estávamos de modo nenhum isolados.

Lamentavelmente, nunca se criou um comando revolucionário autónomo. Havia lá imensa malta de fora que... nunca foi armada. Eu fazia parte da Comissão Militar e, é claro, não queríamos estar ali sem fazer nada. Quando se dá o confronto com as forças da PM, os tiros ouviam-se lá fora, falava-se na hipótese de um assalto dos fuzileiros. Nós exigimos ser armados e organizados em pelotões. Ganhámos uma votação nesse sentido. Bom, vamos ser armados, temos que ir aos paióis buscar as armas. Entretanto, por processos velados e obscuros começa-se a discutir que isso é perigoso não sei o quê e etc. Dá-se uma nova votação e perdemos. Nunca ninguém de fora foi armado no RASP.

Entretanto, vindo de Lisboa, chega lá o Fabião, um tipo habilidoso, com a missão de arranjar uma solução para o problema. Uma solução que dê cabo daquilo, como é óbvio. O general Fabião reúne ali com uns tantos gajos, conotados com o PC, sobretudo e também do PS. Na altura, os reações eram todos do PS. A reunião é secreta, de fora não se sabe de nada, é claro. E às tantas dá-se uma manobra muito curiosa: alguns desses fulanos saem cá para fora aos gritos de “vitória, vitória, vamos todos embora”. Foi exactamente assim. E há malta que começa mesmo a sair do quartel. E acaba a luta do RASP. Vitória deles e derrota nossa. A única coisa que o Fabião prometeu é que a malta que estava ali fora das suas unidades não seria castigada. Foi mesmo uma derrota.

14 Julho

Em Rio Maior são queimados jornais porque se considera que não foram correctamente relatados os acontecimentos do dia anterior. Ocupação da Cooperativa Agrícola 1ª de Maio, na Gâmbia (Setúbal). Manifestação no tribunal de Setúbal pela anulação do processo contra um morador.

15 Julho

COPCON desaloja os ocupantes da Quinta de Miraventos em Setúbal. PS promove manifestações pelo afastamento de Vasco Gonçalves.

16 Julho

Manifestação em Lisboa pelo poder popular, pelo controle operário, contra a Constituinte, com o apoio do RALIS. No Porto, 10 mil pessoas percorrem as ruas numa manifestação pelo poder popular e de apoio ao Documento-Guia do MFA, promovida pelos revolucionários e por comissões de trabalhadores e moradores.

17 Julho

Manifestação dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, onde se dá vivas à ditadura do proletariado. Os soldados do RALIS participam com os blindados. O PPD abandona o governo.

18 Julho

Grande comício do PS no Estádio das Antas, apesar das tentativas de boicote do PC e da Intersindical



19 Julho

Comício monstro do PS na Fonte Luminosa, onde Mário Soares exige o afastamento de Vasco Gonçalves e ameaça que “o PS pode paralisar o país”. O PC tenta impedir a concentração com barricadas, a pretexto de que se prepara uma “marcha sobre Lisboa”.

20 Julho

Começam os assaltos no Norte e Centro contra sedes do PCP, MES, MDP/CDE e FEC. Durante 15 dias, saques e incêndios em Batalha, Rio Maior, Cadaval, Lourinhã, Alcobaça, Minde, Aveiro, Estarreja, Águeda, Sever do Vouga, S. João da Madeira, Matosinhos, Monchique. Manifestação em Viseu de apoio ao Episcopado. Nacionalizadas as principais empresas de pesca.

“Decidiu-se formar piquetes à entrada da fábrica para fiscalizar entradas e saídas. Os operários da Cambournac continuam a sua luta ocupando a fábrica no fim de semana. Os 800 trabalhadores da empresa não irão para a rua, haja falência ou não. Estamos dispostos a lutar pela posse daquilo que sempre nos foi roubado e não estamos passivos à espera do governo nem da lei, pois só a Classe Operária pode libertar-se”.

(Comunicado dos trabalhadores da Cambournac, Dezembro de 1975)

“Em Rio Maior o povo soube reagir às afrontas e não deixou passar os jornais que mentiam descaradamente acerca daquilo que ali se passou. É um exemplo que pode ser seguido noutras regiões.”

(Discurso de Mário Soares em Braga, depois da queima do Diário de Lisboa e do Diário Popular, a 14 de Julho em Rio Maior)

A militância era uma festa

Nela, trabalhadora da comunicação social,

44 anos

Tinha tido uns estrebuchos contestatários ao lado do MRPP, quando passei pela faculdade, e uma campanha de alfabetização em bairros de barracas na zona onde vivia. O primeiro 1º de Maio é que me conquistou, e de forma definitiva.

Recordo o meu «serviço militar» prestado no Arquivo Geral de Marinha, lado a lado com os marinheiros, todos os dias com uma reivindicação nova ao oficial na reserva responsável, que não dizia ai nem ui, não fossem lembrar-se de pôr em prática a ameaça de saneamento que pairava pelos quatro cantos do quartel... A ausência forçada no estrangeiro, dois meses, e o primeiro contacto com a *Voz do Povo*, no regresso... A ocupação de três casas, uma delas em conjunto com a Comissão de Moradores de S. Mamede; o apoio às operárias de uma pequena fábrica de confecções na Damaia que queriam a autogestão; o trabalho na colectividade local, com espectáculos de teatro e canto livre; as colagens e as pinturas noite dentro... A mobilização, quase porta a porta, para as manifestações, misto de militância e de festa...

Finalmente, a organização no núcleo da UDP e a ida para a Associação de Amizade Portugal-China. Ainda hoje, o orgulho de nessa altura ter acedido ao estatuto de simpatizante de uma organização marxista-leninista se sobrepõe ao sentimento de luta inglória que o trabalho me deixou!

E o 25 de Novembro... Na Calçada da Ajuda, com o núcleo da Amizade a fugir às pedradas que vinham não sei de onde e um camarada a gritar «ninguém arreda pé! Ninguém arreda pé!». Arredámos mesmo. Um ou dois dias depois, explicavam-me, em reunião expressamente convocada, que se impunha a unificação dos grupos e a constituição do Partido. Que era essa a tarefa prioritária. Quem sabe se com o Partido...

23 Julho

Numa reunião de oficiais de Infantaria em Mafra, Vasco Lourenço defende a dissolução da 5ª Divisão e a substituição de Vasco Gonçalves como primeiro-ministro.

24 Julho

Otelo de visita a Cuba.

25 Julho

Início do Congresso de todos os sindicatos promovido pela Intersindical. Assembleia do MFA cria o Directório, que reparte o poder entre Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo.

27 Julho

Manifestação em Bragança de apoio ao Episcopado.

29 Julho

Promulgada a lei da Reforma Agrária. Conflito na CT da TAP, entre elementos moderados e radicais.

31 Julho

Jaime Neves e outros militares do Regimento de Comandos são saneados numa assembleia da unidade.



2 Agosto

Mercenários a soldo de patrões corticeiros atacam a tiro na Margem Sul militantes de esquerda que distribuem propaganda apoio à luta dos operários.

3 Agosto

I Encontro dos Trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas do distrito de Beja pede crédito e escoamento dos produtos. Assaltadas e destruídas as sedes do PCP e MDP/CDE em Póvoa do Lanhoso. Não são feitas prisões. O MFA intervém em Vila Nova de Famalicão para evitar o assalto e incêndio do centro de trabalho do PCP. Manifestação em Coimbra de apoio ao Episcopado.

Lembro-me, mais tarde, já numa reunião de célula, ao fazer-se o balanço dos acontecimentos, de alguém dizer que dificilmente voltariamos a viver um período idêntico ao que decorrera naqueles meses. Já lá vão 20 anos, mas continuo esperançada.

"O nosso diário é para unir os caseiros. Pois, como todos sabem, os senhores ricos fazem as suas reuniões nas suas casas de luxo, nos hotéis, nos seus fartos jantares. Têm carros que até sobram. Mas nós, infelizmente, não temos essas possibilidades. Somos vistos como uns tristes, uns analfabetos. É assim que nos tratam. E nós é que pagamos tudo, nós é que plantamos a batata e a fruta para alimentar esses senhores. Por meio destas páginas, os caseiros ficam a saber que não estão sós, que todos estão alertas e firmes para defender os seus direitos" (Editorial do jornal da Madeira, O Caseiro, Outubro 1974)

Na manifestação do funcionalismo frente a S. Bento em 8 de Julho de 74, há faixas que dizem: "O preço da batata é o mesmo para o pequeno e para o doutor", "A palavra camarada é apenas teoria", "Não comemos com percentagens, comemos com dinheiro".

Os soldados não ligavam aos oficiais

Manuel Borges, metalúrgico, 55 anos

No dia 25 de Abril, logo de manhã, saímos da fábrica, a DMC, em Queluz, e viemos para o Carmo. O pessoal queria entrar pelo quartel dentro e o Salgueiro Maia dizia para nos mantermos calmos, que não devíamos fazer justiça pelas próprias mãos. Ele deu um prazo aos *fachos* para se renderem, caso contrário bombardeava o quartel. Ainda lhes deu umas rajadas.

Fui para Benfica perseguir os pides. Primeiro junto à igreja, depois ao pé da escola da PIDE/DGS. Apanhámos alguns no Jardim Zoológico. Quando isso acontecia aparecia a Marinha, que os metia nos carros, não deixando que lhes fizéssemos mal. Apesar disso, alguns não se livraram de apanhar uns murros e pontapés.

Organizei-me politicamente, fui eleito delegado sindical, membro da CT e fiz parte de um grupo de trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos. Saneámos o dono da fábrica e fomos em manifestação ao RIOQ. Os soldados apoiaram-nos e vieram connosco. Quem mandava éramos nós e os soldados não ligavam nenhum aos oficiais.

Éramos 150 trabalhadores e entrámos em autogestão. Formou-se uma CT, elegeram-se os chefes. Passado algum tempo vieram os problemas. Começaram a aparecer uns oportunistas, geralmente do PCP, que queriam controlar tudo. Muitas vezes as coisas acabavam à porrada. Um engenheiro que tinha lá ido parar por esmola, por ser amigo do patrão, ficou responsável pela gestão. Quando se tratou de aumentar os salários, três meses depois, ele passou dos 8 contos para os 80. Houve outros casos. Por exemplo, pessoas que passaram da produção para as secções de desenho, distribuição de trabalho, etc. Formaram-se grupos, as tais “caixinhas”. Nunca alinhei nisso e nas reuniões denunciava essas situações. Achava que os trabalhadores deviam saber tudo o que se passava lá dentro.

Era frequente o pcs agredirem-me nas manifestações. Na fábrica, como era conhecido, não se atreviam. Uma

4 Agosto

Jaime Neves é reintegrado por Otelo no Regimento de Comandos. Nos Metalúrgicos de Lisboa, a oposição de esquerda (CUOM) acusa a direcção do Sindicato de sanear todos os que criticam a linha da Intersindical. Direcções sindicais do Norte exigem a detenção e julgamento dos responsáveis por atentados. A DORN do PCP divulga nomes de assaltantes e incendiários fascistas, reclamando procedimento judicial.

7 Agosto

Otelo, de visita ao Porto, é vaiado e aplaudido.

8 Agosto

É publicado o Documento dos Nove. Condenação do assalariado rural José Diogo por ter matado um latifundiário. Comício da AEPPA em Lisboa, “Contra a justiça burguesa, justiça popular”. Otelo e Fabião denunciam a vaga de assaltos que grassa no Norte em nome do anticomunismo.

10 Agosto

Manifestações em Braga e Lamego de apoio à Igreja Católica. Em Braga, depois do violento discurso do primaz, é cercada e assaltada a sede do PCP, causando vários feridos.

13 Agosto

É divulgado o documento do COPCON de resposta ao Documento dos Nove. Começam as negociações entre os Nove e Otelo.



14 Agosto

São saneados 24 jornalistas do *Diário de Notícias*.

15 Agosto

Manifestação do PS em Lisboa de apoio ao Documento dos Nove e contra o 5º Governo Provisório. A Comissão Dinamizadora da Armada critica o Documento dos Nove. O PCP apela à “unidade dos democratas e antifascistas”, no comício realizado no Pavilhão dos Desportos.

17 Agosto

É assaltado o centro de trabalho de Alcobaça do PCP. Prossegue a violência no Centro e Norte do país.

vez numa manifestação encontrei um gajo que mora no Casal de São Brás, a “distribuir fruta” nos esquerdistas. Virei-me para ele e perguntei: “Então andas a bater na malta? porque é que fazes isto?” Ele respondeu que não sabia.

Particpei numa invasão ao Estado-Maior do Exército. Já não me lembro qual era o motivo, mas naquela altura isso não era lá muito importante. Desde que fosse para armar reboliço contra a *facharia*, estava bem. Derrubámos uns gradeamentos e entrámos por ali dentro. Os soldados diziam “entrem, entrem, estejam à vontade”. Lá dentro estava um grupo de oficiais *fachos*. Pusemo-nos a cantar o “Hino de Caxias”. Eles olhavam-nos com uns olhos...

Um rapazito de 16 anos tinha-se empoleirado num dos portões. Veio de lá um oficial que começou a empurrar para o deitar a baixo. Agarrei num pedregulho, virei-me para ele e disse-lhe: “Se você derruba o miúdo eu mato-o”. Ele olhou para mim e foi-se embora.

Outra vez estive numa luta da Comissão de Moradores de Campo de Ourique contra as desocupações. Eles pediram apoio ao Sindicato porque já estavam há 4 ou 5 dias sem dormir, impedindo a saída do ministro da Habitação. A polícia entretanto tinha conseguido infiltrar alguns provocadores que armaram uma enorme zaragata e aproveitou para carregar sobre o pessoal. Foi uma luta acesa. Vi gente a subir para cima dos carros, debaixo dos tiros, gritando para que não fugisse ninguém. Choviam pedras de todo o lado para cima dos polícias. 12 deles foram para o hospital; dos nossos, dois.

Como entretanto o ministro aproveitou a confusão para fugir, nós já não estávamos a fazer nada ali. Eram umas 5 da manhã. Então resolvemos vir em manifestação até ao Rossio. Éramos uns 200 à partida e quando chegámos ao Rossio já éramos para aí uns 5 mil. Uns de pijama, outros de motorizada, eu sei lá. Fez-se um comício. A polícia ainda apareceu, mas retirou.

Ainda outro caso: na Falagueira havia uma loja propriedade de três indivíduos que fugiram para o Brasil, deixando dívidas aos fornecedores e os trabalhadores sem salários. Com a nossa ajuda, foram vender a produção

para o mercado enquanto as mulheres ficavam na fábrica. Pagaram as dívidas todas. Quando a coisa começou a mudar para a direita, os patrões regressaram do Brasil. Chegaram à fábrica dizendo "isto é nosso". Os trabalhadores disseram não e apresentaram provas de que tinham tudo legalizado em seu nome. Um dos patrões foi buscar uma pistola, arrombaram a porta e entraram por ali dentro. Agrediram as mulheres e puseram-nas na rua. Juntou-se muita gente com paus e pedras. Eles lá dentro desataram aos tiros e só por acaso não morreu ninguém. O pessoal entrou por ali dentro e deu-lhes uma tarefa tal que se não chegam os Comandos eles morriam ali. Depois a fúria popular virou-se para os carros, que ficaram completamente destruídos. A polícia prende um popular e acusa-o de ter danificado um dos carros. Dirigimo-nos à esquadra, entrámos por ali dentro e libertámo-lo.

"Diz-se que houve sequestro do sr. Kurt. Ora este senhor, que nunca foi vítima de qualquer violência, tem para com os trabalhadores um comportamento ditatorial, prepotente e grosseiro, chegando ao ponto de impedir pela força a entrada de trabalhadoras, forçando-as a ficar na rua até se ouvir o último toque para a entrada, para as obrigar a perder um dia de trabalho.

Este senhor nunca foi impedido de telefonar ou de sair da empresa e a única limitação que os trabalhadores lhe punham era de só poder sair acompanhado por dois trabalhadores, o que aliás se veio a verificar, por exemplo, para ir ao médico onde andava em tratamento".

(O Fuso, jornal do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuários do Sul, nº3, Janeiro de 1975)

19 Agosto

São assaltadas as sedes dos partidos de esquerda em Ponta Delgada. Otelo e Grupo dos Nove começam, em segredo, a estudar a formação do VI Governo provisório. Intersindical convoca greve de meia hora contra o avanço da reacção.

20 Agosto

Manifestação em Lisboa de apoio ao Documento do COPCON de dezenas de milhares de pessoas exigindo a dissolução imediata da Assembleia Constituinte e desenvolvimento dos órgãos de vontade popular. Cunhal propõe em Alcântara uma "Frente Popular para salvar a Revolução". Ocupação de 12 propriedades do distrito de Évora, por trabalhadores de Vendas Novas, em colaboração com a Escola Prática de Artilharia. No Bairro Salgado, de Setúbal, ocupação de casa para creche e centro cultural. Assalto a uma sede do MDP no Porto e tentativa de assalto à sede da União de Sindicatos. Nova lei restringe o conceito de justa causa para despedimentos.

21 Agosto

Rumores de um golpe de direita.

22 Agosto

Ocupação da Quinta da Marquesa, abandonada há 30 anos.



24 Agosto

Manifestações em Leiria e Vila Real de apoio ao Episcopado. Em Leiria são assaltadas as sedes de partidos de esquerda, provocando um morto e vários feridos.

Também em Arcos de Valdevez, Ponte de Lima (onde é morto um militante do PCP) e Faro são assaltados os centros de trabalho do PCP.

25 Agosto

Criação da FUP (Frente de Unidade Popular) entre o PCP e alguns partidos de esquerda.

Manifestação no Porto pela aplicação do Documento do COPCON. Prossegue a violência nos Açores contra os membros dos partidos de esquerda, que são forçados a encerrar as sedes e membros do PCP são expulsos da Horta.

Vivi por antecipação a derrocada

Helena Carmo, desempregada, 36 anos

Nessa manhã fui com as minhas irmãs para o liceu, que era o Maria Amália. Quando lá chegámos as ruas estavam todas ocupadas com carros militares, as pessoas conversavam com os tropas e umas com as outras. A primeira sensação de que algo estava a mudar foi o desaparecimento das professoras e do corpo directivo.

Com as minhas irmãs, andei o dia todo a percorrer as ruas de Lisboa. Tínhamos 15/16 anos e aquilo era uma grande festa para nós. Pela primeira vez vínhamos para a rua falar com pessoas completamente desconhecidas. Estivemos no Carmo. Toda a gente discutia o que era e o que não era, ninguém percebia nada do que estava a acontecer.

Passados dias, desabou uma avalanche de manifestações, reivindicações e ocupações. Na zona baixa de Campolide, profundamente degradada, começaram a surgir comissões de moradores. Estive ligada a uma delas, a do Tarujo, onde se fizeram algumas ocupações de casas. As pessoas queriam participar nas coisas e mudá-las, falava-se de tudo, a todo o momento. Nunca havia horas para deitar nem para coisa nenhuma. Até ao princípio de 75 foi tudo uma festa, um tempo intenso. Os dias passavam depressa e faziam-se coisas muito bonitas, de carácter social: as creches, as ocupações de casas, as regalias para os trabalhadores. Em tudo isto, as mulheres tiveram um grande papel.

Eu praticamente não parava em casa. Andava de manifestação em reunião, de reunião em ocupação... Através de ligações com o liceu Pedro Nunes, tive os primeiros contactos com a contestação política, com os livros que circulavam vertiginosamente naquela altura e também com as assembleias de estudantes. As primeiras a que fui foram no D. Pedro V, o primeiro liceu misto de Lisboa. Era onde nós, as miúdas, íamos procurar as grandes novidades. É surpreendente, nos tempos de agora, o que desencadeou as primeiras contestações - o uso

obrigatório da bata, as escolas separadas por sexos, a autoridade das professoras... Uma das primeiras coisas que fizemos foi destruir o sistema de escutas que permitia à reitora não só ouvir o que se passava nas salas de aula como falar para todas elas. Entrámos pela reitoria dentro e estoirámos com aquilo.

No Maria Amália não chegou a haver saneamentos de alunos nem de professores. Houve foi o desaparecimento da reitora e um vazio completo. Foi um grupo de professoras novas, geralmente “sem voto na matéria”, que tomaram conta da situação. Participei na primeira tentativa de formação de uma associação de estudantes no meu liceu. Reivindicava-se a gestão conjunta das escolas pelos alunos e professores. Fizemos uma primeira lista de gestão conjunta com um grupo de professoras novas e gerimos o liceu até à minha saída, a meio do 6º ano.

Nunca mais voltei a estudar. Isto hoje pode parecer disparatado, mas na altura andávamos a correr, a fazer muitas coisas e estar no liceu era perder tempo. Fiz o 5º ano graças às passagens administrativas, que em 74 passaram toda a gente. Depois, praticamente deixei de ir às aulas. O meu 6º ano é feito nos intervalos das assembleias de estudantes, a maior parte delas no D. Pedro V, nas reuniões da Comissão de Gestão e da Associação de Estudantes.

O meu primeiro contacto com grupos políticos organizados foi com os maoístas, que na altura tiveram algum peso. No liceu havia também um grupo relativamente bem estruturado do MES, que influenciava a maioria da Comissão de Gestão. Dela faziam parte também duas ou três raparigas do MRPP. Contestávamos aquilo que os do ensino superior já há muito contestavam: andarmos a estudar coisas que não serviam para nada, não sermos tidos nem achados relativamente aos programas de ensino, as regras disparatadas do funcionamento das escolas.

O liceu acolhia principalmente alunas da zona de Campolide, na altura caracterizada por uma forte fractura social. A zona de cima era habitada pela média burguesia, o resto por camadas mais pobres. Esta situação social reflectiu-se na Associação de Estudantes. A partir de 75 passou a haver um “taco-a-taco” com as “meninas bem”,

27 Agosto

Manifestação da FUP em Belém, que o PCP tenta transformar numa manifestação de apoio a Vasco Gonçalves, o que produz os primeiros confrontos no seio da Frente. Os comandos de Jaime Neves ocupam a 5.ª Divisão por ordem da Região Militar de Lisboa. Manifestação do PS no Porto contra a permanência de Eurico Corvacho à frente da Região Militar Norte.

28 Agosto

O PCP abandona a FUP, que se transforma em FUR, Frente de Unidade Revolucionária.

29 Agosto

Vasco Gonçalves passa a CEMGFA e Pinheiro de Azevedo inicia contactos para a formação do VI Governo.

31 Agosto

Realiza-se o primeiro congresso da LUAR. É noticiada a criação do MDLP, dirigida por Spínola.



1 Setembro

Trabalhadores da Manuel Gonçalves suspendem a comissão sindical. Reunião nas Canárias de dirigentes separatistas dos Açores da FLA.

2 Setembro

Decorre a Assembleia do Exército e no dia seguinte as da Força Aérea e da Armada. Luta pelo poder na chefia das Forças Armadas entre "gonçalvistas" e "meloantunistas".

5 Setembro

Assembleia de Tancos do MFA destitue Vasco Gonçalves de Chefe do EMGFA. Profundas alterações na composição do Conselho da Revolução, de onde saem os "gonçalvistas". É o "pronunciamento de Tancos". Plenário da empresa Eduardo Jorge, dominado pelo PCP, expulsa um militante da FEC.

politicamente de direita, que acabaram por tomar a associação. Isto convenceu-me que já não andava ali a fazer nada.

Saí da escola e fui trabalhar para uma fábrica de produtos químicos nos arredores de Lisboa. Como muitas outras, aquela fábrica tinha sido abandonada pelos patrões e teve de ser gerida pelos trabalhadores durante algum tempo. Hoje a direita *esquece-se* de falar na fuga e sabotagem económica dos patrões acagaçados, que foi a verdadeira origem do caos económico que eles atribuem à esquerda.

Era uma fábrica fundamentalmente constituída por mulheres, a maioria mais velhas que eu. Não eram elas que tinham corrido com os patrões mas encontraram-se de repente com uma fábrica nas mãos, sem saberem o que lhe fazer. Interessavam-se pelos problemas mas acabavam bloqueadas porque tinham de ir cuidar da casa, dos filhos, etc. Os lugares-chave eram detidos por três homens. O tipo que se encarregava da gestão e se dizia de esquerda tinha um papel de substituto do patrão. Ele era o contrário do que eu tinha aprendido nos livros e nas reuniões, relativamente à actuação dos revolucionários e dos militantes de esquerda. As condições de trabalho eram péssimas. Trabalhávamos oito horas em pé, com todo o tipo de produtos químicos. Mas tudo suportávamos porque havia a ideia de que era preciso rentabilizar a fábrica, que era para nós que estávamos a trabalhar, etc.

Ali era tudo ao contrário do que eu imaginara. Foi a minha primeira grande derrota, embora na altura não tivesse consciência disso. Ali vivi por antecipação a derrocada do 25 de Abril.

O 25 de Novembro passei-o na rua, a correr de um lado para o outro, impotente. Estive no RALIS, na PM. Queria fazer algo e isso não acontecia só comigo. Havia mais gente que andava à procura de um sítio onde se resistisse. Pela primeira vez, tive a noção de que era necessário organizar-me politicamente para resistir. Foi então que estabeleci contacto com o PRP.

“Oxalá que não aconteça outra greve porca como esta, e se acontecer, uma das coisas que eu vou fazer logo: é conveniente que haja sempre um que fale por todos. Portanto, esse um que fala por todos tem de ser sempre vigiado. E para qualquer lado que vá tratar deste assunto ou daquele, ir acompanhado por dois, três ou quatro trabalhadores. E se a gente notar nele qualquer... vá lá... segredo, imediatamente tem de o pôr fora do poleiro. Aqui não se quer segredos. Na classe operária não se quer segredos. Porque se começa a haver segredos, está tudo descontrolado outra vez. Portanto, nós o que é que temos de fazer? Aquele indivíduo que é o nosso mediador andar sempre controlado e sermos vigilantes uns dos outros”.

(Da entrevista com um operário da Soares da Costa, do Porto, no semanário Combate, 25/10/74).

8 Setembro

Cerca de 1000 pessoas na manifestação pelo poder popular convocada pela FUR em Setúbal. O novo Conselho da Revolução decide tomar medidas disciplinares contra os soldados da Polícia Militar por terem tomado parte em manifestações de rua.

9 Setembro

Corvacho substituído por Pires Veloso na RMN. Forças da PM recusam-se a embarcar para Angola.

12 Setembro

3500 desalojados ocupam um bairro do FFH em vias de acabamento na Baixa da Banheira. A CM do Fogueteiro ocupa 48 fogos do FFH nas mesmas condições. Vasco Gonçalves exonerado do governo.

17 Setembro

Paralisação de milhares de trabalhadores rurais no Alentejo: contra a ofensiva da contra-revolução e dos grandes proprietários. Sindicato dos Escritórios do Norte abandona a Intersindical.

19 Setembro

Toma posse o VI Governo (Pinheiro de Azevedo), com ministros do PS, PPD e PCP. Carga policial sobre manifestação do Conselho Municipal do Porto. Comissão de Moradores do Bairro Alves da Silva ocupa uma antiga fábrica de conservas que transforma em centro cultural.

Jornada anti-fascista
em **guimarães**

28 SETEMBRO 74



21 Setembro

Primeira aparição dos SUV (Soldados Unidos Vencerão), com uma grande manifestação no Porto, a que dão adesão numerosas comissões de soldados e que mobiliza dezenas de milhares de pessoas.

22 Setembro

Sindicato dos Metalúrgios propõe greve geral no sector. Algumas Comissões de Moradores forçam ao encerramento de "boîtes" em Setúbal. Início das jornadas de luta dos deficientes das Forças Armadas, com barricadas em Belém, ocupações de estações de rádio e das portagens das auto-estradas de acesso a Lisboa, interrupção da circulação na linha do Estoril e tentativa de sequestro do governo, reprimida pelos Comandos.

23 Setembro

Circulam boatos de que a Rádio Renascença será entregue ao Patriarcado.

Sempre atrasados

José Manuel Vasconcelos Rodrigues,

revisor de imprensa, 49 anos

Perante a autêntica explosão popular que veio a seguir ao 25 de Abril, vários grupos da extrema-esquerda continuaram de pé atrás, receosos de uma reviravolta de direita. O grupo a que eu pertencia, o CMLP, publicou, no dia imediato ao 25 de Abril, um comunicado dizendo que estávamos perante um golpe de Estado burguês, que os militantes deviam permanecer na clandestinidade, que a nossa luta era pela ditadura do proletariado, etc. Esse grupo, em particular, foi de um irrealismo indescritível: até princípios de 1975 manteve-se numa espécie de clandestinidade absurda, até que se deu uma rebelião interna dos activistas e se iniciou a aproximação aos outros grupos.

Eu trabalhava então na *Capital* e tinha acompanhado o processo de constituição da Intersindical, assisti a diversas reuniões, tinha uma noção do que se passava. Fui de imediato eleito para a comissão de trabalhadores do jornal, depois reunimos as CTs da imprensa. Acompanhava o movimento por dentro e, praticamente desde a primeira grande reunião que houve no jornal para o saneamento de elementos implicados com o fascismo, começou a surgir, ainda antes do 28 de Setembro, a palavra de ordem da nacionalização, que veio a efectivar-se meses mais tarde.

À medida que a crise de poder se foi aprofundando, verificou-se que os grupos marxistas-leninistas estavam todos atrasados em termos de conhecimento da nova realidade. Nesta *finisterra* da Europa, a dualidade de poderes que se estava a desenhar não se poderia aguentar muito tempo. Mas os grupos reagiam *au ralenti*, não conseguiam acompanhar a passada nem dar respostas. Já nesse tempo, parecia-me evidente que, se a esquerda não encontrasse maneira de se adiantar ao ritmo dos acontecimentos, sobretudo a partir das manifestações de Agosto, deixava o campo aberto para a direita lançar o seu golpe.

Mas a extrema-esquerda nunca se desvencilhara do obstáculo que representava o PC. O Medeiros Ferreira disse, num artigo, que a perspectiva terceiro-mundista da esquerda revolucionária no Verão de 75 tinha funcionado como um travão à tendência pró-Leste de alguns dirigentes portugueses da altura. O problema com o PC não era simples: por um lado, tinha profundas raízes populares e os seus militantes apareciam com ardor impulsivo, proveniente da resistência à ditadura, o que favorecia a sua aceitação junto das massas; mas, por outro lado, o PC era um defensor faccioso de uma cultura política de “campo socialista”, que se materializava num projecto de mudança social controlado através dum golpe de “esquerda”.

Depois, houve outro erro desastroso, em minha opinião: tanto a corrente do chamado “poder popular”, como a corrente hegemónica pelo PC, que jogava na conquista dos sindicatos, autarquias, governo, etc., deixaram perder a ideia de que as medidas necessárias contra o grande capital deveriam seguir uma orientação graduada que evitasse rupturas súbitas de alianças com os sectores intermédios. Esqueceram-no e esse erro causou enormes prejuízos, provocou a suspeição e o retraimento dessas pessoas e facilitou a ofensiva reaccionária que culminou no 25 de Novembro.

Por essa altura, havia na esquerda revolucionária quem estivesse a trabalhar pela organização dos soldados. O movimento de soldados estava a irromper por todos os lados, formavam-se comissões, sentia-se que eles procuravam uma orientação independente. E essa poderia ser a única força dissuasora capaz de atalhar os golpes de Estado que se preparavam, tanto da direita como da “esquerda”. Quinze dias antes do 25 de Novembro, começou a trabalhar-se para formar uma coordenadora das comissões de soldados, visando subtraí-los à manipulação de toda a espécie de grupos, mas entretanto deu-se o golpe e tudo morreu.

O desenlace da crise poderia ter sido bem diferente se existisse uma direcção política coerente com uma alternativa global capaz de dirigir o país. Mas isso não foi

24 Setembro

É criada a ARPE (Acção Revolucionária das Praças do Exército) pelos soldados dos quartéis de Lisboa.

25 Setembro

Manifestação dos SUV em Lisboa; centenas de soldados fardados, conjuntamente com populares, desviam dezenas de autocarros da Carris para irem para a Trafaria, onde conseguem a libertação de dois militares presos.

26 Setembro

Sai o 1º número do *Diário do Alentejo* sob direcção da comissão de trabalhadores. Congresso Nacional das Comissões de Trabalhadores na Covilhã. Criação do AMI, organismo militar de repressão do movimento popular, que devido aos protestos populares nunca chegou a funcionar.

27 Setembro

Assalto e saque populares à embaixada e consulados de Espanha em Lisboa, Porto e Évora, em protesto contra a execução de cinco jovens antifascistas. Pinheiro de Azevedo é nomeado pelo CR Presidente da República.

29 Setembro

Ocupação da Rádio e TV pelos Comandos. A Rádio Renascença, ocupada pelos comandos deixa de funcionar. Iniciam-se as manifestações de apoio à RR.



30 Setembro

Forças de Comandos ocupam as antenas em Monsanto e fecham a Rádio Renascença. O Capitão Fernandes desvia um número considerável de armas que Otelo afirma “estarem em boas mãos”. PS promove manifestação de apoio ao governo de Pinheiro de Azevedo.

possível, os grupos ainda andavam em conversações para se unir e foram apanhados *com as calças na mão*.

O 25 de Abril teve algumas deficiências, que na altura eram muito difíceis de corrigir. Os ataques que agora por aí se lançam à “vergonhosa descolonização” não passam de demagogia para desculpabilizar a política colonial. Para a esquerda, que andou dez anos a lutar sozinha contra as guerras coloniais, esse é um ponto de honra em que não tem que ceder. Enfim foi um grande movimento popular, o mais avançado da história de Portugal.

“Um bando armado libertou dois fascistas: Nuno Barbieri, filho do inspector da PIDE e um dos sabotadores das antenas de rádio de Porto Alto em 11 de Março, e Abílio Novo, ex-agente e soldado da GNR. Um grupo de cerca de uma dezena de civis atacou os sete polícias que escoltavam os fascistas desde Caxias até ao Hospital da Marinha, onde iam receber consulta médica. Apoiados por dois carros, sacaram de pistolas, encostaram os guardas a uma parede, desarmaram-nos e libertaram os presos”.

(República, 21/8/75)

“Vem à manifestação do PPD. O trânsito nas estradas é livre. Se os comunistas te impedirem de passar, passa por cima deles. Vem cedo para a cidade”.

(De um comunicado do PPD da Madeira, Agosto de 1975)

Uma estranha liberdade

Rita Gonçalves, empregada, 46 anos

No 25 de Abril eu estava no estrangeiro. A Catarina já estava em coma e eu passava o tempo no hospital. Nesse dia, apareceu uma enfermeira a dizer: “Parece que aconteceu qualquer coisa em Portugal... Um golpe de Estado ou coisa assim.” Perguntei-lhe logo se tinha ouvido alguma coisa sobre os presos políticos: se saíssem, é porque era coisa importante. Tinha sabido pelo noticiário, mas não conseguia precisar mais nada. Quando liguei a televisão, a BBC anunciou um golpe de Estado em Portugal; que as comunicações estavam cortadas, que estavam à espera de imagens...

No dia seguinte, a televisão mostrava as ruas cheias de gente. A imagem que conservo é a da população sorridente, mas com o ar de ver para crer, ainda muito na expectativa. Depois, aquelas coisas extraordinárias: os soldados com um ar todo animado, a confraternizarem com as pessoas! No dia 27, quando telefonei para comunicar que a Catarina tinha morrido, o meu pai disse-me que as coisas avançavam e que a pressão da população estava a conseguir mais do que lhe queriam dar.

Quando chegámos a Lisboa, no dia 30, o aeroporto estava cheio de soldados e cá fora preparava-se uma manifestação de boas-vindas ao Cunhal, que vinha de Paris.

Mas durante meses andei sobressaltada: desconfiava da possibilidade de as coisas mudarem daquela maneira e que as chefias pensassem: “Estes tipos enlouqueceram, vamos mas é cortar-lhes as pernas antes que se lancem por aqui fora”. Achava uma ingenuidade as pessoas confiarem ao ponto de se permitirem abrir o *Avante!* em público, por exemplo. E sentia-me bastante só nessa estranheza instintiva, porque a maioria das pessoas não tinha essa ideia; primeiro porque eram mais novos e tinham conhecido Portugal numa fase pós-Maio de 68. Naquele ano, quando saí da cadeia, tinha ficado esgaseada: os estudantes a cantarem “A Internacional” em assembleias estudantis, quando nós, a minha geração, nem em casa a cantávamos.

1 Outubro

São desocupadas as emissoras da rádio e televisão, excepto a Rádio Renascença. O PS acusa o RALIS de preparar um golpe de esquerda.

2 Outubro

Manifestação dos SUV em Beja contra a transferência de 40 aviadores.

3 Outubro

Início do conflito do CICAP/RASP, no Porto. Incidentes em Beirolas. As Comissões de Moradores de Benfica subscrevem uma moção para os desempregados serem isentados do pagamento das rendas de casa. Plenário dos trabalhadores agrícolas em Grândola reclama: crédito imediato às cooperativas e aos pequenos e médios agricultores; estruturas comerciais ao serviço do povo; avante com a reforma agrária. O “Plano dos Coronéis” é publicado no jornal *O Século*; embora desmentido, acabará por ser posto em prática no 25 de Novembro. Manifestação na Amadora de apoio a Jaime Neves promovida pelo PS.

4 Outubro

Encerramento do CICAP no Porto. Sá Carneiro retoma a direcção do PPD.



6 Outubro

O RALIS acusa o PS de tentar dividir os soldados e de entregar armas pesadas aos Comandos. Manifestação dos SUV em Évora. Federação dos Metalúrgicos apela à greve geral. Ocupação do RASP pelos soldados do CICAP (Porto) passando a gerir a unidade de forma democrática. Manifestação em Lisboa de apoio ao RALIS.

7 Outubro

Manifestação dos Metalúrgicos diante do Ministério do Trabalho.

Claro que estive no 1º de Maio. Por um lado, perguntava-me: 'Afinal, onde é que estavam estes antifascistas todos?' Por outro, percebia-se que aquela gente estava felicíssima da vida, que a alegria era genuína.

Outra das minhas recordações é de ter ido a falar em nome da AEPPA [Associação dos Ex-Presos Políticos Antifascistas] com o Rosa Coutinho.

Queríamos garantir que, havendo o perigo de tudo vir a dar a volta, não se corresse o risco de que nos fossem de novo buscar. Que fechassem, destruíssem, queimassem os ficheiros da Pide! E, obviamente, na nossa presença. Resposta de Rosa Coutinho: que não, que aquilo era uma das questões quentes; que o equilíbrio internacional estava tão difícil de manter que nem se podiam mexer para negociar o que consideravam mais importante...

Todos os dias apareciam coisas da AEPPA nos jornais, fizemos publicações, a campanha pelo Alípio de Freitas e por dois ex-padres que estavam presos no Brasil, condenados com penas longuíssimas. Como tinham tido a nacionalidade portuguesa, utilizámos esse argumento junto das autoridades portuguesas para serem extraditados ou libertados. O Zeca Afonso fez mesmo uma canção. Recebemos o padre Cardonel quando ele veio a Portugal. Fizemos comícios... No CACO, um comício muito politizado, contra a ida dos soldados para as colónias, onde me lembro de ter estado o então jovem timorense Abílio Araújo, embora não tenha falado; outro comício no Coliseu, já mais frentista, pela libertação de presos políticos.

No 11 de Março, tínhamos ido para Castro Verde (onde ia decorrer o julgamento do Zé Diogo) para organizar uma manifestação, que foi muito participada. Vínhamos a chegar quando soubemos que se passava qualquer coisa. E fomos logo para a sede da UDP, saber se havia alguma orientação.

Mas, como nas restantes organizações de frente, havia total incapacidade para organizar as massas.

Entretanto abandonei a direcção da AEPPA. Considerava que já entráramos na fase de estar conscientemente a enganar pessoas. Porque era muito pior

estarmos a alertá-las para determinados problemas e largarmo-las depois da mão: o efeito negativo acabava por ser pior.

Na altura procurávamos constituir comités de bairro, de vigilância, para que os moradores, através de amigos e conhecidos, se informassem da eventual existência de pides na zona e, se os houvesse, investigassem onde moravam e os vigiassem, com o objectivo de fazermos a vida negra aos tipos.

Envolvida como estive no trabalho da AEPPA, falhei quase sempre as grandes manifestações de massas, aquelas que gostaria que hoje fizessem parte da minha memória. Quando daquela, lindíssima, dos operários da Lisnave (7 de Fevereiro), ia na rua ao lado! É que, uma vez que se tinha uma actividade, todo o tempo disponível fora do emprego era ocupado nela.

Lembro-me dos pides que vinham de Moçambique e que foram alojados na Cruz Vermelha. Soubemos que tinham sido todos recolhidos e que iam ser mandados para casa, contentes e felizes, depois de anos a fio a torturar e a matar pessoas. Junto à Penitenciária, exigimos que os prendessem. Primeiro, éramos poucos, mas depois começou a aparecer muita gente. Havia carrinhas de polícias cheias e lembro-me de um deles nos fazer um sinal com a mão, como quem diz "esperem, esperem que já vos digo"...

Quando saí da AEPPA, fui para a Comissão de Porte do PC(R), que eu considero de triste memória. Tínhamos por tarefa passar em revista o comportamento na polícia de todos os militantes que tinham sido presos, fazer um levantamento de todas as situações caso a caso e tomar decisões políticas: se continuavam militantes, se eram expulsos, afastados, se podiam ter actividade e de que tipo. A certa altura, tivemos a visita do Diógenes Arruda, que, em vez de nos ajudar na discussão aprofundada dos critérios que iam ser adoptados, acabou por os ditar.

Não que eu discordasse desses critérios, mas foram adoptados antidemocraticamente e a maioria das pessoas que ali estavam não tiveram nunca a noção do que estavam a fazer. Na prática, a comissão não cometeu grandes erros; na questão formal, cometeu erros fundamentais.

8 Outubro

Trabalhadores da CUF decidem oferecer adubos às cooperativas agrícolas. Manifestação do PPD contra o RASP provoca dezenas de feridos. Manifestação em Coimbra, promovida pelo PS, de apoio a Charais e pelo "restabelecimento da disciplina no exército". 250 mil metalúrgicos em greve. Governo cede a todas as reivindicações.

9 Outubro

Manifestação dos SUV em Coimbra reúne milhares de trabalhadores e soldados.

10 Outubro

No Porto, durante uma manifestação do PS de apoio ao governo, regista-se tentativa de assalto à sede da UDP, repelida, seguindo-se confrontos durante horas. A sede da FEC é incendiada; apedrejada a delegação do *Diário de Notícias*. Escalada da guerra civil em Angola.

13 Outubro

Peregrinação a Fátima com controlo militar dos acessos.

15 Outubro

Manifestação dos SUV em Évora.

17 Outubro

Bomba destrói quase totalmente o Centro da Reforma Agrária em Alcácer do Sal.

DE MINEIRO A MORADOR
("A Feira")

*Vou agora aqui contar
A história da nossa vida
Cá em S. Pedro da Cova
Vou agora aqui contar
A história da nossa vida
Cá em S. Pedro da Cova
Sobre montes construída.*

*Sobre montes construída
Debaixo o carvão molhado
Sou toupeira de olhos vivos
Levo vida de mineiro
De pá na mão e despido
A trabalhar o dia inteiro.*

*Refrão:
Era a mina era a mina
Mas agora é cá fora
De mineiro a morador
Continua a nossa luta
Por uma vida melhor*

*Que o pó é morte escondida
Vai roendo o peito à gente
Como quem rói as entranhas
Devagar que nem se sente.*

*Vida dura a do mineiro
Descemos lá p'rós infernos
O capataz a pisar-nos
E tinha sempre razão
Se não enchermos os carros
Não nos pagam um tostão.*

Refrão

*Punham o pé no cachaço
Os capatazes da mina
No Canaverde e no Sarafo
Tinham o ódio na sina*

*O escritório era o covil
Que nos sugava o dinheiro
P'ró Porfírio e p'ró Monteiro
Que calcavam nossa sorte
Ai se a mina ainda rolasse
Havia aqui muita morte.*

Refrão

*E em Março de setenta
O patrão faz o que quer
Fecha a mina e não contente
Ainda exige o aluguer.*

*Em Maio de setenta e cinco
Foi a vingança da gente
Ocupou-se o escritório
Corremos essa ralé
Porque em S. Pedro da Cova
Nunca mais cá põem o pé.*

Refrão

Falharam os três D

Mário Viegas, actor, 45 anos

Em 71, já eu andava no teatro, fui metido em Mafra por ordem da PIDE. Já desde os 16 anos que andava a dizer poesia com o Zeca Afonso, o Adriano, etc. A minha intervenção era como artista, pelo coração; era um rebelde mais do que um revolucionário. Marcou-me muito o ambiente de resistência que se vivia em Alpiarça, a crise académica de 69, as eleições desse ano...

A recruta em Mafra foi muitíssimo violenta, programada especialmente para os castigados da crise académica. Daí passaram-me, a mim que era dado como suspeito de actividades subversivas, para o serviço de Acção Psicológica e Propaganda do Exército, na EPAM! Mas a *bagunça* do Exército foi mais longe: transferem-me para a 2ª Repartição do Estado Maior do Exército, por onde passava a verdade da guerra colonial: os mortos, os feridos, as destruições, dados sobre a colaboração do Exército com a PIDE e a Judiciária na repressão; até conheci lá um oficial que foi para o Chile dar um curso aos militares que na altura preparavam o golpe de Pinochet. Finalmente, passados seis meses, cai como uma bomba a informação da PIDE a meu respeito! Foi divertidíssimo ver o chefe da repartição, um coronel, em pânico, a querer saber se eu tinha passado informações confidenciais para fora...

A partir daí puseram-me em funções mais inócuas. Mesmo assim, no quartel do Campo Grande pude ver uma face insólita do drama da guerra: os rapazes que ficavam ali fechados na véspera de embarcar no aeroporto, gente simples, ignorante, que ia com toda a felicidade para África, porque era algo novo na sua vida, uma viagem...

Assisti ao 25 de Abril "na primeira fila": ali mesmo, no largo do Carmo, e à tarde na António Maria Cardoso, com centenas de pessoas a gritar "morte à Pide", e gente a cair com sangue e eu sem perceber logo que eram as rajadas. É preciso que se diga e se torne a dizer que foi o povo de Lisboa que fez o 25 de Abril. O golpe de estado

21 Outubro

Manifestação de apoio à CT da Rádio Renascença, com desfile até à Buraca, onde após várias horas a estação emissora é deselada e ocupada pelos trabalhadores.

22 Outubro

Onda de boatos sobre golpes e contragolpes. O jornal *A Luta* divulga planos de um hipotético golpe de esquerda. Na imprensa surge a primeira referência à Frente Militar Unida para fazer frente aos SUV.

23 Outubro

Recomeçam as emissões da Rádio Renascença a partir da Lisboa. Manifestação em Lisboa de apoio ao Poder Popular. As Brigadas Revolucionárias regressam à clandestinidade.

24 Outubro

Início da greve dos trabalhadores da panificação. Pires Veloso coloca todas as unidades da Região Militar Norte em alerta rigoroso para impedir a assembleia plenária dos soldados da Região Norte.



RÁDIO RENASÇENÇA ATÉ À VITÓRIA FINAL

5 Novembro

COPCON prende 11 indivíduos acusados de pertencerem ao ELP.

6 Novembro

Incidentes em Santarém, no Centro Regional da Reforma Agrária, causam dois mortos e 22 feridos. Manifestação em Lisboa contra Ferreira da Cunha, do Ministério do Interior, acusado de ter colaborado com a PIDE/DGS.

7 Novembro

Bomba destrói o emissor da Rádio Renascença a mando do Conselho da Revolução.

8 Novembro

Início do conflito no corpo de pára-quedistas, após a destruição do emissor da Rádio Renascença. Manifestação de protesto contra o CR.

9 Novembro

Manifestação de apoio ao governo no Terreiro do Paço, com a participação do PS e PPD. O PRP apela à revolução armada.

militar foi completamente ultrapassado pelos jovens, pelas mulheres, pelos intelectuais que vieram para a rua, pelos oficiais milicianos que nos quartéis empurraram os oficiais hesitantes e os obrigaram a aderir. Essa primeira semana até ao 1º de Maio é que foi o verdadeiro o 25 de Abril, uma autêntica revolução popular, e essa já ninguém nos consegue roubar.

Logo em Maio fui mandado para o Serviço de Extinção da PIDE/DGS. Foi uma experiência fascinante e patética ver os criminosos a borrarem-se pelas pernas abaixo com medo de ser interrogados. Mas já não foi tão engraçado assistir às manipulações que ali se fizeram, o roubo e a queima de arquivos preciosos, cada partido a sacar o que lhe interessava: chegaram a vir camionetas carregar documentação. Graças a esse *trabalhinho*, os informadores aí estão ao serviço activo outra vez.

A certa altura, comecei a sentir-me um bocado perdido. Eu só sei ser declamador, mas para isso havia agora os políticos. A poesia já não adiantava nada. Depois, eu sou um bocado libertário, sinto-me bem é no *contra* e, para dizer a verdade, já não suportava o novo poder, poder cinzento, feio e triste, dominado por pessoas que aderiam ao PCP por oportunismo, por dinheiro, por maldade; alguns tinham colaborado com a ditadura e começaram a fazer-se passar por grandes progressistas.

Assim, fui para a Dinamarca, e estive lá cinco meses óptimos. Mas a nossa terra perseguia-me. Havia uma campanha permanente da social-democracia europeia contra a "ameaça comunista" em Portugal. Quando eu dizia que era português olhavam-me cheios de compaixão, como se fosse um foragido do terror vermelho. Em Setembro, vejo uma notícia num *placard* "Golpe de extrema direita em Portugal, Costa Gomes em fuga". Sem pensar duas vezes, meti-me no avião e voltei, foi um impulso, não sei o que vinha fazer. A notícia era falsa mas apanhei já os preparativos do 25 de Novembro. No dia do golpe, estava eu em Leiria a filmar "O Rei das Berlengas".

Hoje, olhando para trás, sinto uma grande frustração: não se desmantelaram as polícias, os novos governantes apoiaram-se no velho aparelho, ficou tudo abafado,

ninguém fez nada a ninguém. Pensou-se fazer um museu da resistência, não houve tempo. Pessoas válidas foram ridicularizadas e destruídas, outras autoliquidaram-se. Uma seita instalada na imprensa abandonou tudo. E ainda há quem se admire de os filhos do 25 de Abril serem descrentes de tudo, amargos e vazios!

Deixemo-nos de histórias. O 25 de Abril falhou nos três D: a descolonização deu uma tragédia tremenda; a democratização acabou na corrida ao dinheiro, à droga e ao partido único; quanto a desenvolvimento, aí estamos garbosamente na cauda da Europa. Como diz o Zé Mário, “a Liberdade passou por aqui” mas não ficou. Espero que ainda tenhamos um 26 de Abril. Por mim estou pronto para o receber.

“Nos dias 29 e 30 de Novembro foram presos em Mafra e enviados para a Trafaria oito militares antifascistas. Deve-se a prisão a terem estado no Centro de Acção Cultural de Mafra a debater o filme “O couraçado Potemkine”, passado dias antes, tendo também aí reflectido sobre a vida da unidade e apresentado as suas conclusões no dia seguinte, durante uma reunião entre os soldados e o comando da unidade.

A solidariedade inevitável que surgiu dentro da unidade levou o Estado-Maior das Forças Armadas a considerar reprovado todo o 1º ciclo de instrução e a enviar 500 cadetes para casa com licença registada”.

(Comunicado dos Milicianos das Forças Armadas, 2/12/74)

10 Novembro

Iniciam o regresso a Portugal as últimas tropas presentes em Angola.

11 Novembro

Dia da Independência de Angola. Pára-quadistas rebelam-se contra a cadeia hierárquica, tomando conta da base de Tancos e colocam-se às ordens do COPCON.

12 Novembro

Cerco ao Palácio de S. Bento pelos operários da construção civil em greve; sequestro dos deputados e do Governo durante dois dias. Exigem a publicação do contrato, duas vezes prometido, mas ainda não publicado. Pinheiro de Azevedo, depois de terem falhado as tentativas de intervenção militar contra os operários, é obrigado a ceder. Forças do Exército e da GNR cercam e revistam uma cooperativa rural em Árgea, Torres Novas, “em busca de armas”.

13 Novembro

Os deputados sitiados em S. Bento saem por entre alas de manifestantes que gritam palavras de ordem e injúrias contra os deputados de direita e do PS.

14 Novembro

Uma manifestação conjunta do PS, CDS e PPD termina com o assalto e destruição da sede da União de Sindicatos do Porto, da Intersindical.

UNIR O POVO contra a miséria o fascismo e o imperialismo



16 Novembro

Manifestação em Lisboa promovida pelas Comissões de Trabalhadores da cintura industrial de Lisboa e pelas UCPs do Alentejo. Correm boatos de que vai ser instaurada a "Comuna de Lisboa".

17 Novembro

Deputados da Assembleia Constituinte ameaçam transferi-la para o Porto. São passados à disponibilidade 1200 pára-quedistas. A Comissão de Vigilância das Forças Armadas denuncia a preparação de um golpe reaccionário que deverá eclodir a 19.

18 Novembro

Governo suspende funções até lhe serem facultados todos os poderes repressivos.

O povo à porta do quartel a pedir armas

José Manuel Ferreira, vendedor, 53 anos

Eu estava em casa, de baixa, e apareceu uma vizinha a correr: "Houve um golpe, uma revolução." Alvorçado, fui logo tentar saber o que se passava, agarrado à bengala, apesar do anúncio na televisão a dizer que todos se mantivessem calmos. Apanhei o comboio e quando cheguei ao Rossio vi muita gente – as pessoas afinal não se tinham mantido em casa como eles pediam. Estive no Carmo e na António Maria Cardoso, no meio da multidão.

No 1º de Maio já estava em forma e lá fui na manifestação, direito ao Estádio 1º de Maio. Foi um caudal, uma loucura, as pessoas falavam umas com as outras sem se conhecerem de lado nenhum, uma alegria, não havia divisão nenhuma.

Nessa altura eu já estava organizado num grupo, os CCR; antes disso, tinha sido do MRPP e tinha estado preso em Caxias. Antes do 25 de Abril, na Messa, no meio operário, tinha vivido situações de luta, principalmente das mulheres; eu estava também metido no Mem Martins Sport Clube, onde, apesar de não haver liberdade, se faziam umas coisinhas, uns cantos populares... Assim que veio a liberdade, começámos a desenvolver o trabalho de fábrica, tivemos uma comissão de trabalhadores que foi das primeiras no país a desenvolver uma luta, vieram trabalhadores da Lisnave, da Setenave, da GE, da Ogma...

Entretanto, ia fazendo teatro, de apoio à luta dos trabalhadores. O primeiro espectáculo foi em Maio, em Belém, transmitido pela televisão, um espectáculo em que também esteve a Comuna. Depois pegámos nas «Espingardas da Mãe Carrar», que foi um grande sucesso, durou mais de um ano. Andámos pelo Alentejo, de Berliet, com os soldados a confraternizarem connosco, dormimos no chão... E andámos por aí fora, na campanha de dinamização no distrito de Castelo Branco, apoiando as sessões do MFA, intervínhamos junto da população, púnhamos o povo a cantar connosco... Foi uma experiência fantástica! Claro que «As Espingardas...» falava de algo

que dizia muito respeito às pessoas — , não se podia ficar neutro —, que nós puxávamos para o lado da revolução socialista.

O problema é que, com o desenrolar da luta política, muitos dos que eram de esquerda passaram a ser de direita, até na própria Messa, e no clube aconteceu o mesmo — da euforia passou-se à fase da luta partidária. Começaram a querer meter-nos numa camisa de forças, começou a haver fricções, queriam inclusive fazer receitas, que cobrássemos dinheiro. Acabámos por transformar o grupo de teatro em cooperativa e rompemos com o clube.

Quando fomos à Marinha Grande, tinha havido em Espanha a morte dos cinco revolucionários. Na peça havia uma bandeira vermelha. Para nos solidarizarmos com os nossos irmãos espanhóis, fizemos uma bandeira da FRAP, com as cores republicanas, e levámo-la connosco. Quando nos aproximámos da Praça de Espanha, mandámos parar o autocarro da aviação em que seguíamos, porque havia um grande burburinho junto à embaixada. Saímos com a bandeira da FRAP e ainda ajudámos a queimar algumas coisas. E lá fomos de bandeira desfraldada até à Marinha Grande. O teatro estava cheio que nem um ovo. Quando dei início à intervenção — fazíamos sempre uma intervenção de fundo para situar a peça —, pedi um minuto de silêncio pela morte dos nossos camaradas espanhóis. Tudo de pé, de punho no ar.

No 11 de Março, quando ouvi as notícias, fui logo direito ao Ralis. O povo estava cá fora a pedir armas. Como conhecia lá gente, deixaram-me entrar e deram-me uma G3, um capacete e um casaco. Por essa altura já tinha saído a ambulância com o soldado Luís, que morreu. Vieram ordens para irmos ocupar a ponte sobre o Tejo e aí, num carro de assalto, apontámos o canhão para a auto-estrada, porque corria o boato de que uns gajos de Santarém vinham por aí abaixo.

No dia seguinte, fomos com a peça a Lanceiros 2 e o major Tomé, da PM, faz uma introdução para os soldados presentes em que diz: «Vai entrar na peça um actor que ainda ontem estava a dar prova daquilo que a gente vai ver, que é não ser neutral: estava em cima de um tanque preparado para o que desse e viesse.»

19 Novembro

Incidentes na Assembleia Constituinte forçam à interrupção da sessão e evacuação da sala pela polícia.

20 Novembro

Manifestação em Belém em defesa do Poder Popular e contra o governo. Costa Gomes apela aos manifestantes contra o perigo de guerra civil. O PS convoca comícios para vários pontos do país. A Base de Tancos é dissolvida.

21 Novembro

Realiza-se o juramento de bandeira revolucionário no RALIS. É divulgado um manifesto dirigido aos soldados e marinheiros, assinado por 28 oficiais. Vasco Lourenço é nomeado Comandante da RML, com a oposição de diversas unidades, que se recusam a aceitar essa nomeação.

22 Novembro

Chegada dos últimos contingentes vindos de Angola a bordo do Niassa, ocorrendo incidentes no desembarque.

23 Novembro

Mais de uma centena de oficiais da Base de Tancos abandonam a unidade e instalam-se na Cortegaça (Espinho). O PS volta a encher a Alameda com uma manifestação de apoio ao Governo Provisório.

**VIVA A GUINÉ-BISSAU
LIVRE E INDEPENDENTE**

*Senhoras e senhores vamos agora cantar
A Guiné-Bissau livre e independente*

*O povo oprimido pega em armas para lutar
p'la Guiné-Bissau livre e independente*

*Guiado p'lo partido de vitória em vitória
O sangue dos seus filhos mostra o caminho da história*

na Guiné-Bissau livre e independente

*Viva o PAIGC e viva Amílcar Cabral
da Guiné-Bissau livre e independente*

*E viva a Frelimo e o povo angolano
e a Guiné-Bissau livre e independente*

*Angola será livre Moçambique já é
como a Guiné-Bissau livre e independente*

*Senhores e senhores vamos agora cantar
a Guiné-Bissau, Moçambique e Angola*

*E os trabalhadores portugueses e africanos
Irmãos na mesma luta contra os exploradores
da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola*

*Viva a classe operária e o povo trabalhador
da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola
e Cabo Verde
e São Tomé e Príncipe
e de Portugal*

Despertei no 25 de Novembro

Altamiro Dias, electricista, 37 anos

A mim, foi o 25 de Novembro que me trouxe para a política. Antes disso era muito novo e fui só um espectador dos acontecimentos. Foi quando começou a repressão depois do golpe do Eanes que senti a necessidade de intervir em defesa dos interesses dos trabalhadores.

A única recordação que me ficou dos meses revolucionários foi a ocupação de casas. Eu morava em Chelas e aquelas famílias que viviam em barracas lançaram-se a ocupar casas dos bairros económicos que estavam vagas, destinadas a ser distribuídas a pessoas afectas ao regime, polícias, etc. Muitas ainda não tinham reboco, estavam no tijolo, mas foi tudo ocupado. Também foram ocupadas casas de senhorios privados, o que deu algumas confrontações com os proprietários. Vinha o COPCON mas não reprimia, só aconselhava a não irem para prédios privados: “Vocês têm muitas casas do Estado que podem ocupar”.

No 28 de Setembro, estava eu na Escola de Fuzileiros de Vila Franca, distribuíram a cada aluno uma arma sem munições, ficámos de prevenção por causa da “maioria silenciosa”, mas ninguém nos explicou nada.

Apesar do passo histórico que foi o reconhecimento da independência das colónias, apesar das conquistas dos trabalhadores, ficou-se pelos direitos de expressão e de organização sindical e não se conseguiu ir mais além. Teria sido possível uma vitória revolucionária? Hoje tenho muitas dúvidas. Uma revolução sem o apoio do resto da Europa teria sido facilmente esmagada. Mas a falta de orientação revolucionária nessa altura deu origem a um profundo recuo e à perda de confiança dos trabalhadores nas suas próprias forças.

24 Novembro

A Intersindical convoca uma greve geral de duas horas para a Cintura Industrial de Lisboa. Plenário de agricultores em Rio Maior, organizado pela CAP, corta acessos a Lisboa e vêm apresentar as suas reivindicações ao governo.

25 Novembro

Pára-quedaistas de Tancos ocupam as Bases Aéreas de Tancos, Monte Real, Montijo e Ota (durante a tarde), bem como o EMFA. O RALIS ocupa posições nos acessos da auto-estrada do Norte, Aeroporto da Portela e Beirolas. Forças da EPAM ocupam a RTP e o Regimento de PM controla a EN. O Presidente da República decreta o estabelecimento do *estado de sitio parcial* na região de Lisboa. As tropas rebeldes que ocupavam Monsanto rendem-se aos Comandos. Estes ocupam o Regimento da Polícia Militar, onde morrem dois comandos e um PM.

Nos dias seguintes são detidos dezenas de oficiais, passados mandatos de captura, encerrados diversos jornais, dissolvido o COPCON e substituídas as altas patentes do exército.

ARCEBISPÍADA

*Pregais o Cristo de Braga
Fazeis a guerra na rua
Sempre virados pr'ó céu
Sempre virados pr'á Virgem
A Santa Cruzada manda
Matar o chibo vermelho
Contra a foice e o martelo
Contra a alfabetização
Curai de ganhar agora
Os vossos novos clientes
Além do pide e do bufo
Amigos do usurário
Além do latifundiário
Amigo do Capelão
"Abre Nuncio Vade Retro
Querem vender a nação"
"A medicina é ateia
Não cuida da salvação"
Que o diga o facultativo
Que o diga o cirurgião
Que o digam as criancinhas
"Rezas sim, parteiras não"
Se Pinochet concordasse
Já em Fátima haveria
Mais de trinta mil vermelhos
A arder de noite e de dia
Caridade, a quanto obrigas
Só trinta mil voluntários
"Cristo reina, Cristo vinga"
Nos vossos santos ovários
E também nos lampadários
E também nos trintanários
Abre Nuncio Vade Retro
Querem vender a nação*

*Ó Carnaval da capela
Ó liturgia do altar
Já lá vem Camilo Torres
Com o seu fuzil a sangrar*

*Igreja dos privilégios
Mataste o Cristo a galope
Também Franco, o assassino
Mandou benzer o garrote*

José Afonso

O povo em armas?

Uma fraude

Tino Flores, cantor popular e agricultor, 47 anos

Quando se deu o 25 de Abril, eu estava em Paris, e a organização a que pertencia - a Comissão Exterior da OCMLP/*Grito do Povo* - encarou-o tão só como um golpe militar, o que levou a optarmos pela via clandestina para fazer entrar no país os elementos que tínhamos no exterior e que nos interessava pôr a trabalhar aqui. Eu tinha uma posição de responsável. Sabia o que estava a fazer e tinha uma actuação política consciente, com objectivos definidos. Nunca fui um tipo de andar por aí perdido a tocar viola. O que foi curioso é que eu saí do país com dezanove anos, sem fazer a tropa, e vim a fazê-la depois de reentrar, já com vinte e nove anos. E fui para lá obrigado, porque fui preso.

Íamos para Lisboa, para cantar numa festa, em Agosto de 75, e perto de Leiria fomos detidos pela polícia porque o carro era de matrícula holandesa. Vieram a averiguar que eu era refractário e entregaram-me à tropa. Foi assim que me meteram no Regimento de Infantaria do Porto e vim a fazer parte das tropas de ocupação do RALIS, ao serviço do golpe de 25 de Novembro.

Eu, que era o representante dos soldados recrutados junto do comando, vi de perto como era o funcionamento "democrático" daquilo. Para quem quiser reflectir é uma questão interessante - como funciona uma unidade militar, num clima *soi disant* revolucionário. Por exemplo, os soldados decidem fazer uma assembleia. O delegado da companhia vai ter com o capitão, pedir-lhe para ele pedir ao comandante da unidade para autorizar a assembleia dos soldados. O comandante nunca está e a coisa nunca mais se resolve. "Oh meu capitão, resolva lá você isso". E o capitão, que era um gajo novo, saído há pouco da escola, diz que não, que isso era contra a sua ética. Onde é que já se viu assembleias de soldados? Aquilo é uma máquina. Os tipos têm uma formação, um conjunto de conhecimentos acumulados ao longo de séculos sobre

**EXIGIMOS
ORDENADO
MÍNIMO** DE 5.000\$00



Comissão Nacional Unitária
de Soldados e Marinheiros

como comandar homens para a guerra. Como fazê-los obedecer. Como fomentar situações de conflito entre eles e manter o comando, etc.

Os próprios comandantes tinham o discurso de que a unidade era do povo. Mas entravam logo em choque quando a malta dizia que o povo somos nós e queríamos os restos da cantina para nós em vez de os dar a mamar aos sargentos. Sim senhor, a unidade é do povo mas os senhores que são profissionais e recebem bons ordenados é que devem servi-la em primeiro lugar.

Uma história: durante alguns meses conseguimos que a messe dos oficiais fosse aberta a todos os soldados. Por uma questão de igualdade. Como os oficiais sempre tiveram livre acesso à messe dos soldados, estes também deviam ter acesso à dos oficiais e dos sargentos. Conclusão, eles ficaram assim sem o seu local de conspiração. Porque os militares não sabem fazer mais nada: é só conspirar e jogar às cartas. De modo que os soldados, aquela maçaricada toda, chegava lá primeiro, sentava-se naquelas boas mesas de jogo, naqueles brutos sofás, e o comandante tinha que andar à procura de lugar ou ficava ao balcão. Eu ainda lhe dei o lugar algumas vezes. “Faz favor, o senhor é mais velho”. Mas os tipos começaram a ficar incomodados com a presença permanente ali dos soldados. Então qual foi o golpe? Vieram um dia dizer que os soldados tinham deixado umas cervejas por pagar e que tinham desaparecido dois baralhos de cartas. Fizeram um inquérito tremendo, com os pelotões todos formados na parada, que assim não podia ser, tinham que se tomar medidas.

Outro caso: antes do 25 de Novembro, todas as unidades tinham um serviço de informação interna montado e tinham um cadastro. Aquilo dizia assim, por exemplo, para mil homens: cem - chatos; cinquenta - muito chatos; vinte - perigosos. Vais fazendo uma hierarquia, segundo os dados que vais recolhendo sobre os homens da tua unidade. Isso era feito antes do 25 de Novembro. Os serviços de informação e a Polícia Judiciária Militar tinham esse rol graduado dos gajos mais ou menos nocivos.

Enquanto o pessoal andava nos plenários, tomava deliberações revolucionárias e contestava a hierarquia interna dos quartéis, este sistema funcionava em paralelo.

Sempre, permanentemente e cada vez mais intensamente. Antes do 25 de Novembro, eles esperaram que a malta da minha formação terminasse a recruta e deram licença a toda a gente, à malta formada nas assembleias de unidade (ADUs), mais adepta do poder popular.

É isto que ainda hoje me custa: a malta foi comida, ao longo de todo o processo, pela hierarquia militar, pelos grandes políticos e pelos dirigentes das organizações políticas revolucionárias da época. A burguesia deste país nunca perdeu completamente o poder. Houve certos momentos, nalguns focos, em que o poder foi momentaneamente partilhado. Mas, nomeadamente sob o aspecto militar, que foi decisivo, o poder esteve sempre firmemente detido por forças (fossem elas apoiantes ou não do MFA) que se opunham ao movimento popular ou à democracia popular. Mesmo quando a fracção mais radical do MFA teve alguma proeminência política, a hierarquia militar conservadora manteve os postos-chave.

O 25 de Novembro foi preparado minuciosamente a partir do serviço de colocações das forças armadas, dominado pelos spinolistas. Eles foram, a partir daí, colocando as suas peças nos sítios certos e afastando os elementos mais incómodos. Depois já do 25 de Novembro continuaram a fazer o mesmo, de modo a consolidarem ainda mais o seu poder.

Um dos nossos maiores erros foi acreditar, ingenuamente, que a instituição militar, com uma formação castrense centenária, se esbatia e esfumava assim com duas tretas. O que era o MFA? O MFA era a tropa. Nunca foi o povo em armas, de maneira alguma. Mesmo os tipos, ao nível de majores e capitães, que tomaram certas posições de contestação, quando a hierarquia intervinha, eles seguiam-na sempre. Há um vínculo ideológico e de vivência muito sério.

Eu não acreditei na altura e não acredito hoje em qualquer tipo de estrutura militar. Mesmo que quisesse



acreditar, tive sempre desmentidos práticos constantes. A meu ver, a tese de que havia duas hierarquias paralelas: a saída da Junta de Salvação Nacional, dos spinolistas, e a hierarquia do MFA, que seria uma coisa distinta, é uma fraude total. Tanto não era assim que o Otelo foi exonerado das suas funções pela hierarquia. "O senhor deixa de exercer o comando da região tal a partir de tal data. O serviço de colocações do exército trata disso".

JURAMENTO DO RALIS

*Nós, soldados,
juramos
ser fiéis à pátria
e lutar
pela sua liberdade
e independência*

*Juramos estar
sempre, sempre
ao lado do povo,
ao serviço
da classe operária
dos camponeses
e do povo trabalhador*

*Juramos lutar
com todas as nossas capacidades
com voluntária aceitação
da disciplina revolucionária
contra o fascismo
contra o imperialismo
pela democracia
e poder para o povo
pela vitória
da revolução socialista*

O COMBOIO DA LOUSÃ

*O comboio da Lousã
Que passa em Vendas da Ceira
Não perdoa a quem lá passa
Corta a vida por inteiro*

*Corta as pernas, corta os braços
Esmaga de encontro ao chão
Quando se ouve ele a apitar
Vive-se numa aflição*

Refrão:

*Vai o comboio
de Coimbra p'ra Lousã
Já matou tantos,
matará mais amanhã*

*Muda o tempo, o sol e a chuva
Cresce o novo e morre o velho
Já se muda a cor da uva
Queria dar-te um conselho*

*Dizer-te que é triste ver
Tudo mudar-se na vida
E não mais desaparecer
Aquilo que a traz consumida*

Refrão

*Não tem culpa o comboio
Nem o trilho que é de ferro
Nem tem culpa o maquinista
Mas eu é que já não espero*

*Tocam os sinos a rebate
toma a fúria o coração
vai começar o combate
Torcer o aço no chão*

Refrão

*Água mole em pedra dura
Tanto dá até que fura
Tanto batemos o pé
Que já há cancela segura*

*Acabaram-se as promessas
E as aflições também
Vai o comboio a apitar
Mas já não mata
mais ninguém*

Refrão



Como entrei nas catacumbas

“Brezelius”, trabalhador da comunicação social,

39 anos

Eu morava perto do Largo do Carmo. No 25 de Abril, um colega do liceu telefona-me: “Eh pá, hoje não temos aulas, parece que há para aí um golpe de estado”. Fui encontrar-me com a minha namorada e resolvemos ir ver o que se passava.

No Carmo estava uma multidão enorme e não conseguimos sequer entrar no largo, porque as ruas de acesso estavam cheias de gente. Descemos em direcção à António Maria Cardoso, onde se tinham refugiado os pides. Quando estávamos quase a entrar no Chiado, começámos a ouvir disparos e vimos uma mole humana a correr em nossa direcção, vinda da António Maria Cardoso. Sem pensar, começámos a recuar, subindo de novo a Rua Nova da Trindade. Lembro-me de ouvir as balas a baterem na calçada e de correr por ali acima. Metemo-nos no primeiro vão de porta que encontrámos. Quando os tiros pararam, continuámos então a subir a rua. De vez em quando, sentia uma comichão na perna mas estava ocupado a ouvir os comentários (“são os pides”, “não são”, “há tiros”, “não há tiros”, etc.) e só passado um bocado, quando percebi que aquela comichão me incomodava, fui ver o que era. E vi a calça esburacada e a perna esfolada: uma bala tinha-me roçado sem me acertar. Durante muito tempo, tive aquelas calças guardadas como um troféu.

Continuei a minha vida normal, mas passei a andar atento. O facto de morar numa zona sempre bastante agitada fez-me participar em vários acontecimentos. Durante dias, ouviam-se disparos volta e meia, gritava-se “vai ali um pide” – presenciei várias perseguições desse tipo – e vi os gnrs a rastejarem no chão, os pides a serem detidos e metidos num chaimite, etc. Eu andava por ali e tomava nota destas coisas todas.

Estudava no Passos Manuel, onde iam parar todos os que saíam da linha: professores democratas castigados, alunos corrécios. etc. Havia de tudo. Depois do 25 de

Abril, os alunos juntaram-se todos para fazerem um julgamento a um professor muito odiado, o “porco-científico”. Teve de sair do edifício escoltado pelo vice-reitor até ao portão, entre alas de alunos que o insultavam e lhe atiravam coisas. Deixou de dar aulas e desapareceu dali durante uns anos. Mais tarde voltou para lá.

Entretanto, encontrava-me com amigos no café, falávamos dos acontecimentos, mas era tudo muito tipo discussão académica, retórica para passar o tempo. Não estávamos indiferentes, mas um pouco a leste. Em Julho começa a sair a *Voz do Povo*, que o meu irmão mais velho me dava a ler. Quando já sentia uma certa identificação com aquilo, o meu irmão perguntou-me se queria ir vender o jornal ao bairro da Serafina. Era Inverno, tínhamos de ir muito cedo, ainda noite, antes de as pessoas saírem para o trabalho. Lá comecei a andar pelas tascas a falar com os homens, que me ofereciam copos de vinho que eu recusava mas, para não dizer sempre que não, fartava-me de beber águas minerais.

A certa altura, eu, o meu irmão mais novo e outros tipos resolvemos ir à sede da *Voz do Povo* na Graça para conversar e oferecer colaboração. Passei a ir todas as semanas à tipografia ajudar a limpar as gralhas. A seguir aprendi a trabalhar com a impressora.

A partir daí, comecei a entrar nas “catacumbas”. Fui recrutado por um dos grupos maoístas envolvidos no jornal. Fiquei como funcionário do aparelho técnico.

As coisas sucediam-se a um ritmo alucinante. A minha vida era quase só ir a casa dormir e comer, e passar o resto do tempo na tipografia. Na célula íamos tendo conhecimento das coisas que se passavam pelos materiais que imprimíamos, ao ritmo a que os comunicados iam sendo feitos.

O 25 de Novembro, passei-o eu em grande, a trabalhar na tipografia. Era ir para a máquina, dormir quando estava muito cansado – deitava-me na mesa de bater o papel, no meio do barulho das máquinas, – levantar e ir outra vez para a impressora. Foi nessa altura que publicámos a *Voz do Povo* clandestina. Trabalhávamos numa cave à porta fechada, com cobertores nas janelas para abafar o som. A



certa altura, apareceu um dirigente para saber se estávamos todos bem e preparar a retirada de máquinas para um local mais seguro. Ainda não se sabia a evolução do contragolpe e era preciso mantermos a autonomia do aparelho técnico. Lá se montou um plano diabólico de desmontagem e transporte do material.

Entregava-me ao trabalho sem reservas. Ganhava pouco, mal dava para as despesas, andava desaparecido, saía de casa de manhã cedo e voltava às tantas da noite, só me cruzava com as pessoas quando ia a casa almoçar. Tinha chatices com os meus pais, que queriam que eu continuasse a estudar, mas aguentava aquilo bem. Não me custava nada ficar ali dentro para outros poderem ir à manifestação, ao comício, etc. Era a minha contribuição para a causa.

“Foram presos cerca de 200 militares progressistas que se colocaram ao lado do povo nas justas lutas, enquanto 300 pides e outros fascistas da pior espécie, responsáveis pelos muitos crimes contra o nosso povo, são postos em liberdade como normais cidadãos, com o argumento de não haver qualquer processo contra eles.

É de mais evidente o contraste entre a libertação de assassinos e a prisão de revolucionários, postos em cadeias sem condições mínimas, sujeitos a interrogatórios, enquanto os poucos fascistas ainda presos estão instalados em prisões que são autênticos hotéis, sendo-lhes permitida a saída de fim-de-semana”.

(A luta continua nº 4, órgão do Comité Albertino Bagagem, dias depois do 25 de Novembro)

Andei a vasculhar a sede da PIDE

Avelino Freitas, empregado, 43 anos

Após o golpe da Caldas, na primeira semana de Abril, houve um movimento na fragata Pero Escobar, que até hoje não ouvi relatar mas que dá uma ideia do ambiente de revolta que se vivia na Marinha às vésperas do 25 de Abril. Tínhamos chegado das Canárias e estávamos fundeados no Tejo. A tripulação era de oitenta e tal homens que já não podiam suportar o imediato, indivíduo alcoólico, que com a bebida ficava intratável e maltratava o pessoal. Decidimos prendê-lo e, como ele puxasse da arma, um de nós encostou-lhe uma pistola à cabeça e dominámo-lo à força. Metemo-lo preso no porão da amarra e começámos a discutir que o melhor era sair a barra e rumar para a Argélia. O projecto só não se concretizou porque vimos que o combustível não era suficiente para lá chegar. Falámos com o comandante e ele achou por bem abafar o caso, como se nada tivesse acontecido. Resta acrescentar que a ideia da insubordinação partiu de um grupo marxista-leninista que estava organizado no navio.

Tomei conhecimento do 25 de Abril por volta das 3 horas da manhã. Estávamos atracados no Alfeite e havia uma esquadra da NATO fundeada no rio. O radiotelegrafista foi-me chamar, dizendo que estava a apanhar comunicações num canal militar raramente utilizado. Pusmo-nos à escuta e às 5 da manhã já não tínhamos dúvidas que havia movimentos de tropas. Pelas 6,30 as comunicações deixaram de ser em código. Passadas duas horas, quando o comandante chegou ao navio, dissemos-lhe que estávamos ao lado do golpe, que iríamos prender o imediato mal ele entrasse na fragata e que queríamos saber qual seria a sua atitude. Foi assim que o 25 de Abril chegou à Pero Escobar, o primeiro navio da armada a aderir.

Vi há tempos num jornal uma entrevista do então comandante da Gago Coutinho, onde ele negava ter dado ordens para bombardear o Terreiro do Paço. Ora, quando nesse dia entrámos em contacto com a Gago Coutinho

CONTRA O REGRESSO DOS FASCISTAS
UNIDADE POPULAR



foi-nos dito que ele ordenara mesmo o bombardeamento e que isso só não aconteceu porque a tripulação não obedeceu e cortou os circuitos hidráulicos das peças de fogo.

No dia 27 de Abril integrei uma força que foi ocupar a sede da PIDE/DGS na António Maria Cardoso. Entrei e comecei a receber os pides que se vinham entregar. Para mim, que já andava há 5 anos na luta clandestina, foi uma sensação extraordinária, um misto de raiva e alegria. Ali estava eu, recebendo os agentes da PIDE, que vinham entregar as armas e serem presos. Durante os três dias que lá permaneci não houve qualquer represália sobre os pides que vinham de forma pacífica. Houve, sim, sobre os que chegavam em atitude agressiva e arrogante. Passado um minuto já não tinham agressividade nenhuma.

Durante esses dias não dormi. Andei a vasculhar a sede. Queria ler os documentos, saber até onde tinham chegado as suas investigações. Eles ainda conseguiram queimar alguns papéis mas a esmagadora maioria estava intacta nos ficheiros. A leitura dos processos era fascinante. Alguns relatórios de vigilância chegavam a pormenores que não passavam pela cabeça de ninguém, do género “fulano entrou às tantas horas num sanitário público e saiu às tantas em direcção a...”

Foi um choque ver as salas de tortura. Eram duas, no último piso. Ao lado ficava o estúdio de fotografia. Lembrou-me de ver fotografias de um baptizado com círculos a assinalar a mãe. Nem os baptizados escapavam à vigilância daqueles canalhas.

“Na comissão encarregada da extinção da Pide e da Legião há um sector que está a usar os mais estranhos argumentos: à sua “consciência jurídica” repugna perseguir pessoas que “se limitaram a cumprir ordens”; consideram as torturas da Pide simples “ofensas corporais”, pelo que não se justifica a aplicação de penas severas; de resto, dizem, “a opinião pública não compreenderia uma política de represália.”

(Voz do Povo, nº 0, 13/7/74)

Comecei a pensar no que de bom poderia vir

Maria da Glória Rodrigues Borges,

telefonista, 46 anos

Na altura do 25 de Abril encontrava-me em casa, desempregada. Quando soube dos acontecimentos, comecei a ouvir as notícias. Na televisão passavam entrevistas com os presos políticos que estavam a ser libertados e os relatos das torturas da PIDE. Foi um choque tremendo. Se dias antes me tivessem vindo dizer que aquilo acontecia, não teria acreditado.

No 1º de Maio não saí de casa. A data não me dizia nada, estava calor e tinha de cuidar da minha filha. Fiquei parva quando pela televisão vi aquele mar enorme de gente. Nos meses que se seguiram fui-me interessando pela política e dei comigo a pensar no que de bom poderia vir. Participei numa ocupação, no Bairro Novo, para alojar dois casais. A casa ocupada já era velha, mas donde eles vinham ainda era pior. Ficou lá um piquete com umas 50 pessoas para impedir qualquer tentativa de despejo. Vieram as tropas e disseram que nos podíamos ir embora descansados. Nessa noite houve uma reunião da Câmara para resolver o problema. A assembleia foi uma “droga” porque os pcs estavam contra a manutenção da ocupação e acabou por não se decidir nada. Só mais tarde a situação foi desbloqueada pela UDP, que conseguiu a cedência de um terreno no Alto da Damaia para os ocupantes construírem as suas casas. Com a ajuda dos camaradas da UDP, que deram mão-de-obra e dinheiro, as casas foram construídas. A Câmara também ofereceu alguns materiais e dinheiro.

Não me passava pela cabeça que, estando as coisas no pé em que estavam, viessem a sofrer o retrocesso que sofreram. Não acreditava que o Vasco Gonçalves pudesse ser posto fora do governo. Quando aconteceu o 25 de Novembro já tinha noções políticas, que no entanto não deram para me aperceber da real dimensão do golpe militar. Percebia que aqueles acontecimentos não anunciavam nada de bom, mas o quê, isso não sabia.



“O ataque que o RAL 1 hoje sofreu demonstra a todos que os fascistas que até aqui têm sido tratados com panos quentes continuam vivos e activos à espera da primeira oportunidade para esmagarem a classe operária.

Porquê um ataque ao RAL 1? Porque os soldados do RAL 1 sabem bem que os seus inimigos são os capitalistas e fascistas que nos têm oprimido e cada vez que vão para a rua sabem que só têm um papel a desempenhar, quer os senhores generais gostem, quer não: defender os operários e combater todos os reaccionários”.

(Comunicado dos militares do RAL 1 vítimas do atentado fascista de 11 de Março de 1975)

Dormir ao relento à porta da fábrica

*Maria Luísa Campina Segundo, empregada
comercial, 41 anos*

No 25 de Abril não fui trabalhar. Queria juntar-me às manifestações mas a minha mãe tinha medo que a PIDE depois me prendesse. Só mais para a parte é que consegui sair. Havia manifestações por tudo o que era sítio.

Só passados sete meses, com a greve do comércio, é que me tornei activista e fui eleita delegada sindical. O PCP dominava o sindicato e eu tinha grandes discussões com eles, que queriam que votasse segundo os seus critérios e eu entendia que não. Votei sempre segundo aquilo que achei justo.

Estive na luta das conservas que se arrastou por um mês. O Algarve ficou paralisado. Depois havia gente que, como o sindicato era dominado pelo PC, queria furar a greve. Houve até ameaças, e comunicados jogados à porta das fábricas de carros que passavam a grande velocidade, tudo para desmotivar as pessoas... Na altura havia um grupo de intervenção cultural, o GAC. Pedimos a eles para virem cá baixo cantarem. Estiveram cá mais ou menos uma semana a apoiar a luta das conserveiras, percorrendo todo o Algarve, para impedir que saíssem conservas das fábricas. Mas a luta foi fraquejando. Chegou-se ao ponto de só haver uma ou duas pessoas na porta das fábricas, as mais combativas. Eu e mais algumas camaradas dividíamos-nos por Portimão, Ferragudo, etc., para apoiarmos as grevistas. Dormíamos ao relento com elas, à porta das fábricas. Levávamos-lhes café, bolachas, sandes, etc. Por volta das 8 horas da manhã regressava a casa, tomava um banho e às nove estava na loja.

No 25 de Novembro tivemos medo. Já havia quem tivesse preparado saquinho com pão e laranjas e posto o passaporte em dia para, se fosse preciso, fugir. Não se sabia o que aquilo ia dar, e foi uma noite de sobressalto, sempre em contacto com Lisboa.

NA HERDADE DO VALE FANADO

*Na herdade do Vale Fanado
terra rica em trigo e gado
Freguesia de Albernoa
O povo era explorado
Por Mariana Vilhena
Burguesa vil e patroa*

*Nas terras que ela dizia
serem suas por herança
do nascer ao pôr do sol
homens, mulheres e crianças
anos e anos a fio
Passaram miséria e fome*

*Até que um dia o povo
de foice e punho no ar
num só grito disse não
41 trabalhadores
homens do campo e mulheres
fizeram a ocupação*

*Ocuparam a Herdade
com as máquinas e o gado
mostrando a essa malvada
que só tem direito à terra
quem com a enxada trabalha
quem a sua, quem a lavoura*

*Agora os camponeses
da herdade do Vale Fanado
trabalham com alegria
nas terras que já são suas
pois o fruto do seu trabalho
já não vai p'rá burguesia*

*As dificuldades virão
porque os ocupantes sabem
que o governo é dos burgueses
por isso pedem apoio
a todos os seus irmãos
operários e camponeses*

*A Herdade do Vale Fanado
pede a todos os soldados
operários e camponeses
que se unam e organizem
com o povo de Albernoa
p'ra tirar o poder aos burgueses*

A LUTA PELA BATATA DE SEMENTE

*É o camponês quem semeia a batata
Quem dobra a espinha, sacha e sulfata
Mas o dinheiro que rende
Nao é p'ra ele, é p'ra quem n'a vende*

*Tanto escaravelho dá na batata
Que o sulfato não chega a nada
Se mata aquele que anda na rama
Não mata aquele que mais nos trama*

*Tanta semente armazenada
E tanta gente a ser enganada
Nunca vi que ela faltasse
A quem bom dinheiro pagasse*

*Tanto escaravelho que dá na semente
E que bem trama a vida da gente
E compra-a só para ganhar
E vender a quem bem pagar*

*Cortar o leite, parar os comboios
Tudo serviu para a batalha
Mas o remédio mais santo
É a união de quem trabalha*

*Tanta semente armazenada
E tanta gente a ser enganada
A maior força para a batalha
É a união de quem trabalha.*



O poder parecia tão próximo...

Fernando Reis Júnior, médico, 54 anos

No dia 25 de Abril, estava em casa, veio uma moça amiga a dizer «há para aí uma grande confusão, está tudo cheio de tropa...» Ligámos o rádio, estava a dar o comunicado do Movimento das Forças Armadas, depois música do Zeca Afonso. Eu disse: «Eh pá, mas isto são mesmo forças rebeldes! Vamos já para Peniche, para se soltar aqueles gajos.» Ao menos que se aproveitasse isso...

Estivemos em Peniche dois dias. A mobilizar os pescadores e o povo da vila, que se mantiveram ali a pé firme, a gritar “os presos cá p’ra fora, os guardas lá p’ra dentro”. A malta fez para lá uma confusão bestial... Os soldados a apontarem as espingardas aos GNR lá para cima, e os GNR lixados, mas não se rendiam. Acabámos por conseguir sacar os últimos camaradas já na madrugada de dia 27.

Quando foi o 1º de Maio, juntámo-nos ao cortejo dos m-l que apareceram lá... A *Voz do Povo* começa logo a seguir, mas eu só entrei mais tarde para a redacção. Primeiro, puseram-me a fazer contactos. Andava de mala aviada para Santarém, para Évora, para a Margem Sul, para o Carregado. A espalhar comunicados dos VAF e a tratar da unificação dos grupos.

No 28 de Setembro, fomos todos juntos, com o carro cheio de tubos de borracha e coisas de ferro, para o caso de haver porrada, e estive nas brigadas da Ponte 25 de Abril.

No 11 de Março tínhamos ido a Setúbal acompanhar o funeral de um camarada morto pela polícia. Era um rapaz algarvio e o corpo ia para o Sul... No regresso a Lisboa, um taxista diz-nos: «Há uma grande confusão no Ralis, anda para lá tudo aos tiros.» Fomos a correr fazer um comunicado. Depois fomos em manifestação até ao Ralis. Houve um soldado que fez um discurso empolgante, mesmo de esquerda: «Nos quartéis têm de ser os soldados a mandar!» Estava muita gente, tudo de grupos m-l, no fim acabou por se misturar tudo. Dali, fomos espatifar a

casa do Spínola. Apareceu lá um gajo a dizer que estávamos a cometer uma ilegalidade, que ia chamar a polícia. «Então chama a polícia!», dizíamos nós.

Mais tarde, no “Verão quente”, é que já estava na *Voz do Povo*. Na redacção era um corrupio, com gente sempre a ir buscar jornais, o jornal tinha mesmo influência. A primeira sede foi numa ruazinha ali para a Graça. Eu era chefe de redacção, a tempo inteiro, não havia tempo para mais nada. O meu trabalho era principalmente escrever os editoriais, os artigos da política, mas colaborei em algumas reportagens, como da greve da Mocar. Lembrome também de irmos a uma cooperativa do Torrão. Um camarada nosso, do secretariado da cooperativa, tinha sido preso pela GNR - não me lembro da causa, mas a GNR andava ansiosa por criar conflito. O jornal foi lá para dar apoio e organizámos logo uma concentração junto ao posto da GNR. Os gajos não ousaram dispersar: era muita muita gente, umas 200 pessoas, especialmente mulheres. No dia seguinte o homem foi libertado.

No 20 de Agosto, no caminho para S. Bento, apareceram os chaimites do Dinis de Almeida. Primeiro houve um certo burburinho - “e se vêm para nos metralhar?” -, depois a malta trepou para os chaimites e andámos pela cidade, numa demonstração de força. O propósito era defender o Documento do Copcon, como alternativa ao Documento dos Nove e ao da Quinta Divisão.

O poder parecia tão próximo... mas faltava-nos tudo. Já nas vésperas do 25 de Novembro, quando das barricadas dos fachos, em Rio Maior, andámos por aí à noite, pelos quartéis todos, a tentar contactos. Mas a dificuldade que era para conseguir chegar à fala com o soldado tal... E não se conseguiu arma nenhuma.

Na noite do 25 de Novembro decidimos ir para o Ralis, porque se dizia que era a unidade que ainda não se tinha rendido. Íamos ver qual era a situação, oferecer-lhes os nossos préstimos. Logo ao sair da sede da UDP, a tropa da Academia Militar manda-nos parar. Eu e outro estávamos indocumentados. Fomos dentro, passámos a noite no Governo Civil. No dia seguinte de manhã foi lá o deputado da UDP levar-nos os bilhetes de identidade para nos porem na rua.



Começámos então *A Voz do Nosso Povo*, o jornal clandestino para furar o bloqueio informativo durante o estado de sítio. Tinha o mesmo cabeçalho e era uma folhinha, quatro páginas, às vezes só duas, para denunciar o golpe que tinha havido, a alertar que não podíamos deixar calar a voz do povo. Fazíamos uns milhares largos, a stencil, que oferecíamos ou vendíamos por cinco tostões. Houve camaradas que foram presos a vendê-la.

“É através do ouro trabalhado e falsamente contrastado, muitas vezes com conivência da própria Casa da Moeda, cujo administrador é Almeida Ricardo, saneado pelos trabalhadores da Messa, que se realizam hoje as maiores especulações financeiras e fugas de divisas. O sindicato tem fornecido aos diversos organismos de Estado dados concretos para que se actue contra os especuladores, porém esses esforços de nada têm servido”.

(Declaração em conferência de imprensa do Sindicato dos Ourives, Setembro de 1975)

Um cabo-verdiano em Lisboa

Álvaro Apolo Pereira,

funcionário público, 40 anos

Eu vinha de Cabo Verde e, como muitos outros da minha geração, sofria as consequências de uma sociedade colonizada, onde a repressão era muito maior que em Portugal e a tomada de consciência muito difícil. A primeira coisa de que me lembro foi de, ao entrar no Técnico, espetarem-me nas mãos uns panfletos sobre a guerra colonial, a luta dos movimentos de libertação e o fascismo.

Foi um choque. Depois, a luta estudantil, o assassinato do Ribeiro Santos, as greves académicas, etc. ajudaram-me a tomar consciência dos problemas que me diziam respeito como colonizado. Numa residência de estudantes na Av. dos EU América havia um grupo de militantes e simpatizantes do PAIGC. Fazíamos reuniões clandestinas, para discutir a situação nas colónias.

O 25 de Abril foi um marco para todos nós. Foi o desabrochar total para a política. Fazíamos leituras maciças de Marx, Mao, Staline, em conjunto e durante horas. A manifestação do 1º de Maio voltou-nos para o exterior, para a rua, fez-nos aperceber pela primeira vez dos problemas dos outros, tudo de forma tão aberta e humana que me marcou para o resto da vida. Era um pouco os portugueses a descobrirem-se uns aos outros.

As assembleias de estudantes eram muito vivas e agitadas. Aconteciam coisas incríveis, confrontações acesas de grupos políticos: comunistas, MRPP, LCI. Participei no movimento dos trabalhadores estudantes, que começou a questionar os problemas com que estes se defrontavam e a procurar saídas. Integrei a comissão nacional, representativa das várias escolas. As actuais leis que dão regalias aos trabalhadores estudantes foram conseguidas por esse movimento e por essa comissão.

Para mim foi marcante a constituição da Associação Cabo-Verdiana e Guineense, de que vim a ser dirigente. Lembro-me da formação de um grupo bastante activo que antecedeu a associação. Era o GADGC, que fazia



campanhas de alfabetização e tinha como preocupação principal preparar politicamente as pessoas, despertá-las para os problemas da sua nacionalidade e da sua condição de emigrantes. O meu primeiro contacto com os bairros de trabalhadores, principalmente o das Fontainhas, foi chocante. A miséria era extrema. As barracas eram de cartão e zinco. Com eles participei activamente no acontecimento para mim mais marcante de todo aquele período – a independência de Cabo Verde em 5 de Julho de 1975.

O movimento anticolonial que se gerou após o 25 de Abril, e que se exprimia através de vários grupos, teve muitas dificuldades. As manifestações de rua feitas por diversos grupos de esquerda contra a guerra colonial eram a princípio mal acolhidas. Quando, com colegas meus, distribuíamos informação sobre o que se estava a passar nas colónias e a necessidade de independência imediata, havia reacções indignadas. A sociedade portuguesa tinha uma cultura colonialista de 500 anos e sofreu um despertar violento. O CADGC teve um papel importantíssimo, não só no nosso meio, como na sociedade portuguesa. Editámos milhares de folhetos. Percorremos o país de norte a sul distribuindo propaganda, fazendo comícios e reuniões de trabalhadores. À sua escala, o GADGC contribuiu para travar a tendência de não aceitação do princípio da independência imediata das colónias, tendência que começava no próprio MFA.

"Os despedimentos de trabalhadores africanos são muitas vezes acompanhados de provocações, como 'vocês pedem independência, pois bem, vão para a vossa terra'. Denunciamos a discriminação salarial sempre praticada pelo patronato em relação ao trabalhador africano; a atribuição do trabalho mais duro e mais sujo ao trabalhador africano; o controle policial exercido nas barracas e as altas rendas cobradas pelos patrões, donos dessas mesmas barracas; o racismo fomentado pela reacção colonialista, principalmente através de trabalhadores portugueses de quem fizeram criminosos de guerra na sua aventura colonial." (Comunicado do GADCG, 4/6/74)



Os polícias de braços no ar

António Castela, funcionário público, 35 anos

Quando do 25 de Abril eu era um puto. A minha ligação com a política era quase nula. Sabia da PIDE por relatos da malta da rua que já tinha sido detida. Mas o que mais me impressionou foi um vizinho que chegou da guerra colonial cego e amputado de uma perna e um outro que, num acesso de histeria, desatou certo dia, em plena rua, a gritar “Assassinos, eu vi morrer amigos meus”. A vizinhança, amedrontada, tentava-o conter enquanto ele se desfazia em lágrimas.

O dia 25 de Abril foi aquela sensação esquisita de se sair à rua à revelia do que nos aconselhavam. Toda a minha gente andava na rua, querendo saber o que se passava.

No liceu, uma assembleia decidiu a expulsão do reitor e de funcionários bufos, o que se concretizou de imediato debaixo de vaias, apupos e calduços. Pagavam-se assim as ameaças de denúncia à PIDE feitas aos estudantes progressistas, pouco antes do 25 de Abril. Mais tarde, soube-se que o reitor fora transferido para uma escola onde era desconhecido, e o bufo-legionário reapareceu tempos depois, com carta de recomendação da Comissão de Extinção da Pide, negando os *trabalhinhos* feitos.

Um dia, uma colega vendeu-me uma *Voz do Povo*. Eu andava baralhado com a confusão de partidos. A UEC aparecia sempre a defender o MFA, a Junta, a Democracia, a Legalidade, o Bom Comportamento. Tinham-se tornado mais papistas que o papa. Achavam toda a exigência “radical”, “esquerdista”, “contra-revolucionária”. Decidi-me então pelos esquerdistas. Tornei-me simpatizante de uma vasta área que ia da UDP à FEC-ML, passando pelo PUP, e que estava organizada debaixo da sigla “Núcleos Sindicais”.

No ano lectivo de 1975 o ministério decide manter a “reforma Veiga Simão”, o sistema de avaliação e as médias de dispensa, e os estudantes iniciam o protesto. Era um processo a nível nacional, mas em Queluz a luta encarniçou-se quando foi despedida uma funcionária da

secretaria, que tinha denunciado um desvio de dinheiros. Decidiu-se ocupar o liceu. Os professores, sob proposta dos do PC, mostraram o seu desacordo abandonando o liceu. Acompanharam-nos os estudantes da UEC. Foram organizados piquetes para divulgar entre a população o que tinha acontecido. Os alunos mais velhos deram aulas e explicações aos mais novos. Enfim, manteve-se o liceu a funcionar. Sol de pouca dura. Numa noite em que um grupo de estudantes, entre os quais me encontrava, estava de piquete, o COPCON, chamado pelo presidente da Comissão de Gestão, invadiu o liceu e expulsou-nos. A batalha foi perdida.

O segundo 1^a Maio foi para mim a descoberta de que havia uns milhares de gajos como eu. Afinal não eram grupelhos, como eu passava a vida a ouvir. A actividade política no liceu, nesse período, era muito intensa. Organizavam-se debates, passagens de filmes, reuniões e *meetings* sobre todo e qualquer tema. Havia bancas de toda a espécie de partidos.

Por essa altura os activistas da extrema-esquerda iam aos bairros de lata, apoiar a luta dos moradores pobres. No bairro da Estrada Militar realizaram-se jornadas de trabalho em apoio da construção de casas em tijolo e de um chafariz. Os moradores abriram um centro popular, onde passou a funcionar uma escola e a alfabetização, que nós, estudantes, íamos lá dar. Organizávamos actividades culturais nas colectividades de bairro.

Um dia, oiço na Rádio Renascença, a rádio "ao serviço da classe operária e do povo trabalhador", um apelo dos trabalhadores que tinham ocupado o Palácio Foz, onde funcionava a Secretaria de Estado da Comunicação Social. Fui logo para lá. A polícia tinha ocupado o rés-do-chão e encurralara os ocupantes no primeiro andar. Cá fora começou a engrossar a multidão. Às vaias e pedradas, os polícias ripostaram com gás lacrimogéneo. As bombas caíam no chão e havia pessoal que corria, apanhava-as e voltava a lançá-las para dentro do edifício. As que não entravam caíam junto à parede, formando um cordão de fumo que dificultava a vida à *bófia*. Eis senão quando chegam dois jipes de polícias militares. Foi o delírio: "Os



soldados são filhos do povo”. Os ocupantes, às janelas do primeiro andar, a bater palmas. Então, os militares deram ordem de rendição à polícia. Abriu-se uma porta e, de braços no ar, lá foi saindo a malandragem toda, debaixo de insultos e vaias. Mais uma vez uma ordem do Governo Provisório era ultrapassada pela “população”.

Por esta e por outras, o poder não perdoou à RR. O Conselho da Revolução e Pinheiro de Azevedo decidiram fechá-la. Fazem o mesmo a outras rádios, logo depois reabertas, só a RR fica muda cerca de um mês. Organizou-se então uma manifestação gigantesca de apoio à RR, que percorreu a cidade. Começou no Rossio e foi para a Buraca. Altas horas, com aplauso geral, é anunciada a morte do ditador Franco, mas a Renascença continuava por reabrir. “Ninguém arreda pé!”. Os manifestantes confraternizam com os soldados que lá estão de guarda. Passam-se cigarros e sandes. Há cantigas, fogueiras, histórias, e comenta-se o PREC. Às tantas lá vem a esperada notícia: a RR vai tornar a transmitir. Durou meia dúzia de dias. Os “democratas” voltaram à carga. Desta vez de dinamite. E as antenas da RR foram ao ar. Não te calas a bem, calas-te a mal! Dias depois, fechados na sede da UDP, ouvíamos os tanques do 25 de Novembro... E depois não queriam que eu me transformasse num “perigoso esquerdista”!

“No dia 8 a malta concordou unânime em ocupar estas casas que estavam abandonadas e que nunca foram habitadas. No dia seguinte viemos ocupar isto e começámos a trabalhar, tivemos a ideia: são 24 casas que estão aqui abandonadas e nós precisamos de casas urgentemente. Como a solução não tem sido resolvida, a gente tem que resolver nós”.

(Comissão de moradores da Rua do Melo, Porto, 17/2/75)

GREVE NO JORNAL DO COMÉRCIO

*Muita gente nesta terra
nos fala em democracia
Mas os meios de informação
estão nas mãos da burguesia*

*E no Jornal do Comércio
os trabalhadores unidos
fazem uma justa greve
para expulsar um bandido*

*Refrão
Ó Machado vai-te embora
Que nós não te queremos cá
Nós estamos vigilantes
O fascismo não passará*

*Vinte e dois dias passaram
e a greve continua
Nem que o ministro não queira
O Machado há-de ir p'ra rua*

*Para isso conseguirmos
o povo tem que apoiar
contra esses fura-greves
que nos querem isolar*

Refrão

*Lutar pelo saneamento
é lutar contra o fascismo
que é o perigo permanente
de todo o capitalismo*

*Camaradas da imprensa
não podemos desarmar
Nós queremos democracia
mas tem que ser popular*

Refrão

*Mas há muitos mais Machados
que o povo expulsará
Nós estamos vigilantes
O Fascismo não passará*



Uma burguesa entre operários

Marta Matos, psicóloga, 47 anos

No 25 de Abril estava colocada em Beja, como técnica de orientação profissional. O filho dos donos da casa onde eu tinha alugado um quarto bate à porta, aos berros: «Houve uma revolta militar!» Cumpriam-se as minhas expectativas. Já se sentia qualquer coisa no ar que estava para estoirar, além de que já tinha havido o golpe das Caldas.

Nesse dia, comecei a ouvir as notícias e fui trabalhar. No centro, as pessoas estavam já muito exaltadas. Não fizemos nada além de ouvir a rádio. A directora tinha vindo para Lisboa, para a inauguração de umas jornadas de emprego. Portanto, nem sequer tínhamos chefe, o que foi óptimo. Às tantas recebo um telefonema de Lisboa — quem substituí a responsável na sua ausência era eu — do director do Centro Nacional de Emprego, que era um tipo de esquerda, a perguntar se estava tudo bem.

«Olhe, se as pessoas quiserem ir para casa, que vão.» Mas as pessoas estavam ali muito bem. Dias depois, fui a Lisboa, já para o 1º de Maio, para a manifestação. Voltei para Beja, mas não estava organizada, apenas tinha alguns contactos com malta do PRP. Passado pouco tempo, apareceram-me uns operários, da construção civil e também da metalomecânica, que pertenciam a uma organização m-l, o CMLP — tinham sabido da minha estada em Beja — e integrei-me nessa organização, num estatuto entre o de militante e o de simpatizante. Não eram muitos — Beja é pouco industrializada — e lembro-me de ser eu a única mulher.

Ocupámos uma casa, que passou a ser a sede — antes tinha havido uma garagem, onde a malta se reunia para pinturas e colagens. Sob o pretexto de eu ser burguesa — facto de que me culpabilizava —, estavam-me atribuídas as tarefas mais mesquinhas. E hoje, a esta distância, penso que também por ser mulher... Nas reuniões, havia momentos em que me sentia completamente de fora.

A intervenção desses operários fazia-se sobretudo a

nível do local de trabalho e do sindicato; embora houvesse contactos, não tinham intervenção a nível do distrito. Nem grande influência de massas, pois era o PCP que dominava.

Quando da realização pelo PCP de um comício comemorativo da Revolução de Outubro – aliás, foi assim que fui lançada pela organização, cuja actividade, no fundo, consistia em aproveitar as realizações de outros para lançar uma perspectiva diferente sobre as questões –, pediram-me para colaborar na distribuição de um comunicado que pretendia dar uma outra visão da Revolução Bolchevique. Ainda entregámos alguns, eu e outro fulano, mas a tarefa acabou por ser boicotada pelos caciques do PC.

Particpei em ocupações, algumas de nossa iniciativa, outras espontâneas. Estive ligada a uma comissão de moradores em que se punha o problema da falta de casa. E também houve saneamentos, mas não participei. No centro não houve ninguém saneado, embora muitos andassem assustados. Em 75, houve em Beja um comício da organização a que eu pertencia e, simultaneamente, outro do PCP, o que acabaria por dar origem a confrontos. Foi na sequência desses confrontos que se deu o assalto à nossa sede: o objectivo era destruir tudo o que lá existisse, mobiliário, máquinas... Foi mesmo feita uma fogueira para queimar a madeira.

Recordo-me do julgamento popular, à porta do Tribunal de Beja, do agrário que tinha estado envolvido no caso do Zé Diogo e que tinha sido morto. Alguns dos promotores da iniciativa acabaram por ser presos e vir para Monsanto.

No 25 de Novembro estava em Lisboa e fui com amigos à sede da UDP, no Campo de Santana, saber o que se estava a passar. Quando lá chegámos, havia grande confusão, porque as informações eram muitas, mas desencontradas. Disseram-nos que a sede podia ser invadida a qualquer momento e que era preciso organizar a defesa. Então, fomos mandados cá para fora, de plantão, colocados a uma certa distância do edifício, com a incumbência de darmos o alerta quando se aproximassem as forças de ocupação. Eu tinha que estar atenta aos sinais que um tipo que estava à minha frente me faria. Só

EM FRENTE COM A
I CONFERÊNCIA



DOS ESTUDANTES

pela democracia popular

que, para mim, que já nessa altura era bastante míope, foram momentos de verdadeira tortura, porque não conseguia detectar se ele fazia sinais ou não. Ao lusco-fusco, voltei à sede e disse: «Ponham lá outra pessoa que eu não sirvo.» Na altura tinha 27 anos, estava muito crua em muitas coisas... Tive imensas ilusões de que era possível transformar isto tudo... Os acontecimentos pareciam suceder-se à medida dos nossos desejos, mas era só fantasia. Pelo meio, houve muito folclore, nada se consolidou verdadeiramente. Mas, embora as nossas conquistas fossem provisórias, foi uma época extremamente rica.

ZÉ DIOGO

*Os trabalhadores de Castro Verde
Do grande agrário Columbano Monteiro
Trabalhavam de manhã até à noite
Horas a mais sem receberem mais dinheiro*

*Como todos trabalhava na herdade
O operário Zé Diogo do tractor
Trabalhava todo o dia sem parar
Desde manhã até que chegasse o sol-pôr*

*Mas isto um dia havia de acabar
O operário trabalha é para receber
Oito horas de trabalho e nada mais
Todos unidos souberam vencer*

*O patrão que só queria ter escravos
Atacou o povo trabalhador
E para dar o exemplo a quem lutasse
Despediu o Zé Diogo do tractor*

*Refrão
Dum lado quem trabalha a terra
E enche os bolsos ao patrão
Do outro quem se enriquece
De quem da terra arranca o pão!*

*Sem trabalho e o dinheiro a acabar
Com tanta coisa de lado por fazer
E em casa os filhos p'ra sustentar
O Zé Diogo pouco tinha p'ra perder*

*Foi por isso o tractorista perguntar
Qual a razão por que o patrão o despedia
O canalha foi-se a ele ao pontapé
Respondeu-lhe que fazia o que bem queria*

*Aí o Zé Diogo então não hesitou
Perante a sem-vergonha do patrão
À morte os exploradores do trabalho
Duas picadas e ferrou com ele no chão!*

*Vieram depois os doutores lá da terra
Que de leis dizem tudo entender
Leis burguesas feitas pelos patrões!
Leis que mandaram o Zé Diogo prender!*

Refrão

*Camarada operário José Diogo
O lugar que ocupaste na prisão
Há-de ficar guardado para ser um dia
P'rós fascistas como era o teu patrão*

*Mas isso não virá só do teu braço
Não é p'ra já nem é de repente
Só com os operários e os camponeses
Organizados numa única frente*

*Uma só luta sob uma só bandeira
A Paz o Pão, a Terra Livre e Independente
De Norte a Sul o Povo de Portugal
Fazendo fogo duro sobre o capital*

*Porque só da nossa luta nascerá
Tudo quanto é justo e quanto é novo
E a justiça só será popular
Quando o Governo e o Poder forem do Povo!*

Refrão

*Dum lado quem se enriquece
De quem da terra arranca o pão
Do outro quem se organiza
E marcha em frente p'la Revolução!*

Recordando o soldado Luís

Valdemar Abreu, operário, 60 anos

Do tempo da resistência à PIDE, relembro a saudação-contacto de olhar ao de leve entre camaradas e a confraternização que havia, não nas casas de ninguém mas em subterrâneos que hoje têm a sua história. Por isso estivemos na barricada no contragolpe do 28 de Setembro, na serra do Marão-Aboboreira, e no contragolpe do 11 de Março, expressando a nossa dor e rancor quando o soldado Luís descia ao túmulo, ele que tinha sido um operário explorado nas indústrias Tabopan, aqui em Amarante.

Estas passagens da nossa luta são inesquecíveis e as gerações vindouras, para fazerem a sua história de libertação, hão-de conhecer a nossa que não está libertada e tem no poder actual uma camarilha hipócrita de bandidos sem alma nem coração. Por isso prevejo para o nosso futuro próximo mais miséria, mais desertificação, mas também uma mata bravia de nova gente revolucionária. Deixo-vos este poema, dedicado ao soldado Luís:

*Nessa campa
ficou teu corpo
morto
por mãos fascistas,
assassinas.
Se revejo o trajecto
da tua despedida
não vejo
a traça
do teu corpo,
só vejo
o trajecto
da tua vida
de operário,
de soldado,
de explorado.
Se me dizes*

que é
a luta de classes,
luta entre
a barriga cheia
e barriga vazia,
a paz e a guerra,
entre explorados
e exploradores,
então juro-te,
daqui
da minha casa,
como se fosse
a teus pés
que cada vez
fico mais duro,
mais de ferro
e que na tua
sepultura
não jaz
o teu corpo
mas a candura,
a chama
de uma nova
aurora,
de uma
nova vida
que há-de vir
para a nossa
Pátria.

Greve aos bilhetes

João Marques, empregado, 36 anos

Eu acabava de fazer 16 anos, terminara o curso comercial e começara a trabalhar. Pertencia a uma juventude que já tinha certa consciência dos problemas que afligiam a sociedade de então: a guerra colonial, a dificuldade com que a esmagadora maioria das famílias vivia, a luta desenvolvida pelos pais para poderem dar estudos aos filhos..

Esse início de actividade permitiu-me amadurecer e conhecer pessoas que já lutavam contra o regime. Editavam o jornal clandestino *Ribatejo na Luta*.

O 25 de Abril proporcionou às pessoas tomarem consciência de que a sua opinião tinha importância, poderem decidir acerca do seu futuro, fazer vingar as suas opiniões, se bem que a par com alguns oportunistas individuais.

Evoco aqui um acontecimento simples, que mostra como era diferente a solidariedade e a vontade colectiva. Foi na greve de Outubro de 1975, de recusa ao pagamento de bilhetes na CP. Nesses dias, durante as viagens, o revisor quase nunca aparecia. No entanto, num dos comboios, à hora do regresso a casa, numa carruagem quase repleta, apareceu o revisor. Paulatinamente, como se de nada soubesse, o homem foi de passageiro em passageiro, saber do título de transporte. E de cada vez, cada um respondia: "não pago bilhete". Não exigiu. Não penalizou. Não soltou qualquer palavra de desagrado ou incompreensão. Tinha cumprido a sua missão.

AOS SOLDADOS E MARINHEIROS

*Meu camarada soldado
Camarada marinheiro
Nem que me dêem mil anos
de penas e cativoiro
quero falar-te sem medo
falar-te do coração
quero falar-te de frente
e dar-te a minha opinião*

*Não há gente neste mundo
que não lute pela vida
por mais que seja roubada
por mais que seja oprimida
Tu que ajudas a acabar
c'ó fascismo em Portugal
pensa nos quinhentos anos
de opressão colonial*

*Colonialismo e fascismo
são como a cara e a c'roa
da mesma moeda de ouro
que enche os bancos em Lisboa
Esse ouro é suor roubado
aos teus pais, filhos e manos
mas é também o suor
dos teus irmãos africanos*

*Meu camarada soldado
camarada marinheiro
nem que me dêem mil anos
de penas e cativoiro
quero dizer-te o que penso
dar-te a minha opinião
falar-te do pensamento
e também do coração*

*Tenta agora imaginar
que em tempos que já lá vão
chegavam uns estrangeiros
à tua povoação
Os teus avós recuados
sem ódio no pensamento
eram logo escravizados
com todo aquele armamento*

*Invadiam tua casa
sentavam-se na cozinha
e olhavam-se dizendo
"Esta casa agora é minha"
E não contentes com isso
punham-te ferros nos pés
obrigando-te ao trabalho
contra ventos e marés*

*No campo que dava pão
obrigavam-te a cavar
cinco colheitas por ano
p'ra cinco vezes te roubar.
Na horta do teu vizinho
abriam minas no chão.
No ramo em que vais aos ninhos
enforcavam teu irmão*

*Meninos na tua terra
na rua a pedir esmola
e o menino do estrangeiro
vai de carro para a escola.
Não te deixassem folgar
nem cantar na tua língua
Sempre, sempre a trabalhar
para viveres sempre à míngua*

*Tentando erguer a cabeça
da opressão e da má sorte
quinhentos anos de luta
quinhentos anos de morte
Imagina, meu amigo,
que era assim na tua aldeia:
quinhentos anos a fio,
mete-os bem na tua ideia*

*Meu camarada soldado
camarada marinheiro
Nem que me dêem mil anos
de penas e cativoiro
Hei-de dizer-te a verdade
que trago no coração:
não devemos esconder
os crimes da opressão.*

*A opressão de que eu falo
chama-se colonial
É a mesma, mas mais forte
que a que existe em Portugal
Os livros da nossa escola
sempre esconderam a cara,
Só nos mostraram a c'roa
dessa moeda roubada.*

*Monopólios e banqueiros
em África como aqui
quanto mais exploram lá
mais força têm contra ti .
Se o fascismo foi abaixo
esses ladrões 'inda não
Nossos irmãos africanos
estão a dar essa lição.*

*Meu camarada soldado
camarada marinheiro
nem que me dêem mil anos
de penas e cativoiro
Estou a dizer a verdade
que está no peito a estalar!
Não devemos ir à guerra!
Não devemos embarcar!*

*E os milhares de desertores
que abandonaram a terra
não são medrosos nem traidores
por recusarem a guerra
Porque a nossa guerra é outra,
é a guerra contra o fascismo
guerra contra a exploração
e contra o capitalismo*

*Seja qual for sua cor
seja qual for a nação
em cada trabalhador
devemos ver um irmão
E se formos para a frente
todos juntos, de mãos dadas
já seremos cara e c'roa
com a vitória apostada*

*Meu camarada soldado
camarada marinheiro
Nem que me dêem mil anos
de penas e cativoiro
falei-te com sentimento
mas também com a razão
e não há força no mundo
que quebre a nossa união!*

FALAR
ABRIL

25 de ABRIL: TRANSFORMAÇÕES NAS ESCOLAS E NOS PROFESSORES

Eduarda Dionísio, professora, 47 anos

Em 1974, eu era professora num liceu - como se dizia então -, em Lisboa, no centro de Lisboa. (Para tal, tinha assinado, como todos os outros, a chamada "declaração anticomunista"... , que fazia parte da "papelada"). Hoje sou ainda professora, numa outra escola secundária - como se diz hoje -, também no centro de Lisboa, pré-fabricados construídos para albergar os alunos que passaram a ter mais um ano de ensino antes de se candidatarem à Universidade que, com Cardia, e em nome da democracia, passou a ter "numerus clausus".

Em 25 de Abril de 74, esqueci deliberadamente os meus mais habituais "centros de interesse" - literatura, teatro, artes, cultura - a que só mais tarde "regressei". Pareceu-me que era noutro lado que "as coisas" eram urgentes, poderiam transformar-se mesmo, e muito - "coisas" que mexiam com toda a gente. Escolha apressada, talvez.

Em todo o caso, até aos primeiros anos da década de 80, fui uma das muitas "militantes das escolas" - delegada sindical sempre, dirigente sindical por pouco tempo (77/78), fundadora do núcleo de professores do Movimento de Esquerda Socialista (onde estive até Dezembro de 75), fundadora da CEC - Contra a Escola Capitalista - que reunia dezenas de professores sem partido e cuja actuação excedia a actividade sindical (a partir de 76 até à sua extinção em 1981, parece-me).

Ou seja: durante esta meia dúzia de anos, participei - de uma forma ou de outra - em todas as lutas sindicais dos professores, em todos os processos eleitorais para a Direcção do Sindicato da Grande Lisboa (e na tentativa de sustentar a divisão sindical através da criação de uma Federação de todos os Sindicatos), em todos os processos eleitorais na escola onde era professora (comissão sindical, comissão de gestão, como se dizia), em todos os debates fundamentais, que foram muitos. Em suma: na transformação que a escola portuguesa foi fazendo até 76 - no sentido da "libertação" dos modelos autoritários/fascistas anteriores ao 25 de Abril e da construção de uma "escola ao serviço dos trabalhadores". E continuei a "participar", depois de 76, tentando sustentar o "regresso" a práticas que, durante um tempo, uns e outros tinham julgado para todo o sempre "ultrapassadas".

Que não se entenda que 74/75 foi, para mim e para os que comigo militavam, um somatório de vitórias e um paraíso que o 25 de Novembro desfez. Nestas lutas de que tentarei dar conta, mesmo quando vencemos, fomos minoritários e as escolas em 74-75 não foram evidentemente um mar de rosas que se recorde simplesmente com saudade.

Mas, durante algum tempo, tomaram-se decisões, sem quase contar com o Poder. Ou seja: tomar decisões e pô-las em prática era uma e a mesma coisa. Víamos a realidade alterar-se a olho nu e pelas nossas próprias mãos. Também as escolas foram um terreno de descobertas e das mais diversas aprendizagens, de participação *de todos*, das mais diferentes maneiras, de grandes conflitos de fundo, que produziram fortíssimas mudanças de comportamentos e um exercício permanente de vontades, por parte de gente muito diversa, para quem a preocupação em pertencer a uma "maioria" nunca foi determinante..

Ironia do destino: as "revolucionárias" reformas do ensino que hoje se tentam pôr em prática para nos porem "a par da Europa" contam com as experiências e as aprendizagens desses anos, entretanto esvaziados dos pressupostos: "revolução", "trabalhador", "classe" e "luta de classes", "ideologia". "Trabalho em grupo", "combate ao

insucesso escolar”, “abertura da escola ao meio” (ou seja: às empresas, aos pais, aos agentes económicos e não às organizações de trabalhadores), “área-escola”, “inter-disciplinaridade”, no quadro de um ensino onde exames, quadros de honra, ensino técnico-profissional para os menos “favorecidos”, etc., etc.... voltaram a ter entrada, têm hoje outro sentido. São, evidentemente, peças de um outro projecto de sociedade...

25 de Abril de 74

O liceu onde eu dava aulas quando o 25 de Abril aconteceu talvez fosse dos mais disciplinados e controlados. Praticamente todos os professores punham sempre gravata – hábito que imediatamente se rompeu... As professoras só há pouco tinham sido autorizadas a usar calças – “jeans”, nem pensar... Também só podiam fumar em sala própria e nunca com os colegas-homens na sala dos professores. Pormenores que dizem muito. O direito de reunião, aqui como em todo o lado, era inexistente. Os poucos movimentos associativos (clandestinos) eram rapidamente descobertos e reprimidos.

Nos últimos dias de Abril, de repente, falava-se finalmente *de tudo* em voz alta. Ser “comunista” já não era crime. Antes do 1º de Maio, já as sabedorias procuradas eram outras: as dos que tinham sido desde sempre da “oposição”. A “autoridade” mudava de campo.

No dia 30 de Abril, a sessão que reuniu livremente todos os professores da escola, na vetusta Biblioteca, ainda com a presença do Reitor (que em breve pediria a reforma), era uma realidade completamente nova e surpreendente. Pela primeira vez as pessoas falavam numa assembleia (ainda não propriamente “democrática”). Aprovou-se mesmo um documento (gesto desconhecido até então) de apoio à JSN – que todos os presentes por seu punho assinaram e que foi, se não me engano, redigido e proposto por Mário Dionísio, também professor nessa escola: “(...) esperam os mesmos professores que a orientação da política educacional seja entregue a quem, movido por inequí-

voco ideal democrático, leve todos os portugueses à escola para que nela se formem e preparem, estude e ponha em prática novas condições de trabalho, livre e criador, promova a real participação de todos os professores na obra imensa que se impõe e com eles tome as medidas necessárias à transformação de mentalidades, cuja necessidade imperiosa e urgente o 25 de Abril significa”.

Ao mesmo tempo que inaugurava um tempo novo – em que para muitos a esperança nascia e para uns quantos o medo crescia –, esta reunião fechava uma época. Poucos dias depois, o discurso já não seria o de uma tão grande e unânime confiança num Poder que, pelo menos na Educação, ia tardando em mostrar-se com clareza. Ou seja: as medidas que este e outros discursos consideravam mais que urgentes não apareciam.

Rapidamente, cada um tomou em mãos a mudança da escola onde trabalhava, sem muito esperar por qualquer “orientação de política educacional”. Contando cada escola com as suas próprias forças. E, muito depressa, ousava-se vencer, para além de se ousar lutar. Em breve, os professores descobririam também o que até ali não tinha sido uma evidência: nas escolas, havia estudantes e, para estes, também o 25 de Abril tinha chegado. E havia “funcionários administrativos” – e “auxiliares”, que, de um momento para o outro, já não eram designados por “pessoal menor”...

Depois do 1º de Maio, tratava-se sobretudo de eleger, muitas vezes nominalmente e evidentemente sem programa, em Reuniões Gerais, uma nova instância de poder, a que ninguém faltava, nomes para comissões: a comissão sindical, que tratava de tudo um pouco, sentida mais como garante da “democracia” na escola e elemento de ligação com as outras escolas, do que como estrutura de um sindicato que entretanto estava em formação; a “comissão de gestão”. Os copiógrafos das secretarias que, até ao momento, tinham servido apenas para reproduzir os enunciados dos exercícios escritos, editavam propostas de funcionamento da escola, reivindicações, comunicados que a im-

prensa divulgava (sem cunhas e sem dinheiro), os primeiros textos teóricos necessários. Lembro-me de um texto – prático, esse – bem necessário, que circulava nalgumas escolas e que uma professora tinha tido a iniciativa de fazer: um resumo das regras de funcionamento das assembleias democráticas do Roque Laia. Mesa, ordem de trabalhos e de inscrição, pontos de ordem, requerimentos, considerandos, propostas, declarações de voto – tudo foi, em certo momento, novidade. Eram instrumentos que se aprendia a dominar. Por eles passavam as vitórias e a felicidade.

Nem todos os que detinham estes conhecimentos estavam interessados em divulgá-los. Controlar uma assembleia passava muitas vezes pela ignorância ou pouca experiência dos que tinham acabado de chegar a uma prática, mais nova para uns do que para outros... Mas era também destes trabalhos “elementares” de “divulgação”, de “pedagogia democrática” e de participação que se fazia o quotidiano de muitos militantes, alguns dos quais se iam reunindo, informalmente, na sede do Movimento de Esquerda Socialista, fundado nos primeiros dias de Maio, e que não era ainda um partido, mas, de facto, um “movimento”, muito aberto.

Lembro-me de que um dos primeiros trabalhos da comissão sindical a que eu pertencia (no meio de uma agitação febril que nos levava da Escola à Cova da Moura, por causa dos “saneamentos”, às reuniões no Estádio Universitário, por causa do Sindicato, a outras escolas para sabermos uns dos outros e do que por outros sítios se passava), foi iniciar uma biblioteca de sindicalismo. Divulgávamos sistematicamente (stencil, copiógrafo) as indicações bibliográficas mais urgentes (e mais fáceis), os índices, os resumos, alguns textos escolhidos que traduzíamos fora de horas. Por exemplo: “O Sindicalismo Contemporâneo”, “O Sindicalismo Revolucionário”, “Marx e os Sindicatos”, “A CGT”, “Os Sindicatos Operários em França” – livros que alguns de nós tinham e que punham à disposição de todos...

O 1º de Maio e a criação do Sindicato dos Professores

As pessoas tinham vivido em silêncio. Agora procuravam-se. Algumas tinham-se perdido de vista. Outras nunca se tinham visto. Outras conheciam-se mal. Algumas tinham ouvido falar de outras. Só uma parte dos professores do PCP (e afins) estava organizada nos “Grupos de Estudos” antes do 25 de Abril. Era essa a “legitimidade” a que se agarravam.

Lembro-me de, um pouco ao acaso, imediatamente antes do 1º de Maio, me ter reunido com 4 ou 5 professores de outras escolas na casa de um deles. Dois outros estavam ligados ao PCP, mas não organizados nos “Grupos de Estudos”; rapidamente nos despediríamos.

Nessa noite de fim de Abril, parecia-nos óbvio que era urgente fazer um Sindicato de Professores – assunto de que ninguém falara ainda –, uma vez que antes do 25 de Abril só existia um titubeante sindicato corporativo do Ensino Particular (lutar contra o Ensino Particular viria a ser um objectivo de uma corrente em que me incluía) e era proibida a sindicalização dos “funcionários públicos”. Entendemos que deveríamos tomar a iniciativa e convocar os professores para a escadaria do Técnico no 1º de Maio, o que foi simples: bastou telefonar para alguns jornais e dizer o que nos movia. Numa garagem, pintámos um pano que pregámos em dois cabos de vassouras: *Pró-Sindicato dos Professores – Ensino Oficial*. À hora indicada, estávamos postados na escadaria. Muitos professores ali foram ter. Mas muitos outros estavam convocados para outro ponto, através do aparelho PCP/Grupos de Estudos, ainda hesitante entre a ideia de “Associação” – mais “digna” para uma “classe” como a dos professores... – e a de “Sindicato”, que tínhamos lançado e que afinal não parecia assustar ninguém e, pelo contrário, ser muito mais mobilizadora...

Imediatamente, iniciaram-se as grandes assembleias convocadas por uma automeada CIP (Comissão Instaladora Provisória) de um (ainda não) Sindicato, que começou torto e nunca havia de se endireitar, mas que passou

a ser uma referência para todos os professores, pelo menos até certo momento. Hegemonizado pelo PCP, este Sindicato (que agia como se antes de ser já fosse) não contou, evidentemente, com os contributos de milhares de professores que, mais tarde ou mais cedo, dele se distanciariam. Foi assim que as suas direcções desde o início tiveram de contar com fortes correntes de oposição.

As escolas onde os ex-Grupos de Estudos não tinham implantação, ou onde dominavam concepções sindicais e políticas que se lhes opunham, foram pura e simplesmente postas à margem de um processo onde teriam evidentemente coisas a dizer e a fazer. A manipulação e controle, por parte da Direcção, das assembleias com milhares de presenças, desde cedo começaram a dar ao comum dos professores a sensação de “impotência” em tudo o que ao Sindicato dizia respeito: o que tinha valor em cada escola deixava de ter valor nos plenários de todas as escolas. Em breve, para muitos, os inimigos eram dois, e de igual importância: o Ministério (que não dava resposta às questões prementes das escolas) e o Sindicato (que não dava resposta às questões urgentes dos professores). Eram sobretudo as escolas os terrenos da imaginação e das batalhas.

Lembro-me de, num desses “plenários” (como então se chamavam), procurar os subscritores de uma proposta qualquer cuja linguagem fugia ao “padrão” de todas as outras e que, estranhamente, tinha acabado por ser lida (grande parte das propostas das escolas não chegavam a ser lidas pela mesa). Ouvei, pelo meio da confusão a palavra “anticapitalista”, que me alertou para uma diferença que ali estava. Encontrámo-nos.

Perdida a hipótese para uma série de gente de participar activamente na formação de um Sindicato – gente que queria que ele funcionasse democraticamente, da base ao topo, que não fosse correia de transmissão de qualquer partido, e que respondesse às situações cada vez mais confusas que os professores e as escolas iam vivendo – as oposições à CIP foram-se alargando nas assembleias tumultuosas (já de delegados) que cada vez mais se iam centrando na situação de trabalho precário dos milhares de profes-

sores provisórios (não profissionalizados, sem pagamento de férias, sem colocação assegurada) em que o “normal” funcionamento das escolas repousava antes do 25 de Abril, e depois... Era uma luta que mobilizava largos sectores mais radicais, provenientes, em parte, das lutas estudantis recentes.

Julho de 74: As primeiras eleições dos Professores

Não foi, no entanto, a questão escaldante dos “provisórios” e das suas propostas de “recondução automática” que separou as águas no primeiro processo eleitoral para uma comissão directiva provisória (CDP), que teve lugar em Julho de 74, quando o Sindicato ainda não tinha Estatutos, mas as diferentes concepções de sindicalismo, e também de escola.

Integrei a Lista B, “Pelo Poder das Escolas”. Era sobretudo contra a atitude “cupulista” da CDP que esta nascia, da iniciativa de um grupo de professores que entretanto tinham aderido ao MES (ou que a ele posteriormente adeririam) – entre eles, César Oliveira, João B. Serra, José Magno, Margarida Leão, Maria Emília Dinis, Maria Adélia Silva Melo, eu própria, etc.... Eram professores com forte implantação nas escolas onde trabalhavam e reconhecidos a nível sindical por se oporem sistematicamente aos métodos da CIP nas assembleias. A Lista B incluía – muito para lá dos seus promotores e como resultado de um processo totalmente aberto de discussão do programa e da lista (fizeram-se reuniões nos mais diversos locais – desde o 1º Acto de Algés ao Instituto Feliciano de Castilho) e amplamente participado – aqueles que não se identificavam com o sindicalismo que a CIP prosseguia, controlando as bases e manobrando no topo, actuando como *lobby* junto de um Ministério, onde os militantes do PCP iam consolidando ou adquirindo posições. Na Lista B participaram professores que eram, ou viriam a ser, de organizações que iam do PS ao MRPP, sempre como professores e militantes das escolas e nunca como

militantes partidários que traziam para o sindicato uma lógica que lhe era estranha.

O lema da Lista B inspirava-se deliberadamente no “Todo o poder aos cursos” das lutas estudantis de 69, em Económicas. O longo programa (15 páginas), minuciosamente discutido pelos elementos da lista e proponentes, e posteriormente em dezenas de reuniões de escolas de Lisboa, Santarém e Setúbal, incluía:

- uma “declaração de princípios” onde se lia, entre outras coisas: “o Sindicato dos Professores defronta-se, dia a dia, com um estado capitalista que perspectiva e dirige a organização e conteúdo do ensino e transforma os professores em veículos desse mesmo conteúdo”; (...) “a força do Sindicato reside na implantação que tiver ao nível das bases, o que não provém apenas do peso numérico dos seus membros, mas das garantias que existam do real controle do sindicato pelas bases”;

- uma proposta de acção reivindicativa que pressupunha que “Se um sindicato de trabalhadores do ensino não pode existir sem se empenhar na luta pelo poder das escolas, facilmente se perderá se não prolongar essa luta numa actuação na sociedade - e em relação ao Estado a que pertencem as escolas”; e que “o Sindicato de professores defrontará o MEC, numa dupla perspectiva: por um lado tem de fazer valer os interesses materiais dos trabalhadores de ensino que são funcionários públicos - e o mesmo terá que fazer enquanto subsistirem as escolas como fonte de lucro de capitalistas defrontando esses pequenos ‘industriais do saber’ - por outro lado, o sindicato tem de intervir junto ao MEC na definição da política educativa, lutando pela transformação da escola”;

- uma proposta de princípios de estruturação sindical, que assentava no poder das Assembleias Sindicais Locais;

- uma proposta de caderno reivindicativo (que incluía a abolição de horas extraordinárias, um máximo de 25 alunos por turma, subsídios de férias e de natal igual para todos, outro horário de trabalho, licença de parto de 3 meses, extensiva às mães solteiras, etc., etc., etc. ...);

- um texto sobre a “Função da Escola na Sociedade” - provavelmente aquele que suscitou debates mais interes-

santes nas escolas e que constituiu durante mais tempo uma referência para as correntes sindicais que se estruturaram, directa ou indirectamente, a partir deste processo eleitoral. O texto começava por dizer que “É impossível transformar radicalmente a escola sem modificar radicalmente as relações sociais em que ela se inscreve. No entanto, a escola, desde que posta ao serviço das classes trabalhadoras, será também agente de transformação da própria sociedade”. E terminava, apresentando uma série de objectivos que a escola deveria prosseguir, o último dos quais era conquistar o “direito da escola responder com formas apropriadas às exigências do meio, por exemplo organizando campanhas de alfabetização, levando os estudantes a tomar contacto na prática com o trabalho produtivo da fábrica e do campo”.

Nenhum dos textos era considerado “definitivo”; todos eles poderiam ir sendo alterados pelas assembleias que os discutiam, durante a campanha eleitoral, na base do pressuposto que “cumpre ao sindicato tomar posição quanto à função que o bloco social dominante procurará determinar aos professores”.

Seria a Lista A (“Por um Sindicato Único, Pela Unidade de Todos os Professores”), herdeira da CIP, como ela hegemónizada pelo PCP – mas onde participavam, entre outros, elementos que viriam a integrar o POUS e até o PPD (Glória de Matos) – que ganharia, com perto de 60% dos votos, as eleições mais concorridas do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (votaram 20 mil professores) e que ocuparia o Sindicato até 76 (e não por 7 meses como anunciara). A Lista “Pelo Poder das Escolas” obteve 35% dos votos – um resultado surpreendente para o PCP, que não entendia o sindicalismo sem um “aparelho partidário” (neste caso inexistente) por detrás.

A próxima grande batalha seria a dos Estatutos, já em 75. A CDP não conseguiu ver aprovados os seus, num Pavilhão dos Desportos apinhado, donde quer as forças à sua esquerda, quer à sua direita não arredaram pé, em sucessivas assembleias. Lembro-me de que várias vezes saímos de madrugada, directamente para as aulas da manhã, quando alguns maridos de professoras menos

habituaadas a estas lides nocturnas e recrutadas “contra o totalitarismo” (e não só), já as procuravam, assustados... Ao contrário do que temíamos, dada a extraordinária mobilização da direita nesta luta que parecia “de vida ou de morte”, também não foi a Direita que ganhou. Os Estatutos que acabaram por ser aprovados na generalidade eram propostos por um conjunto de militantes da BASE-FUT. Seguiram-se meses de discussão “na especialidade”. Os Núcleos Sindicais de Base (formados pelos sindicalizados de cada escola) continuaram a ser estruturas com importância e previam-se formas de “expressão de tendências”.

O início do ano lectivo de 74/75

Foram muitos os professores que não quiseram ter férias em 74. Tomaram “revolucionariamente” para si as tarefas que anteriormente cabiam ao reitor e às secretarias – desde as matrículas à organização das turmas, passando pelos horários e pela organização da escola. Tratava-se de, quando o “Ano Lectivo nº 1” da “Era da Revolução” se iniciasse, ter entre as mãos uma escola nova.

O Ministério tinha entretanto nomeado uma Comissão de Estudo da Reforma Educativa (para os ensinos primário, preparatório, liceal e técnico, como então se chamavam), presidida por Mário Dionísio e formada por dezenas de comissões de professores dos vários graus e disciplinas. O trabalho consistia não em fazer, por enquanto, a “reforma”, mas, em poucos meses, eliminar dos programas a ideologia fascista, introduzir as alterações mais óbvias nas disciplinas mais “desfalcadas” ou mais “marcadas”. Quando o ano lectivo começou, os programas não eram já os mesmos do ano anterior, havia “textos de apoio” (em vez dos manuais), “introdução à Política” no ensino complementar, a religião e moral era completamente facultativa.

Mas foi sobretudo nas escolas que se iam dando as grandes transformações. Os professores estavam organizados em “grupos de trabalho” que proliferavam -

para tudo e mais alguma coisa – para estudar, propor, pôr em prática. Os “organigramas” – palavra nova – dos novos modelos de “gestão escolar” – conceito novo – sucediam-se e eram vivamente discutidos. Tratava-se de assegurar a máxima participação de todos os que trabalhavam e estudavam nas escolas, a maior representatividade de todos em todos os órgãos (todos eles novos – desde os conselhos de grupo aos conselhos de turma, passando pelas reuniões de escola e de sector, etc...), a mais larga “abertura ao meio”. Tratava-se de ter nas mãos a escola em que se trabalhava ou se estudava – que se “habitava”, como se dizia então –, fazê-la acompanhar o movimento social, a “revolução”, quando não até ultrapassar o seu passo... Isto passava-se sobretudo nas escolas que batalhavam, na sequência da Lista B, pela “autonomia” e que eram contra um modelo único de gestão, como o Ministério e a CDP do Sindicato preconizavam.

Todas as transformações (sobretudo as que não coincidiam com os desejos da CDP ou lhe passavam à margem) eram o resultado de “lutas”. Era possível ser recebido no Ministério pelos novos responsáveis, sem muito custo nem muita burocracia – uma novidade. Mas impor as propostas que se traziam das escolas e passá-las à prática com “aprovação superior” era sempre o resultado de conversações sem fim... Rapidamente se entendeu que se devia prescindir dessa “aprovação”...

Lembro-me das dificuldades postas pelo Ministério na transformação imediata da nossa escola – que era um liceu “masculino”, com uma pequena secção “feminina” numa zona à parte, antes do 25 de Abril – numa escola “mista”. Argumentos invocados: a falta de “preparação” das mentalidades; os problemas que iriam surgir... Alguns professores mais conservadores, sem se atreverem a opor-se, sugeriam que as turmas passassem a ser mistas, sim, mas que as alunas deveriam ocupar as primeiras filas das salas...

Lembro-me da recusa da escola em receber mais alunos na escola – em nome da “democratização”, o Ministério tentava obrigar a fazer turmas de 40 alunos – e como a reabertura da escola só aconteceu muito tarde, depois

de uma enorme batalha em que todos participaram e que passou por contínuas informações para os jornais (que as publicavam), pela discussão com alunos e pais, pela anexação de novos espaços que os professores se propunham gerir.

Quando as “férias” terminaram, era uma outra escola: as turmas eram mistas, a distribuição dos alunos por turmas e por turnos visava combater a selectividade, a elaboração dos horários atendia sobretudo ao interesse dos alunos, caminhava-se para a semana de 5 dias (antes do 25 de Abril as aulas funcionavam aos sábados) e a recepção aos alunos (até então inexistente) fazia-se em reuniões de turma (com todos os professores e alunos) que se aproximavam de “assembleias”, com mesa, propostas, inscrições, votações, acta, etc...

Os professores da escola tinham respondido a um inquérito, na base do qual os grupos de trabalho eleitos decidiam e punham em prática critérios, depois de ratificados em assembleias. Havia um “caderno reivindicativo” aprovado que ultrapassava em muito as questões laborais e que avançava, por exemplo, para a criação duma creche dentro do liceu (que nunca foi autorizada). Os professores já se tinham manifestado quanto ao fim dos exames e por formas de avaliação contínua. Preparavam em conjunto (e às vezes com os alunos) programas, antologias. Os autores já eram outros. Já havia século XX. Também na escola e nas aulas, já se falava em “exploração”, as colónias já não era o “ultramar”, havia Leste, América Latina, política, cartazes.

Em Novembro e Dezembro de 74, toda a escola discutia - começando a discussão nas turmas e acabando em RGEs (Reuniões Gerais de Escola, com professores, alunos e empregados) - propostas divulgadas por escrito e da autoria de cada sector, ou de grupos de alunos (alguns dos quais se identificavam partidariamente): as questões do saneamento (para o qual tinha sido constituída uma comissão aberta com regulamento aprovado publicamente), a avaliação, a gestão (com número igual de alunos e professores, com a participação de empregados e que incluía “Subcomissões” - cultural, informativa, sonora,

técnica, desportiva...), um regulamento interno (utilização dos pátios e dos espaços - não havia sala de convívio -, aulas “abertas”, faltas não eliminatórias, abolição das faltas de material e de castigo, material escolar à disposição em cada sala, julgamento de casos disciplinares com a presença dos implicados, etc...).

Simultaneamente, a comissão sindical - que era o motor de arranque de quase todas as questões e iniciativas (e que garantia uma autonomia financeira graças às quotas sindicais que não era difícil cobrar) continuava a divulgar textos e a promover, à noite, colóquios largamente participados onde se confrontavam correntes de opinião distintas e que a imprensa relatava. Lembro-me de um sobre a “função de um sindicato” que reuniu na mesa pessoas com conceitos bem diferentes (Marcelo Curto, Teresa Rosa, Augusto Mateus, Manuel Gusmão), outro sobre a “função da escola”, outro sobre “gestão”, outro sobre “partidos”. Aos muitos participantes era distribuído material. As pessoas continuavam a aprender. E gostavam do que faziam.

Março de 75

Três dias antes do 11 de Março, reuniam-se, em Económicas, centenas de professores. Era um “Encontro Nacional” promovido pelo Núcleo de Professores do MES. Alguns dos que participaram no Encontro eram militantes, bastantes consideravam-se “simpatizantes”, a maior parte não tinha qualquer relação com o Movimento. Apenas reconheciam interesse no Encontro - que vinha na sequência do discurso do “Pelo Poder das Escolas”.

O Encontro durou das 9 da manhã à meia-noite, em reuniões plenárias e por secções. Tratou da escola e do sindicalismo dos professores, dos conteúdos e dos métodos de ensino, por graus e por disciplinas, a partir de textos previamente divulgados. Tratava-se, depois deste grande encontro, de os “professores presentes promoverem debates a partir das teses e das conclusões, bem como dos textos antológicos” divulgados e “levar à prática as propostas avançadas, devidamente ajustadas às situações con-

cretas e à evolução do processo político revolucionário em curso no nosso país”.

Um livro foi rapidamente editado. Vendeu-se facilmente. Reúne um conjunto de materiais que muitos professores usaram nas suas tentativas de “combater a escola burguesa” e de transformar a escola numa outra escola.

25 de Novembro de 75

Muito se tinha andado desde Abril de 74. As escolas já não eram – há muito, parecia-nos – como dantes. Alunos e professores mantinham relações muito mais igualitárias – o que não excluía o conflito. Era normal tratar-se na escola do que se passava fora dela. A fórmula da “assembleia” passou para muitas aulas. As autoridades estavam abaladas.

Não havia rotina nas escolas. As aprendizagens a custo se centravam nas “matérias”. Eram outras. Lembro-me dos enormes cartazes com frases de Samora Machel, por toda a escola, a propósito da independência de Moçambique.

O ano lectivo de 74/75 tinha sido, evidentemente, profundamente agitado por todas as questões referidas e muitas outras, mas também por acções violentas, provocadas por grupos de estudantes de direita que andavam de escola em escola. As interrupções de aulas eram constantes – reuniões cada vez menos participadas, greves cada vez mais frequentes. Militares ocuparam a direcção das escolas mais “ingovernáveis”. Em 75, os “pais” começavam a organizar-se no sentido de “repor a ordem” nas escolas dos seus filhos, o que passava por “vigiar” os professores, apesar de só em 76 as poucas associações de pais existentes se terem reunido naquilo a que chamávamos a “CAP dos Pais”.

Os alunos mais novos, e também, de uma maneira geral, os que não pertenciam a organizações exteriores à escola, e muitos professores, começavam a cansar-se. Os alunos habituaram-se sem dificuldade a decidir sobre (pelo menos) algumas coisas, mas mais cedo do que grande

parte dos professores, já não lhes parecia assim tão essencial decidir, ir a reuniões, nem, por exemplo, que as reuniões das comissões directivas fossem públicas - o que tinha sido um grande cavalo de batalha...

Em Novembro de 75, eu pertencia a mais uma comissão sindical, recentemente eleita, cujo programa terminava dizendo: "Só um trabalho de base quotidiano e regular com todos os professores interessados no processo revolucionário e no socialismo em torno de verdadeiros problemas pode dar origem a uma linha sindical conseqüente e contribuir para a criação dum sindicato democrático e de massas que adquira uma função na luta anticapitalista".

Um mês antes do 25 de Novembro, em resposta a um texto da CDP do Sindicato intitulado "É necessário impedir a desagregação do nosso Sindicato!", a comissão sindical anterior, a que eu pertencia também, tinha divulgado um contratexto, discutido numa reunião alargada e distribuído noutras escolas, onde responsabilizava a CDP pelo avanço de posições "oportunistas" e "contra-revolucionárias", uma vez que, entre outras coisas, não tinha conseguido manter uma posição coerente no caso da colocação/recondução dos professores (que ainda se arrastava); tinha feito acordos com o MEIC sobre a questão da gestão (cujo decreto-lei entretanto saído não assegurava uma real participação e autonomia); tinha desmobilizado os professores no processo da reivindicação salarial, ao ter negociado os aumentos numa perspectiva "trade-unionista"; tinha apoiado os únicos estatutos que privilegiavam os plenários em detrimento das assembleias de escola; tinha abandonado a discussão da lei da greve, da lei sindical, dos saneamentos, dos concursos, das acumulações, etc., etc....

Já se começava, pois, a falar de "desmobilização". Poucos dias antes do 25 de Novembro, a comissão sindical aprovava, nessa escola, uma declaração de princípios sobre gestão democrática, a discutir em assembleia de delegados, que, mais uma vez, afirmava que não deveria haver um único modelo de gestão e que "os modelos de gestão aprovados deverão permitir e fomentar a ligação da escola ao meio e o progressivo controle da escola pelos órgãos de Poder Popular".

No princípio de 76, tiveram lugar as primeiras eleições para o Sindicato dos Professores decorrentes dos Estatutos aprovados. As listas, propostas por 200 sócios, eram constituídas por 50 candidatos. O regulamento ainda dizia que estes não podiam ter pertencido à ANP, UN, PIDE/DGS, MP/LAG, nem ter nenhum processo de saneamento pendente, nem ter pertencido a qualquer direcção de sindicato imposta pelo regime fascista, nem ter interesses financeiros no ensino particular, etc.... Concorreram 6 listas e, pela primeira vez, a direita. Aquela que eu integrei, a B, tinha como lema “Mobilizar. Combater. Unir. Por uma Prática Sindical Anticapitalista”.

O PCP perdeu a direcção para o PS (que incluía o futuro POUS). Em breve, seria o agravar da desmobilização – que tinha, aliás, começado logo, significativamente, com os aumentos salariais de 75. Mas muitas comissões sindicais e assembleias de escola continuavam – e continuariam por muito tempo ainda – activas, com real influência nas escolas e no Sindicato.

Faltava pouco para se começar a falar no “regresso à escola do 24 de Abril”.

25 DE NOVEMBRO: COMO A ESQUERDA FOI ENCURREALADA*

Francisco Martins Rodrigues, editor, 66 anos

O 25 de Novembro foi, à sua maneira, tão original como o 25 de Abril. Se a "Revolução dos cravos" se distinguiu por ter derrubado o fascismo sem combates e sem vítimas, o golpe militar que lhe pôs termo pareceu não querer ficar-lhe atrás em cavalheirismo. A repressão, restrita à área militar, foi relativamente branda, o Conselho da Revolução manteve-se em funções, a legalidade democrática foi prontamente restabelecida, o PCP, alvo de acusações de ter tentado uma insurreição, permaneceu no governo. Cinco meses após o golpe, o país era dotado com uma Constituição avançada, "a caminho da sociedade sem classes"... Tudo funcionou como se a uma meia revolução devesse corresponder uma meia contra-revolução, a uma comédia, outra comédia.

Esta singularidade não se explica, naturalmente, pela "índole pacífica" dos portugueses. Os povos africanos podem atestá-lo. Elas tem a ver com o equilíbrio original entre as classes criado durante a crise revolucionária, o qual deu lugar, na sugestiva expressão de Boaventura Sousa Santos, a uma dualidade de impotências em vez de uma dualidade de poderes (1). O 25 de Novembro foi brando porque a contra-revolução não tinha muita energia, mas também porque não havia muita revolução para destruir.

* Este texto reproduz um artigo publicado em 1985 na revista *Política Operária*, nº 2.

Durante longos meses, o movimento popular, impulsionado pela classe operária e pelo proletariado rural, e o movimento conservador da burguesia tinham-se esgotado em escaramuças incertas, incapazes de fazer pender a balança decisivamente para um dos lados. Se no auge do "Verão quente" a revolução parecia prestes a ganhar a partida, a vantagem era ilusória porque o aparelho de estado, embora paralisado, se mantinha intacto e as massas não dispunham de forças para o assaltar.

Os três meses finais da crise, entre o pronunciamento de Tancos e o 25 de Novembro, tiveram como pano de fundo precisamente a disputa das tropas por parte da corrente popular. Mas, mesmo nessa fase clássica de desenlace de todas as crises revolucionárias, a impotência foi o traço marcante de parte a parte. Até que a burguesia, enquadrada pelo PS, PPD, CDS e ELP, e estimulada pelos americanos e alemães, reuniu forças para pôr ponto final ao confronto.

Em que se radicava a impotência da "esquerda" no Outono de 75? Esta é talvez a questão mais importante que os marxistas portugueses têm para responder. Quanto a nós, ela nascia da divisão que dilacerava a corrente revolucionária popular. O proletariado, verdadeiro motor dos acontecimentos, estava tão estreitamente entrelaçado com a pequena burguesia democrática que não conseguia desenganchar-se da sua direcção política. Ora, os interesses de um e da outra eram nesse momento abertamente antagónicos. O proletariado precisava, para realizar os seus objectivos, de se lançar na disputa armada do poder; a pequena burguesia de "esquerda" oferecia-lhe, em nome da evolução, uma grande variedade de tácticas, que tinham todas um traço comum: manter o poder fora do seu alcance. Daquí, a impotência.

Que isto não é uma tese "dogmática" marxista mostra o jogo dos conflitos e alianças, nesses três meses de agonia do PREC, entre os protagonistas da esquerda: PCP, os "gonçalvistas", o grupo do COPCON, a extrema-esquerda.

PCP e "gonçalvismo"

A queda do V Governo, primeiro dobre a finados pela revolução, pôs em relevo as diferenças táticas entre o PCP e o "gonçalvismo", diferenças que o PS e a direita persistem em ignorar por conveniência e a esquerda "marxista-leninista" por miopia.

Era missão atribuída ao V Governo, segundo o testemunho insuspeito de um seu membro, tomar medidas económicas de emergência, as quais "implicando sacrifícios para os próprios trabalhadores, tornar-se-iam necessariamente impopulares. Só um Governo, portanto, que merecesse a confiança dos trabalhadores poderia conseguir que estes as aceitassem sem forte reacção." (2) Tratava-se de amainar o descontentamento da burguesia à custa dos trabalhadores e, a este respeito, não havia divergências entre V. Gonçalves e o PCP.

O cálculo ficou porém prejudicado à partida pela brusca aparição do Documento dos Nove. A partir desse momento, começou a definir-se um desacordo, discreto, mas cada vez mais profundo, entre V. Gonçalves e Cunhal. O primeiro acreditava, com a sua impulsividade um pouco obtusa, poder fazer frente ao desafio de Melo Antunes e avançar com o "poder revolucionário". Mas o secretário-geral do PCP, para quem a unidade dos "militares democratas" era matéria de fé, entendeu desde logo que era preciso abandonar a trincheira.

Assim, enquanto V. Gonçalves obtinha do Conselho da Revolução a suspensão dos nove "rebeldes", o CC do PCP fazia votos por "recomposições, reajustamentos, ou reconsiderações que possam aumentar a eficiência governativa e alargar a base de apoio social e político do poder." (3)

A calorosa e "inabalável" adesão do PCP ao governo durante o turbulento mês de Agosto era em parte forçada - a base proletária do partido não entenderia outra atitude - e em parte calculada - com esse apoio o partido colocava-se em melhores condições para regatear uma plataforma com os Nove.

As motivações do PCP nesta conjuntura foram expres-

sas com franqueza só um ano mais tarde, no relatório do CC ao VIII Congresso: "O PCP repetidas vezes chamou a atenção para os perigos da formação de um tal Governo sem se resolver a situação no MFA."

Formado este, o PCP insistiu na necessidade de uma "viragem na atitude da Esquerda militar [isto é, os "gonçalvistas"] no sentido da reaproximação e entendimento dos vários sectores do MFA, particularmente a Esquerda e os Nove". (4)

Por fim, a 28 de Agosto, perante a iminência de um desastre que V. Gonçalves se obstinava em não admitir, o PCP decide-se a desautorizá-lo, renegando a FUR e lançando uma proposta pública de negociação ao PS e aos Nove. A proposta - é ainda Cunhal que o diz - "não foi bem recebida. A Esquerda militar, preocupada então numa aproximação com os esquerdistas, achou incorrecto admitirem-se conversações com os Nove e com o PS, que os esquerdistas acusavam de fascistas". (5)

Com esta oferta de capitulação ficou traçada a sorte da Assembleia de Tancos, donde V. Gonçalves saiu dias depois, amargurado pela derrota mas sobretudo pela traição do aliado.

Como chegara Vasco Gonçalves a colocar-se à esquerda do PCP? O que há de curioso no seu pensamento político e que o separa de Cunhal é que ele levou muito a sério o mito da "transição para o socialismo" no Verão de 75. Com a cabeça esquentada por leituras revisionistas mal digeridas, o "companheiro Vasco" acreditava piamente que se a aliança Povo/MFA se mantivesse firme na sua rota conseguia levar de vencida todas as oposições, ganhando pedagogicamente a burguesia para o seu lado.

Como expusera com patética ingenuidade no discurso de Almada, abria-se "à pequena e sectores da média burguesia" a perspectiva de "por uma via pacífica, ascenderem progressivamente à sociedade sem classes, na qual gozarão exactamente dos mesmos direitos que o resto da população." (...) "Assim o queiram compreender." (6) Ascender à sociedade sem classes! - não havia melhor forma de pôr os patrões, os proprietários e os quadros em pé de guerra. Cunhal não tinha esta ingenuidade. Os caminhos

do PCP e da "Esquerda militar" podem ter parecido idênticos, nesse Outono febril de manifestações e proclamações. Mas correspondiam a duas tácticas em disputa: a de uma fracção pequeno-burguesa inexperiente, que pretendia impor o "socialismo militar" em confronto com todos os sectores da burguesia; e a de um corpo pequeno-burguês amadurecido em largas batalhas políticas, considerando-se a si próprio como o condutor natural da classe operária e que se dispunha a procurar uma via mais prudente.

Naturalmente, para uns e para outros o objectivo era desviar o curso dos acontecimentos dos dois desenlaces extremos que os espreitavam: fascismo ou revolução proletária. Por isso, o PCP e os "gonçalvistas" se encontraram unidos, apesar das suas divergências, na luta contra a direita e na luta contra a esquerda.

PCP e "esquerdismo"

Não podia ser mais arrasador o juízo que Cunhal fez do "esquerdismo" no VIII congresso do seu partido. "Força complementar e aliado efectivo da reacção", "procurou sempre agudizar os conflitos, provocar as forças armadas e militarizadas, a fim de que estas se voltassem contra o povo", procurou "desviar as massas dos seus objectivos e levá-las a adoptarem formas extremas de luta que conduzem a becos sem saída", "monumental provocação da UDP e outras forças esquerdistas" no assalto à embaixada de Espanha, "grande provocação diante do Patriarcado", "contribuição sinistra para o enfraquecimento político e militar do MFA", etc. (7)

Este rol de acusações desenha melhor os contornos da "Revolução Democrática e Nacional" do que todos os textos programáticos do PCP. Na perspectiva de Cunhal, não havia caminho para a frente - logo, tudo o que fosse no sentido de agudizar os conflitos era provocatório. É com este tipo de raciocínio que o progressista dos tempos de paz se transforma em capitulador e mesmo em reaccionário, nos momentos de crise revolucionária.

Em 40 anos de luta abnegada pela Democracia, Álvaro Cunhal sonhara com um grande PCP legal, representado no parlamento e no governo, respeitado pela sua força nos sindicatos, nas câmaras, na intelectualidade. Mas, no momento em que tudo isso fora alcançado, até para além das suas melhores expectativas, o mundo parecia ruir e uma agitação imprevista, poderosa e incontrolável, punha tudo em questão. Palavras de ordem inacreditáveis eram aclamadas em comícios e plenários – revolução socialista, controle operário, soldados ao lado do povo, tribunais populares, milícias! Mário Soares era apupado como fascista, oficiais democratas eram desfeiteados, tudo era subvertido. Esta subversão parecia-lhe produto da acção malfazeja dos "esquerdistas". Recusava-se a reconhecer nela uma criação do movimento operário, subindo trabalhosamente, um a um, os degraus que o levariam ao confronto com a burguesia. Por isso, via como única política possível em Setembro-Outubro tentar a todo o preço regressar a uma fase ultrapassada do movimento, abrindo caminho entre as tendências extremas da revolução e da contra-revolução: desligar os Nove da direita, mesmo à custa de concessões, desligar os gonçalvistas dos esquerdistas e voltar a colar as duas metades em que se partira o MFA democrático.

Mas, precisamente porque era um recuo, esta posição não era fácil de defender no Outono de 75. As massas operárias deslocavam-se ao encontro das palavras de ordem "esquerdistas", que penetravam por mil canais nas fileiras do PCP. Toda a dinâmica da luta empurrava a base proletária do partido a aproximar-se da extrema-esquerda para poder dar batalha à direita. Esses "esquerdistas" que ninguém levava a sério tinham adivinhado que o MFA não era de confiança, que a burguesia democrática iria passar-se para o outro lado da barricada, que era preciso pensar em tomar o poder.

O PCP foi sacudido por uma onda "sectária", como Cunhal confessaria mais tarde: "Registou-se em certos momentos e em certos sectores um grande sectarismo e uma cedência à pressão esquerdista", "houve palavras de ordem e formas de luta que não correspondiam às condições existentes", "obreirismo", "triumfalismo", "a influên-

cia esquerdista fez-se sentir no cerco ao VI Governo pelos deficientes das Forças Armadas e pelos trabalhadores da construção civil", etc. (8)

A duplicidade de que o PCP foi acusado nesses meses, pelo facto de permanecer no VI Governo fazendo apelos à concórdia, ao mesmo tempo que "se decidira a fazer uma aliança com a extrema-esquerda" para a tomada do poder (9), tinha um sinal contrário ao que se lhe atribuíra: Cunhal era forçado a lutar em duas frentes, negociando com o PS e os Nove para evitar um confronto, mas sendo suficientemente duro para não deixar os operários irem para os braços dos "esquerdistas".

Até ao último momento, a direcção do PCP continuou a jogar com o pau de dois bicos. Para não perder contacto com o movimento, teve que esbater as críticas ao "esquerdismo" e foi radicalizando as palavras de ordem: saída do PPD do governo, reforço da representação da esquerda no poder civil e militar (10) e, por último, "formação de um governo de defesa da Revolução" (manifesto do PCP a 22 de Novembro). Mas a sua estratégia permaneceu inalterada - impedir as massas de tomarem em mãos a solução do confronto (era isso que visava com o dramático "não à guerra civil") e usar as manifestações como pressão sobre o CR e o PR para conseguir a "reunificação do MFA". A rua ao serviço das instituições.

Extrema esquerda e o COPCON

Nesses dias, a corrente de esquerda dizia muitas coisas acertadas e tomava iniciativas não menos acertadas. Desagregar a hierarquia do Exército, constituir os SUV ("Soldados unidos vencerão") e trazê-los à rua, manter a mobilização e vigilância das massas através de sucessivas manifestações, reunir armas, assaltar a embaixada de Espanha, manter a funcionar a Rádio Renascença, cercar o governo em S. Bento, denunciar o CR como "Conselho da contra-revolução" - tudo isto era indiscutivelmente correcto - e é preciso reafirmá-lo hoje - porque servia a acumulação de forças revolucionárias pelo proletariado. O problema

com esta agitação não era ela ser "excessiva" ou "provocatória", como acusava o PCP na esteira do campo da ordem. Era precisamente o oposto - ela era insuficiente.

Para a iniciativa revolucionária das massas se tornar avassaladora, seria preciso descolar a base proletária do PCP do seu aparelho dirigente. A tática da extrema esquerda era incapaz disso porque não se apercebia da iminência de uma ruptura interna no PCP.

Na FUR, entrelaçada com o grupo do COPCON, prevalecia uma imagem do PCP como "o partido potencialmente revolucionário", pelo facto de agrupar o grosso do movimento operário. Esperava-se que a pressão de esquerda acabasse por levar as bases a exigir da cúpula uma viragem política. Não se compreendia que um reagrupamento da classe operária em posições decididamente revolucionárias passava pela desagregação do PCP.

O outro ramo da esquerda (a corrente "marxista-leninista") fazia grande alarde do seu corte "definitivo" com o revisionismo mas era igualmente incapaz de lhe arrancar a direcção do movimento. A sua denúncia da "sede de poder dos cunhalistas, ao serviço do social-imperialismo russo" confundia-se com a crítica social-democrata. Os seus ataques indiscriminados aos militantes do PCP como "caciques" favoreciam a coesão em vez da desagregação.

Seria preciso, com propostas de acção operária comum, obrigar Cunhal a revelar o seu reformismo diante da classe; mostrar aos operários que a estabilização unitária por que Cunhal lutava era inviável e só dava trunfos à reacção; criticar o PCP, não como "social-fascista", mas como o partido reformista por excelência, que confiscava as aspirações revolucionárias dos operários e as fazia reverter, sob a bandeira do comunismo, em benefício da democracia pequeno-burguesa.

Proletariado e pequena burguesia

A extrema esquerda não sabia explorar o conflito latente entre proletariado e pequena burguesia nas fileiras do PCP porque receava encarar a grande batalha entre

proletariado e pequena burguesia que estava em curso na "esquerda" e no país. Não via que o suporte social para as maquinações dos Nove, os atentados do ELP e as provocações intoleráveis do VI Governo era dado pela adesão massiva de uma pequena burguesia exasperada que acorria aos comícios e manifestações do PS, PPD e CDS, reclamando a restauração da ordem.

De etapa em etapa, a luta chegara ao ponto de clarificação - dum lado, o proletariado, as grandes massas assalariadas, os camponeses pobres, que precisavam de expropriar a burguesia e, para isso, desmantelar o Estado; do outro lado, a burguesia, atirando a pequena burguesia para a frente, em defesa da propriedade, da ordem e da integridade do Exército; no meio, a servir de tampão, travando lutas de retardamento, a "caldeirada" operária/pequeno-burguesa do PCP, dos "gonçalvistas", do MDP, etc.

A extrema esquerda recuava diante da agudeza desta luta de classes. A UDP navegava entre duas águas. A partir de Outubro, retomou do PCP a palavra de ordem "não à guerra civil", alegando que o essencial era ganhar tempo para recuperar o atraso da esquerda. Ora, no ponto a que chegara a luta de classes, a única forma de ganhar tempo não era com o papão desmobilizador da guerra civil mas impelindo mais audaciosamente a luta dos operários, soldados e assalariados para desorganizar e atrasar o golpe reaccionário em preparação. Com o seu capitulador "não à guerra civil", temperado com improperios contra o PCP, a UDP só conseguiu desmobilizar os seus próprios aderentes. (11)

Os grupos da FUR, pela sua parte, viviam a vertigem insurreccionista, que era a outra face da mesma incapacidade revolucionária. O MES escondia sob a palavra de ordem de "unificar e armar o poder popular" a esperança de que os quartéis revolucionários conduzissem as comissões populares no derrubamento do VI Governo e na formação de um "governo de unidade revolucionária". O PRP ultrapassou-o com o apelo à insurreição armada, que não era mais do que o apelo ao golpe militar de esquerda.

O melhor revelador das indecisões da extrema esquerda era a sua atitude quanto à questão do partido. Sem o

seu partido próprio, a vanguarda operária estava em desvantagem irremediável perante as diversas fracções da burguesia e da pequena burguesia, todas organizadas em partidos fortes. Havia que organizá-lo, em corrida contra o tempo.

Aparentemente, os grupos "m-l" estavam mais avançados do que os outros nesta questão e colocavam a "reconstrução do verdadeiro Partido Comunista" na ordem do dia. Mas que partido era esse que preparavam e que veio a surgir tarde de mais, semanas após o 25 de Novembro? Era um partido inspirado numa deturpação "popular" do marxismo, que iludia as tarefas revolucionárias do proletariado atrás de uma pretensa etapa prévia: a "revolução democrática e popular", conduzida por uma frente popular em embrião, a UDP, sob palavras de ordem de "unidade do povo". Onde era preciso um partido de tipo bolchevique, leninista, enxertava-se um partido centrista de colaboração "revolucionária" de classes. Mesmo que tivesse nascido a tempo, o PCP(R) não teria alterado o curso dos acontecimentos.

A ala semi-anarquista agrupada na FUR proclamava à boca cheia a necessidade da revolução socialista, mas opunha-se à criação do estado-maior político para essa revolução. Encarava o partido como uma ameaça às comissões de base, a que atribuía o valor miraculoso de "parcelas de poder" e de únicos representantes genuínos da vontade das massas. Não via que, na ausência do partido, a vanguarda proletária não conseguia imprimir uma linha política coerente às comissões e que estas, com toda a sua "autonomia", se tornavam joguetes de uma política precisa - a da pequena burguesia radical e do seu inevitável golpe desesperado.

O golpe

A 20 de Novembro, o governo suspendeu funções, num claro convite ao Exército para assumir todo o poder. A multidão que ocorreu a Belém nesse dia a exigir um governo revolucionário e gritando "ninguém arreda pé"

recebeu o duche frio de mais um discurso contemporizador de Costa Gomes. O secretariado da cintura industrial de Lisboa foi o primeiro a dar ordem para voltar para casa.

Teria sido a última oportunidade para tomar decisões que bloqueassem o golpe de direita: proclamar a greve geral, constituir uma direcção de luta, colocar as empresas sob o controlo das CTs. Mas o PCP nem queria ouvir falar em desafios desses e a esquerda não tinha forças para o fazer.

E, naturalmente, a batalha que se escamoteou no terreno político de massas foi transferida em caricatura para a conspiração de quartel. Os oficiais do COPCON e da FUR, aliados de ocasião dos "gonçalvistas" e do sector militar do PCP (12), decidiram-se a travar o "combate decisivo" à sua maneira.

"Chegou o momento do avanço decisivo para o socialismo", proclamava a 21 o manifesto dos oficiais do COPCON. "O poder dos trabalhadores tem que ser armado". O objectivo era ganhar o apoio popular para um pronunciamento que impedisse a destituição de Otelo e demitisse os chefes de direita da Força Aérea. A insubordinação dos paraquedistas e o *mini-putsch* esquerdista foram o triste desenlace a que se reduziu o grande movimento revolucionário de 74/75, o maior da história moderna portuguesa. Os operários que no dia 25 de Novembro se agruparam junto dos quartéis pedindo armas já se sabiam derrotados. Os chefes do PCP mandaram-nos para casa, com "confiança no futuro". O golpe militar da social-democracia, longamente amadurecido, ia inaugurar uma nova era de estabilidade. Cunhal acolheu-se como refém submetido à protecção de Melo Antunes. Tudo acabara em bem: nem fascismo nem revolução.

(1) Boaventura Sousa Santos, *ibid.*, pág. 21.

(2) J. J. Teixeira Ribeiro, introdução aos *Discursos, conferências, entrevistas* de Vasco Gonçalves. Ed. Seara Nova, 1977, pág. 10.

(3) *Documentos políticos do CC do PCP*, 3ª vol, Ed. Avante, 1976, pág 71.

- (4) Álvaro Cunhal, *A Revolução portuguesa – o passado e o futuro*, Ed. Avante, 1976, pág. 165.
- (5) *id.*, pág. 161.
- (6) Vasco Gonçalves, obra citada, pág.367.
- (7) Álvaro Cunhal, ob. cit., págs. 171-176.
- (8) Álvaro Cunhal. ob. cit., págs 168 e 383-384. Ver também *Documentos políticos do CC do PCP*, 3º vol, págs 302-303.
- (9) Melo Antunes, em entrevista ao *Nouvel Observateur*, 24 de Novembro de 1975.
- (10) Entrevista de A. Cunhal ao *Diário Popular*, 6/11/75
- (11) "A aventura de Cunhal e de todos os reaccionários e fascistas – dizia a UDP em comunicado, uma semana antes do golpe – pode ser impedida pela união de todo o povo, do Norte e do Sul, contra a guerra civil".
- (12) O responsável militar do PCP em 1975, Jaime Serra, viria a sofrer severa crítica por ter dado "luz verde" ao apoio aos pára-quedistas.

AUTONOMIA DOS TRABALHADORES, ESTADO E MERCADO MUNDIAL*

João Bernardo, escritor, 47 anos

1. O 25 de Abril deveu-se à incapacidade do fascismo de ganhar as três guerras coloniais. Não havia nenhuma outra razão para que o salazarismo não se democratizasse progressivamente, seguindo o exemplo do fascismo espanhol. A base social para essa operação seriam os tecnocratas, os gestores, cuja importância era já significativa no interior do aparelho de Estado. Foram eles quem representou a continuidade política e económica do capitalismo em 1974 e 1975.

As guerras coloniais bloquearam a democratização. Para democratizar era necessário pôr termo à guerra, o que significaria para o fascismo português uma derrota política gravíssima. Mas, por outro lado, era cada vez mais difícil manter o esforço militar. Portugal foi sempre um país de emigração, mas a partir da década de 1960 a direcção do movimento mudou das Américas e da África para a Europa, tornando-se então as deslocações muito mais fáceis. Para um número crescente de jovens trabalhadores, fazer a guerra implicava um atraso de quatro ou mais anos na ida para o estrangeiro. E como em grande parte dos casos a emigração era clandestina, pouco

*Este texto reproduz as notas para uma conferência efectuada no Departamento de Sociologia da Universidade de Liège, na Bélgica, em 27 de Novembro de 1981.

importava ter ou não a situação militar regularizada. Nos O desenvolvimento do movimento contestatário estudantil levou um número considerável de estudantes a emigrar também, para não participar na guerra.

Os problemas de recrutamento eram mais sensíveis ainda entre os oficiais de carreira, porque poucos jovens se inscreviam na Academia Militar. Nesta situação o governo viu-se obrigado a atribuir aos oficiais milicianos funções e regalias que até então haviam sido privilégio dos oficiais de carreira de baixa patente. Na sua origem o Movimento das Forças Armadas representou a oposição destes oficiais profissionais ao estatuto que estava a ser concedido aos milicianos. Mas o Movimento desenvolveu-se e passou a ter como temas centrais a incapacidade de ganhar militarmente as guerras coloniais e a necessidade de entrar em negociações com os movimentos de libertação. Para isso era necessário mudar o governo de Lisboa. Foi com este objectivo que se realizou o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

2. O golpe militar não teria triunfado tão facilmente sem o apoio da esmagadora maioria da população. A população vitoriava os sublevados em todas as cidades do país. E aclamava também forças pró-governamentais, julgando que eram revoltosas, o que lhes provocou uma completa desmoralização. Finalmente, os regimentos fiéis ao governo viram-se perante a impossibilidade de atacar os muitos milhares de pessoas que saíam para a rua.

3. A dimensão assumida pelo apoio da população aos militares insurrectos obrigou-os a remodelar o aparelho de Estado, em vez de se limitarem a introduzir alterações no existente. Sob este ponto de vista ocorreram dois tipos de situação:

Em Lisboa a população, por uma iniciativa absolutamente espontânea, recorria à Junta de Salvação Nacional para resolver os mais diversos problemas. As filas de espera atingiam enormes extensões junto ao palácio onde a Junta se instalara. Os membros da Junta viam-se assim obrigados a tomar decisões sobre variadíssimos assuntos e, dada a profunda ignorância que caracteriza os militares de carreira, tinham de recorrer aos oficiais

milicianos, relativamente mais instruídos. Mas estes, na sua maioria, eram de esquerda e em boa parte ligados aos vários partidos de esquerda e de extrema-esquerda.

Na província ocorreu a completa dissolução do aparelho de Estado regional e local. Salazar procurara sempre que os seus partidários se afastassem da intervenção política activa e inculcava em todos os colaboradores o medo pânico do comunismo. Incapazes de fazer frente aos acontecimentos, as autoridades regionais e locais abandonaram os cargos ou mesmo fugiram. E assim nas câmaras municipais os médicos e advogados de direita foram substituídos pelos seus primos e cunhados, advogados e médicos da esquerda moderada ou próximos do Partido Comunista. Esta esquerda, sem precisar de eleições, passara a controlar o aparelho administrativo na província.

4. O exército é um aparelho de Estado suplementar. As forças armadas eram a única estrutura que restava ao capitalismo em condições de emanar ordens do centro para as regiões. Nos dias que se seguiram ao golpe de 25 de Abril o exército foi o esqueleto do Estado. A esquerda moderada e o Partido Comunista foram as veias e os nervos que deram vida a esse esqueleto. Aliás, o exército e os partidos políticos partilham um modelo hierárquico comum.

5. Ao mesmo tempo que exerciam pressões sobre a Junta de Salvação Nacional no sentido da reconstituição do aparelho de Estado, os trabalhadores começaram a auto-organizar-se. O novo aparelho político, tanto em Lisboa como na província, existia apenas sob a forma de cúpulas, sem as estruturas de enquadramento das bases. Estas cúpulas sustentavam-se só porque a população nelas confiava e a elas recorria por sua livre iniciativa.

Isto significa que a reconstrução do aparelho de Estado foi um dos aspectos da iniciativa dos trabalhadores e da autonomia da sua acção. E, evidentemente, revelou os limites dessa autonomia.

O outro aspecto consistiu na organização da produção em algumas empresas e, depois, na organização da vida em certos bairros. Na indústria a ordem dos acontecimentos era com frequência a seguinte: o patrão fugia com o

dinheiro ou abandonava uma empresa que se encontrava em situação económica precária; perante o risco de ficarem desempregados, os operários tomavam conta da empresa e recomeçavam a produzir. No Alentejo e no Ribatejo os trabalhadores agrícolas procederam à ocupação colectiva de latifúndios, muitas vezes mal aproveitados, para acabar com o espectro do subemprego e do trabalho precário. Estes foram os casos extremos. Mas na generalidade das empresas criaram-se comissões de trabalhadores com poderes mais ou menos latos, que iam desde a condução das lutas até à influência directa na gestão.

6. *Existe um antagonismo inconciliável entre as consequências sociais da reconstrução do aparelho de Estado e as da organização directa da produção pelos trabalhadores.* A actuação do aparelho de Estado tem como objectivo a centralização das decisões e o afastamento dos trabalhadores relativamente à organização da produção e da vida em geral. Pelo contrário, os efeitos da organização directa da produção pelos trabalhadores são o aparecimento de novos modelos nas relações de trabalho e na gestão da economia. Estas novas relações sociais de produção decorrem imediatamente do relacionamento comunitário e igualitário que os trabalhadores estabelecem entre si quando lutam com iniciativa e autonomia. Recordo-me de um exemplo flagrante. Durante uma das mesas-redondas organizadas pelo jornal *Combate* [que existiu desde Junho de 1974 até Fevereiro de 1978 e que nada tem a ver com o que hoje se publica com o mesmo nome] com trabalhadores de várias empresas, as operárias da Sogantal, as primeiras a entrar em autogestão, levaram as operárias da Charminha a reorganizar as suas relações de trabalho, discutindo o problema das chefias imediatas e as funções desempenhadas pelo pessoal dos escritórios. Numa empresa de maior vulto, a Efacec/Inel, pensava-se seriamente em reorientar a linha de produção, tendo em conta o novo papel social assumido pela classe trabalhadora.

É este o futuro potencial do movimento operário. É esta a única acepção não demagógica da palavra *comunismo*. O comunismo é o desenvolvimento possível de

formas de organização hoje já embrionariamente existentes nas lutas operárias. É a transformação dessas relações de luta em relações de produção, a organização de toda a sociedade consoante o colectivismo e o igualitarismo que une os trabalhadores quando conduzem autonomamente a sua luta.

7. A vanguarda da classe trabalhadora é ocupada, em cada momento, por aqueles que mais longe conseguem levar a tendência à transformação das relações de luta em relações de produção. Os sectores onde esta tendência mais se desenvolver serão aqueles onde as novas formas de organização do trabalho mais se conseguirão afirmar contra os modelos de gestão capitalista.

Em 1974 e 1975, perante a situação de crise interna do capitalismo em Portugal, era o mercado mundial que impunha rigorosamente os critérios capitalistas de produtividade e de organização. Quanto mais directa fosse a dependência de uma empresa relativamente ao mercado mundial, tanto menos podia converter as suas relações de luta em formas novas de organização do trabalho. Neste tipo de empresas as comissões de trabalhadores eram absolutamente democráticas quanto à forma de eleição, mas os seus membros agiam como gestores capitalistas a partir do momento em que tinham necessidade de organizar o trabalho. Por isso surgiam sistematicamente conflitos entre a base e as comissões, que levavam à demissão de membros e a novas eleições. A repetição destes insucessos motivava o desânimo, o recuo da base e a crescente apatia da massa trabalhadora, o isolamento da comissão e, finalmente, a sua transformação definitiva em órgão inserido na gestão capitalista. Foi este mecanismo profundo que quebrou o ímpeto do processo revolucionário e permitiu a normalização capitalista da sociedade portuguesa.

Pelo contrário, aquelas empresas que, pelo tipo de bens produzidos e de matéria-prima empregue, mais afastadas estavam do mercado mundial, puderam em muitos casos beneficiar do apoio activo dos restantes trabalhadores. Quando se criava assim o que, à falta de melhor nome, denomino “mercado de solidariedade”, podia perdurar durante muito tempo a tendência a uma organização

colectiva do trabalho. Creio que os trabalhadores da Sousa Abreu bateram todos os records, vendendo ao longo de anos as toalhas que produziam, em feiras e bairros populares. Mas precisamente porque ocupavam na estrutura económica uma posição meramente periférica, o impacto deste género de empresas nas transformações sociais não ia além do seu valor didáctico.

Quanto às Unidades Colectivas de Produção nos campos do Alentejo e do Ribatejo, a sua única fonte de financiamento era o Estado, por isso sintetizaram bem o duplo aspecto da iniciativa dos trabalhadores. Organizavam autonomamente a produção local; mas, ao mesmo tempo, procediam a pressões sobre o aparelho de Estado que tiveram como efeito acelerar a sua reconstituição.

O desenvolvimento da auto-organização nas empresas reflectiu-se numa auto-organização nos bairros. E também aqui se observam dois aspectos contraditórios. Mais afastadas do mercado e das imposições da gestão capitalista, as comissões de moradores puderam revelar-se mais duradouras do que as comissões de trabalhadores. Mas, mais perto do poder central enquanto fornecedor de infra-estruturas, as comissões de moradores tiveram um papel importante nas pressões que levaram à reconstrução do aparelho de Estado.

O problema fundamental do movimento operário desenvolvido após o 25 de Abril foi o de que a vanguarda social não ocupava uma função económica central no processo de produção. Por isso não pôde expandir a todo o sistema económico os novos princípios de organização social que incorporava. Foi a pressão do mercado mundial que impediu tal expansão. Nas circunstâncias actuais, e em qualquer país, a conclusão é a mesma. Ou as novas relações sociais surgidas na luta vão afectar apenas sectores económicos marginais, ficando condenadas a não se desenvolver e a esclerosarem. Ou, para reorganizarem os sectores cruciais da economia, têm de enfrentar directamente o mercado mundial, mas isso só pode suceder se o ataque for lançado simultaneamente a partir de uma variedade de países. O capitalismo está organizado internacionalmente, enquanto os trabalhadores continuam divididos por fronteiras.

8. *A preservação do mercado mundial foi a condição para a reorganização final do aparelho de Estado e da economia capitalista.* O recuo dos trabalhadores de base na maior parte das empresas e o conseqüente isolamento e degenerescência das suas comissões; a asfixia das empresas que sobreviviam graças a “mercados de solidariedade”; o controle das Unidades Colectivas de Produção pelo Estado enquanto financiador - foram estes três factores que permitiram ao aparelho de Estado, a partir do período de 1975-1976, deixar de ser apenas uma hierarquia de cúpulas sustentada pela boa vontade da população e passar a ter alicerces sólidos.

Os partidos começaram então a existir como organizações de massa, enquanto que, anteriormente, o Movimento das Forças Armadas publicava anúncios nos jornais diários apelando para que as pessoas se inscrevessem em partidos. Os sindicatos, cujos dirigentes se haviam lamentado em público pela falta de filiados, cresceram daí em diante à custa da degenerescência das comissões de trabalhadores. E as autarquias locais puderam implantar-se graças à degenerescência das comissões de moradores. Pois não é a democracia parlamentar e representativa uma expressão perfeita da ausência de autonomia dos trabalhadores? O poder, ou se tem, ou não se tem. E, quando se delega, deixa de se ter. A degenerescência da autonomia dos trabalhadores e o desenvolvimento da democracia capitalista são um único processo.

Para que a transformação democrática se efectuasse não bastaram os militares, nem a continuidade representada socialmente pelos tecnocratas e os gestores. Foi a actuação autónoma da classe trabalhadora, na ambigüidade contraditória de todos os movimentos circunscritos a fronteiras nacionais, que ao mesmo tempo que pôs em causa o capitalismo e que avançou na experiência do futuro possível, exerceu também as pressões necessárias para a reorganização do aparelho de Estado e para a modernização do capitalismo.

BRANDOS COSTUMES & MAUS HÁBITOS ANTIGOS

Manuel Vaz, emigrante em França, 50 anos

A primeira grande emoção de Abril 74, a primeira imagem da revolução em marcha, foi a mesma que já tinha observado em Paris, no Maio de 68: a fraternidade - a grande fraternidade que iluminava os rostos da massa com uma nova claridade. A vida voltava a ter sentido. Éramos o sujeito da história.

Esta imagem radiante, pude admirá-la no desfile do 1º de Maio, algumas horas após o meu regresso (provisório) do exílio. Uma imagem com uma carga emocional fortíssima, ao ponto de esmagar a consciência, de esbater a luta de classes, de eliminar as contradições.

A primeira grande manifestação de massas que iniciava um longo período insurreccional revelava pelo menos três grandes fraquezas que lhe seriam fatais quando a questão do poder se pôs em termos concretos:

1) *Não ousar eliminar o inimigo de classe, não dismantelar o aparelho de Estado e, para começar, os órgãos de repressão.* Para além da natural explosão de alegria, eu esperava que a manifestação do 1º de Maio resultasse num ajuste de contas intransigente com os órgãos de repressão do Estado fascista; que o dismantelamento total das polícias constituísse uma exigência imediata e concreta. O sangue derramado pelos combatentes contra a ditadura durante mais de quarenta anos reclamava vingança; o sangue das últimas vítimas da Pide, ainda fresco,

salpicava a calçada. A menos que a memória me traia, não creio ter visto uma só faixa recordando o sacrifício supremo dos últimos mártires pela liberdade; aqueles que na quinta-feira, 25 de Abril de 1974, caíram baleados pelos agentes da Pide. Desde então, sempre fiquei surpreendido com a cortina de nevoeiro que envolveu a memória dos acontecimentos da rua António Maria Cardoso e do nome das vítimas.

E, a meu ver, estes acontecimentos eram de uma importância vital: o cerco espontâneo da sede da PIDE pela massa apontava o caminho acertado para possibilitar o triunfo futuro do movimento revolucionário: extirpar pela raiz os órgãos repressivos, completamente desnorteados pela fraqueza política momentânea da classe dirigente. Nem era demasiado cedo nem demasiado tarde. Era o momento, que se desperdiçou.

Que constem aqui os nomes daqueles que morreram, indicando o caminho certo: Fernando Carvalho Gesteira, 18 anos; João Guilherme Rego Arruda, 20 anos; Fernando Luís Barreiro dos Reis, 24 anos; José James Barneto, 37 anos.

2) Os limites estreitos do nacionalismo e do patriotismo sempre tolheram o movimento revolucionário e a luta pelo socialismo. O erro é histórico e ficou profundamente vinculado na consciência do proletariado: submeter a luta pelo socialismo à aliança com as camadas intermédias da burguesia, na esperança de facilitar o triunfo de uma revolução democrática e nacional que afinal não existia... Os sentimentos patrióticos acabaram por abafar os sentimentos internacionalistas.

A revolução em Portugal, como uma componente da revolução mundial; a classe operária de Portugal como um destacamento do proletariado internacional; as lutas de libertação nacional nas colónias no após-guerra como a ponta de lança da revolução mundial – tais ideias nunca foram dominantes no seio do proletariado.

Não é de espantar que este 1º de Maio florido e prazenteiro saudasse os militares do MFA como os libertadores do povo e da Nação. Hoje como ontem, é necessário

enraizar no coração da massa esta ideia simples: os verdadeiros libertadores, os autores políticos da queda do regime fascista, foram os povos das colónias africanas que se bateram de armas na mão durante treze anos contra uma burguesia portuguesa feroz, que dedicava metade do orçamento de estado ao aparelho militar, ao esforço de guerra.

Nesse 1º de Maio, desapareceram-me de entre as mãos, num ápice, a centena de exemplares de um jornal que publicava em Paris com outros camaradas, o *Jornal Português*, e no qual afirmava isso mesmo. Foram, claro, apenas alguns grãos de areia na grande máquina consensual que se espalhava pelas ruas fora, aos vivas aos militares, que erigia em heróis os carrascos que durante tantos anos a fio sangraram os povos africanos para que singrasse a expansão mercantil da burguesia.

3) *A ideologia pequeno-burguesa penetrou profundamente um movimento operário que sempre evitou o combate frontal com o inimigo de classe.* A ideologia dominante no movimento operário sempre foi a ideologia reformista social-democrata. O velho PC foi de facto um partido burguês para operários que incarnou a resistência de todas as camadas sociais em oposição ao fascismo. Os acontecimentos do 25 de Abril irão fornecer à burguesia portuguesa o ensejo para catapultar para a vida política uma nova força aparentemente virgem: o partido socialista. Uma força política inteiramente forjada no exterior pela mão da social-democracia francesa e alemã, e a quem o partido de Cunhal vai passar o testemunho.

Cunhal e Soares são pois os dois dirigentes políticos civis, aclamados pela multidão nesse 1º de Maio. O primeiro, à cabeça do PC, é altamente responsável pela limitações, os desvios, as trapaças do movimento revolucionário. O segundo, um pró-imperialista e neocolonialista declarado, vai mobilizar à escala nacional e internacional toda a energia da social-democracia para abafar o movimento insurreccional nascente, não hesitando no momento pró-

prio em prestar mão forte à contra-revolução militar do 25 de Novembro de 1975, inspirada pelo imperialismo americano.

A multidão emocionada envolve os dois comparsas, esmaga-os de afeição. Não posso deixar de estabelecer um paralelo com uma outra multidão não menos eufórica que, em 30 de Maio de 1968, subia os Campos Elíseos, enquadrada pelos dirigentes gaullistas da época: Malraux, Debré, Couve de Murville. A expressão de todos esses dirigentes é a mesma: rostos esgaseados, corpos desarticulados, olhares furtivos e receosos para a multidão que, no fundo, desprezam.

Invadia-me nesse 1º de Maio de 74 o mesmo sentimento de fraqueza que sete anos mais tarde voltaria a sentir na Praça da Bastilha, ao juntar-me à multidão em delírio que festejava a vitória de Mitterrand aos gritos de "*on a gagné!*" No momento em que julgavam ter ganho, começavam a perder. Como nós.

SIGLAS

- AAPA - Assoc. Amizade Portugal-Albânia
AAPC - Assoc. Amizade Portugal-China
ADPM - Assoc. Democrática e Popular das Mulheres
ADR - Assembleia Democrática de Regimento
ADU - Assembleia Democrática de Unidade
AEPPA - Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas
AGT - Assembleia Geral de Trabalhadores
ALA - Associação Livre de Agricultores
AMI - Agrupamento Misto de Intervenção
ANP - Acção Nacional Popular (ex-UN)
AOC - Aliança Operário-Camponesa
ARPE - Acção Revolucionária das Praças do Exército
A(U)APC - Associação (Unificada) de Amizade Portugal-China
BASE-FUT - Base - Frente Unitária de Trabalhadores
BR - Brigadas Revolucionárias
CAC - Comitês Amílcar Cabral
CADCG - Comité de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné
CAP - Confederação dos Agricultores Portugueses
CARP (M-L) - Comité de Apoio à Reconstrução do Partido Comunista (M-L)
CBS - Comissões de Base Socialistas.
CCR - Comitês Comunistas Revolucionários
CCT - Comissão Central de Trabalhadores
CCUL - Cine-Clube Universitário de Lisboa
CDE - Comissão Democrática Eleitoral
CDS - Centro Democrático Social
CDT - Comissão de Delegados de Trabalhadores
CIC - Comitês para a Independência Imediata e Incondicional das Colónias
CICAP - Centro de Instrução de Condução Auto do Porto
CIP - Confederação da Indústria Portuguesa
CLAVA - Comissão Coordenadora das Comissões de Luta Anti-Imperialista e de Vigilância Antifascista
CM - Comissão de Moradores
CMLP - Comité Marxista-Leninista Português
COB - Comitês Operários de Base
CODECO - Comandos de Defesa do Continente
COPCON - Comando Operacional do Continente
CR - Conselho da Revolução
CRECs - Comitês Revolucionários de Estudantes Comunistas
CRTSM - Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros
CS - Comissão Sindical
CS - Comissão de Soldados
CT - Comissão de Trabalhadores; Conselho de Trabalhadores
CUOM - Comissão de Unidade Operária Metalúrgica
CUP - Comissão de Unidade Popular
DGS - Direcção Geral de Segurança (ex-PIDE)
ELP - Exército de Libertação de Portugal
EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas
EPAM - Escola Prática de Administração Militar
FEC (M-L) - Frente Eleitoral Comunista (Marxista-Leninista)
FEM-L - Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas
FJCP (M-L) - Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (M-L)
FLA - Frente de Libertação dos Açores
FLAMA - Frente de Libertação da Madeira
FMU - Frente Militar Unida
FRAP - Frente Antifascista e Patriótico (Espanha)

- FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
- FREP - Frente Revolucionária dos Estudantes Portugueses
- FSN - Frente de Salvação Nacional (depois MDLP)
- FSP - Frente Socialista Popular
- FUP - Frente de Unidade Popular (25/8 - 2/9/75)
- FUR - Frente de Unidade Revolucionária
- GAAFs - Grupos de Acção Anti-Fascista
- GAFs - Grupos Anti-Fascistas
- GAPS - Grupos Autónomos do Partido Socialista
- GDR - Gabinete de Dinamização Regional
- GIS - Grupo de Intervenção Socialista
- JOC - Juventude Operária Católica
- JSN - Junta de Salvação Nacional
- JUC - Juventude Universitária Católica
- LAG - Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa
- LC - Luta Comunista
- LCI - Liga Comunista Internacionalista
- LCPR - Liga para a Construção do Partido Revolucionário
- LCR - Liga Comunista Revolucionária
- LOC - Liga Operária Católica
- LP - Legião Portuguesa
- LST - Liga Socialista dos Trabalhadores (LIT)
- LUAR - Liga de União e Acção Revolucionária
- MARP - Movimento para a Autogestão Revolucionária do Proletariado
- MDP - Movimento Democrático Português
- MDLP - Movimento Democrático de Libertação de Portugal
- MEIC - Ministério da Educação e Investigação Científica
- MES - Movimento de Esquerda Socialista
- MFA - Movimento das Forças Armadas
- MJT - Movimento da Juventude Trabalhadora
- MLM - Movimento de Libertação da Mulher
- MLP - Movimento Libertário Português
- MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
- MP - Mocidade Portuguesa
- MPAC - Movimento Popular Anti-Colonial
- MPLA - Movimento Popular para a Libertação de Angola
- MRML - Movimento Revolucionário Marxista-Leninista
- MRPP - Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
- OCMLP - Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
- ORPC - Organização para a Reconstrução do Partido Comunista
- ORTs - Órgãos Representativos dos Trabalhadores
- PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
- PCP - Partido Comunista Português
- PC de P - Partido Comunista de Portugal
- PCP (M-L) - Partido Comunista Português (Marxista-Leninista)
- PDC - Partido da Democracia Cristã
- PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado
- PL - Partido Liberal
- PM - Polícia Militar
- PP - Partido do Progresso
- PPD - Partido Popular Democrático
- PREC - Processo Revolucionário em Curso
- PRP - Partido Revolucionário do Proletariado
- PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores
- PS - Partido Socialista
- PUP - Partido de Unidade Popular
- RALIS - Regimento de Artilharia Ligeira de Lisboa (depois RAL 1, Regimento de Artilharia Ligeira 1)
- RASP - Regimento de Artilharia da Serra do Pilar
- RIOQ - Regimento de Infantaria Operacional de Queluz
- RPAC - Resistência Popular Anti-Colonial
- RPM - Regimento de Polícia Militar
- SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local
- SUV - Soldados Unidos Vencerão
- UCML - União Comunista Marxista-Leninista
- UCP - Unidade Colectiva de Produção
- UCRP (M-L) - União Comunista Revolucionária de Portugal (Marxista-Leninista)
- UDP - União Democrática Popular
- UEC - União de Estudantes Comunistas

UEC (M-L) - União de Estudantes Comunistas
(Marxista-Leninista)
UJEC (M-L) - União da Juventude Estudantil
Comunista (Marxista-Leninista)
UN - União Nacional
UPM - União do Povo da Madeira

UPTI - União Popular dos Trabalhadores da
Informação
URML - União Revolucionária Marxista-Leni-
nista
VAFs - Grupos de Vigilância Anti-Fascista

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- ALMEIDA, Dinis de, *Ascensão, apogeu e queda do MFA*, 2 vols., Ed. Sociais, Lisboa, 1977-78.
- ANTUNES, José Freire, *O segredo do 25 de Novembro*, Europa-América, 1980.
- BORGA, Cesário, "O 25 de Abril na imprensa estrangeira", *Rev. História*, nº 42, Abril 1982, Projornal, Lisboa.
- BURCHETT, Wilfred, *Portugal depois da revolução dos capitães*, Seara Nova, 1975.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, *Alvorada em Abril*, Bertrand, Lisboa, 1976.
- Comitês de Defesa da Revolução*. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975.
- Controlo Operário*, Ed. Voz do Povo, Lisboa, 1975.
- CORREIA, Natália, *Não percas a Rosa. Diário, 25 Abril 74 - 20 Dezembro 75*, Publ. Dom Quixote, Lisboa, 1976.
- CORREIA, Ramiro, SOLDADO, Pedro, MARUJO, João, *MFA e luta de classes*, Ulmeiro, Lisboa, 1976.
- *MFA - Dinamização Cultural e Acção Cívica*, Ulmeiro, Lisboa, 1977.
- CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa, o passado e o futuro*, Ed. Avante, Lisboa, 1976.
- *Relatório da actividade do CC ao VI Congresso do PCP*, Ed. Avante, Lisboa, 1975.
- DIAS, Manuel, *Revolução agredida*, Ed. Nova Crítica, Porto, 1979.
- DIL, Fernando, e PINA, Carlos, *Operação "República"*, Lisboa, 1975.
- Documentos políticos do CC do PCP*, 3 vols, Ed. Avante, Lisboa, 1976.
- DOMINGOS, Helena, GAGO, José Serras e MATOS, Luís Salgado de, *Militares do Regimento de Polícia Militar, A revolução num regimento - A PM em 75*, Armazém das Letras, Lisboa, 1977.
- Dossier Carlucci-CIA*, Editorial Avante, Lisboa, 1978.
- Dossier II República, I Vol.: 24/4/74 a 25/4/75. Colectânea de textos*, Afrodite, Lisboa, 1976.
- DOWS, Chip, SILVA, Fernando Nunes da, GONÇALVES, Helena, SEABRA, Isabel, *Os moradores à conquista da cidade. Armazém das Letras*, Lisboa, 1978.
- DUGOS, Carlos, *Comunismo? - O povo é quem mais ordena*, Acrópole, Alfragide, 1975.
- *MDLP, ELP, o que são?* Acrópole, 1976.
- FERREIRA, António Fonseca, *O Alojamento na (Re)produção Capitalista. Seminário sobre Trabalho e Classes Trabalhadoras*, ISCTE, Lisboa, 1975.
- FERREIRA, J. Medeiros, *Ensaio histórico sobre a revolução de 25 de Abril*, Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1983.
- FERREIRA, Serafim (coord.), *Livro Verde da Revolução. Citações de Vasco Gonçalves*, Lisboa.
- FERREIRA, Victor Matias, *Da reconquista da terra à Reforma Agrária*, Lisboa, 1977.
- GIL, L. Pereira, *Processo de uma Revolução*, 3 volumes, Amigos do Livro Editores, Lisboa, 1975.
- GOMES, João Varela, *A contra-revolução de fachada socialista*, Ler Editora, Lisboa, 1981.
- *Sobre os golpes contra-revolucionários de 11 de Março e de 25 de Novembro de 1975*, Ed. Autor, Lisboa, 1980.
- GONÇALVES, Vasco, *Companheiro Vasco*, Ed. Inova, Porto, 1977.
- *Discursos, Conferências, Entrevistas*, Seara Nova, Lisboa, 1977.
- LOUÇÃ, Francisco, *Ensaio para uma Revolução*, Cadernos Marxistas, Lisboa, s/d.

- MANUEL, Alexandre, CARAPINHA, Rogério, e NEVES, Dias, (coord.), *PIDE - A história da Repressão*, Jornal do Fundão Editora, Fundão, 1974.
- MEDINA, João (directão de), *História Contemporânea de Portugal - Do 25 de Abril aos nossos dias*, Amigos do Livro Ed., Lisboa, 1985.
- MOTA, José Gomes, *A Resistência*, Ed. Expresso, Lisboa, 1976.
- NERY, Sebastião, *Portugal, um salto no escuro*, Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1975.
- O que é a República Popular?* Ed. UDP, Lisboa, 1975.
- OLIVEIRA, César, *MFA e revolução socialista*, Diabril, Lisboa, 1975.
- *Revolução socialista e independência nacional*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975.
- PEREIRA, João Martins, *Indústria, Ideologia e Quotidiano (Ensaio sobre o Capitalismo em Portugal)*, "Luta de Classes", Afrontamento, Porto, 1974.
- *Portugal 75: Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975.
- O socialismo, a transição e o caso português*, Bertrand, Lisboa, 1976.
- IRES, José, *Greves e o 25 de Abril*, Ed. Base, Lisboa, s/d.
- JULANTZAS, Nicos, *La Crise des Dictatures (Portugal, Grèce, Espagne)*, Maspero, Paris, 1975.
- LEIS, António (coord.), *Portugal, 20 anos de democracia*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.
- RODRIGUES, Avelino, BORGAS, Cesário, e CARDOSO, Mário, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Moraes Editores, Lisboa, 1974.
- *Abril nos quartéis de Novembro*, Bertrand, Lisboa, 1979.
- RODRIGUES, Avelino e outros, *Portugal depois de Abril*, Ed. Intervoz, Lisboa, 1976.
- ROSA, Eugénio, *Dois anos de revolução na economia*, Lisboa, 1976.
- SANTOS, Boaventura Sousa, "A crise e a reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)" *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14, Nov. 1984.
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima, LIMA, Marinus Pires de, e FERREIRA, Vítor Matias, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, 3 volumes, Afrontamento, Porto, 1976-77.
- SOARES, Mário, *Democratização e Descolonização. Dez Meses de Governo Provisório*, Dom Quixote, Lisboa, 1975.
- SOUSA, A. Teixeira de, e FREITAS, Eduardo de, *Subsídios para uma Análise da População Activa Operária em Portugal*, Cadernos G.I.S., Lisboa, 1974.
- SWEEZY, Paul, *Luta de classes em Portugal*, Ed. SLEMAS, 1976.
- Textos Históricos da Revolução*, 3 vols., Diabril, Lisboa, 1975-76.
- VIEIRA, M., e OLIVEIRA, D., *O Poder Popular em Portugal*, Centelha, Coimbra, 1976.
- 25 de Abril, dez anos depois. Seminário na Fundação Calouste Gulbenkian*, 2-4 de Maio de 1984. Assoc. 25 de Abril, Lisboa, 1984.
- 25 de Novembro*, Ed. Terra Livre, Lisboa, 1976.

JORNAIS E REVISTAS

- Acção (A)*. Órgão do Comité Estudantil do grupo Acção Acrata.
- Acção Directa*. Public. anarquista, Cacilhas.
- Amizade Portugal-China*. Jornal da AAPC.
- Anti-Colonialista (O)*. Jornal central do MPAC.
- Avante*. Órgão do PCP.
- Bandarra*. Jornal nacionalista.
- Batalha (A)*. Quinzenário sindicalista revolucionário.
- Bolchevista (O)*. Órgão do PC de P.
- Boletim do MFA*.
- Camponês (O)*. Órgão do PCP.
- Causa Operária*. Jornal comunista.
- Causa Operária*. Órgão da ORPC (m-l).
- Classe (A) Operária*. Jornal comunista-leninista, Lisboa.
- Classe (A) Operária*. Jornal central da UCML.
- CLAVA*. Boletim da Com. Coordenadora da CLAVA.
- Combate*. (Junho 1974-1978)
- Combate Socialista*. Órgão da LST.
- Comércio do Funchal*. Semanário.
- Comunista (O)*. Mensário da UC (M-L).
- Comunista (O)*. Periódico marxista-leninista.
- Comunista (O)*. Órgão da UCRP.
- 12 de Outubro*. Jornal da FREP.
- Em Luta*. Jornal do PCP (M-L).
- Escaramuça*. Órgão do Colectivo Criador.
- Esquerda Socialista*. Semanário do MES.
- Estrela Vermelha*. Revista do PCP (M-L).
- Exército (O) Informa*. Jornal do MFA.
- Foice e Martelo*. Órgão teórico da OCMLP.
- Folha Informativa do GAPS*.
- Frente Socialista*. Órgão da FSP.
- Fronteira*. Órgão da LUAR.
- Grito do Povo*. Órgão da OCMLP.
- Guarda Vermelha*. Órgão da FEM-L.
- Guerra Total à Fera Fascista*. Boletim da AEPPA.
- Ideia (A)*. Órgão anarquista.
- Jornal do Centro*. Pela Democracia Popular. Pampilhosa.
- Juventude Operária*. Órgão da JOC.
- Juventude Vermelha*. Órgão da FJCP(m-l).
- Libertário (O)*. Jornal anarquista.
- Longa Marcha*. Órgão do CARP (M-L).
- LUAR*. Semanário da LUAR.
- Luta (A)*. Jornal da UPTI.
- Luta Comunista*. Órgão do CARP (M-L).
- Luta (A) Continua*. Jornal da UPM.
- Luta Operária*. Jornal da LCI.
- Luta Operária*. Órgão da URML.
- Luta Popular*. Órgão do MRPP.
- Luta Proletária*. Jornal da LCI.
- Luta pelo Socialismo*. Órgão das CBS.
- Lutar no Mar, Lutar em Terra*. Jornal revolucionário e popular de Tavira.
- Merda (A)*. Jornal anarquista.
- Metade (A) do Céu*. Boletim da ADPM.
- Militante (O)*. Boletim do PCP.
- Novo (O) Militante*. Boletim do PCP (M-L).
- Pasquim*. Jornal anarquista.
- Perspectiva*.
- Poder Popular*. Órgão do MES.
- Podium*. Quinzenário Regional dos Concelhos de Oeiras e Cascais.
- Política Operária*. Tribuna livre mensal.
- Portugal Socialista*. Órgão do PS.
- Povo em Luta*. Jornal da Base-FUT.
- 1º de Maio (O)*. Jornal de apoio às lutas populares. Porto.
- Proletário (O)*. Semanário, Lisboa.
- Proletário (O) Vermelho*.
- 4 de Maio*. Boletim do CCUL.
- Que Fazer?* Cadernos marxistas-leninistas.
- Resistência*. Jornal da RPAC.
- Revolução*. Porta-voz do PRP-BR.
- Revolução Proletária*. Órgão da URML.
- Revolução Proletária*. Tribuna marxista.
- Ribatejo na Luta*. Mensário, Entroncamento.
- Seara Nova*.
- Seara Vermelha*. Revista do PCP (M-L).
- Servir o Povo*. Órgão da UEC (M-L).
- Sindicalista (O) Anarquista*. Revista do Núcleo Sindicalista aderente do MLP.
- Spartacus*. Mensário dos Trabalhadores Portugueses.

Tempo (O) e o Modo. Revista.
Terra (A). Quinzenário dos Camponeses do Norte e Beiras.
Trabalhador (O). Semanário, Angra do Heroísmo.
Tribuna Popular. Jornal de extrema-direita.
UEC. Jornal da UEC.
Unidade. Órgão Central do MDP.
Unidade e Luta. Jornal Regional de S. Miguel, Açores.
Unidade Popular. Órgão do PCP (M-L)
Vanguarda Operária. Órgão da LCPR.

Vanguarda do Povo. Órgão do MRML.
Vanguarda Vermelha. Órgão da UCML.
Verdade (A). Órgão do CMLP.
Vértice.
Viva a Revolução. Órgão dos CRECs.
Viva a Revolução (2ª série). Órgão da UJEC.
Voz Anarquista. Almada.
Voz do Povo. Semanário da UDP.
Voz do Trabalhador. Órgão da AOC.
Voz do Trabalho. Órgão da LOC.
Yenan. Boletim do Círculo de Democracia Popular 12 de Outubro, Lisboa.

BOLETINS SINDICAIS, DE EMPRESAS E COMISSÕES

Alavanca. Semanário da Intersindical.
Andaime. Boletim do Sind. da Construção.
Beirão (O). Jornal regional, Castelo Branco.
Boletim de Greve dos TLP. Editado pelo Sind. dos Telefonistas de Lisboa.
Cadernos de Combate. Edição da CT da TAP.
Campos do Lis. Jornal Regional ao Serviço dos Explorados, Leiria.
Cantina (O). Jornal das Empregadas e Comensais da Cantina da Universidade de Lisboa.
Caseiro (O). Jornal da UPM.
Caserna (A). Frente dos Soldados e Marinheiros Revolucionários.
Coice (O). Boletim dos militares da Agência Militar.
Companheiro (O). Boletim da CT e da CS da Grundig.
Debate (O) Aberto. Jornal dos Trabalhadores da ENI.
12 de Julho. Jornal da CT da TAP.
16 de Maio. Jornal operário da Melka.
17 de Junho (O). Boletim do Sind. CTT, Lisboa.
Em Frente. Jornal das operárias, operários e trabalhadores da Timex.
Em Luta. Jornal dos Trabalhadores da Precix.
Estaleiro (O). Boletim dos trabalhadores da Lisnave.

Faina. Quinzenário Popular da Região de Aveiro.
Farol (O). Jornal dos cooperativistas.
Ferrovário (O). Jornal dos Sindicatos Ferroviários.
Fogão (O) Vermelho. Órgão dos Trabs. da Fábrica Portugal.
Foice (A). Jornal dos Trabs. Rurais de Viana do Alentejo.
Frente (A). Jornal do Sind. dos Trabs. da Mar. Mercante, Aeronavegação e Pescas.
Fuso (O). Jornal do Sind. Têxteis de Lisboa.
Horizontes Novos. Órgão do Sind. Livre das Empregadas Domésticas.
Jornal da Greve da "Soares da Costa".
Jornal da Greve dos Trabalhadores da Efacec-Inel (Lisboa)
Jornal de Luta, da CM de Olhão.
Jornal (O) do Soldado. Órgão dos Núcleos Revolucionários do Exército.
Jornal dos Trabalhadores da Applied.
Liberdade. Órgão da CM do Bairro da Liberdade, Lisboa.
Luta (A). Órgão dos Trabalhadores da Cergal.
Lutar, Vencer. Boletim da CT do Círculo de Leitores.
Marinheiro (O). Boletim do Sind. da Marinha Mercante.

- Metalúrgico (O)*. Jornal dos metalúrgicos da Beira Litoral.
- Nortada*. Boletim do Sind. Bancários do Norte.
- Nossa Voz (A)*. Quinzenário dos Trabalhadores da Timex.
- Nosso (O) Jornal*. Mensário dos Trabalhadores da Celulose de Cacia.
- Obreiro (O)*. Mensário dos Trabs. da Soares da Costa, Porto.
- Operário (O)*. Mensário do Sind. da Construção Civil de Braga.
- Operário (O) Marítimo*. Mensário. Nazaré.
- Plaina (A)*. Boletim do Sind. da Ind. Madeira do Distrito de Lisboa.
- Por uma Saúde ao Serviço do Povo*. Jornal do Posto Médico Popular do Bairro do Relógio, Lisboa.
- Povo Jovem*. Boletim da freguesia de A-dos-Cunhados, Torres Vedras.
- Povo de Tomar*. Quinzenário regionalista.
- Primeiro de Maio*. Boletim do G.M.D. "1º de Maio da Solidariedade Operária", de Tires.
- Roda do Leme*. Mensário dos Estaleiros de Viana do Castelo.
- Semente (A)*. Círculo de Divulgação Cultural, Porto Salvo.
- Sindicalismo Operário*. Quinzenário da Federação dos Lanifícios.
- Sindicalista (O)*. Lisboa.
- Soldados em luta*. Jornal dos soldados em luta no RASP.
- Telefone Vermelho*. Boletim da CT dos TLP.
- Trabalhadores em Luta*. Folha Informativa das Reuniões de Trabs. Interempresas.
- Trabalhadores Vencerão*. Órgão do Sind. Trabs. Comércio e Escritório do Distrito de Leiria.
- Tribuna do Rodoviário*. Órgão do Sind. dos Rodoviários do Distrito de Setúbal.
- União*. Boletim dos Portuários de Lisboa.
- Vivam os Órgãos de Vontade Popular*. Boletim da CT do BPA, Zona Sul.
- Vontade (A) do Povo*. Boletim da CM do Beato.
- Vontade (A) do Povo*. Boletim da CM de Moscavide.
- Vontade (A) do Povo de S. João*. Boletim da CM do Alto de S. João, Lisboa.
- Voz (A) da Brandoa*. Jornal da Com. Popular de Moradores.
- Voz (A) da Caserna*. Boletim dos Comitês Militares Revolucionários.
- Voz do Estaleiro*. Boletim da Lisnave.
- Voz (A) da Lapa*. Jornal dos Moradores da Lapa, Porto.
- Voz (A) do Metalúrgico*. Órgão do Sind. Metalúrgicos Distr. Setúbal.
- Voz (A) do Povo*. Jornal do Centro Cultural dos Operários e Camponeses dos Casais da Lapa.
- Voz do Trabalhador*. Boletim do Centro Social do Pessoal da Federação dos Municípios do Ribatejo.

ÍNDICE

Os 580 dias

Molotovs no Palácio de Cristal, Rogério Dias de Sousa	11
O mestre disse que a Pide tinha fugido, Maria Luísa Ernesto	15
As perdizes, Cândido Ferreira	17
Durante três dias mandámos no quartel, Manuel Figueira	19
Toda a gente empenhada em mudar a vida, Jorge Falcato Simões	21
Obrigámos o Jaime Neves a recuar, Manuel Monteiro	24
Da JUC para a fábrica, Berta Macias	28
O assalto à esquadra das Antas, José Carretas	32
Sindicalismos em conflito, Custódio Lourenço	35
Foi a minha universidade, Maria de Lurdes Torres	38
A “revolução” no Estado Maior, António S.	42
Autogestão na Sogantal, José Maria Carvalho Ferreira	46
Assobiámos o Spínola no 25 de Abril, Amílcar Sequeira	49
Um jornal diferente, Júlio Henriques	52
Sem o 25 de Abril seria uma patetinha, Helena Faria	55
Revistar os carros da polícia, Luís Chambel	58
Meu saudoso PREC, João Azevedo	60
Despertar dum sindicato, Vítor Hugo Marcela	62
Ambição era tomar o poder, Joaquim Martins	64
Alegria e candura, José Manuel Rodrigues da Silva	66
Tudo era tratado na comissão, Maria da Graça Duarte Silva	69
O “Che” a falar na praça, pendurado num eléctrico, Paulo Esperança	71
Alegria nos arrabaldes, Fernando Dias Martins	74
Confrontos nas ruas do Porto, Alberto Gonçalves	76
Os partidos não me diziam grande coisa, Maria Amélia da Silva	79
Passámos de caçados a caçadores, António José Vinhas	83
Não soubemos explorar a crise de poder, Mariano Castro	85
O único perigo era para a direita, Vitorino Santos	88
Primeiros passos da Reforma Agrária	92
Fazer frente aos pcs não era pêra doce, José Paiva	99
Lisboa - Luanda, Orlando Sérgio	101

Foi uma descoberta, Bárbara Guerra	103
Reunião de prédio, Pedro Alves	106
O Pires Veloso dormia na cave, José Guedes Mendes	109
A militância era uma festa, Nela	116
Os soldados não ligavam aos oficiais, Manuel Borges	118
Vivi por antecipação a derrocada, Helena Carmo	121
Sempre atrasados, José Manuel Vasconcelos Rodrigues	125
Uma estranha liberdade, Rita Gonçalves	128
Falharam os três D, Mário Viegas	132
O povo à porta do quartel a pedir armas, José Manuel Ferreira	135
Despertei no 25 de Novembro, Altamiro Dias	138
O povo em armas? Uma fraude, Tino Flores	140
Como entrei nas “catacumbas”, “Brezelius”	145
Andei a vasculhar a sede da PIDE, Avelino Freitas	148
Comecei a pensar no que poderia vir, Maria da Glória R. Borges	150
Dormir ao relento à porta da fábrica, Maria Luísa Campina Segundo	152
O poder parecia tão próximo..., Fernando Reis Júnior	155
Um cabo-verdiano em Lisboa, Álvaro Apolo Pereira	158
Os polícias de braços no ar, António Castela	161
Uma burguesa entre operários, Marta Matos	165
Recordando o soldado Luís, Valdemar Abreu	170
Greve aos bilhetes, João Marques	172

Falar de Abril

25 de Abril: transformações nas escolas e nos professores, Eduarda Dionísio	177
25 de Novembro: como a esquerda foi encurralada, Francisco Rodrigues	195
Autonomia dos trabalhadores, Estado e mercado mundial, João Bernardo	207
Brandos costumes & maus hábitos antigos, Manuel Vaz	215
Siglas	219
Bibliografia	223